



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

JULIA SALOMÃO DOS SANTOS FAVARETO

**A INSEGURANÇA FEMININA EM ESPAÇOS PÚBLICOS:
UM ESTUDO DE CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Londrina
2024

JULIA SALOMÃO DOS SANTOS FAVARETO

**A INSEGURANÇA FEMININA EM ESPAÇOS PÚBLICOS:
UM ESTUDO DE CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Dissertação de Mestrado referente ao Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá para qualificação do mestrado em Metodologia de Projeto.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vera Lucia Tieko
Suguihiro

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Favareto, Julia Salomão dos Santos Favareto.

A insegurança feminina em espaços públicos: : um estudo de caso de Presidente Prudente-SP / Julia Salomão dos Santos Favareto Favareto. - Londrina, 2024.
270 f. : il.

Orientador: Prof.^a Dra. Vera Lucia Tieko Suguihiro Suguihiro.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Tecnologia e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Violência contra a mulher, Espaços públicos, Uso e ocupação do solo, Infraestrutura Urbana - Tese. I. Suguihiro, Prof.^a Dra. Vera Lucia Tieko Suguihiro. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Tecnologia e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU 711/72

JULIA SALOMÃO DOS SANTOS FAVARETO

A INSEGURANÇA FEMININA EM ESPAÇOS PÚBLICOS:
UM ESTUDO DE CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Dissertação de Mestrado referente ao Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá para qualificação do mestrado em Metodologia de Projeto.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Vera Lúcia Tieko Suguihiro
(Orientadora)

Universidade Estadual de Londrina – UEL



Prof.ª Dra. Helena Rizzatti Fonseca
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF



Prof.ª Dra. Fabíola Castelo de Souza
Nascimento
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Londrina, 31 de Outubro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES por tornar possível essa pesquisa. Ao Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo por ter oportunizado o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Prof^a Dra. Vera Lucia Tieko Suguihiro, minha orientadora, por ter compartilhado comigo um pouco da sua admirável experiência e profissionalismo, por ter me incentivado com seus questionamentos, por ter acreditado no meu potencial e por ter abraçado esse tema que me é tão importante.

À Prof^a Dra. Milena Kanashiro, pela ajuda que forneceu na análise prévia do meu Projeto de Pesquisa para submissão ao CEP.

A minha família, primeiramente, minha mãe, Débora Salomão dos Santos, que é uma inspiração de mulher batalhadora, por todo apoio sempre estando ao meu lado, pela sua dedicação e apoio na minha educação, proporcionando uma boa formação e me incentivando a entrar no mestrado e em todo o seu processo, e por todo amor, e por toda a grandeza da sua existência em minha vida.

Aos meus avós, Gildett Suely Salomão dos Santos e José Cassiano dos Santos (em sua memória) e Abel e Áurea Favareto por todo amor e ensinamentos, me incentivado nos estudos e no apreço pela leitura, os quais carrego como exemplo e tenho profunda admiração. Meu eterno agradecimento.

Aos meus irmãos, Eloísa, César e Pedro, e a minha cunhada Janaina, pela amizade, companheirismo, me acompanhando e me apoiando incondicionalmente, estando sempre presentes, e meu tio, Renato, por me amparar e por torcer pelo meu sucesso. E a todos que de alguma maneira, direta ou indiretamente, me ajudaram durante o mestrado e no desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu namorado, Luan que me acompanhou em todo esse processo, me dando apoio e amor e torcendo pelo meu sucesso, me motivando com momentos de alegrias e conforto durante estes anos de trabalho. Também aos meus amigos de longa data, Juliane, Gabriele, Lucas, Jéssica e Flávia que estão sempre ao meu lado.

Por fim, agradeço às minhas amigas Juliana e Natália que dividiram essa jornada desde a matrícula; e aos demais colegas do grupo de Pesquisa VerCidades, Leonardo, Janaína, Thiago, Luciana e Ananias e do PPU, e a todos os

colegas que me acompanharam nessa jornada acadêmica, me proporcionado conhecimentos e experiências que marcaram a minha vida pessoal e profissional.

RESUMO

FAVARETO, Julia Salomão dos Santos. **A insegurança feminina em espaços públicos: um estudo de caso de Presidente Prudente - SP**. 2024. 282 páginas. Dissertação de Mestrado (PPU – UEL/UEM) – Centro de Tecnologia e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

A violência é um problema ubíquo que afeta mulheres de diversas faixas etárias, estratos sociais e localidades geográficas. No cenário urbano, as características dos espaços públicos desempenham um papel crucial na segurança delas, influenciando significativamente suas vivências na cidade. Portanto, questiona-se: “Qual é a influência do uso e ocupação do solo e da infraestrutura urbana na insegurança feminina nos espaços públicos em Presidente Prudente?” A lacuna reside na escassez de pesquisas sobre a insegurança das mulheres e a violência que gera essa insegurança em espaços públicos, bem como na falta de conhecimento das relações entre as características dos espaços urbanos e o gênero das vítimas da violência. Acredita-se que os aspectos da configuração e forma urbanas tendem a aumentar a vulnerabilidade feminina, afetando a qualidade do espaço urbano e no seu potencial de uso, sobretudo na área central da cidade. A fim de confrontar esta premissa com a realidade local, investigar-se-á a relação entre o uso e ocupação do solo, as diretrizes projetuais e o aumento da vulnerabilidade feminina nos espaços públicos da área central da urbe, que se originou ao longo da linha férrea com planejamento urbano desordenado e distribuição desigual de infraestrutura. Em virtude do fenômeno apresentado, a pesquisa, de caráter descritivo-explicativo, utilizará abordagens qualitativas e quantitativas, revisão bibliográfica, estudo de caso e levantamento de campo. Os resultados, como o levantamento das características do espaço juntamente com o mapeamento da percepção das usuárias poderão subsidiar políticas urbanas voltadas para a promoção da equidade de gênero e da segurança das mulheres nos espaços públicos.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Espaços públicos, Uso e ocupação do solo, Infraestrutura Urbana, Presidente Prudente-SP.

ABSTRACT

FAVARETO, Julia Salomão dos Santos. **Female insecurity in public spaces: a case study of Presidente Prudente - SP**. 2024. 282 pages. Dissertation for Master 's Degree (PPU - UEL/UEM) - Center for Technology and Urbanism, State University of Londrina, Londrina, 2024.

Violence is a ubiquitous problem that affects women of various age groups, social strata, and geographical locations. In urban settings, the characteristics of public spaces play a crucial role in their safety, significantly influencing their experiences in the city. Therefore, the question arises: "What is the impact of land use, urban infrastructure, and urban planning on creating environments conducive to violence against women in Presidente Prudente?" The gap lies in the scarcity of research on the occurrence of these incidents in public spaces, as well as the lack of understanding of the relationships between urban space characteristics and the gender of the victims. It is believed that aspects of urban configuration and form tend to increase female vulnerability to violence, affecting the quality of urban space and its potential use, especially in the central area of the city. In an attempt to confront this premise with local reality, the research will investigate the relationship between land use, planning guidelines, and the increased vulnerability of women in public spaces in the central area of Presidente Prudente, a city that originated along the railway line with disordered urban planning and unequal distribution of infrastructure. Due to the presented phenomenon, the research, of a descriptive-explanatory nature, will use qualitative and quantitative approaches, literature review, case study, and field survey. The results, such as the identification of space characteristics along with user perception mapping, can support urban policies aimed at promoting gender equity and women's safety in public spaces.

Keywords: Violence against women; Public spaces; Land use and occupancy; Urban infrastructure; Presidente Prudente-SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Delimitação da malha urbana de Presidente Prudente	17
Figura 2 – Visão geral de todas as etapas metodológicas	22
Figura 3 – Cronologia das principais políticas para prevenir e punir a violência contra as mulheres no Brasil	61
Figura 4 – Esquema inter-relacional das dimensões do espaço público	72
Figura 5 – Mapa axial de Londres	101
Figura 6 – Malha viária de Manaus representada por meio de mapa axial	101
Figura 7 – Expansão territorial e núcleo central da cidade de Presidente Prudente (1919–1939)	117
Figura 8 – Expansão territorial de Presidente Prudente (1919–2016)	118
Figura 9 – Expansão da malha urbana de Presidente Prudente (1917–2017)	119
Figura 10 – Linha férrea na área central e apropriações	133
Figura 11 – Tipos de crimes de violência registrados contra mulheres em ambientes públicos (2014–2024)	135
Figura 12 – Cor da pele das vítimas de violência física	138
Figura 13 – Faixa etária das vítimas de violência física	138
Figura 14 – Profissão das vítimas de violência física	139
Figura 15 – Renda mensal individual das mulheres	140
Figura 16 – Já sofreu algum tipo de assédio ou violência nos espaços públicos ao se locomover?	141
Figura 17 – Meio de locomoção mais utilizado pelas mulheres	141
Figura 18 – Frequência em que as mulheres utilizam o transporte coletivo	142
Figura 19 – Você se sente menos segura em algum destes deslocamentos / meios de transporte?	142

Figura 20 – Período do dia em que costuma se locomover pela cidade	143
Figura 21 – Por que estes locais podem ser frequentados com segurança?	148
Figura 22 – Por que estes locais devem ser evitados?	151
Figura 23 – Bairros com maiores índices de crimes cometidos contra mulheres em ambientes públicos	160
Figura 24 – Bairros com maiores índices de crimes cometidos contra mulheres em ambientes públicos	165
Figura 25 – Edifícios abandonados e subutilizados no Centro da cidade de Presidente Prudente	166
Figura 26 – Pontos críticos de iluminação e ocupações no Centro da cidade de Presidente Prudente	168
Figura 27 – Mobiliário urbano do Centro	169
Figura 28 – Arborização e áreas verdes do Centro	169
Figura 29 – Qualidade da infraestrutura com índice de violência do Centro	171
Figura 30 – Uso e ocupação do solo do Centro	173
Figura 31 – Zoneamento e uso e ocupação do solo do Centro	175
Figura 32 – Gabarito de altura do Centro de Presidente Prudente	176
Figura 33 – Mapa de adensamento e espaços livres do Centro de Presidente Prudente	177
Figura 34 – Mapa de adensamento e espaços livres do Centro com índice de violência	179
Figura 35 – Mapas de equipamentos urbanos do Centro	180
Figura 36 – Ocorrências criminais por período do dia	182
Figura 37 – Quantidade de ocorrências criminais por ano	183
Figura 38 – Localização dos conjuntos habitacionais de interesse social em Presidente Prudente–SP	189
Figura 39 – Localização dos conjuntos habitacionais de interesse social em Presidente Prudente–SP	196

Figura 40 – Distribuição espacial da população autodeclarada preta e parda por setores censitários de Presidente Prudente	197
Figura 41 – Pontos críticos de iluminação e ocupações nos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador	199
Figura 42 – Mobiliários urbanos nos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador	201
Figura 43 – Arborização e áreas verdes nos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador	202
Figura 44 – Qualidade da infraestrutura com índices de violência nos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador	204
Figura 45 – Uso e ocupação do solo do bairro Humberto Salvador	206
Figura 46 – Zoneamento e uso e ocupação do solo dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador	207
Figura 47 – Gabarito de altura dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador	210
Figura 48 – Mapa de adensamento e espaços livres dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador	211
Figura 49 – Mapa de adensamento e espaços livres dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador com índice de violência	213
Figura 50 – Mapa de equipamentos urbanos dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador	215

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Presidente Prudente	112
Mapa 2 - Contexto urbano de Presidente Prudente	113
Mapa 3 - Tipos de violência (Letais e não letais)	137
Mapa 4 - Espaços urbanos mais frequentados pelas mulheres em Presidente Prudente	144
Mapa 5 - Espaços seguros percebidos para mulheres em Presidente Prudente	146
Mapa 6 - Espaços perigosos percebidos para mulheres em Presidente Prudente	150
Mapa 7 - Espaços de Insegurança real e insegurança percebida	153
Mapa 8 - Inclusão e exclusão social	156
Mapa 9 - Qualidade do ambiente construído (Infraestrutura)	157
Mapa 10 - Ocorrências criminais por bairro em Presidente Prudente	159
Mapa 11 - Contexto urbano do Centro	161
Mapa 12 - Ocorrências criminais por endereço (mapa de calor)	164
Mapa 13 - Ocorrências criminais por endereço e concentração de comércios	172
Mapa 14 - Localização dos Bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador	185
Mapa 15 - Localização dos conjuntos habitacionais de interesse social em Presidente Prudente - SP	192
Mapa 16 - Ocorrências criminais com a Localização dos Demais Bairros em relação ao Centro	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temáticas e questões presentes no questionário	34
Quadro 2 – Componentes projetuais que trazem segurança ao espaço urbano	76
Quadro 3 – Componentes projetuais que trazem segurança ao espaço urbano	99
Quadro 4 - Abordagens determinista e humanista e sua relação com as dimensões do espaço público	107
Quadro 5 - Endereços mais registrados nos boletins de violência contra mulheres	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
OBJETIVO E JUSTIFICATIVA.....	16
METODOLOGIA.....	22
1 A MULHER E O ESPAÇO URBANO - UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA SOBRE DESIGUALDADES E O PATRIARCADO.....	36
1.1 A MULHER E O DIREITO À CIDADE - A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E AS MANIFESTAÇÕES DE INSEGURANÇA E VIOLÊNCIA.....	41
1.2 O MEDO DA MULHER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	49
1.2.1 <i>Causa do Medo Feminino Pela Cultura Midiática e Experiências de Terceiros.....</i>	52
1.2.2 <i>Causa do Medo Feminino Pela Relação Histórica e Socioeconômica.....</i>	53
1.2.3 <i>O Medo Pelo Desconhecido.....</i>	55
1.3 O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	58
2 A BUSCA POR ESPAÇOS PÚBLICOS SEGUROS PARA AS MULHERES	65
2.1 OS ESPAÇOS PÚBLICOS: SUAS DIMENSÕES CONSTITUINTES E SUA INFRAESTRUTURA.....	67
2.2 ESPAÇOS PÚBLICOS E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA - ABORDAGENS E TEORIAS.....	74
2.2.1 <i>Abordagem Humanista</i>	78
2.2.2 <i>Abordagem Determinista</i>	96
2.2.3 <i>Síntese do Arcabouço Teórico</i>	105
3 ESTUDO DE CASO - CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE, CONTEXTO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE	111
3.1 PLANO DIRETOR DE PRESIDENTE PRUDENTE	126
4 A INSEGURANÇA FEMININA NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE	135
4.1 DIMENSÃO SOCIAL: AS MULHERES, SEU PERFIL SOCIOECONÔMICO E OCUPAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO	135
.....	143
4.1.1 <i>A Percepção Das Mulheres Sobre a Segurança Nos Espaços Públicos. </i>	145

4.2 DIMENSÃO ESPACIAL: QUALIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO E INFRAESTRUTURA DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	154
4.2.1 Características De Infraestrutura Urbana E De Uso E Ocupação Do Solo Do Centro Da Cidade De Presidente Prudente	157
4.2.2 Características De Infraestrutura Urbana E De Uso E Ocupação Do Solo Dos Bairros Ana Jacinta E Humberto Salvador.....	183
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
REFERÊNCIAS	223
ANEXOS	227
ANEXO A - TCLE (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO) – QUESTIONÁRIO EM AMBIENTE REMOTO.....	227
ANEXO B DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DOS SERVIÇOS ENVOLVIDOS E/OU DE INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE.	230

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano desempenha um papel fundamental na configuração dos espaços públicos e na qualidade de vida das pessoas. A forma como as cidades são planejadas e organizadas pode influenciar diretamente as relações sociais e a experiência dos indivíduos no ambiente urbano. No entanto, é importante considerar que nem todos os espaços públicos são igualmente acessíveis e seguros para todos os grupos sociais.

Nesse contexto, a questão de gênero emerge como um elemento central, uma vez que as experiências e vivências das mulheres nos espaços urbanos são moldadas por fatores socioespaciais que podem influenciar a ocorrência de violência e a sensação de segurança. As mulheres são mais suscetíveis à violência, bem como tendem a se sentir mais inseguras do que os homens (Villagrán, 2016). De acordo com algumas pesquisas, o índice de violência no Brasil demonstra altas taxas de violência contra o gênero feminino no cenário urbano. Em estudo da ActionAid (2017), 86% das mulheres entrevistadas responderam que já sofreram assédio ou violência nos espaços públicos, 57% receberam comentários de cunho sexual e 8% foram estupradas em público, além de 69% declararem ter medo de sair à noite.

Segundo o relatório do ITDP (2018), dentre os casos de estupro reportados à polícia em 2011, aproximadamente 90% eram de vítimas mulheres e, citando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 60% dos crimes de estupro são praticados por desconhecidos, entre 18 horas e 6 horas da manhã, sobretudo nas vias públicas. É fundamental analisar e debater essa temática para buscar soluções que promovam uma cidade mais inclusiva e segura para todas as pessoas.

De acordo com Pain (2000) e Rodó-Zárate (2019), os crimes e os medos das mulheres também possuem relação social, não sendo igual para todas as mulheres. Questões como idade, renda e etnia diferenciam a quantidade de vítimas de crimes e também a intensidade do medo destas. Existem crimes violentos que são mais específicos para determinado gênero, idade e grupos étnicos. Por exemplo, mulheres de classes sociais mais baixas tendem a andar mais a pé e, ocasionalmente, podem ser mais suscetíveis a crimes nos espaços públicos, assim como as mulheres negras.

Além das causas sociais ligadas à violência contra as mulheres, há também as espaciais. De acordo com a literatura, alguns estudiosos, incluindo Jacobs (2000), Hillier (1984), Jeffery (1971) e Newman (1973), abordam que o ambiente construído pode possuir características que podem tanto fomentar quanto atenuar a insegurança e os atos de violência. Segundo Jacobs (2000), a segurança em uma rua está intrinsecamente ligada à sua capacidade de infraestrutura para acolher desconhecidos. A autora propõe três princípios fundamentais para alcançar uma rua segura: a presença de pessoas, a inclusão de elementos atrativos e a promoção da diversidade de usos.

É a partir dessa literatura que se definiram categorias importantes de análise para delimitar e delinear as etapas desta pesquisa. Tais categorias são: espacial (a fim de identificar a qualidade do ambiente urbano e suas características espaciais) e social (buscando traçar o perfil socioeconômico das mulheres vítimas de insegurança urbana, o modo de uso do espaço por elas e a percepção das mulheres sobre espaços inseguros e seguros).

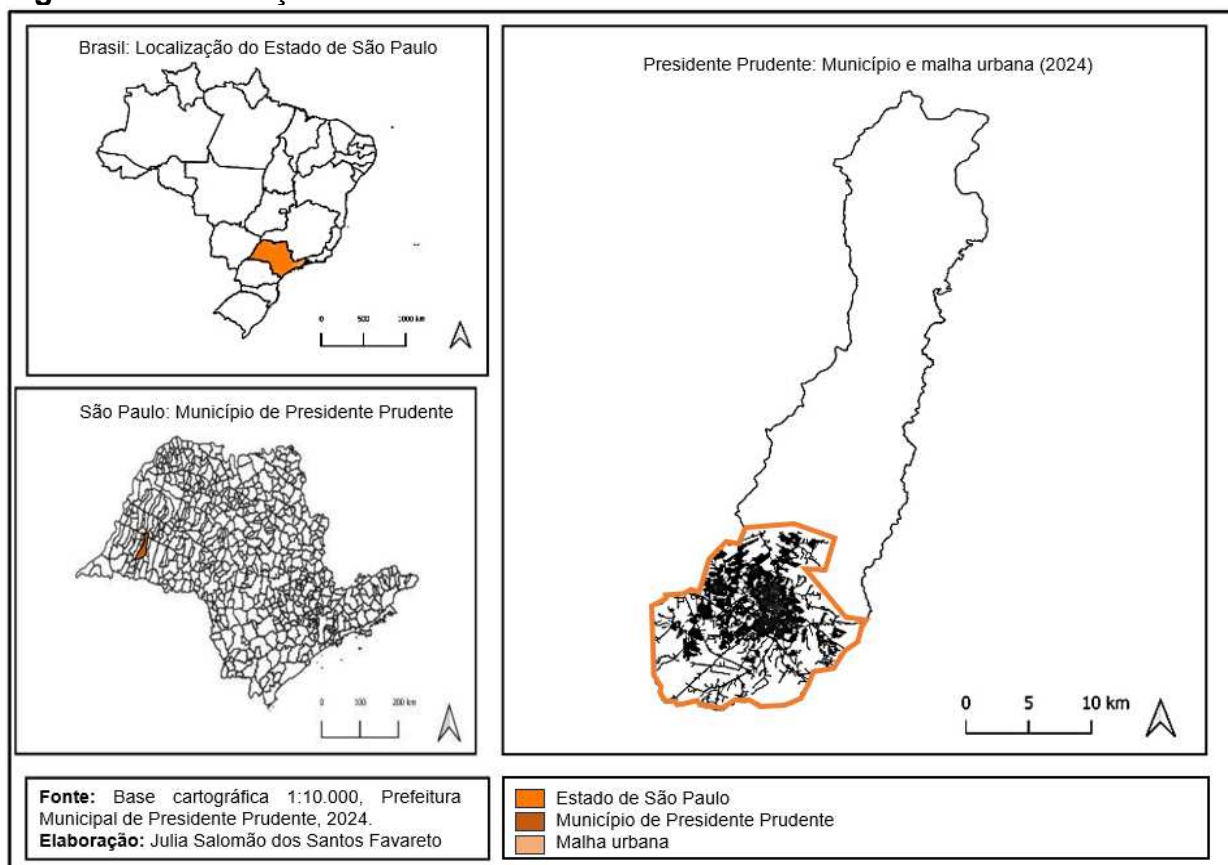
1.1 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

A lacuna da pesquisa parte do argumento de que há muitos trabalhos sobre o espaço urbano, porém aponta-se uma ausência da abordagem de gênero e de violência em espaços públicos. Mesmo que haja dados que apontem elevados índices de violência contra as mulheres, a maioria dos estudos se concentra em espaços privados, tratando, sobretudo, da violência doméstica (Santoro, 2019), havendo escassez de estudos sobre a violência nos espaços públicos, o que demonstra a importância de estudos que indiquem tais indícios. Da mesma forma, muitas pesquisas que relacionam as características dos espaços à prática de crimes não explicitam a relação desses atos ao gênero das vítimas.

Questiona-se qual é a influência do uso e ocupação do solo e da infraestrutura urbana na insegurança feminina nos espaços públicos em Presidente Prudente. Acredita-se que os aspectos da configuração e forma urbanas tendem a aumentar a vulnerabilidade feminina quanto à violência, influenciando na qualidade do espaço urbano e no seu potencial de uso, sobretudo na área central da cidade.

A fim de confrontar esta premissa com a realidade local, o objetivo principal da pesquisa é investigar a relação entre os aspectos de uso e ocupação do solo, as diretrizes projetuais e o aumento da vulnerabilidade feminina nos espaços públicos da área central de Presidente Prudente, cidade objeto de estudo da pesquisa (Figura 1).

Figura 1 - Delimitação da malha urbana de Presidente Prudente



Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Em virtude do fenômeno apresentado, a metodologia que será utilizada compreende uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa e de caráter descritivo-explicativo, a partir de uma revisão bibliográfica, estudo de caso e levantamento de campo. A justificativa para a realização deste trabalho reside em contribuições teóricas, além de contribuir para subsidiar políticas públicas e intervenções urbanas em outras cidades de características semelhantes, como na produção do espaço urbano de porte médio ou que se constituíram a partir de estradas férreas e que apresentam centros urbanos que passaram pelo fenômeno de esvaziamento.

Como contribuição teórica, a pesquisa poderá evidenciar se as teorias dos autores se confirmam, como Jacobs (2000) e Gehl (2013), os quais argumentam que os espaços públicos que apresentam maior presença de pessoas, vitalidade urbana e diversidade do uso do solo podem ser mais seguros. Ou seja, eles argumentam que a melhor solução para a segurança nas ruas é a presença de pessoas e o uso misto do solo, além da diversidade de tipologias de edificações e comércios. Contudo, é sabido que, nas perspectivas de Newman (1973) e Jeffery (1971), é sugerido que a presença de um menor número de pessoas e mais residências nas quadras, aliado a um número reduzido de comércios, torna os espaços públicos mais seguros. Da mesma forma, os autores afirmam que tal característica auxilia a ter o controle destes, através da territorialidade, afirmando que regiões centrais ou bairros com mais comércios são áreas mais inseguras. Já Rolnik (2022) contradiz tal argumento, denotando que locais periféricos são mais propensos a altos índices de violência. Portanto, a presente investigação permitirá a confrontação das teorias expressas com o estudo de caso.

Outro argumento a ser confrontado é se a integração e classificação viária mais segura é, realmente, a preconizada pelo teórico Hillier (1984). Este sugere que as ruas mais movimentadas que ligam toda a cidade podem ser mais perigosas do que aquelas de menor integração urbana, categorizadas como locais.

Como contribuições práticas, paralelamente, a investigação lança luz sobre uma particularidade que remonta à própria fundação da cidade que será estudada: a presença da estrada de ferro Sorocabana. Esta via delineou o traçado central da cidade, dividindo-a em dois setores nos quais habitam classes econômicas bem distintas e onde há desigualdade entre a qualidade e quantidade de infraestrutura urbana implantada, culminando em discrepâncias socioespaciais no planejamento urbano. Isso gera disparidades persistentes na distribuição de investimentos e desenvolvimento ao longo da linha férrea, fenômeno que subsiste até os dias atuais. Este desequilíbrio reverbera significativamente nos indicadores de violência da região. A pesquisa, ao evidenciar essa interrelação, desempenha um papel crucial ao fornecer dados e insights que podem embasar políticas urbanas mais eficazes, visando mitigar os índices de violência contra as mulheres na região.

Da mesma forma, o estudo poderá fornecer uma base para o desenvolvimento de estratégias e intervenções políticas e administrativas para abordar as questões de insegurança, marginalização e vulnerabilidade feminina em

espaços públicos da cidade. Outrossim, poderá evidenciar a necessidade de intervenções físicas ou projetos para melhoria da infraestrutura urbana e da qualidade dos espaços públicos nas áreas centrais de Presidente Prudente. Auxiliará também na gestão de diretrizes no zoneamento da cidade, na diversidade dos usos do solo, nos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de lazer, nas atividades noturnas do centro da cidade e em postos e patrulhamento policial, com o objetivo de criar ambientes mais seguros e inclusivos para todos os residentes.

Igualmente, a pesquisa poderá demonstrar também as influências da qualidade dos espaços públicos nos altos índices de violência contra a mulher na cidade, evidenciando que os espaços públicos da área central precisam de atenção e melhorias em sua infraestrutura urbana para criar ambientes mais seguros. Além disso, a investigação, ao salientar e trazer dados sobre o assunto para a cidade de Presidente Prudente, como os índices de violência e o mapeamento da área com maior índice de violência na cidade, permite que a população compreenda a magnitude do problema e possa cobrar das autoridades as melhorias necessárias.

Cabe destacar que essa discussão está incorporada nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda global definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que devem ser alcançadas até o ano de 2030. A 5ª meta, nomeada como “Igualdade de Gênero”, visa especialmente combater as discriminações e eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos (Organização das Nações Unidas, 2018).

Além desta, a ODS 11, intitulada “Cidades e comunidades sustentáveis”, propõe tornar as cidades seguras, inclusivas, resilientes e sustentáveis. Este objetivo possui metas e ações que tratam da melhoria e da segurança na mobilidade urbana e do direito de ir e vir, a fim de proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, além de objetivar o acesso universal a espaços públicos seguros, tendo como foco pessoas em situação de vulnerabilidade, como as mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

A agenda da ONU serve como um arcabouço global de políticas para o desenvolvimento e para orientar a ação dos governos nos níveis internacional, nacional e local. Desse modo, a ideia de desenvolvimento sustentável passou a não ser mais unicamente ligada ao meio ambiente, como sugere a 5ª meta, mas também

a outros aspectos de desenvolvimento humano, como os direitos das mulheres. Pode-se ressaltar que a igualdade de gênero e os direitos das mulheres avançaram nas últimas décadas. Contudo, ainda persistem como uma problemática a ser tratada, principalmente a violência contra a mulher, a qual, segundo os dados já expostos, só aumenta. Consequentemente, alerta-se para a possibilidade de que a meta pode não ser alcançada até o ano previsto, de acordo com a realidade atual.

Esta investigação visa, sobretudo, entender que o acesso à cidade se dá de forma desigual entre homens e mulheres, demonstrando que esta compreensão é o caminho para a construção de um espaço urbano mais humano, democrático e mais seguro para a mulher. Isso é possível de ser concretizado ao se incorporar no planejamento urbano soluções para as especificidades das vivências dos grupos sociais mais vulneráveis. Os resultados da pesquisa, como o levantamento das características do espaço juntamente com o mapeamento da percepção das usuárias, têm o potencial de subsidiar a formulação de políticas urbanas específicas voltadas para a promoção da equidade de gênero e a segurança das mulheres nos espaços públicos. Desta forma, esta investigação pode contribuir para a melhoria do uso do espaço urbano e, consequentemente, para a qualidade de vida na cidade.

A violência contra as mulheres é um fenômeno histórico e que acontece mundialmente até os dias atuais. Tendo em vista seu crescente aumento e levando em conta a dificuldade na obtenção de estatísticas e a escassez de estudos e literatura sobre o assunto, torna-se urgente investigar e compreender as variáveis relacionadas à ocorrência dessas violências, bem como as consequências socioespaciais destas, como as características de uso e ocupação do solo e a infraestrutura urbana dos espaços públicos, como os investigados na pesquisa.

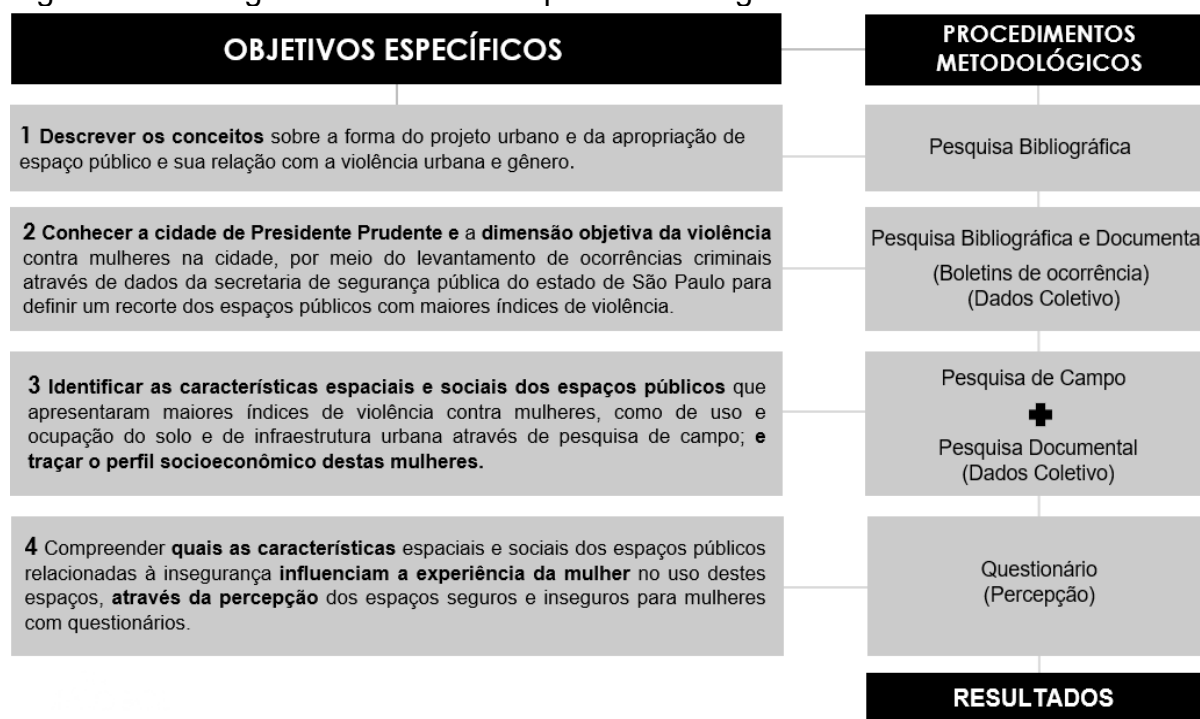
A partir da investigação mais aprofundada destes fatores dos espaços públicos, pode-se imaginar possíveis desencadeamentos, como a formulação de diretrizes na concepção de espaços públicos mais igualitários e seguros para as mulheres. O desfecho primário esperado é tornar evidente a relação dos aspectos da configuração e forma urbana que tendem a aumentar a vulnerabilidade feminina quanto à insegurança, e que acabam influenciando na qualidade do espaço urbano e no seu potencial de uso, sobretudo na área central da cidade de Presidente Prudente. Desta forma, este estudo visa contribuir para auxiliar outras cidades de características semelhantes, como na produção do espaço, e para

subsidiar políticas urbanas voltadas para a promoção da equidade de gênero e a segurança das mulheres nos espaços públicos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza por ser descritiva-explicativa e se utilizará das pesquisas bibliográfica e de campo, visando obter dados qualitativos que serão analisados qualitativa e quantitativamente. Ela se fundamenta no método dedutivo para a construção da premissa e em um estudo de caso para o teste dessa verdade provisória. Os seguintes objetivos específicos e suas demais subetapas (Figura 2) se mostram necessários para alcançar o objetivo central desta investigação:

Figura 2 - Visão geral de todas as etapas metodológicas



Fonte: Autora (2023).

1. Descrever os conceitos sobre a forma do projeto urbano e da apropriação de espaço público e sua relação com a violência urbana e gênero, por meio de pesquisa bibliográfica;
2. Conhecer a cidade de Presidente Prudente e a dimensão objetiva da violência contra mulheres na cidade, por meio do levantamento de ocorrências criminais a partir de dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, para definir um recorte dos espaços públicos com maiores índices de violência na cidade;

3. Identificar as características espaciais e sociais dos espaços públicos que apresentaram maiores índices de violência contra mulheres, como uso e ocupação do solo e infraestrutura urbana, por meio de pesquisa de campo; e traçar o perfil socioeconômico dessas mulheres;
4. Compreender quais características espaciais e sociais dos espaços públicos relacionadas à insegurança influenciam a experiência da mulher no uso desses espaços, por meio da percepção de espaços seguros e inseguros para mulheres, com questionários.

Objetivo 1 - Revisão Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi realizada para compreender os conceitos de mulher e o direito à cidade, a violência contra a mulher nesses espaços e seu enfrentamento, os espaços públicos, planejamento urbano, uso e ocupação do solo e infraestrutura urbana dos espaços públicos, as definições sobre elementos que tornam um espaço público seguro e os principais teóricos do tema e suas percepções. Esta etapa inclui no corpus de leitura livros, notícias de jornais, periódicos científicos e sites. Os artigos foram buscados no Portal de Periódicos da CAPES e na SciELO. Essas publicações tratam, de forma comum, de um ou mais dos seguintes assuntos: mulher e as desigualdades no espaço urbano; planejamento urbano; apropriação do espaço público e violência em áreas públicas urbanas.

Em vista disso, as etapas de seleção das publicações a serem consultadas iniciaram pelo critério de seleção por datas, a fim de buscar pesquisas atuais (últimos 10 anos), para analisar o que já foi estudado sobre o tema de pesquisa. Depois, foi feita a busca por palavras-chave, violência contra a mulher; espaços públicos; planejamento urbano; uso e ocupação do solo; infraestrutura urbana.

A partir dessas buscas iniciais, foram encontrados 3.500 resultados. Em seguida, sucederam-se as buscas em outro idioma, pesquisas primeiramente em português e depois em inglês. Logo após, efetivou-se a filtragem por meio da leitura dos títulos, resumos e conclusões, para verificar expressões ou palavras sobre violência contra a mulher, espaços públicos, uso e ocupação do solo e infraestrutura urbana. Consecutivamente, fez-se uma seleção de 500 publicações, com o propósito de verificar a metodologia utilizada e se esta se aproxima da que será utilizada, além dos resultados obtidos por essas pesquisas. Diante disso, foram obtidas 59

publicações depois de aplicar tais etapas de delimitação da amostra (nove livros; 43 artigos; quatro monografias; três notícias).

Para realizar o procedimento de coleta desses dados já delimitados, foi feita a leitura dos textos de acordo com as informações que estavam sendo buscadas neles, as quais eram: conceitos, teorias, compreensão do tema e metodologias utilizadas nesses tipos de pesquisa. Posteriormente, para extrair as informações dos textos, foi realizada a leitura de todo o material, iniciando pelo resumo, depois introdução, a conclusão, em seguida a metodologia e, por fim, o referencial teórico. No decorrer da leitura, foram feitas marcações no texto e, ao finalizar a leitura, as marcações eram retomadas para realizar anotações e mapas mentais. Logo após, para consolidar as informações, em sequência ao mapa mental, foram realizados resumos dos textos.

Para construir a revisão bibliográfica com as demais informações extraídas dos textos, primeiramente explanou-se sobre os conceitos de mulher e a desigualdade de gênero no espaço urbano com o patriarcado, o direito à cidade para as mulheres. Tratou-se do papel social historicamente atribuído à mulher, que apresenta consequências em suas experiências urbanas, e abordou-se o uso dos espaços públicos pelas mulheres, apresentando as distinções entre o sexo e a vivência nos espaços da cidade. Discorreu-se sobre as manifestações nos espaços públicos em relação à mulher, a violência, a insegurança e o medo, evidenciando a relação do uso e da ocupação do solo e da infraestrutura urbana com o fenômeno da violência urbana contra a mulher.

Sucessivamente, buscou-se retratar conceitos sobre os espaços públicos, planejamento urbano e as características de infraestrutura desses espaços, para conhecimento do que são esses espaços e de como se configuram. Logo após, discorreu-se sobre a segurança urbana nos espaços públicos, trazendo os principais teóricos do tema, com suas percepções e definições sobre elementos que tornam um espaço público seguro ou inseguro, abordando suas teorias e variáveis ambientais para trazer segurança urbana.

E, a partir dessas literaturas, definiram-se categorias importantes de análise para delimitar e delinear as próximas etapas desta pesquisa. Tais categorias são: espacial (a fim de identificar as características físicas e a qualidade do ambiente urbano) e social (buscando traçar o perfil socioeconômico das mulheres vítimas da

insegurança urbana e a análise da percepção das mulheres sobre os espaços inseguros e seguros).

Objetivo 2 - Violência Contra à Mulher na Cidade de Presidente Prudente.

Conhecer a cidade de Presidente Prudente, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e a dimensão objetiva da violência contra a mulher nessa cidade, por meio do levantamento de ocorrências criminais a partir de dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, a fim de definir um recorte dos espaços públicos com maiores índices de violência na cidade. Logo, este objetivo consiste em duas fases: a primeira traz a caracterização urbana da cidade de Presidente Prudente e a segunda busca evidenciar a dimensão da violência contra as mulheres na cidade, com dados quantitativos e qualitativos.

Primeira fase - Estudo de Caso: Caracterização da Cidade de Presidente Prudente.

Na primeira fase, discorrer-se-á sobre a cidade de Presidente Prudente, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a fim de trazer a caracterização do espaço urbano. Apresentar-se-ão dados históricos de formação da cidade, como o seu contexto histórico e desenvolvimento urbano, e suas legislações, como seu zoneamento e plano diretor.

Primeiramente, para a caracterização da cidade de Presidente Prudente, serão retratados dados gerais, como localização, tamanho da cidade e população. Posteriormente, busca-se abarcar seu contexto histórico, com o desenvolvimento urbano e sua relação com a ferrovia. Também se visa descrever as características distintas entre os dois núcleos criados por coronéis a partir de seu surgimento, abordando a caracterização e o processo de ocupação do núcleo da Vila Leste e do núcleo da Vila Oeste. Apresenta-se, igualmente, o processo de expansão destes e os problemas advindos dele.

Posteriormente, são apresentadas as legislações e o plano diretor de Presidente Prudente, como a lei de zoneamento do uso e ocupação do solo urbano, a lei do sistema viário básico e o código de posturas, que contém a lei de tráfego em via férrea. Estas visam retratar a conformação de espaços públicos, o policiamento, horário de funcionamento, tipo de fechamento, tipos de uso, equipamentos,

classificação viária (vias exclusivas para pedestres), projetos e leis da linha férrea. Assim, torna-se possível evidenciar a relação da história e do plano diretor com a violência contra a mulher na cidade de Presidente Prudente.

Segunda fase - Dimensão da Violência Contra a Mulher na Cidade de Presidente Prudente

Nesta segunda fase, levantaram-se dados sobre violência contra a mulher na cidade de Presidente Prudente. Esta etapa utilizou pesquisa documental. A fonte de dados consultada foi a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), por intermédio da Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), coordenadoria responsável pela compilação dos dados estatísticos de criminalidade do estado, e o Coletivo Caminhantes – Mulheres Prudentes.

Dimensão objetiva da violência - Boletins de ocorrência criminais da SSP/SP

Os dados quantitativos de violência contra as mulheres de interesse da pesquisa foram solicitados pelo site da SIC/SP (Sistema Integrado de Informações ao Cidadão), portal do governo do Estado de São Paulo. Isso foi realizado por meio de protocolo registrado, solicitando acesso à informação desejada, o qual foi enviado pela SSP/SP via correio eletrônico.

No que concerne aos dados quantitativos, foram solicitados apenas os dados sobre qualquer tipo de violência contra a mulher na cidade de Presidente Prudente no período de 2014 a 2023, período que compreende nove anos, equivalente a dois mandatos políticos. Os dados do período de 2024 se encontram disponíveis no próprio site também para uso; estes também foram utilizados, porém não podem ser solicitados via protocolo, somente os do ano anterior, após todos serem compilados ao fim do ano. Assim, o recorte temporal foi determinado a fim de identificar se houve mudanças significativas dos dados em relação a esses períodos. Foram disponibilizados 36.200 boletins de violência na forma de planilhas do Excel. A partir deles, foram selecionados somente os dados de violência que ocorreram em espaços públicos, excluindo-se aqueles referentes a crimes de violência doméstica, crimes virtuais e não correlatos ao alvo do estudo. Dos resultados referentes aos

espaços públicos, excluíram-se aqueles com erros de digitação no ato de registro do boletim.

Após a filtragem inicial, de 36.200 restaram 11.659 boletins de ocorrências criminais envolvendo violência contra a mulher, por meio de registros policiais. A base amostral dos boletins de violência foi sistematizada no software Microsoft Excel. A classificação dos dados foi feita em tabela. Os campos da tabela mantidos foram: data (hora, dia, mês e ano), dia da semana, bairro, nome jurídico do crime, idade da vítima, raça, escolaridade, profissão e ambiente. E realizou-se a eliminação das categorias data e hora do registro do boletim, cidade onde foi registrado o boletim e nome do departamento de polícia no qual foi registrado o boletim, a fim de filtrar as informações obtidas e fazer uso das demais necessárias para a pesquisa.

Para a melhor visualização e interpretação dos dados, desenvolveram-se gráficos no Microsoft Excel e mapas no AutoCAD, Photoshop e QGIS, de maneira a explicitar os bairros de maior ocorrência desses eventos. Em seguida, elaborou-se um mapa a fim de espacializar esses dados e verificar a concentração, na cidade, das ocorrências. Posteriormente, elaborou-se o gráfico que demonstra os tipos de violência sofridos pelo público-alvo. Desenvolveu-se, também, o mapa para verificar onde cada tipo de crime ocorria na cidade e em qual proporção. Da mesma forma, elaboraram-se gráficos para explicitar o período do dia e horários em que ocorreram os crimes e o gráfico de quantidade de crimes que ocorreram por ano. Por fim, elaboraram-se gráficos para demonstrar o perfil das vítimas, verificando cor da pele, faixa etária, profissão e escolaridade.

Dados de Coletivo de Presidente Prudente, Caminhantes - Mulheres Prudentes.

Esta etapa se utiliza de dados qualitativos que foram requisitados via correio eletrônico à responsável pelo Coletivo Caminhantes – Mulheres Prudentes. O endereço de e-mail da responsável foi obtido por meio das redes sociais da própria coordenadora do coletivo. Enviou-se um texto discorrendo sobre as informações da pesquisa e apresentando a pesquisadora, em conjunto com o anexo da Declaração de Concordância dos Serviços Envolvidos e/ou de Instituição Co-Participante, para autorização do uso dos dados secundários e contendo informações sobre os procedimentos e cuidados éticos da pesquisa. Este se encontra anexado a este

projeto de pesquisa. Cabe destacar que o convite individual por e-mail foi enviado à participante na forma de lista oculta, individualmente, a fim de não permitir a visualização de dados de contato (e-mail, telefone etc.) por terceiros.

Os dados solicitados foram do relatório do projeto Arte Manifesto, que é a base de dados coletados por meio de um questionário e entrevistas realizadas pela coordenadora, que tiveram o objetivo de levantar questões e problemáticas experienciadas pelas mulheres ao caminhar pela cidade de Presidente Prudente, como a violência nos espaços públicos, para posteriormente transformar os dados em arte urbana. Como forma de analisar esses dados disponibilizados, realizou-se a leitura manual destes e verificou-se se estavam atrelados aos objetivos da pesquisa. Para compilar os dados obtidos, foram desenvolvidos gráficos e um mapa por meio dos softwares Excel e QGIS, de maneira a demonstrar o perfil das mulheres que ocupam a cidade de Presidente Prudente, o modo como se deslocam e quais espaços públicos mais utilizam.

De modo que exista uma pequena possibilidade de exposição dos dados armazenados, foi feito todo esforço para que sejam implementadas as medidas de segurança necessárias aos sujeitos e aos dados. Inclusive, foi realizada a ocultação das identidades dos participantes nos produtos intermediários e finais da pesquisa, com a alteração dos nomes destes. Também foram atribuídos os créditos aos autores das fotos e outros documentos usados na pesquisa. Após a pesquisa concluída, os dados que envolvam privacidade pessoal, em qualquer nível, serão apagados, seja em dispositivos físicos de armazenamento, seja em nuvem, e não serão copiados nem repassados para demais acessos. Os dados obtidos pela responsável do Caminhantes foram transcritos em tabelas, gráficos e um mapa, de modo a produzir cartografia para a pesquisa, que possa representar as características sociais dos espaços públicos relacionadas à insegurança feminina.

Dessa forma, todas as informações obtidas foram utilizadas unicamente para fins acadêmicos, e os resultados serão divulgados em publicações científicas. Como benefício da participação da responsável pelos dados, assim que esta pesquisa for concluída, será realizada a devolutiva dos resultados alcançados, que se dará por meio do contato direto com essa participante via e-mail. Além disso, a pesquisa será divulgada nas redes sociais da autora após a devida conclusão, a fim de levar a todas as participantes e à comunidade externa a devolutiva das contribuições alcançadas com o estudo.

Objetivo 3 - Características de uso e ocupação do solo e de infraestrutura urbana dos espaços públicos do centro da cidade

O objetivo buscou identificar as características de uso e ocupação do solo e de infraestrutura urbana dos espaços públicos que apresentaram maiores índices de violência, por meio de pesquisa de campo, com observação in loco. A partir das análises feitas no objetivo anterior, Objetivo 2, o bairro que apresentou maiores índices de violência contra a mulher na cidade foi o Centro. Desse modo, a delimitação do estudo se deu na região central.

Portanto, o levantamento de campo foi feito na região do centro da cidade, no quadrilátero central, entre as avenidas Washington Luiz, Brasil, Manoel Goulart e Cel. José Soares Marcondes, e seu entorno imediato, que se configura ao redor da estrada férrea, integrando espaços como a Praça da Bandeira, a rua exclusiva para pedestres (denominada o calçadão da cidade) e o terminal rodoviário.

Realizaram-se observações diretas intensivas, na modalidade participante, com diário de campo, entre os meses de março e abril de 2024, em três períodos do dia: de manhã (entre 8h e 10h), à tarde (das 15h às 16h) e à noite (das 18h às 20h), nos espaços públicos selecionados, para identificar as características de uso e ocupação do solo e de infraestrutura urbana dos espaços públicos recortados. Em suma, foram coletadas informações do uso do solo, tais quais:

1. Tipologia de usos do solo e gabarito de altura – comercial, residencial, serviço, lazer, etc;
2. Horários de funcionamento dos comércios e serviços;
3. Juntamente, coletaram-se informações de infraestrutura urbana, como:
4. Iluminação pública – qualidade
5. Mobiliário urbano e arborização;
6. Sistema viário – tipologia e sentido das vias;
7. Linha férrea – localização e estado atual.

A observação participante insere a pesquisadora no grupo de mulheres que fazem uso da região central da cidade, tornando-a parte dele, buscando partilhar dessa vivência e experiência ao andar pelo local (Patton, 2002). Portanto, a pesquisadora também realizou o ato de caminhar pelo local analisado durante o

trabalho de campo. A finalidade do uso do instrumento da observação participante é obter uma compreensão profunda das características do espaço e da relação das mulheres com ele, trazendo também a percepção da autora sobre a área de estudo.

O instrumento de diário de campo para a observação participante constitui-se como bastante adequado para o registro dessas percepções, permitindo a melhor organização dos dados para o observador. Os registros do diário de campo foram feitos por meio de anotações, croquis e escrita. Essas anotações colaboram para a produção de dados de uma pesquisa, além de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento (Barros & Kastrup, 2009).

As anotações do diário de campo colaboraram para a produção da cartografia da área central da cidade de Presidente Prudente, as quais foram produzidas com os softwares QGIS e Photoshop. Para caracterização e visualização desses dados, produziram-se mapas (do uso e ocupação do solo, gabarito de altura das edificações e das infraestruturas urbanas, iluminação, hierarquia viária, arborização e mobiliários urbanos), além de análises textuais, da qualidade urbana dos espaços, das infraestruturas e da relação das pessoas com o uso desses espaços.

Inicialmente, a pesquisa pretendia focar a análise na área central da cidade, por conta dos dados iniciais levantados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, que mostraram que os maiores índices de violência contra mulheres encontravam-se no centro. Porém, ao analisar a literatura e relacionar com os dados obtidos com a pesquisa, evidenciou-se que o centro e centralidades urbanas podem ter maiores índices de violência porque são locais onde as pessoas circulam mais a pé e onde mais se deslocam para realizar atividades cotidianas ou ligadas ao comércio, como compras e lazer, ou seja, há maior concentração e fluxo de pessoas, além de o fluxo também decorrer da dinâmica do transporte público.

Desse modo, para aprofundar e trazer uma melhor leitura da área e do tema do trabalho, além de uma conclusão que não fosse errônea, pensou-se em elencar para análise dois bairros que obtiveram números altos de violência e que, somados, totalizam índices maiores de violência, ou o mesmo índice que o Centro obteve. Esses bairros foram o Ana Jacinta e o Humberto Salvador; coincidentemente, ambos são conjuntos habitacionais de interesse social e se concentram em localidades periféricas na cidade. Desse modo, foram realizadas análises semelhantes às feitas no centro, por meio de observação in loco e diário de campo.

Objetivo 4 - Percepção das Mulheres Sobre a Insegurança nos Espaços Públicos do Centro da Cidade.

Este objetivo se utilizou de questionário como instrumento de pesquisa qualitativa, por meio do Google Forms. Este tem como finalidade auxiliar na compreensão de como as características de uso e ocupação do solo e infraestrutura urbana estão relacionadas à violência e influenciam a experiência da mulher no uso dos espaços públicos, por meio da percepção destas, fazendo-as responder sobre a segurança e a insegurança percebidas por elas.

Conforme exposto no início deste capítulo, as definições metodológicas deste trabalho determinam a aplicação de questionário, ao passo que o uso dessa ferramenta permite obter grande quantidade de dados em pouco tempo, atingir um grande número de pessoas simultaneamente, além de facilitar a padronização e comparação dos dados.

A execução da etapa do questionário aconteceu em duas fases: primeiramente, foi realizado o pré-teste do questionário; a ação visa testar o instrumento antes da utilização definitiva. A aplicação ocorreu ao longo do mês de março, em uma pequena parte da amostra, com 20 mulheres, para validar as perguntas e verificar falhas. Depois de aplicar o pré-teste, revisaram-se os conteúdos e a estrutura e foram feitos os ajustes necessários. Eliminaram-se as questões desnecessárias e foram corrigidas aquelas que geraram dúvidas entre as respondentes. Qualquer execução do processo do questionário ficou condicionada à aprovação da pesquisa no Comitê de Ética. O pré-teste objetiva compreender possíveis fragilidades do desenho; desse modo, após revisão da ferramenta, esta foi submetida ao Comitê de Ética por meio de emenda do projeto de pesquisa.

Após a reformulação, o link para o TCLE e o questionário foi divulgado por meio de redes sociais: Facebook, Instagram e grupos de WhatsApp. As participantes tiveram acesso a esses documentos via Google Forms. Também foi esclarecido que, antes de responder às perguntas, era necessário que as respondentes assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a sua anuência. A aplicação desse questionário definitivo se iniciou ao longo do mês de maio e foi finalizada no mês de agosto de 2024, e foram obtidas 656 respostas.

O questionário busca abordar a relação e a percepção entre as pesquisadas sobre o espaço urbano: como o qualificam e como se apropriam dele; o

sentimento de segurança e/ou medo e como isso afeta sua vivência do espaço da cidade; como se deslocam pela cidade, forma e qualidade dos acessos, e quais equipamentos ou serviços públicos e/ou urbanos as auxiliaram nessa demanda. Tais dimensões de interesse foram determinadas ao longo da pesquisa teórica, conforme discutido no início deste capítulo. Para alcançar essa finalidade, foi utilizado como referência para elaboração das questões o questionário do Manual de Análise Urbana, Gênero e Vida Cotidiana – Mapa da Cidade Proibida para as Mulheres (Goikoetxea & Mendez, 2010). Este auxilia na elaboração e no trabalho com táticas de pesquisa, como questionários e formulários, em estudos sobre segurança urbana feminina.

Completando, no questionário são feitas perguntas a fim de traçar o perfil socioeconômico das mulheres participantes, questionando sobre renda, idade, profissão, estado civil e existência, ou não, de filhos, além do bairro em que vivem, permitindo organizar espacialmente e socialmente as informações e resultados obtidos pela pesquisa.

Esses dados de caráter social foram inseridos no questionário por conta dos argumentos de Pain (2000) e Rodó-Zárate (2019), expostos anteriormente, de que os crimes e os medos das mulheres também possuem relação social, não sendo iguais para todas as mulheres. Ao passo que questões como idade, renda e etnia diferenciam a quantidade de vítimas de crimes, além do tipo e da intensidade do medo que elas sentem.

Buscou-se alcançar com o questionário mulheres com faixa etária acima de 18 anos, residentes na cidade de Presidente Prudente, com diverso perfil socioeconômico e cultural, além de garantir a abrangência do território da cidade. A faixa etária das respondentes do questionário foi definida por meio do Objetivo 3, com os boletins de ocorrência da Secretaria de Segurança Pública, em que foram levantados dados que evidenciaram que o maior número de vítimas de violência na cidade foi de mulheres acima de 18 anos, visto que as maiores vítimas estavam entre 20 e 50 anos.

Assim, foi apresentada, no início do questionário, a filtragem por faixa etária para a participante prosseguir e o responder, a fim de não haver a necessidade de descarte de dados e perda de tempo por parte da respondente. Desse modo, a seleção dos questionários a serem analisados se deu pela eliminação de respostas incompletas e de menores de idade.

Pretende-se atingir, ao final, no mínimo, 250 respostas advindas destes. O número da amostra foi elaborado a partir de um cálculo amostral que foi efetuado pela plataforma de pesquisa e cálculo amostral Comento (Comento, 2024), no qual se utilizaram, para o cálculo, os parâmetros da população da cidade de Presidente Prudente, o número total de mulheres residentes segundo o censo do IBGE de 2022. Porém, o número final de respostas obtidas foi de 626.

Os dados dos questionários foram sistematizados e tabulados para elaborar tabelas, gráficos e mapas por meio dos softwares Excel e QGIS. Como resultado dessa análise, pretendeu-se, com as respostas obtidas com o questionário, identificar as percepções das mulheres sobre os espaços públicos inseguros e seguros e as características físicas desses espaços que influenciam essa segurança. Com isso, aplicaram-se as teorias que relacionam os elementos urbanos e a violência, conforme identificadas no Objetivo 1. O questionário e as temáticas das questões podem ser visualizados no quadro 1.

Quadro 1 - Temáticas e questões presentes no questionário

Etapa de análises e suas temáticas	Questões
1) Perfil socioeconômico do respondente	1.1 Qual a sua faixa etária?
	1.2 Qual a sua cor/etnia?
	1.3 Qual seu nível de escolaridade?
	1.4 Qual sua renda mensal (individual)?
2) A cidade (Análise macro)	2.1 Você reside na cidade de Presidente Prudente?
	2.2 Em que bairro você reside?
	2.2.1 Você se sente seguro neste bairro?
3) Acesso e modo de deslocamento (análise macro)	3.1 Como você se desloca na cidade?
	3.2 Você se sente mais insegura em algum destes deslocamentos / meios de transporte? Por quê?
	3.3 Você se sente segura ao andar em (alternativas para análise do tipo de movimento nas ruas, mais pessoas ou mais carros)
4) Espaços seguros e inseguros para as mulheres (O centro: Apropriação do espaço e segurança - Análise micro)	4.1 Você frequenta o centro?
	4.2 Na sua opinião, qual (is) o(s) local(is) no centro as mulheres devem evitar? (questão com mapa do centro da cidade para a pessoa se situar)
	4.2.1 Por que estes locais devem ser evitados?
	4.2.2 Você considera que estes lugares podem ser identificados como lugares onde ocorreram algum tipo de violência ou que são perigosos para as mulheres?
	4.2.2.1 Caso não considere, acrescente os lugares que considera como lugares perigosos ou onde aconteceram violência contra a mulher na cidade
	4.2.3 Em que período do dia se deve evitar estes locais?
	4.3 Na sua opinião, qual(is) o(s) local(is) no centro as mulheres podem frequentar com segurança?
	4.3.1 Por que estes locais podem ser frequentados?

Fonte: Autora (2023).

E no Anexo A desta pesquisa encontra-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi usado e enviado junto ao questionário às participantes, contendo informações sobre os procedimentos e cuidados éticos da pesquisa. A Declaração de Concordância dos Serviços Envolvidos e/ou de Instituição Co-Participante situa-se no Anexo B, e foi utilizada para o uso dos dados secundários da responsável pelo Coletivo Caminhantes – Mulheres Prudentes.

Cabe destacar que o questionário permite dar visibilidade e voz para que as mulheres expressem o que vivenciam, o que demandam e reivindicam. Ele também auxilia em dar visibilidade aos casos de violência que elas sofrem ou dos quais são vítimas. Os dados obtidos com a pesquisa têm por intuito auxiliar na produção de cartografias que possam representar as características dos espaços públicos e a relação delas com a insegurança feminina, para que, posteriormente, possam ser acessados por todas que participaram direta ou indiretamente da pesquisa, a fim de levar às participantes e à comunidade externa a devolutiva das contribuições alcançadas com o estudo.

Para produzir tais cartografias, as categorias de análise que estão sendo utilizadas nesta pesquisa são: espacial (a fim de identificar a qualidade dos espaços públicos da cidade de Presidente Prudente e relacionar com o fenômeno da violência) e social (buscando traçar o perfil socioeconômico das mulheres vítimas deste fenômeno e analisar a percepção das mulheres sobre os espaços públicos inseguros e seguros).

1 A MULHER E O ESPAÇO URBANO - UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA SOBRE DESIGUALDADES E O PATRIARCADO

As cidades refletem os valores de nossas sociedades, marcadas por profundas desigualdades devido a um sistema patriarcal, capitalista, racista e colonial. Os espaços urbanos materializam hierarquias e desigualdades, reproduzindo relações de poder estruturais. É crucial repensar as cidades com critérios feministas, de igualdade e cuidado. Assim, revela-se uma falha histórica no urbanismo: a ideia de projetar para um sujeito neutro e universal. Isso exclui minorias que não se enquadram nesse padrão.

O urbanismo feminista, representado pelo coletivo Punt6, propõe uma mudança de prioridades na sociedade, colocando a vida cotidiana das pessoas no centro das decisões urbanas. Este movimento destaca a importância das tarefas reprodutivas e dos cuidados, muitas vezes realizadas por mulheres, e promove a corresponsabilidade social e coletiva no desenvolvimento dessas atividades. A abordagem feminista reconhece que as cidades são espaços de evolução e conflito, exigindo novas perspectivas e formas de agir para beneficiar a diversidade e a complexidade da vida urbana. Este movimento reivindica uma visão mais abrangente da cidade, considerando seus aspectos físicos, sociais, econômicos, ecológicos e culturais (Punt6, 2019).

O feminismo é o direito à liberdade, a existir com dignidade, participar de espaços de poder e decisão, direito ao próprio corpo, a viver livre de violências e, principalmente, o direito de viver em condições de igualdade e equidade com os homens. Dessa forma, uma cidade feminista é aquela em que as mulheres são participantes igualitárias de todos os aspectos da construção, onde elas fazem parte do planejamento urbano e seus corpos não são empecilhos para usufruir dos espaços públicos (Kern, 2021).

Segundo Kern (2021), a cidade feminista representa uma visão não somente do grupo dominante (masculino), mas também a preocupação com as necessidades de grupos historicamente marginalizados (mulheres), vendo a cidade da perspectiva de quem foi excluída dela por muitas décadas.

Como o grupo foco desta pesquisa são as mulheres, indicadas em diversos estudos, tanto historicamente como nos dias atuais, como as que mais fazem uso dos espaços da cidade, porém com mais restrições, cabe primeiramente

conceituar o termo gênero e seus significados, o qual se dispõe como categoria de análise da mulher, e posteriormente apresentar como se dá esta construção histórica da sua insegurança e dos acessos desiguais na experiência feminina no espaço urbano.

A expressão “gênero” tem sido usada para ressaltar as diferenças entre mulheres e homens. Ela tem se tornado cada vez mais frequente na universidade, na literatura sobre o tema, nos jornais, em revistas e em debates. A discussão sobre gênero é, na verdade, um novo momento ou um desmembramento da luta da mulher, que teve como suporte o movimento feminista e seu ativismo político pela igualdade de direitos e de oportunidades, bem como suas lutas contra a subordinação e a discriminação da mulher (Gonzaga, 2004).

O termo gênero é entendido como uma construção social do feminino e do masculino, por meio da qual a sociedade define determinadas características, comportamentos e responsabilidades estereotipadas aos homens e às mulheres. Está intrinsecamente ligado às relações de poder e à hierarquia patriarcal presentes nas relações urbanas e domésticas (Kern, 2021).

Historicamente, a cultura patriarcal milenar coloca as mulheres na condição de seres inferiores. Nas sociedades patriarcais, os homens possuem privilégios e subjugam as mulheres por meio de vários mecanismos de dominação. A construção histórica da sociedade que levou à consolidação do sistema patriarcal acarretou desigualdades e exclusões de classes e gêneros (Kern, 2021).

Esse sistema patriarcal foi se instaurando na sociedade e reforçou paradigmas e rígidos papéis de gênero e regras de comportamento para mulheres e homens. Ou seja, esse sistema desenvolveu as desigualdades em relação à mulher. Mas as organizações humanas nem sempre foram patriarcais. Estudos antropológicos indicam que, no princípio da história da humanidade, as sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares. Mas essa realidade foi mudando na medida em que se passou a modos de vida sedentários, culminando na valorização da posse e da propriedade. Com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, da descoberta da participação do homem na reprodução e, mais tarde, com a propriedade privada, as relações passaram a ser monogâmicas para garantir a herança de filhos legítimos e, com isso, o corpo e a sexualidade da mulher passaram a ser controlados. Assim, vale ressaltar que o patriarcado não é algo natural do ser

humano. Ele é um sistema social construído ao longo da história, que se articula com outros sistemas de dominação, como o capitalismo (Saffioti, 2015).

Em todos os períodos históricos, as mulheres enfrentaram desafios para ocupar espaços na sociedade; no momento em que o gênero feminino tenta reivindicar sua posição, acontece uma revolta coletiva. Na atualidade, apesar de existirem mudanças significativas e pactos formais regidos por leis que preveem a igualdade entre homens e mulheres, a luta por espaços na cidade segue constante. Segundo Saffioti (2015), isso se dá justamente pelo papel histórico ao qual a mulher e seu corpo foram submetidos no processo de construção dessa sociedade patriarcal. As mulheres sofreram um processo de degradação coletiva, colocando-as sempre em posição de inferioridade e trazendo à tona uma luta por respeito e equidade na cidade.

Segundo Villagrán (2016), o patriarcado é o sistema social em que os homens adultos detêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Modelo sociopolítico em que o gênero masculino e a heterossexualidade exercem supremacia e poder sobre os demais. Esse modelo se manifesta na organização social, legal, política, econômica, em diferentes culturas. A palavra patriarcado se origina da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem, comando). A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder.

Em relação a seu contexto histórico, o patriarcado é uma criação formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos até ser concluído, ocorrendo dentro do Antigo Oriente Médio, em ritmos e tempos diferentes em diversas sociedades distintas. O patriarcado se iniciou como um estado arcaico, sendo uma organização totalmente voltada à família patriarcal. Os estados arcaicos foram organizados no modelo patriarcal; assim, desde sua criação, o Estado teve interesse importante na manutenção da família patriarcal. Essa organização criava normas e princípios em relação à definição de gênero, apropriando-se da função sexual e reprodutiva das mulheres, que eram tidas como objetos (Kern, 2021).

A sociedade atual, patriarcal, ganha ainda mais ênfase com o fortalecimento do capitalismo. Segundo Federici (2004), a transição para o capitalismo foi primordial para a degradação feminina, onde ocorreu a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e das relações homem-mulher, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal, reafirmando o caráter construído dos

papéis sexuais na sociedade capitalista. O capitalismo não se trata da libertação humana, mas sim da libertação dos homens, até porque, durante todo esse processo, as mulheres eram tratadas como seres inferiores, regidas por normativas sociais rígidas e limitadoras, retirando qualquer resquício de autonomia e liberdade do coletivo feminino. Nesse novo contexto instaurado, a mulher volta a perder quaisquer direitos sobre si mesma ou sobre a cidade, tendo um papel unilateral de servir às necessidades sociais e às autoridades masculinas (pais, irmãos, maridos, senhores feudais) e ao Estado, mas nunca a si mesma.

Mesmo com diversas conquistas e evoluções sobre os direitos das mulheres, a função da mulher na sociedade atual começou a ser definida quando os homens assumiram a posição de seres superiores. Desta forma, a mulher do século XXI ainda está condicionada a conviver com estereótipos e padrões arcaicos (Federici, 2004).

Percebem-se também os reflexos da dominação masculina sobre os corpos femininos e sobre a objetificação das mulheres, em que o coletivo feminino é atrelado ao papel de satisfazer o prazer físico masculino, assim como na Idade Média. A história evidencia que o corpo feminino está constantemente colocado a público: ora pela exaltação do poder de reprodução, como na Pré-história, ora pelo uso de seus corpos como instituições fabris pelos homens, sendo objeto apenas para seu uso. As mulheres foram exploradas e reduzidas à função de reprodução durante anos, tendo seus corpos vistos como máquinas de trabalho. Dessa maneira, a mulher passa a ser propriedade pública, reduzida a meros ventres, tornando-se refém de seu próprio corpo e das questões que limitam os espaços urbanos tidos como “adequados” para corpos femininos (Kern, 2021, p. 13).

Vinculado às crenças culturais a respeito da mulher e de seus corpos, entende-se que, para as mulheres, o corpo pode ser fonte de identidade e resistência, mas também pode ser uma prisão (Federici, 2004), por ser fonte de insegurança feminina. Devido às barreiras criadas pelos corpos e à sexualização deles, a mulher limita seus espaços na cidade, horários de uso do espaço público, assim como suas vestimentas, por medo das violências urbanas específicas do gênero, como assédio sexual. Essas limitações têm o intuito de tornar o transitar feminino minimamente desconfortável. A mulher se torna refém do espaço criado pelos homens, ficando à mercê de sua cultura e de seu machismo, e acabam por se desenvolver diversos medos do espaço, sendo impedida de associar o caminhar a uma atividade

exclusivamente prazerosa, fazendo com que tenha muitas preocupações e ressalvas sobre seu deslocamento.

Assim, ao relacionar gênero e planejamento do espaço urbano, destaca-se que o espaço urbano não é neutro. As cidades têm significativa relação com o uso e ocupação que o mundo masculino faz delas. Foram idealizadas e erguidas dentro dessa perspectiva, em que a presença da mulher era ignorada e, portanto, desconsiderada no tocante às escolhas sobre que forma e função os espaços públicos teriam e como seriam acessados (Pelegri, 2020).

As cidades atuais cresceram, em sua maioria, de maneira desordenada. Com isso, sua morfologia e seus elementos urbanos foram pensados juntamente com suas formações. Dentro de uma sociedade patriarcal, onde o machismo é predominante, a construção das cidades foi realizada por homens desconsiderando as problemáticas relacionadas às mulheres, como a violência e a insegurança feminina ao caminhar na cidade. Ou seja, o urbanismo acaba se refletindo na construção da sociedade, com uma visão universal, de discurso dominante, onde as cidades foram planejadas por homens e para homens (Pelegri, 2020).

Um exemplo dessa visão é o homem vitruviano, obra de Leonardo da Vinci e de Vitruvius, utilizado como medida universal para projetar. E o Modulor, do arquiteto Le Corbusier, uma figura masculina apresentada como a escala de todas as coisas: um sistema de medidas em escala humana a partir da proporção áurea. A ideia do Modulor era possibilitar a definição de uma escala universal para os projetos arquitetônicos.

Relacionando a dicotomia público e privado, que acaba privilegiando os homens e os inserindo mais nos espaços públicos e nos locais de trabalho, e não no lar, Gehl (2013) argumenta que as cidades, há cinquenta anos, têm sido projetadas para os carros. E os homens são os que mais utilizam transportes individuais (Villagrán, 2016). Logo, essa visão do urbanismo descrita por Gehl, que, segundo ele, ainda persiste majoritariamente nos dias atuais, reforça as lógicas patriarcais.

É possível reconhecer, então, as diversas formas com que a discriminação de gênero afeta as experiências das mulheres na cidade: desde o acesso limitado aos recursos, equipamentos e infraestrutura urbana, o risco cotidiano de serem violentadas nas ruas e no transporte público, as responsabilidades advindas

de seu papel de gênero, e as desigualdades de representação política, participação em espaços de decisão, salarial e de oportunidades.

Esses aspectos revelam as diferenças entre a vivência feminina e a masculina no espaço urbano e representam obstáculos que impedem as mulheres de se apropriar de seu lugar público, como no medo e na violência experienciados nos espaços públicos, interferindo, assim, em seu direito à cidade. E o espaço público das cidades acaba servindo de palco para manifestações e reivindicações pelos direitos das mulheres e da sociedade. A partir desse contexto, busca-se a compreensão dessas manifestações que ocorrem nos espaços públicos em relação às mulheres.

1.1 A MULHER E O DIREITO À CIDADE - A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E AS MANIFESTAÇÕES DE INSEGURANÇA E VIOLÊNCIA

O espaço público, como ambiente de interação social, desempenha papel fundamental na reprodução de conceitos e concepções entranhados na cultura de cada sociedade. Neste contexto, o espaço público se torna palco de inter-relações sociais que alimentam esse processo de produção e reprodução do espaço. Para a compreensão da insegurança feminina, ocasionada pela violência e pelo medo da violência, os quais se tornam entraves diante da ocupação dos espaços públicos pelas mulheres, é pertinente o entendimento de como se dá essa ocupação e o acesso delas aos espaços públicos. Posteriormente, contextualiza-se a violência sofrida por elas e o medo nesses espaços.

A insegurança feminina no âmbito do caminhar ou na utilização dos espaços públicos se dá por meio do medo e da violência, como práticas de assédio e abuso sexual. Segundo Saffioti (2015), a violência de gênero (em todas as suas formas e tipos) é estratégica para a manutenção do patriarcado; ou seja, essa violência não pode ser considerada uma herança do patriarcado porque se mantém como mecanismo ativo de controle social.

Essa opressão e dominação masculina era tão enraizada na sociedade que até mesmo as leis da época refletiam esse desequilíbrio de poder, dando aos maridos o direito de maltratar suas esposas e permitindo o homicídio em caso de adultério. Isso apenas incentivava ainda mais a violência contra as mulheres.

A legislação, trazida pelos portugueses, perdurou por cerca de 350 anos no ordenamento jurídico brasileiro, mantendo as mulheres em posição de submissão e vulnerabilidade.

O fenômeno da violência, principalmente contra as mulheres, é um tema complexo e carregado de significados históricos e sociais. Na raiz desse problema está o sistema patriarcal, que subjuga, humilha e traz desigualdades em relação às mulheres. A construção do papel do homem e da mulher dentro do modelo patriarcal de sociedade influencia o homem a ser o agressor e a mulher a vítima. Esse sistema de poder permite aos homens atuar de modo agressivo e impor seu domínio/controlar sobre a mulher (Saffioti, 2015).

A enorme quantidade de casos de feminicídio no Brasil faz parte da cultura que naturaliza a violência contra a mulher. A manifestação mais marcante do machismo é a violência contra as mulheres, presente no dia a dia pelo simples fato de serem mulheres. Desde a época colonial, fosse nos engenhos ou nas vilas e cidades, o poder sempre esteve nas mãos dos homens. As mulheres negras eram escravizadas, humilhadas e violentadas por seus senhores. As mulheres brancas, quando casadas, também pertenciam a seus maridos, que podiam bater e até matá-las sem que houvesse nenhuma consequência. Apesar de transformações históricas, o machismo se manteve e se consolidou como parte estrutural da cultura brasileira (Pelegri, 2020).

Essa perpetuação do machismo é evidenciada nos dados alarmantes sobre violência contra a mulher no Brasil. De acordo com os dados de violência contra a mulher, o Brasil está entre os países mais violentos do mundo para as mulheres. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), a cada 11 minutos uma mulher é estuprada nas ruas, a cada 2 horas uma é assassinada e 503 mulheres são vítimas de agressão a cada 1 hora (DataFolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017).

Do ponto de vista conceitual, a definição de violência é abrangente e pode assumir diversas formas, incluindo aquelas de natureza psicológica, física ou sexual, como assédio verbal e físico até agressões mais graves (Brasil, 2024). Isso pode comprometer não apenas a liberdade de locomoção e expressão das mulheres, mas também sua segurança e bem-estar emocional. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a violência contra a mulher oferece as seguintes definições, moral e psicológica:

Violência de gênero: violência sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino; violência moral: ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher; violência psicológica: ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal (Brasil, 2024).

Ao relacionar com os tipos de violência citados contra a mulher, os quais mais ocorrem em espaços públicos, Kern (2021) argumenta que, geralmente, nas vias públicas, prevalecem práticas ilegais — assassinatos, roubos, assaltos, estupros, lesões corporais, agressões, dentre outros —, notadamente violência física, sexual e roubo.

Estatisticamente, as mulheres vivenciam suas viagens no espaço público com a constante preocupação de sofrer alguma “agressão” ou “assédio”. Em outra pesquisa, “Viver em São Paulo: Mulher”, realizada em dezembro de 2019, revela-se que, na cidade de São Paulo, 63% das mulheres já sofreram algum tipo de assédio nas ruas — ou seja, mais de 3 milhões de mulheres. Esse estudo, realizado em 2019, foca nas experiências das mulheres que vivem em São Paulo e analisa tanto a percepção do peso das tarefas domésticas quanto a violência contra as mulheres nos espaços privados, de trabalho e públicos. Sobre a natureza das agressões na cidade, a pesquisa indica que 41% das mulheres participantes já receberam agressões verbais, 39% receberam flertes e assobios e 22% receberam comentários negativos sobre sua aparência em público ou sofreram perseguição.

Quando a pergunta é “onde”, os pontos indicados como mais ameaçadores são: rua (46%); transporte público (24%); bares e casas noturnas (8%); pontos de ônibus (7%); e trabalho (5%). Evidencia-se, pelos dados de tais pesquisas, que as violências que ocorrem com as mulheres são, em sua maioria, em espaços públicos (DataFolha, 2019).

Essa violência urbana muitas vezes impõe insegurança e limita a liberdade de circulação das mulheres, ressaltando a necessidade de assegurar um ambiente urbano seguro e inclusivo para todas. Conforme defendido por Lefebvre (2011), em sua teoria sobre o direito à cidade, a violência contra as mulheres em

espaços públicos é um problema social derivado das relações de poder e de uma sociedade culturalmente machista. Apesar de muitas formas de violência contra as mulheres serem criminalizadas atualmente, a sociedade ainda minimiza e tolera essa violência, naturalizando-a e tornando-a invisível em muitas situações. A violência contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos e uma expressão extrema das desigualdades de gênero (Villagrán, 2016), sendo fundamental enfrentá-la para proporcionar condições de vida dignas às mulheres.

De acordo com Lefebvre (2011), o direito à cidade significa o direito dos cidadãos e dos grupos que eles constituem, com base nas relações sociais, de figurar em todas as redes e circuitos de comunicação, de informação e de trocas. Ou seja, o direito à cidade é o direito à moradia adequada, à gestão democrática de qualidade, aos serviços públicos adequados, ao planejamento urbano e ao direito à mobilidade urbana. É um apelo e uma exigência que só podem ser formulados como direito à vida urbana, transformada e renovada. Nesse sentido, o direito à cidade não pode ser entendido como uma demanda por infraestrutura, equipamentos urbanos ou habitação social por si só. Esses benefícios podem muito bem ser proporcionados sem que nenhuma ruptura ocorra em relação ao modo de produção capitalista e, conseqüentemente, à maneira hierarquizante e segregadora como o espaço é produzido e apropriado (Lefebvre, 2011).

Pensar o direito à cidade implica compreender que, para que ele se efetive, as políticas públicas precisam considerar os trajetos percorridos pelas diferentes populações e realidades brasileiras, entendendo seu papel fundamental na diminuição da desigualdade nos âmbitos raciais, de gênero e de condição social, como as pessoas em situação de maior vulnerabilidade, permitindo a participação dessa população nos espaços decisórios sobre o desenho e o uso e ocupação da cidade.

O direito à cidade para todos é uma condição subjetiva inserida em um contexto social, econômico e territorial de relações e interesses difusos, coletivos, conflitantes ou não — direito que reclama o reconhecimento da diversidade como protagonista na conquista do bem comum (Lefebvre, 2011).

Ao abordar o direito à cidade sob a ótica de gênero, é possível identificar e enfrentar desigualdades e injustiças que afetam as mulheres em contextos urbanos, contribuindo para a criação de cidades mais inclusivas, seguras e

igualitárias para todos. Diante disso, destaca-se a importância de garantir que suas necessidades e experiências sejam consideradas no planejamento e desenvolvimento urbano, por meio da criação de políticas públicas.

Segundo dados do governo federal, são as mulheres que mais ocupam os espaços das cidades, produzindo ou não, circulando e habitando, interferindo, voluntária ou involuntariamente, por meio de sua presença na construção e manutenção da sociedade brasileira. As brasileiras são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias e possuem expectativa de vida de 77 anos (Pelegrini, 2020).

Sob essa perspectiva, o debate pelo direito à cidade para as mulheres inclui diversas dimensões, as mesmas que são pilares de sustentação do direito à cidade: a dimensão política, a simbólica e a material. Cabe destacar que as conflituosas questões de gênero devem ser enfrentadas por homens e mulheres para que a mudança na mentalidade e na cultura possa garantir a produção de espaços urbanos mais acolhedores, tais como ruas amplas, seguras e iluminadas, bem como usos de serviços mais equitativos e efetivos, como o transporte público (Pelegrini, 2020). Para os deslocamentos diários realizados nas cidades, não seria possível defender que essa reivindicação é ampla e geral quando se sabe que as mulheres são as grandes vítimas de violência urbana, de acordo com pesquisa da ActionAid (2017).

Embora as mulheres estejam presentes na vida urbana, as cidades, em geral, não são projetadas para elas, e nem por elas. Como resultado, o espaço público parece não pertencer ao público feminino, exigindo delas uma série de condutas socialmente definidas, como comportamento, vestimenta, horários de circulação e companhia. Por isso, destaca-se a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero no planejamento urbano, visto que homens e mulheres têm papéis diferenciados, e suas necessidades também são diferenciadas (Gonzaga, 2004). Quem planeja a cidade precisa conhecê-las e, mais do que isso, entendê-las. Essas condições, interesses e necessidades são diferenciadas, na saúde, na educação, no emprego, na estrutura familiar, no lazer e na mobilidade; é necessário o reconhecimento dessas diferenças para permitir um acesso mais igualitário à cidade, que nada mais é do que o direito à vida urbana.

A mobilidade urbana é uma das experiências que mais incidem diretamente na qualidade de vida das pessoas na cidade, especialmente quando o acesso a espaços públicos de cuidados, lazer e outros serviços é dificultado. Dito

isso, como exposto anteriormente, a liberdade das mulheres no espaço público muitas vezes é limitada pela imposição de padrões morais que as reduzem a uma condição de sujeitas privadas, o que contradiz e restringe seu direito fundamental à cidade e à livre circulação (Villagrán, 2016). Isso resulta na restrição da liberdade das mulheres no ambiente urbano, violando o princípio constitucional do direito de ir e vir, estabelecido na política urbana desde a Constituição de 1988.

A política pública é responsável por essa iniquidade quando o planejamento urbano é organizado de forma homogênea, como ocorre na maioria das grandes cidades, pensando em um usuário padrão, nesse caso, frequentemente, os homens. Os problemas aumentam, já que a mobilidade restringida produz desigualdades. As vivências urbanas e suas rotinas cotidianas são diferentes entre homens e mulheres, e a experiência da mobilidade não é igual para todas as pessoas (Gonzaga, 2004).

As mulheres usam a cidade e se movem por ela de modo bastante diferente dos homens. Tais diferenças têm raízes no conceito de gênero, constitutivo das relações sociais e a partir do qual os papéis designados para homens e mulheres são social e culturalmente construídos. Assim, há aspectos da socialização feminina estereotípica e da divisão sexual do trabalho que resultam em diferentes vivências para homens e mulheres no espaço urbano, o que se reflete nas escolhas da forma de se locomover pela cidade (Gonzaga, 2004).

Os desafios das mulheres sobre o direito à cidade são reflexos dessa divisão sexual do trabalho sobre a produção dos espaços urbanos, que funciona a partir da hierarquização do trabalho produtivo e reprodutivo. Ou seja, nas sociedades, as lógicas patriarcais se expressam no espaço urbano por meio dessa divisão sexual do trabalho, com a construção de dicotomias geográficas, público e privado, que reforçam estereótipos e papéis femininos e masculinos (Santoro, 2019; Villagrán, 2016). Esse conceito segrega as esferas, o que é público do que é privado, excluindo a mulher do espaço público e deixando-a somente nos espaços privados do lar.

A construção dessa dicotomia, público e privado, surge como uma das principais ferramentas do patriarcado, com a função de comprometer a liberdade das mulheres e excluí-las dos espaços de poder e de tomada de decisão. Essa dicotomia foi consolidada durante a época da industrialização. A diferença biológica começou a ser utilizada como justificativa “natural” para as diferenças entre os papéis e construções de gênero e para a divisão sexual do trabalho. Além disso, foi nessa

época que se estabeleceu o que viria a ser a ideia liberal da família burguesa, na qual o marido/pai é o sustentador econômico e a mulher/mãe é a governanta da casa, a fórmula mais eficaz e produtiva que o capitalismo industrial criou para a organização do trabalho, para os negócios e para a vida social (Punt6, 2019).

Assim, com o revolucionar do capitalismo, essas lógicas acabaram estabelecendo as funções de reprodução social (vida privada) como função exclusiva das mulheres, deixando-as com o trabalho do cuidado, tipo de trabalho designado às mulheres até os dias atuais: trabalho doméstico/da casa e cuidado dos filhos e demais familiares. Ao passo que as tarefas da produção da vida (vida pública) se tornaram função dos homens, ocorrendo a separação entre o local de trabalho e a casa (Punt6, 2019). Essa divisão iniciou o processo de restrição das mulheres na apropriação dos espaços públicos, que perdura até hoje.

Do mesmo modo, como ressalta Perrot (1988):

O final do século XIX marca a constituição de espaços distintos: o privado e o público, excluindo as mulheres deste último. O discurso que vigorava na época na França e que provocava reflexos também no Brasil apoiava-se nas pesquisas da medicina e da biologia que comprovavam a existência de duas espécies com qualidades e aptidões particulares: “aos homens o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão; às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” [...] atribuindo para cada um dos sexos tarefas e espaços específicos [...] O modo de produção capitalista reforça essa ideologia quando estabelece esta separação: da produção, incumbe-se somente o homem; da reprodução, há cooperação de ambos os sexos; e o consumo é o espaço que pertence às mulheres. O domínio das mulheres é o espaço doméstico e o da “dona de casa”, a responsável por cuidar dos filhos e gerir a economia doméstica, denominação imposta tanto para a mulher burguesa como para a operária (Perrot, 1988, p. 177).

É importante reconhecer, então, que o espaço urbano não funciona de forma imparcial, mas como elemento de ordenamento das relações humanas. Sua produção é reflexo do patriarcado e do capitalismo, o que pode perpetuar as desigualdades provenientes desses sistemas. Villagrán (2016) destaca que a geografia feminista, ao se fundar no âmbito mundial, assume o compromisso de confrontar o androcentrismo que persiste na ciência geográfica, que trata o homem

como centro da humanidade e principal agente das transformações na paisagem, invisibilizando as mulheres.

Por isso, elas são as mais prejudicadas pela precariedade da infraestrutura urbana, como iluminação e transporte, e pelas más condições das ruas e das praças, dificultando a realização de suas atividades cotidianas. Tal papel gera jornadas duplas e até triplas de trabalho, impedindo-as de se inserir no mercado de trabalho em condições igualitárias, o que se rebate na discriminação salarial e de oportunidades de emprego. O conceito tradicional de trabalho produtivo e remunerado invisibiliza a importância das atividades reprodutivas para a manutenção e funcionamento da cidade, fazendo com que as demandas espaciais e urbanas das mulheres, ocasionadas pelo papel de gênero, sejam excluídas e negligenciadas do planejamento das cidades.

A principal pesquisa que analisa os padrões de mobilidade urbana de São Paulo é a Pesquisa de Origem-Destino (OD), realizada a cada 10 anos pelo Metrô desde 1967, com a última aferição em 2017, e cujos resultados são apresentados de forma agregada, o que dificulta leituras com recorte de gênero.

A pesquisa mostra que as mulheres são as que mais utilizam os espaços da cidade, realizando deslocamentos distintos dos homens. Estes fazem trajetos mais curtos e diretos, preferindo transportes individuais para ir de casa para o trabalho. Por outro lado, as mulheres caminham mais, usam mais transportes públicos e bicicletas, em deslocamentos mais demorados e poligonais, devido às múltiplas jornadas de trabalho e responsabilidades com cuidados familiares, como levar filhos à escola, ir ao mercado etc.

Outro aspecto que impacta fortemente a mobilidade urbana são características demográficas, como idade, renda, classe social e educação. Por exemplo, mulheres de classe social mais baixa e negras são as principais usuárias de transporte público, porém enfrentam restrições de acesso às oportunidades, devido à pobreza e ao esquecimento nas políticas de mobilidade urbana. Essas questões desenham cidades desiguais e excludentes e impõem a necessidade de relativizar as análises com recorte de gênero (Gonzaga, 2004).

No que diz respeito ao gênero e à mobilidade urbana, há um aspecto crucial nessa interação que não pode ser ignorado: a insegurança e a violência contra as mulheres, que se situam como um entrave. o abuso sexual ou assédio no transporte público e o medo ao caminhar são apenas alguns exemplos desse

problema. Nos países desenvolvidos, houve, nas três últimas décadas, crescente reconhecimento da importância de integrar as questões de gênero em pesquisas que orientam as estratégias e o planejamento urbano, como nas políticas de mobilidade voltadas para melhorar a segurança das mulheres (Villagrán, 2016). É fundamental considerar a perspectiva de gênero ao planejar o transporte público e as políticas urbanas, visando garantir um ambiente mais seguro e acolhedor para todos.

Desse modo, a violência nos espaços públicos é obstáculo para as mulheres exercerem seu direito à mobilidade. Mesmo que hoje as mulheres tenham passado a ocupar mais os ambientes urbanos, ainda existe um medo latente de se locomover com liberdade. Por exemplo, é comum evitarem lugares com pouca iluminação, com grande fluxo de homens, ou a circulação pelas ruas em determinados horários, o que é prejudicial para a qualidade de vida como um todo. Assim, parques, pontos de ônibus, ruas com pouco movimento, metrô, táxi e aplicativos de transporte ainda representam ameaça à integridade e à segurança das mulheres. Inclusive, não são raros os casos de violência contra a mulher relatados diariamente nesses contextos, assim como o crescente medo por essa violência nos espaços públicos.

1.2 O MEDO DA MULHER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A presença e a participação das mulheres nos espaços públicos são fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. No entanto, apesar dos avanços nas últimas décadas, esses espaços muitas vezes se tornam cenários de manifestações negativas contra elas, como violência e crime, opressão, discriminação, medo e insegurança. Antes, o espaço público era considerado um ambiente de imoralidade para as mulheres, um lugar onde poderiam perder sua virtude e reputação. Enquanto isso, para os homens, era visto como uma região de liberdade, onde poderiam escapar da repressão e do autoritarismo representados pela figura do marido e do pai. Embora as mulheres frequentassem esses espaços, aquelas que o faziam eram estigmatizadas e muitas vezes vistas com desconfiança pela sociedade. Essa dicotomia reflete não apenas as desigualdades de gênero arraigadas na cultura, mas

também a maneira como os espaços públicos foram historicamente delineados para reforçar essas disparidades (Santoro, 2019).

Ainda que a condição do espaço público já tenha se alterado consideravelmente no Brasil do século XXI, as mulheres ainda são as maiores vítimas de violência de gênero nesses espaços, tanto historicamente quanto por qualquer outro paradigma. Apesar das lutas, as mulheres ainda são mais suscetíveis a sentir medo e insegurança nos espaços públicos em relação aos homens (Pain, 2000; Rodó-Zárate, 2019; Kern, 2021), devido à dominação e à privação de autonomia que ainda persistem sobre elas. Esses sentimentos são gerados pela violência e pelos crimes aos quais são submetidas ao ocupar os espaços da cidade.

O medo é uma sensação de preocupação causada pela percepção de perigo. Geralmente, ele surge quando algo ou alguém provoca ansiedade e insegurança na pessoa. No que concerne especificamente à ocupação dos espaços públicos, Pain (2000) coloca que o medo e a insegurança são sensações causadas pelo espaço, geralmente caracterizadas pelo medo dos crimes e dos criminosos. Lourenço e Lisboa (1996, p. 55) ponderam que a insegurança corresponde a um sentimento, ao “conjunto de manifestações de inquietação e de perturbação, individuais ou coletivas, consolidadas sobre o crime”. E o medo do crime, ou a possibilidade de ser vítima, constitui um sentimento de caráter individual e manifesta-se, essencialmente, por meio de comportamentos de autoproteção.

A percepção do medo é subjetiva a cada pessoa e baseia-se em suas vivências pessoais e nos códigos sociais da sociedade à qual pertence. Fala-se de inseguranças, pois é um conceito, desde logo, plural. “Nós criamos aqui imagens do medo e estas imagens do medo podem ser muito diversas. Contudo, elas estão muito ancoradas nas nossas experiências pessoais, nas nossas vivências; portanto, a insegurança é algo que é muito subjetivo, que parte também das nossas vivências, daquilo que nós somos. Mas também se baseia muito e se sustenta naquilo que são códigos sociais, na própria estrutura social onde nós estamos inseridos, que fazem com que nós vivamos, muitas vezes, a mesma situação de forma muito diferente.” (Grangeia, 2020, p. 19)

Em relação às mulheres, a caracterização e a origem do medo no espaço público devem ser compreendidas como uma construção social moldada por diversos fatores individuais e sociais, os quais podem intensificar consideravelmente o sentimento de insegurança. Esses fatores causais podem ser agrupados em duas

categorias principais: histórica e socioeconômica; e cultural midiática e de informações secundárias.

Segundo o estudo de Valentine (1989), sobre a geografia do medo das mulheres, o medo experimentado por elas no espaço público está associado à sensação de vulnerabilidade física em relação aos homens, principalmente no que diz respeito à violência de gênero. A autora argumenta que essa associação entre a violência masculina e certos contextos ambientais é resultado das experiências vividas pelas mulheres ao longo da história e em seus cotidianos, enraizadas em questões socioeconômicas e na herança do patriarcado. Além disso, a autora traz que a causa do medo feminino também está no papel da mídia e de informações de terceiros na perpetuação desse medo. A cultura midiática e as informações secundárias moldam a percepção das mulheres sobre a segurança em determinados locais, alimentando ainda mais o ciclo de temor e insegurança. Assim, pode-se dizer que o medo das mulheres no espaço público tem influência tanto da cultura midiática e das experiências de terceiros quanto da relação histórica e socioeconômica da vida das mulheres na cidade, trazida pelo patriarcado.

1.2.1 Causa do Medo Feminino Pela Cultura Midiática e Experiências de Terceiros.

O medo do crime pode ser influenciado pela disseminação de informações da mídia de massa e por experiências de terceiros, familiares, amigos, quando se avaliam as condições de um espaço urbano. Desse modo, a difamação dos espaços públicos pela mídia contribui para a estigmatização de determinados locais na cidade, como parques, estacionamentos, áreas descampadas e centros urbanos.

Como ressalta Valentine (1989), a junção entre a experiência vivida e as informações secundárias leva à associação da violência masculina a certos contextos ambientais, produzindo “modelos” de lugares perigosos para as mulheres, quais são os espaços considerados inseguros, do que se deve sentir medo ou evitar. O papel da mídia na insegurança se deve ao fato de causar ansiedade e insegurança no indivíduo; ela desempenha papel fundamental na construção da relação entre medo e imagem da cidade, especialmente em relação à mulher. Filmes, telejornais e jornais frequentemente retratam a mulher como frágil e vulnerável no espaço público, principalmente em relação a crimes sexistas (Warr, 1984; Valentine, 1989).

Além disso, parte da culpa é transferida para as vítimas. Um exemplo relatado por Valentine (1989) descreve o assassinato de uma mulher encontrada morta em um compartimento de trem vazio. Ao divulgar a notícia, a mídia enfatizou que a mulher estava em um espaço público inseguro, isolado e distante da proteção de outras pessoas. Tanto a polícia quanto a mídia deram a entender que a vítima era, em certo grau, responsável por seu destino ao se colocar nessa situação. A mensagem de que aquela mulher estava em um lugar perigoso ou inadequado quando foi atacada cria imagens mentais de locais onde homens estranhos podem abordá-las. Como resposta, essas mulheres desenvolvem mapas mentais que orientam os caminhos e os lugares que podem ou não evitar, restringindo, assim, seu acesso à cidade.

O mapa mental pessoal de insegurança e medo é uma colagem viva, em constante evolução, que muda ao longo de nossas vidas, com imagens, palavras e emoções espalhadas por nossos bairros e trajetos diários. Suas camadas vêm de experiências pessoais de perigo e assédio, mas também da mídia, de rumores, de mitos urbanos e do “bom senso” que satura qualquer cultura. De acordo com Goikoetxea e Mendez (2010), esses imaginários contribuem para a criação de um

“mapa da cidade proibida” para as mulheres, como se fosse uma representação da cidade construída por elas.

Esses mapas apresentam limitações de horários nas ruas, desvios de caminhos e desistências de deslocamento, como locais por onde não se deve andar por medo: ruas e calçadas escuras, plataformas de metrô, becos, ruas só com homens ou com bares noturnos. Esses aspectos se assemelham às características dos espaços construídos que podem exercer influência positiva ou negativa sobre a insegurança e os atos de violência, como assinalam teóricos do ambiente construído (Jeffery, 1971; Newman, 1973; Jacobs, 2000): por exemplo, edifícios degradados e devolutos, ruas pouco ou nada iluminadas, zonas e cantos escuros onde pode estar alguém escondido.

1.2.2 Causa do Medo Feminino Pela Relação Histórica e Socioeconômica.

A insegurança e o medo do crime precisam levar em consideração as múltiplas condições sociais das mulheres, como a interseccionalidade. Valentine (1989) destaca a importância dos aspectos culturais da sociedade, como a maneira pela qual o medo reproduz as noções tradicionais sobre o papel das mulheres e os lugares considerados adequados para elas nas cidades. Desde a infância, as mulheres são expostas a esses limites por meio de “normas” que constroem e reforçam essas restrições.

Essa visão é complementada por autoras como Santoro (2019), que explicam a insegurança das mulheres no espaço público como resultado de construções sociais e da criação de dicotomias geográficas, público e privado, que associam a mulher predominantemente à esfera privada, excluindo-a do mundo público devido a políticas patriarcais. Isso resultou na percepção generalizada de que esses locais são inadequados ou inseguros para elas.

Além disso, as condições socioeconômicas desempenham papel crucial na vivência do medo pelas mulheres. Aspectos como idade, renda e etnia influenciam a intensidade do medo e, conseqüentemente, a forma como elas utilizam o espaço público. Da mesma forma, certos crimes violentos são direcionados especificamente a determinados grupos demográficos, como gênero, idade, renda e etnia. Essa forma de violência discriminatória visa questões sociais ou identidades

políticas específicas. Autoras como Pain (2000) e Rodó-Zárate (2019) introduzem esse tema como uma interseção entre identidade, exclusão social e espacial.

As autoras trazem resultados que indicam que mulheres de classes sociais mais baixas tendem a experimentar maior medo nos espaços públicos, já que frequentemente caminham e utilizam mais o espaço urbano. Assim, são mais numerosas e relevantes nos dados sobre a insegurança em espaços públicos, pois utilizam mais as mobilidades ativas e acabam ocupando áreas carentes ou com infraestrutura inadequada. Da mesma forma, mulheres negras, devido às desigualdades raciais no país, também enfrentam maiores inseguranças, sendo consideradas um grupo mais vulnerável. Além disso, em relação ao gênero, mulheres que fazem parte do público LGBTQIAP+ também enfrentam mais medos; por exemplo, as mulheres transexuais são especialmente suscetíveis à violência nos espaços públicos, devido ao preconceito de gênero e à falta de visibilidade das questões relacionadas a essa população.

Rodó-Zárate (2019) ressalta que, ao analisar a faixa etária da população feminina, as mulheres mais jovens tendem a sentir maior medo, especificamente no período pós-puberdade, devido ao desenvolvimento dos corpos adultos, que frequentemente acarreta medo em relação aos próprios corpos.

Os medos mais presentes na realidade das mulheres referem-se aos seus corpos, enquanto os masculinos estão relacionados aos seus bens. A sensação de insegurança das mulheres decorre do medo em relação aos próprios corpos. Interligado a esse fenômeno, para as mulheres, majoritariamente, é no espaço público que elas se sentem mais inseguras, principalmente devido ao temor de violência física e sexual (Grangeia, 2020).

As mulheres, historicamente, na sociedade capitalista patriarcal, tiveram seus corpos tidos como públicos, o que ocasionou a objetificação das mulheres. Na sociedade capitalista, “o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados”: é o principal terreno de sua exploração e resistência (Kern, 2021, p. 136). Assim, os corpos femininos foram apropriados pelo Estado e pelos homens, sendo utilizados como meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Nesse contexto, as mulheres não tinham autonomia sobre seus próprios corpos, sendo submetidas ao controle e à dominação.

A noção das mulheres como propriedade tem longa história. O termo “mulher pública” é, evidentemente, um velho eufemismo para uma trabalhadora

sexual. A ideia de que mulheres de status poderiam ser confundidas com mulheres pobres ou profissionais do sexo era motivo de muita preocupação, o que reforçava a necessidade, à época, de que saíssem acompanhadas por maridos, irmãos, pais ou senhoras mais velhas (Kern, 2021, p. 137).

Publicações e pesquisas produzidas por organizações internacionais, como a ActionAid (2017), reforçam o argumento de que o medo da mulher no espaço público também está ligado à presença masculina. A ideia de vulnerabilidade física, a presença intimidadora que alguns homens adotam e o crime sexista são pontos importantes que influenciam o uso do espaço público pela mulher.

1.2.3 O Medo Pelo Desconhecido.

Segundo Valentine (1989), o medo que as mulheres experienciam no espaço público pode ser entendido como medo pelo desconhecido ou medo pelo diferente, o que pode restringir a liberdade de movimento das mulheres nesses espaços.

O medo feminino diante do uso dos espaços da cidade pode surgir de situações e ambientes desconhecidos para a mulher ou por pessoas desconhecidas. Pode incluir áreas mal iluminadas, ruas desertas, bairros desconhecidos ou locais sem familiaridade com a vizinhança. O medo pelo desconhecido, muitas vezes, é alimentado pela incerteza sobre o que pode acontecer em determinado lugar e pela falta de controle sobre o ambiente.

Um exemplo apresentado por Grangeia (2020) é: quando uma mulher está caminhando sozinha na rua e percebe um homem atrás dela, pode sentir medo de estar sendo seguida e, conseqüentemente, acelerar o passo. Por outro lado, se um homem está caminhando sozinho na rua e nota uma mulher atrás dele, não apenas não sente risco de perigo como pode até se sentir lisonjeado.

As mulheres aprendem, por experiência própria, que estar sozinhas em espaços dominados por homens, especialmente à noite, é inadequado e potencialmente perigoso. Isso consolida a ideia da “imagem do homem perigoso”, promovendo estereótipos como medida de precaução e segurança.

A temporalidade também exerce influência significativa na forma como as mulheres percebem e utilizam o espaço público. Conforme destacado por Valentine (1989), à noite as mulheres experimentam medo em relação a todos os

lugares, enquanto, durante o dia, identificam locais específicos isolados como assustadores.

Essa sensação não se limita apenas à redução da visibilidade, mas também às mudanças na natureza do espaço público durante a noite, muitas vezes caracterizado pela presença masculina. Essa predominância não se manifesta apenas na quantidade de homens no espaço, mas também por meio de comportamentos agressivos que intimidam as mulheres, como assédio verbal ou físico.

Assim, o sentimento de medo também pode ser desencadeado pela presença de pessoas ou situações percebidas como diferentes ou estranhas, muitas vezes alimentado por estereótipos, preconceitos ou experiências passadas de discriminação. Em zonas onde uma pessoa se sente igual e integrada, sente-se bem. Onde se sente diferente, se é, por exemplo, a única mulher ou a única pessoa de determinada etnia ou renda, sente-se insegura.

“Ou seja, quando nós nos sentimos diferentes, e isto depois muda de parte para parte do Porto, de parte para parte de cada uma das cidades e, se calhar, de rua a rua. Eu posso me sentir diferente numa rua e, na rua ao lado, sentir que estou no meio de iguais. Mas quando eu me sinto diferente, sinto-me muito mais insegura. (...) As diferenças, para já, são toleradas, mas a diferença ainda causa insegurança, e é das principais questões que a causa.” (Goikoetxea & Mendez, 2010, p. 31)

Essas diferenças despertam o medo em alguns. Grangeia (2020) define esse medo do outro como xenofobia, o temor em relação ao que é diferente, e, ao compartilhar o espaço com “estrangeiros”, cria-se um sentimento de perigo iminente. As construções do medo, como o medo do diferente, acabam comprometendo a forma como vivenciamos o espaço público, muitas vezes sem consciência disso.

“Esta imagem pública do medo faz com que se retraiam também os comportamentos. Uma mulher, muitas vezes, não sai, não quer sair à noite sozinha em determinada parte da cidade porque sente que é inseguro. Sente. Pode até não ser, mas sente. (...) Esta noção, esta ideia de insegurança está incutida nos códigos de género e fazem com que nós experienciemos e vivenciemos, escolhamos as nossas experiências, restrinjamos os nossos comportamentos de acordo com estas imagens.” (Valentine, 1989, p. 390)

Muito facilmente, essa imagem acaba presente em todas as nossas decisões como uma base, mesmo que de maneira inconsciente. As violências às quais as mulheres estão expostas, que acabam, conseqüentemente, gerando medo e insegurança, fazem parte do dia a dia e de suas experiências enquanto crianças ou jovens que crescem nessa sociedade (Grangeia, 2020). Mas estudos revelam que a percepção do medo pode ser maior do que a violência real. Vivemos numa cultura do medo em que, desde jovens, as mulheres são educadas a ter certos cuidados (não vestir isso, não ir àquele lugar àquela hora).

Criamos as imagens do medo e estas imagens podem ser muito diversas; porém, estão muito ancoradas nas experiências pessoais e nos códigos sociais. Assim, ao tentar perceber e avaliar as percepções do medo das mulheres, é necessário considerar a noção de interseccionalidade. Podemos refletir sobre as experiências de grupos de mulheres de um ponto de vista teórico, mas é muito importante, do ponto de vista empírico, aceder a vivências mais específicas.

A criação de espaços públicos seguros na cidade, que não causem medo nas mulheres, é um direito fundamental de toda a população, especialmente dos grupos mais vulneráveis. A restrição do acesso das mulheres aos espaços públicos, que são locais de encontro e convívio, limita sua participação plena na vida urbana e prejudica o exercício da cidadania.

Uma consequência direta da degradação e do sentimento de insegurança nos espaços públicos é a impossibilidade de reivindicar o uso da cidade e de seus espaços. Esse cenário acarreta o isolamento voluntário de segmentos importantes da população urbana, como, por exemplo, as mulheres, afetando sua mobilidade e inclusão social. Os princípios da busca por esses direitos das mulheres no espaço urbano têm suas raízes nos movimentos feministas, que visam o reconhecimento e a equidade de gênero nos espaços urbanos, assim como lutam, até hoje, pelo enfrentamento à violência contra a mulher.

1.3 O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O movimento feminista, que remonta desde o século 18 até os dias atuais, adveio da luta por um princípio democrático importante, que é a igualdade de direitos entre mulheres e homens. É um movimento internacional que há séculos luta pelo reconhecimento das mulheres, bem como por direitos sociais, civis, políticos e religiosos (Kern, 2021). As lutas empreendidas dentro do movimento feminista foram levadas a efeito por diversos movimentos populares, com presença atuante das mulheres, como lutas por melhores condições de vida e moradia, por creches, por educação não sexista, por trabalho igual para salário igual, formação profissional, saúde integral, livre sexualidade, contracepção, aborto, SOS-Mulheres, delegacias de defesa da mulher, casas de refúgio, centros de atendimento jurídico e social, grupos de bairros, grupos culturais etc.

Tais lutas seriam, antes de mais nada, pela efetivação do direito à cidadania. Dá-se aí destaque às mulheres como gestoras da configuração urbana, porque são essas que desencadeiam, em sua maioria, as lutas por serviços urbanos e sociais, envolvidas que estão na manutenção da sobrevivência cotidiana da família e da qualidade de vida desta (Gonzaga, 2004).

A evolução do movimento feminista, ao longo de diversos períodos, destacou-se por marcos, tais como: a crescente visibilidade da violência contra a mulher em manifestações públicas; a criação da primeira Delegacia da Mulher no Brasil, em 1985; a promulgação da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, que legisla contra a violência doméstica; o reconhecimento legal do termo feminicídio no Brasil por meio da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015); e a aprovação da Lei de Importunação Sexual (Lei nº 13.718/2018), sancionada em 2018 (Pelegri, 2020). Esta última lei é fundamentada na premissa de que ninguém deve sentir medo ao se locomover pela cidade devido ao seu gênero, sexualidade ou raça.

No Brasil, o movimento feminista também se manifestou principalmente na luta pelo voto. Em 1927, apresentou-se um abaixo-assinado ao Senado pedindo a aprovação do projeto de lei que concederia esse direito. O voto das mulheres no Brasil só foi conquistado em 1932, quando o novo Código Eleitoral foi promulgado. Assim, as mulheres também começaram a questionar a falta de reconhecimento de direitos trabalhistas e a lutar pela igualdade de direitos em relação ao trabalho (Pelegri, 2020).

Nos anos de 1960 a 1980, os princípios defendidos incluíam a busca pela igualdade de gênero, a integração das mulheres no mercado de trabalho (incluindo a criação do Estatuto da Mulher Casada), a demanda por creches e moradia nos movimentos populares urbanos e, principalmente, a luta contra a violência doméstica, manifestada publicamente (Pelegri, 2020).

A partir disso, o enfrentamento à violência contra a mulher se consolidou, no contexto brasileiro, apenas na década de 1970 (Pelegri, 2020). Nesse período, em pleno regime militar, os movimentos feministas se fortaleceram e desafiaram a estrutura política vigente e o planejamento urbano. Essas mulheres enfrentaram não só as desigualdades de gênero, mas também se opuseram à repressão política da época.

Uma das primeiras vitórias, em relação à violência contra as mulheres, do movimento de mulheres no Brasil ocorreu em 1985, com a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), implantada na cidade de São Paulo. No entanto, enquanto essa iniciativa conferiu visibilidade ao problema, também limitou o debate sobre as formas de combate a essa violência, concentrando-se principalmente em sua criminalização (Pelegri, 2020).

No período entre os anos de 1990 a 2006, no Brasil, os princípios defendidos pelo movimento feminista foram: a institucionalização do movimento a partir da articulação com o Estado; a autonomia da mulher sobre o próprio corpo, com a liberdade sexual e por direitos reprodutivos; e a popularização do movimento queer. A chegada das mulheres negras e das lésbicas ao movimento trouxe novas questões e novas pautas para o feminismo brasileiro. Foi nesse período que o movimento feminista focou ainda mais no feminismo interseccional, ou seja, agregou todos os tipos de mulheres, com seus variados modos de vida e suas questões específicas.

Além desses marcos, cabe destacar a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que visa erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, e também todos os tipos de violência contra a mulher. Ela fornece uma base legal para a punição de atos de violência e crimes contra a mulher, adapta o tratamento das queixas e o apoio às vítimas e reconhece que o planejamento urbano deve começar pelo reconhecimento da diversidade dos espaços onde a violência pode ocorrer: público, privado, semiprivado e comunitário (Pelegri, 2020).

A partir de 2013 até a atualidade, o movimento feminista consiste em princípios defendidos para promover a disseminação e a organização em forma de

coletivos; obter o reconhecimento do termo feminicídio no Brasil, por meio da aprovação da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), lei em vigor desde 2015, que considera feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima; além de continuar a luta contra a violência ainda não erradicada.

Isto posto, em 25 de novembro foi adotado o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, de modo a denunciar a violência contra as mulheres no mundo todo e exigir ações políticas para sua erradicação. Como parte dessas políticas para prevenir e punir a violência contra as mulheres (Figura 3), no Brasil, além da Lei Maria da Penha, há outras duas leis que regulamentam esse fenômeno: a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) e a Lei de Importunação Sexual (Lei nº 13.718/2018), que se baseia na premissa de que ninguém deve ter medo de se locomover pela cidade por causa de seu gênero, sexualidade ou raça (Pelegri, 2020).

Apesar das inúmeras conquistas das últimas décadas trazidas pelo movimento feminista, ainda há muito a realizar. O movimento feminista tem se tornado cada vez mais múltiplo, formado por inúmeros tipos de mulheres, com as mais diferentes realidades e vivências. E é justamente essa diversidade que faz com que a pauta do movimento se torne mais ampla e mais capaz de promover grandes transformações sociais. Questões como a obrigatoriedade da maternidade, crimes sexuais, direito ao aborto, violência doméstica, diversidade de gêneros e de sexualidades são temas muito atuais dentro do movimento feminista. Além disso, o movimento tem como uma de suas principais bandeiras a luta por uma transformação social ampla em relação à mentalidade coletiva e ao papel social ainda designado às mulheres (Kern, 2021). Esses exemplos, assim como outros, são comportamentos que ainda hoje são considerados naturais na sociedade, mas que são responsáveis por diversas violências sofridas pelas mulheres.

Figura 3 - Cronologia das principais políticas para prevenir e punir a violência contra as mulheres no Brasil



Fonte: Adaptado de Simon e Guimarães (2021).

No Brasil, em relação a essa violência sofrida pelas mulheres, os anos 2000 foram marcados pela crescente discussão sobre as formas de proteção à vida das mulheres (Figura 5). Um dos grandes marcos históricos quando o assunto é a violência de gênero, sem dúvida, foi o surgimento da Lei Maria da Penha, que provocou uma mudança no paradigma institucional. Entretanto, houve mudanças desde o processo constituinte de 1988, com a participação massiva de organizações feministas, seguindo os anos 1990, marcados pela criação de secretarias específicas para as mulheres, culminando em uma nova secretaria de políticas, com status de ministério, na primeira metade dos anos 2000.

As primeiras conquistas do movimento feminista junto ao Estado para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra mulheres datam da década de 1980. Em 1985, justamente na culminância da Década da Mulher declarada pela ONU, é inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher em São Paulo e criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), por meio da Lei nº 7.353/1985. No ano seguinte, em 1986, no estado de São Paulo, foi criada pela Secretaria de Segurança Pública a primeira Casa-Abrigo do país para mulheres em situação de risco de morte (Kern, 2021). Essas três importantes conquistas da luta feminista brasileira são as principais balizas das ações do Estado voltadas para a promoção dos direitos das mulheres no combate à violência.

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), em 2003, as ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres passam a receber maior investimento e a política é ampliada no sentido de promover a criação de novos serviços (como o Centro de Referência e as Defensorias da Mulher) e de propor a construção de redes de atendimento para a assistência às mulheres em situação de violência. No entanto, é em 2004, com a realização da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I CNPM) e a construção coletiva do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que se consolida o eixo de enfrentamento à violência contra as mulheres, com a previsão de ações na área para o período 2004–2007. Assim, a partir do PNPM, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringem às áreas da segurança e assistência social, mas buscam envolver diferentes setores do Estado, no sentido de garantir às mulheres o direito a uma vida sem violência.

Em âmbito internacional, destaca-se a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realizada pela ONU em 1993. Nesse evento, houve o reconhecimento formal de que a violência contra as mulheres constitui uma violação direta dos direitos humanos, além da definição clara das diversas formas de violência (ONU BR, 2018).

Em 2015, a ONU definiu 17 objetivos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, como um apelo universal à ação para acabar com desigualdades, como a pobreza, proteger o planeta e garantir que, até 2030, todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade (ONU BR, 2018). Vários ODS dessa agenda global focam na condição de desigualdade de grupos mais vulneráveis, como as mulheres, entre eles os ODS 5, 11 e 16. O ODS 5, especialmente, trata da igualdade de gênero e apresenta metas para extinguir todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas, determinando que a igualdade de gênero não é somente um direito humano básico, mas algo crucial para acelerar o desenvolvimento sustentável.

Conforme esses três ODS, uma urbanização inclusiva e sustentável reduz significativamente todas as formas de violência contra a mulher nos espaços da cidade, garantindo também a mobilidade/direito de ir e vir de forma segura, por meio de espaços públicos inclusivos e acessíveis. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estudos apontam que, além de empoderar mulheres e meninas, o alcance do desenvolvimento sustentável e de

qualidade reflete na diminuição da desigualdade de gênero e da violência contra as mulheres (ONU BR, 2018).

Quando se trata de desenvolvimento sustentável e de qualidade, é importante que se pense além do meio ambiente, tendo em vista que questões sociais, culturais e econômicas, entre outras, também são parte do debate acerca de um mundo mais sustentável (ONU BR, 2018). Nesse viés, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU foram embasados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trata de direitos iguais e inalienáveis a todos os seres humanos, representando, assim, um caráter universal e abarcando dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais aplicáveis a todas as nações. Os ODS 5, 11 e 16, nesse sentido, representam a preocupação, em matéria de direitos humanos e desenvolvimento sustentável, com a condição de desigualdade de grupos mais vulneráveis, como as mulheres.

Evidencia-se a visão de que a maioria das mulheres clama por democracia, visibilidade, cidadania, além de espaços urbanos equitativos, seguros e com infraestrutura de qualidade. Todas denunciam e realizam protestos contra a violência de gênero (tanto a doméstica quanto a sexual) no plano público e no privado. Um aspecto comum a todas as fases do movimento é que as cidades não respondem às necessidades das mulheres (Gonzaga, 2004).

De acordo com Gonzaga (2004), a cidade é o âmbito onde a vida social e seus conflitos se expressam. Porém, esse ambiente é hostil para as mulheres, que são objeto de diferentes tipos de violência, tanto em seu transitar cotidiano quanto nos espaços públicos, em suas vivências, em seus trabalhos e nas instituições.

As políticas públicas subestimam a violência sofrida por elas, uma vez que as leis são geralmente pensadas de forma transversal e nos gabinetes. Além disso, as políticas são formuladas principalmente por homens, o que faz com que a violência percebida e contada pelas mulheres não seja a mesma combatida por eles. As tentativas de respostas à superação da violência seguem indicadores generalizados, o que diminui ou invisibiliza a violência sofrida pelas mulheres, propiciando que o fenômeno ainda não seja erradicado.

Portanto, a insegurança e a violência urbana contra mulheres são fenômenos sociais que ocorrem nas cidades e têm como causas problemas estruturais, como as desigualdades socioeconômicas. Essas causas estão

enraizadas na formação histórica dos grupos sociais e na constituição socioespacial de um país. A urbanização e a segregação do espaço urbano aprofundaram as desigualdades e excluíram parte da população, refletindo-se na organização do tecido urbano e aumentando a vulnerabilidade das mulheres à violência e à insegurança.

Portanto, tendo compreendido essas causas de origem social ligadas à violência e à insegurança urbana feminina, é necessário destacar que essas causas vêm de duas origens: ambientais e sociais. Dado que, até o momento, explanou-se sobre as sociais, que vêm das relações de gênero feminino e de suas desigualdades já destacadas, faz-se pertinente discorrer também sobre as causas ambientais, ligadas às características do espaço.

Diversos estudos têm se dedicado a investigar essas causas. Como o foco da pesquisa é a insegurança feminina no espaço público, é relevante explicar esses espaços e quais elementos contribuem para a sua ocorrência. Logo, serão descritas posteriormente as características dos espaços públicos, sua relação com a violência e a insegurança, os principais teóricos e abordagens do tema, a fim de aplicar ao público feminino.

2 A BUSCA POR ESPAÇOS PÚBLICOS SEGUROS PARA AS MULHERES

Para entender a violência urbana contra as mulheres, a Geografia pode oferecer uma grande contribuição, pois analisa o espaço e como ele afeta a sociedade. Para isso, consideramos necessário o conceito de espaço geográfico como um conjunto integrado de objetos e ações (Santos, 1999). Esse conceito nos ajuda a ver a violência como algo que ocorre dentro de contextos espaciais e sociais específicos.

Estudar a violência por meio da Geografia tem como foco o espaço, o que nos ajuda a entender melhor a importância de descobrir como o planejamento urbano pode influenciar a violência e a desigualdade nas cidades, como no caso das desigualdades sofridas pelas mulheres. Após várias tentativas de definir e estudar a violência, percebemos que ela não deve ser analisada separadamente, como um fenômeno isolado, mas sim junto aos diferentes usos do território e às desigualdades que eles geram, como algo ligado à história e ao território. Ela faz parte do espaço geográfico, que está sempre em constante mudança.

A fim de dar melhor compreensão sobre esse espaço, buscamos as definições do significado de caracterização desses espaços e o que seria o seu planejamento urbano. A caracterização, segundo Jan Gehl (2013), é o processo de descrição e análise das condições específicas de uma área, um grupo ou fenômeno. No contexto urbano, a caracterização geralmente envolve a coleta e análise de dados sobre diversos aspectos de uma cidade ou região, englobando aspectos físicos, sociais, econômicos e ambientais, como sua população, uso do solo, infraestrutura, economia e meio ambiente.

Esse conceito é importante para entender as particularidades e a dinâmica de um espaço urbano. Por exemplo, examinando aspectos como a estrutura física e serviços disponíveis (edificações, ruas, arborização ou presença de escolas e hospitais), a composição social (demografia, cultura) e as condições econômicas (tipos de comércio, nível de renda). Esse conhecimento é fundamental para um planejamento urbano eficaz e para a implementação de políticas que atendam às necessidades reais da população.

Kevin Lynch (1960) argumenta que a caracterização é a forma como os elementos físicos de uma cidade são percebidos e organizados mentalmente pelos residentes. Ele introduz o conceito de “imagem da cidade”, que é a representação

mental que os habitantes têm de seu ambiente urbano. A caracterização, então, inclui a análise de como as pessoas percebem e interpretam os elementos da cidade, como ruas, edifícios, marcos e áreas, e como essas percepções afetam sua interação com o espaço. Similarmente, Jacobs (2000) contribui ao afirmar que a caracterização de uma área urbana deve levar em conta a vitalidade e a interconexão da vida comunitária.

Já o planejamento urbano é o processo de desenvolvimento e organização das cidades e áreas metropolitanas com o objetivo de promover a eficiência, a funcionalidade e a qualidade de vida dos habitantes. Envolve a criação de estratégias e políticas para a gestão das áreas urbanas, como orientar o uso do solo, a construção de infraestrutura e o desenvolvimento de serviços. Patrick Geddes (1915) define a ideia de planejamento urbano como um processo integrado e dinâmico, que deve considerar não apenas o crescimento físico das cidades, mas também a interação entre os diferentes aspectos sociais e econômicos.

Desse modo, a caracterização fornece a base para entender as particularidades de um espaço urbano, e o planejamento urbano é o processo pelo qual essas dimensões são organizadas e geridas para promover um crescimento mais ordenado, sustentável e eficiente das cidades.

Ao investigarmos o território da violência urbana feminina com foco nos espaços públicos, cabe analisar as diversas inquietações sobre esses espaços, assim como eles se caracterizam e são planejados. Vários campos do conhecimento tratam sobre os espaços públicos, que são um tema fundamental no urbanismo contemporâneo. Após um período de estagnação e decadência, principalmente em lugares influenciados pelo urbanismo moderno, o valor do espaço público foi redescoberto (Gehl, 2013). Entre as décadas de 1970 e 1990, o planejamento urbano passou por diferentes experiências, desde a visão das cidades como sistemas de infraestrutura até o redesenho de áreas inteiras, seja com base no planejamento tradicional ou com a expansão rápida de arranha-céus nos grandes centros urbanos.

No Brasil, esse período ficou conhecido como “Planos sem Mapas”. O urbanista Flávio Villaça (1999) denota que, nos anos 1990, os planos urbanos passaram de algo complexo, técnico e intelectualmente sofisticado para versões mais simples. Esses novos planos eram feitos pelos próprios técnicos municipais, com poucos mapas e sem diagnósticos técnicos, ou com diagnósticos reduzidos, especialmente quando comparados aos planos de uma década antes.

Assim, apesar da pouca efetividade de planos desse tipo, grandes mudanças ocorreram nas cidades. Exemplos incluem intervenções urbanas sem impacto real, mudanças nos padrões habitacionais, criação de áreas sem identidade, aumento das desigualdades sociais e espaciais, e a degradação dos espaços públicos. Esses fatores causaram rupturas nos arranjos urbanos de diferentes locais. Por isso, o planejamento urbano e o poder público voltaram a agir para resolver problemas comuns, buscando reestruturar o desenvolvimento urbano, melhorar os espaços públicos das cidades e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos habitantes e o ambiente em que vivem.

Lawrence Herzog (2006) argumenta que, atualmente, as formas básicas de espaço público, como ruas, praças e parques, estão se tornando rapidamente obsoletas ou irreconhecíveis. Da mesma forma, reconhece que as cidades passaram de um período de descentralização para um de “desespacialização”, em que a vida pública mudou de maneira significativa. Para Herzog, há uma clara tendência de urbanização crescente em todo o mundo, em que a composição física das cidades e a infraestrutura, assim como seus processos de gestão, parecem debilitados. Como resultado, esses processos urbanos afetam negativamente os espaços públicos, comprometendo a vitalidade das áreas urbanas e aumentando o medo do crime, da violência e a sensação de insegurança.

2.1 OS ESPAÇOS PÚBLICOS: SUAS DIMENSÕES CONSTITUINTES E SUA INFRAESTRUTURA

O que é o espaço público? Qual papel o espaço público contemporâneo desempenha na estrutura da cidade? Quais são seus atributos mais importantes? E como ele se relaciona com a crescente preocupação acerca da segurança feminina? Essas perguntas têm motivado a criação de teorias e conceitos sobre as dinâmicas urbanas, gerando uma vasta literatura sobre o espaço público. Apesar das diferentes opiniões e argumentos, esta dissertação busca investigar como o crime e a violência se manifestam na extensão física dos espaços públicos, considerando também outras dimensões relevantes sobre sua espacialidade, como a social e a cultural, buscando analisar a insegurança das mulheres nesses espaços.

De forma geral, o espaço público é entendido como o oposto do espaço privado. Isso significa que o espaço público é qualquer área urbana livre, onde o acesso e o uso são, em teoria, coletivos e irrestritos. A rua é o exemplo mais clássico entre as diversas formas de espaço público na cidade. Kristine Miller (2007), que defende essa visão, acredita que o espaço público é importante para que grupos cívicos possam celebrar e protestar, permitindo a existência de uma vida democrática. O espaço público é o palco onde a vida se desenrola. Já Jordi Borja e Zaida Muxí (2003), em uma abordagem mais realista, definem o espaço público como o lugar onde a sociedade se torna visível, reforçando a ideia de Miller.

O espaço privado, então, se relaciona com as esferas particulares, como o espaço da casa, enquanto o termo público remete à esfera da coletividade, aos espaços de uso comum. Esses espaços são mantidos pelo poder público com o objetivo de democratizar a cidade, ou seja, dar o direito ao cidadão de ocupar e utilizar os recursos públicos da cidade.

Segundo Caldeira (2000), espaços públicos são os espaços de uso comum e posse de todos, todas as áreas de livre acesso e pertencentes à população, administrados pelo poder público, como ruas, calçadas, praças, jardins e parques, em que o ir e vir é livre. O termo “espaços públicos”, no plural, compreende os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum: ruas, avenidas, praças e parques. São bens públicos, carregados de significados, palco de disputas e conflitos, mas também de festas e celebrações. As cidades apresentam os espaços públicos como o ambiente em que se desenvolvem atividades coletivas, com convívio e trocas entre os variados grupos que compõem a sociedade urbana.

De acordo com Borja e Muxí (2003), muitas vezes é possível entender a história de uma cidade por meio de seus espaços públicos e dos elementos que compõem e delimitam seu entorno, como monumentos, ruínas, arquiteturas seculares e contemporâneas. Esses elementos se misturam nas formas urbanas, transformando a cidade em uma fonte de conhecimento. O espaço público não revela apenas fatos sobre sua forma urbana, mas também sobre a sociedade e a cultura de uma cidade.

Sobre a visão do espaço público contemporâneo, Paula Albernaz (2004) contribui que:

Nas últimas décadas, em um contexto de fluxos globais, o espaço público é considerado o lugar das oposições – carros x pedestres, estacionamentos x espaços livres, mobiliário urbano x pedestres, painéis publicitários x perspectivas panorâmicas – do vazio, do afastamento do convívio social, do perigo e da violência, do distanciamento entre arquitetura e cidade. Contrapõe-se a estas observações, no entanto, demonstrações exacerbadas de opinião pública e expressão desmedida de atividades cotidianas.

Albernaz (2004) afirma que o espaço público pode ser visto como uma categoria de análise, permitindo diferentes significados e abordagens. Nessa visão, o termo “espaço público” torna-se polissêmico, aceitando várias interpretações. Esses conceitos abrangem principalmente as dimensões física, social, econômica, política e cultural, que muitas vezes estão interligadas. Portanto, é importante descrever brevemente as dimensões do espaço público que são relevantes para o objetivo da dissertação.

A) Dimensão física – Tal dimensão é formalmente constituída por outras três dimensões inerentemente associadas na conformação do espaço público e, conseqüentemente, da configuração urbana.

Dimensão morfológica – Reporta-se à organização interna e disposição dos elementos estruturadores do espaço público em questão. Planos verticais e horizontais, mobiliário urbano, equipamentos urbanos, diferenças de nível, limites, etc., constituem a interface espacial do local. Enquadram-se nessa categoria qualidades formais como, por exemplo, harmonia, hierarquia e escalas.

Dimensão visual – Esta dimensão concerne tanto ao caráter qualitativo dos atributos estéticos providos pela organização dos elementos morfológicos quanto à constituição de atributos perceptivos como, por exemplo, legibilidade, visibilidade e identificabilidade.

Dimensão funcional – A priori, tal dimensão se refere ao programa estabelecido para o local, assim como à sua capacidade de suporte às atividades. Porém, devido às distintas formas de apropriação, o espaço público denota certa mutabilidade dos usos prévios e, por conseguinte, altera seu aspecto funcional original.

O modo em que os elementos morfológicos estão dispostos, as variações no traçado urbano, as delimitações e as articulações espaciais formam a

dimensão física do espaço público. Sua principal função é acomodar as necessidades humanas de maneira adequada à realidade do local, além de servir como palco para os diversos processos urbanos que vêm de suas outras dimensões. A dimensão física não envolve apenas a forma do espaço, mas também as possibilidades de uso, as atividades, os fluxos e as conexões com diferentes tipos de espaços ao redor, compondo o sistema de áreas livres.

B) Dimensão social – Ali Madanipour (2010) afirma que o espaço e a sociedade estão profundamente conectados. É impossível pensar no espaço sem seu conteúdo social, assim como não é possível imaginar a sociedade sem seu componente espacial. Essa relação funciona como uma via de mão dupla: as pessoas criam e modificam seus espaços, enquanto são, ao mesmo tempo, influenciadas por esses espaços de diferentes maneiras. A socióloga Sharon Zukin afirma que o espaço público é o lugar onde a cultura e a vida pública permitem a socialização, criando um senso de cidadania compartilhada que vai além de classe, gênero e etnia. O urbanista Ali Madanipour resume bem essa dimensão social com sua definição.

Os contextos sociais e culturais se expressam de diferentes maneiras nos espaços públicos, podendo tanto favorecê-los quanto prejudicá-los. No segundo caso, como apontado pelo sociólogo Richard Sennett, o declínio ocorre quando falta envolvimento com a vida pública, limitando as ações coletivas e formando grupos com interesses próprios. Isso leva ao afastamento das pessoas da vida pública, reduzindo as oportunidades de ação coletiva. Como consequência, os espaços públicos sofrem com o descaso das autoridades, a alienação das pessoas e, eventualmente, o abandono e a degradação.

C) Dimensão econômica – Segundo Jane Jacobs (2000), o espaço público é uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento econômico local, atraindo investidores e concentrando atividades que impulsionam a economia. A autora afirma que espaços públicos bem geridos aumentam o valor das propriedades ao redor. No entanto, destaca que a dimensão econômica não se limita à propriedade, mas também envolve questões de acessibilidade e distribuição, que impactam as dimensões políticas e sociais do uso do espaço. Espaços públicos podem aumentar seu valor e contribuir para o desenvolvimento regional, especialmente quando ligados ao turismo. Jacobs (2000), ao estudar o crescimento das grandes cidades e suas economias, defende que as economias locais são essenciais para a vida urbana. Espaços públicos em áreas economicamente estáveis atraem investimentos, não

apenas para o crescimento econômico, mas também para enriquecer o valor cultural e social, visto que a boa administração valoriza o capital cultural.

D) Dimensão política – Segundo Hannah Arendt (2007), a dimensão política vê o espaço público como um lugar de exclusão, onde muitas pessoas são deixadas de fora. Disputas territoriais, tensões sociais e controle do espaço são aspectos centrais dessa dimensão. Arendt aborda o “domínio público” como esfera pública, que tem dois significados relacionados. Primeiro, o público é acessível a todos, ou seja, tudo o que se torna público pode ser visto e ouvido por todos. Segundo, público também se refere à ideia de comunalidade, onde o espaço é um bem comum, compartilhado por diferentes indivíduos que interagem entre si.

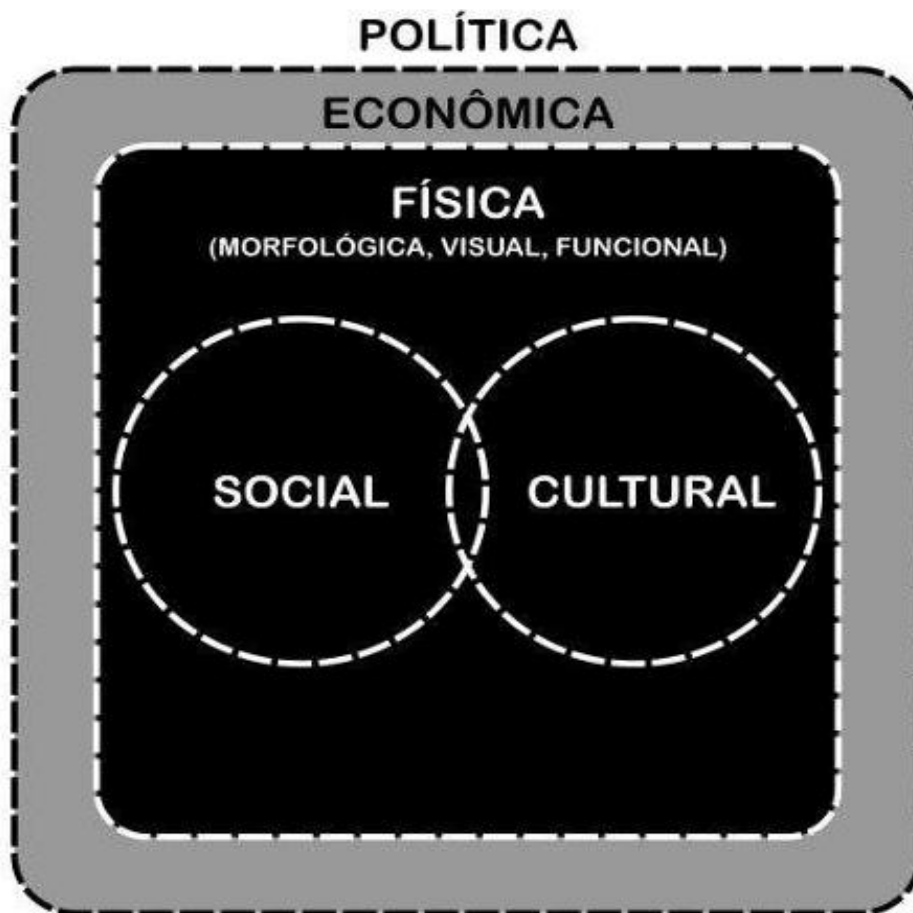
Ao analisar as ideias de Arendt, destaca-se que o totalitarismo cria um isolamento social, resultando em um espaço desolado, habitado por indivíduos sem lugar e sem importância, que só pode ser superado pela participação ativa na vida pública. Se o discurso político for controlado por um governo impositivo, sem a participação da sociedade civil, o espaço público perde seu ideal normativo, ou seja, a capacidade de abrigar pessoas e grupos com diferentes histórias e experiências. O espaço público é o local onde o público é organizado e representado, sendo a base material onde ocorrem interações sociais e políticas, comportamentos e práticas sociais.

E) Dimensão cultural – A dimensão cultural está ligada à propriedade coletiva dos grupos e aos sistemas de poder na sociedade, que influenciam tanto o ambiente construído quanto a vida cotidiana. O espaço público reflete contextos culturais mais amplos, expressos em termos políticos, sociais, econômicos e simbólicos, ajudando a entender os padrões observados nesses espaços. Para Borja (1998), a dimensão cultural envolve mudanças no arranjo espacial causadas por intervenções humanas ao longo do tempo, alterações nos padrões de propriedade e a capacidade de adaptação às circunstâncias.

Apesar de Le Corbusier afirmar que “todas as pessoas têm as mesmas necessidades”, os modelos para estruturar espaços, incluindo os públicos, variam conforme os contextos culturais e sociais. Padrões de atividades, privacidade e territorialidade mudam de uma cultura para outra. Ao longo do tempo, as escolhas individuais moldam culturas locais, refletindo preferências e valores que se ajustam às necessidades sociais e espaciais. Borja (1998) destaca que a cidadania legítima o

espaço público como lugar de identificação, ponto de encontro entre indivíduos, cenário de vida urbana e base para a expressão comunitária.

Figura 4 - Esquema inter-relacional das dimensões do espaço público.



Fonte: Autora (2024).

Nos diferentes tipos de espaços públicos, a relação entre suas diversas dimensões pode variar bastante e, em alguns casos, a hierarquia entre essas dimensões também é relativa (Figura 4). A predominância de uma dimensão sobre as outras pode alterar o caráter do espaço público. Um exemplo comum são os espaços públicos geridos por corporações e instituições privadas, que muitas vezes são pensados a partir de uma perspectiva econômica e guiados por interesses políticos internos. Esses espaços tendem a adotar medidas de segurança, vigilância e políticas de uso exclusivas para manter controle, o que limita o acesso universal e favorece classes mais privilegiadas, excluindo sutilmente os mais pobres e grupos marginalizados.

Borja (1998) destaca que o ideal do espaço público é a igualdade de acesso, mas em tais espaços, a dimensão cultural acaba refletindo os interesses das elites. Enquanto isso, as camadas menos favorecidas e minorias são excluídas desses ambientes. Assim, quando as dimensões do espaço público não estão bem equilibradas, a ineficiência de uma delas pode comprometer a configuração e a função geral desses espaços.

Além das dimensões constituintes desses espaços, a infraestrutura e o contexto urbano local são alguns dos fatores determinantes para um espaço público ser bem aproveitado pela população do seu entorno. Dentro da cidade, o espaço público se compreende de diferentes maneiras e com usos distintos, ocupados por mobiliários e equipamentos, ou seja, provido de infraestrutura urbana.

Infraestrutura urbana se refere a um conjunto de instalações e serviços básicos necessários para o funcionamento de uma cidade, fomentando o desenvolvimento socioeconômico e assegurando condições indispensáveis para o bem-estar da população. A infraestrutura urbana é composta por sistemas vitais de uma cidade, incluindo: transporte (estradas, avenidas, sistemas de transporte público, como ônibus e metrô, e ciclovias); saneamento (redes de água potável, esgoto e drenagem pluvial); energia (redes de eletricidade e gás); comunicações (redes de telefonia e internet) e serviços públicos (escolas, hospitais e centros culturais). Assim, a infraestrutura urbana é um reflexo das condições econômicas e sociais, e sua qualidade pode impactar a vida urbana e a coesão social (Caldeira, 2000).

Assim como atributos físicos e locacionais, a oferta de redes de infraestrutura em determinada área urbana influencia o seu valor para o mercado imobiliário. Dessa forma, o investimento público em infraestrutura e em equipamentos urbanos (escolas, hospitais, entre outros) é determinante para tal precificação e gera localizações valorizadas na cidade (Caldeira, 2000).

Um espaço público de qualidade, além de ser munido de infraestrutura urbana, precisa oferecer quatro qualidades básicas: deve ser acessível, deve ser agradável, deve permitir que as pessoas se envolvam em uma variedade de atividades e deve ser sociável, permitindo a presença de pessoas que nele permanecem (Gehl, 2013).

Espaços públicos de sucesso também são bem administrados: isso inclui limpeza, oferta de alimentos ou serviços, ou promoção de eventos, e tais

medidas podem ser gerenciadas pela comunidade, pelas pessoas, pela cidade ou administrações regionais, ou por meio de parcerias com empresas.

Portanto, a forma desses espaços influencia o comportamento das pessoas e a qualidade de vida delas; nesse sentido, torna-se importante o bom planejamento desses espaços públicos. Gehl (2013) defende que espaços públicos dinâmicos, seguros, saudáveis e utilizados de fato por seus residentes são planejados a partir da escala humana, ou seja, planejados para as pessoas, garantindo assim a acessibilidade, a inclusão e a mobilidade, principalmente a ativa.

2.2 ESPAÇOS PÚBLICOS E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA - ABORDAGENS E TEORIAS

Jan Gehl (2013), arquiteto e autor do livro *Cidade para Pessoas*, estuda e analisa a qualidade dos espaços públicos. Em virtude disso, estabelece critérios para o planejamento de um bom espaço público para as pessoas. O autor retrata que o planejamento dos espaços públicos influencia o comportamento humano, a qualidade de vida das pessoas e as formas de funcionamento das cidades, e que a dimensão humana foi seriamente negligenciada no planejamento urbano, o qual privilegiou os automóveis, sendo esta importante para a qualidade dos espaços. Nesse sentido, defende a rua como espaço social e não somente um espaço para o transporte de pessoas e carros.

O autor apresenta 12 critérios para se planejar um bom espaço público, os quais são divididos em três categorias: Conforto, acessibilidade e bons locais para caminhar, com infraestrutura urbana de qualidade; locais atrativos para parar; locais de descanso; locais para contemplação; locais para interação; locais para a prática de atividades físicas e de lazer. Desfrute, planejamento para a escala humana; locais que forneçam um clima adequado, com arborização e experiências sensoriais. Segurança, prevenção de acidentes; combate ao crime e à violência; segurança no tráfego e abrigo contra experiências desagradáveis (chuva, frio, poluição etc.).

Dessa forma, dentre os doze critérios de Gehl (2013), um importante é a segurança. A segurança nos espaços públicos é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano e o vivenciem. Ser capaz de caminhar com segurança no

espaço da cidade é um pré-requisito para criar cidades funcionais e convidativas para as pessoas.

Há uma relação entre expansão urbana e crescimento desordenado das cidades com a produção da violência. À medida que se expandem, as cidades se tornam mais complexas devido às “diversidades e desigualdades, acomodações e tensões, hierarquias e tensões, produzem-se e reproduzem-se as condições de ruptura, conflito e violência” (Gehl, 2013, p. 29). Logo, a expansão da violência urbana estaria acompanhando a expansão da produção econômica, pautada no capitalismo. Por conseguinte, a desigualdade social e econômica é o pano de fundo para os altos índices de criminalidade.

Assim, o modo de criação das cidades cria barreiras para determinados grupos e dificulta o acesso deles aos espaços públicos, visto que o desenho desses espaços pode afetar ou melhorar a segurança urbana. É importante analisar e descobrir as razões que fazem os lugares serem amigáveis e vivos ou, pelo contrário, vazios e hostis, o que pode estar ligado a fatores físicos da própria configuração urbana.

Dito isso, os espaços públicos seguros se relacionam ao conceito de vitalidade nas cidades, que não se limita à quantidade de pessoas, mas à sensação que o espaço transmite, se ele é convidativo ou se afasta as pessoas. Ao passo que a qualidade ambiental se mede a partir da forma como as pessoas se apropriam do espaço. Sentir-se seguro é importante para a apropriação dos espaços. O autor aborda a questão da cidade segura como objetivo de gerar bons convites a caminhar, pedalar ou permanecer. Gehl afirma que os pedestres devem ter sempre prioridade, tanto nos projetos urbanos quanto na circulação nas cidades, pois o planejamento voltado aos carros traz o medo e a preocupação para a vida diária (Gehl, 2013).

De acordo com Gehl (2013), os projetos de espaços públicos seguros se voltam para dois grandes setores: segurança no tráfego e prevenção à criminalidade. Nesse contexto, segundo ele, componentes específicos podem atender esses setores, ou seja, essa demanda por segurança no espaço urbano. Assim, tais setores possuem diversos componentes, os quais podem ser visualizados no quadro abaixo.

Quadro 2 - Componentes projetuais que trazem segurança ao espaço urbano.

Componente projetual	Descrição
Ruas completas ou compartilhadas	Integram vários tipos de tráfego, priorizando pedestres.
Fachadas ativas e iluminação nas edificações	Janelas visíveis e iluminadas, aumentando a vigilância natural; transparência em comércios e serviços, permitindo que os pedestres vejam o interior; fachadas verticais e áreas térreas com ritmo e comunicação visual com a rua.
Iluminação pública	Infraestrutura urbana com iluminação de qualidade, aumentando a percepção de segurança.
Espaços de transição suave e recuos frontais	Áreas térreas agradáveis, ocupadas e ativas, cercadas por presença humana, reduzindo sensação de isolamento.
Diversidade de funções e horários	Comércios e lazer funcionando em diferentes períodos, incluindo noite, ampliando circulação de pessoas.
Diversidade de usos nas ruas e edificações mistas	Combinação de residência, comércio e serviços em uma única edificação; promoção de atividades ao ar livre em espaços públicos.
Gabarito de altura baixo, ao nível da rua	Projetos priorizam áreas térreas, permitindo observação mútua entre interior e exterior; edificações estreitas com várias portas, criando pontos de interação.
Evitar e minimizar barreiras visuais	Redução de passagens desertas, túneis escuros, cantos sem visibilidade e excesso de vegetação densa que compromete a linha de visão.
Projeto urbano viário para facilitar deslocamentos	Quadras curtas, estrutura clara, placas indicativas e boa iluminação; possibilita orientação direta sem desvios ou hesitação.
Definição clara de espaços privados, públicos e semipúblicos	Demarcação através de piso, mobiliário, paisagismo, portões, degraus e diferenças de altura, estabelecendo transições suaves fundamentais para segurança urbana.
Apelo a múltiplos sentidos (experiência sensorial)	Ruas interativas com fachadas ativas, textura, detalhes arquitetônicos e elementos sensoriais atraentes ao nível do pedestre.

Fonte: Autora (2023).

Além de Gehl (2013), diversos estudiosos se dedicaram a estudar os espaços públicos e as características ambientais que influenciam na segurança diante da ocupação destes. Porém, os estudos criminológicos, até a década de 1920, se preocuparam em analisar as causas do crime, buscando estudar o crime por meio de análises da personalidade e do comportamento do autor do delito e da vítima. Já o foco de estudos posteriormente desenvolvidos na Escola de Chicago buscava compreender a criminalidade a partir da nova dinâmica social que adveio com o

crescimento da cidade, ressaltando inicialmente dois fatores de influência: a desorganização (superficialidade de laços afetivos) e a deterioração do controle social (impessoalidade das relações sociais) nas grandes cidades. O criminoso, então, passou a ser observado como produto do meio em que se encontra (Pain, 2000).

Desse modo, entre os anos de 1940 e 1960, o foco principal das teorias e pesquisas, hoje consolidadas, passou a ser a questão espacial, figurando entre os principais estudos aqueles desenvolvidos por Jane Jacobs (2000, primeira edição de 1961), Jeffery (1971), Newman (1973) e Bill Hillier (1976). Essas quatro linhas de teorias, segundo Pain (2000), dão suporte à relação do espaço com os problemas locais de crimes. Alguns destes apresentam abordagens mais deterministas, como Jeffery, Newman e Hillier, os quais trazem mais sobre a relação das características físicas e dos arranjos espaciais com a violência e a segurança nas cidades. E outras abordagens se apresentam mais humanistas, como Jane Jacobs e demais autores que concordam com suas teorias, como Raquel Rolnik, Teresa Caldeira e Ermínia Maricato. Ambas tratam, em seus estudos, das relações do desenho das cidades com a segurança, mesmo que indiretamente ou não tendo como foco somente teorias sobre o tema, relacionando a configuração urbana, a desigualdade socioespacial e a falta de infraestrutura e segurança.

Nos estudos dos autores elencados anteriormente, o recorte de gênero nem sempre está presente, porém existem estudos que têm aplicado seus conceitos em planos e projetos urbanos e em pesquisas com enfoque em gênero.

Isto posto, o impacto das dimensões espaciais e circunstanciais do crime, além de comprometer a vida cotidiana dos indivíduos, também compromete a vitalidade dos espaços públicos. Sob este ponto de vista, nos capítulos seguintes são retratadas as abordagens de teorias acerca da prevenção do crime com o objetivo de elucidar seus princípios, conceitos e pressupostos acerca da promoção da segurança urbana e sua efetivação nos espaços públicos da cidade, buscando analisar a viabilidade ou a contribuição destes com o enfoque na segurança feminina nesses espaços.

2.2.1 Abordagem Humanista

A abordagem humanista é direcionada às condições geradoras da diversidade urbana defendidas por Jane Jacobs em sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Considera-se humanista por relacionar planejamento urbano e planejamento social. Mesmo cinquenta anos após sua publicação, suas ideias continuam influentes no pensamento urbanístico atual. Jacobs argumenta que a diversidade urbana é importante para manter a segurança das pessoas e a vitalidade das cidades. Para ela, essa diversidade é uma solução para muitos dos problemas urbanos, como o crime e a violência, e suas observações e teorias ainda são relevantes para lidar com esses desafios nas cidades, além de influenciarem diversos outros autores que a utilizam como referência em seus estudos.

2.2.1.1 Jane Jacobs – Olhos da rua

De acordo com Jacobs (2000), a segurança nos espaços públicos está relacionada, principalmente, à presença de pessoas e à variedade de usos do solo, princípio também argumentado por Gehl (2013), como dito anteriormente. Assim como Gehl, outros autores (Burton & Mitchell, 2006; Moraes & Jelvez, 2007) também defendem conceitos trazidos por Jane Jacobs em seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, publicado na década de 1960, no qual retrata que a variedade de usos do solo é um fator importante para a redução da criminalidade.

Essa visão parece ser ainda mais difundida atualmente entre os urbanistas. Autores como Monteiro (2010) e Gehl (2013), entre outros, utilizam-se dos conceitos de Jacobs quando tratam de projetos urbanos mais humanizados e seguros. Eles ressaltam que as atividades e relações no espaço público geram vitalidade urbana, fazendo com que as ruas nunca se tornem vazias ou inseguras, o que, por sua vez, se refletiria nos estabelecimentos comerciais e nas moradias, argumentando que uma rua movimentada consegue garantir segurança.

Jane Jacobs era grande defensora da vida urbana e criticava fortemente o planejamento urbano norte-americano após a Segunda Guerra Mundial. Ela acreditava que a abordagem rígida e padronizada desse urbanismo era responsável pela monotonia que prejudicava tipologias urbanas tradicionais, deixando-as abandonadas ou mal utilizadas. Para mudar isso, Jacobs introduziu novos princípios de planejamento urbano e atacou duramente três grandes

movimentos do planejamento urbano tradicional, representados por três urbanistas que se tornaram referências na história do urbanismo moderno: o Movimento City Beautiful, liderado por Daniel Burnham em 1893; o Movimento Garden City, instituído pelo culturalista Ebenezer Howard em 1898; e o Movimento Radiant City, sob a tutela do arquiteto progressista franco-suíço Le Corbusier em 1924 (Jacobs, 2000).

Jacobs (2000) criticava fortemente a separação rígida dos usos do solo em diferentes partes das cidades, onde diferentes áreas eram destinadas apenas a uma função, como centros cívicos e shoppings. Ela também desaprovava os novos empreendimentos residenciais modernos, com grandes blocos de concreto em áreas afastadas e cercadas de gramados. Para mostrar o fracasso desses projetos, Jacobs apontava os altos índices de criminalidade nessas áreas, destacando alguns pontos importantes em suas observações: a existência de uma nítida delimitação física entre o espaço público e o espaço privado (não somente espaço residencial), pois a clareza acerca da função de determinado espaço é uma das condições auferíveis para territorialidade; a necessidade dos olhos da rua, isto é, o estímulo à vigilância natural por parte dos moradores, que seriam os responsáveis e proprietários naturais da rua; espaços públicos como ruas e parques destituídos de uso intensivo e vigilância são mais propensos ao aumento das taxas de violência e criminalidade; bairros residenciais deveriam comportar uma mistura de pessoas, usos, edifícios novos e antigos.

Para a autora, as graves questões de delinquência, violência e criminalidade estavam presentes tanto nos subúrbios quanto nos centros urbanos. Para manter uma sociedade urbana capaz de identificar e controlar esses problemas, seria necessário, antes de tudo, incentivar ações que garantam a segurança e a civilidade. Jacobs via a diversidade urbana como a solução ideal para enfrentar os problemas causados pelo zoneamento monofuncional (Jacobs, 2000). Ela acreditava que a variedade de usos do solo, diferentes classes sociais, variações tipológicas, gênero e raça poderiam contribuir para o crescimento da vitalidade urbana local.

De tal modo, a segurança em uma rua está intrinsecamente ligada à sua capacidade de infraestrutura para acolher desconhecidos. Jacobs (2000) ressalta a necessidade de ruas com boa iluminação, para trazer conforto e visibilidade ao pedestre. Além disso, propõe quatro princípios fundamentais para alcançar espaços públicos seguros: a presença de olhos da rua; a inclusão de elementos atrativos e de

diversidade de usos; a necessidade de quadras curtas; e a presença de prédios antigos.

A definição da autora para o termo “olhos da rua” traz a ideia da vigilância natural coletiva. Nada mais é do que garantir a vigilância nas ruas, por exemplo, por meio de edificações que não sejam voltadas de costas para a rua. Em vez disso, ter janelas e portas de acesso voltadas para as calçadas, permitindo que os proprietários naturais do local tenham visão e controle sobre o ambiente. Essa característica pode garantir uma série de políticas subsequentes conhecidas como vigilância dos bairros (Jacobs, 2000).

Desse modo, é importante que haja presença constante de indivíduos, independentemente do horário, o que requer a existência de uma variedade de usos que proporcione a utilização da rua ao longo do dia, promovendo um fluxo maior e contínuo de pessoas.

A autora propõe que os usos principais combinados com usos secundários sejam bem distribuídos na localidade, promovendo a dinamização da vitalidade urbana. Com essa multiplicidade de usos, o local se tornaria mais atraente, oferecendo várias opções de atividades que estimulam a movimentação e a experimentação do espaço público e, teoricamente, desestimulam a ação de infratores. Localidades favorecidas pela diversidade de usos intensificam a variedade dos estilos de vida, propiciam oportunidades sociais, culturais e econômicas e instituem um padrão de movimentação e circulação moderadamente cíclico durante diversos momentos do dia (Jacobs, 2000).

Do mesmo modo, a inclusão de elementos atrativos e a promoção da diversidade de usos estão ligadas à ideia de atividades e usos que a rua pode oferecer, para favorecer o constante movimento de pessoas, visando inibir os delinquentes de praticarem seus atos (Jacobs, 2000), como a presença de uso misto do solo e comércios de bairro, ou seja, lojas, bares, restaurantes e espaços para o convívio ao longo das calçadas.

Jacobs (2000) destaca que nenhum bairro, por mais bem localizado ou próspero que seja, pode ignorar a presença constante de pessoas ao longo do dia sem prejudicar seu potencial de gerar diversidade. A variação nos usos do local, com pessoas diferentes em horários distintos, pode impulsionar a economia e criar um ambiente favorável à diversidade. No entanto, se essa diversidade se concentrar apenas em usos principais, ela pode não ser eficaz. Para funcionar bem, é necessário

combinar esses usos com as outras três condições que promovem a diversidade: a necessidade de quadras curtas, a presença de prédios antigos e a concentração de pessoas, que são os olhos da rua.

Todavia, é importante entender o conceito de diversidade de usos. Em alguns casos, essa diversidade pode se tornar autodestrutiva. Quando muitos usos competem pelo mesmo espaço, isso pode criar uma intensa concorrência, levando a uma homogeneização. Se um ou mais tipos de uso se destacam muito, eles podem sufocar os usos menores e menos frequentes, causando uma oscilação entre momentos de monotonia e aglomerações, comuns em grandes centros ou em bairros que só têm um tipo de atividade. Isso pode gerar condições desfavoráveis para o desenvolvimento local, como a falta de movimento em horários diferentes. O ideal seria ter um equilíbrio entre alguns usos principais e uma variedade de usos menores, todos organizados de maneira lógica na área. Quando um ou dois tipos de uso dominam, isso pode diminuir a diversidade e limitar as opções disponíveis para as pessoas (Jacobs, 2000).

A autora também ressalta a importância de quadras curtas, de modo a propiciar oportunidades de virar as esquinas frequentemente ao caminhar pela cidade. Isso garante uma rica interação entre os usos e os usuários do bairro. A vantagem da existência de quadras curtas oferece um número maior de caminhos e rotas, possibilitando um leque maior de escolhas. Da mesma forma, fornece oportunidades aos indivíduos para o encontro casual e chances de socializar, por conseguinte, estímulo à vigilância natural.

Jacobs (2000) afirma que longas distâncias prejudicam a vitalidade urbana. Ruas que isolam as pessoas têm um impacto negativo na economia local, o que também impulsiona a presença de infratores. Quando os moradores precisam percorrer longas distâncias e não têm alternativas, acabam realizando suas atividades na rua uma vez, no máximo duas por dia, devido ao desconforto no deslocamento. Da mesma forma, os comerciantes preferem se instalar em vias movimentadas, concentrando atividades em poucos pontos e deixando áreas ao redor desconectadas, sem interação com pequenos comércios em ruas menos frequentadas.

Através da disposição e dimensionamento das quadras, seria possível avaliar o grau de permeabilidade e o caráter relacional entre pedestres e forma urbana dentro da escala local, assim como investigar a conformação dos usos

existentes nos trajetos mais recorrentes. Ainda em relação ao dimensionamento das quadras, Jacobs (2000) critica fortemente o planejamento urbano tradicional, que via a criação de muitas ruas como desperdício e preferia grandes áreas verdes. Para ela, as superquadras, comuns nesses projetos, sofriam os mesmos problemas das quadras longas, pois suas ruas não atraíam as pessoas. Como resultado, muitos desses empreendimentos acabaram se transformando em focos de criminalidade e delinquência.

Além da combinação de usos, é importante que exista uma variedade equilibrada de quadras urbanas para atender aos diferentes usos, como certos equipamentos urbanos, por exemplo, escolas, clubes e estádios esportivos. Não se trata de transformar quadras longas em curtas de forma forçada, pois isso pode prejudicar a estrutura urbana e causar problemas irreversíveis (Jacobs, 2000).

Porém, não se trata da ideia de converter deliberadamente quadras longas em curtas, pois o tecido urbano não opera de forma retrátil ou pantográfica, e interposições urbanas negligentes podem produzir resultados irreversíveis. É possível tornar quadras longas mais acessíveis e conectadas, adaptando-as ao contexto local. A combinação de quadras curtas e longas mais permeáveis melhora o ritmo da cidade e cria uma estrutura urbana mais equilibrada. Esses arranjos oferecem benefícios, como facilitar os deslocamentos a pé, aumentar as opções disponíveis, integrar diferentes usos e, principalmente, requalificar o valor do espaço público.

Ao discorrer sobre a última condição, Jacobs (2000) traz a necessidade do resgate de edifícios antigos como forma de prevenção à violência, que, segundo a autora, auxilia em intensificar e favorecer a diversidade social. Para ela, um distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados e incluir boa porcentagem de prédios antigos.

Há a necessidade de privilegiar certos prédios antigos mais simples e de baixo custo. A autora argumenta que, se uma área tiver apenas prédios novos, as empresas que se estabelecerem ali serão aquelas que conseguem pagar por edifícios caros. No entanto, pequenas e médias empresas, além de comércios e serviços locais, são essenciais para a vida urbana e se adaptam melhor aos prédios antigos ou conseguem pagar por eles, especialmente os de uso misto.

O único mal dos prédios e edificações antigas em uma localidade é a questão da idade (resistência) e estado de conservação (aspecto visual). Sob o ponto

de vista criminológico, como mencionado anteriormente, edificações abandonadas podem ser apropriadas ilegalmente por criminosos ou transgressores (Jacobs, 2000).

A terceira condição para gerar diversidade, segundo a autora, se bem aplicada, pode alcançar vários objetivos ao mesmo tempo. Medidas para prevenir o crime podem ser combinadas com projetos de revitalização urbana. É importante recuperar prédios antigos tanto do ponto de vista social quanto físico. Primeiro, esses prédios ajudam na estruturação da localidade, assim como na distribuição de diferentes usos. Socialmente, uma boa quantidade de prédios antigos com usos variados para diferentes grupos sociais aumenta a diversidade (Jacobs, 2000). Quando bem aproveitados, esses prédios ajudam a evitar a gentrificação, estimulam o desenvolvimento econômico local e promovem a integração social.

Sob a ótica física e material, como mencionado anteriormente, edificações desocupadas e abandonadas ao longo do tempo tendem a ser ocupadas de forma irregular. Quando transformados em cortiços, abrigo para moradores de rua, esconderijo de criminosos, depósito de lixo ou ponto de venda e consumo de drogas, esses locais podem gerar uma rotina de atividades ilegais. Isso atrai um público indesejado, altera a identidade do lugar, aumenta a sensação de insegurança e eleva o índice de criminalidade na área (Jacobs, 2000).

Ainda que a realidade urbana retratada por Jacobs seja direcionada à cidade norte-americana, suas contundentes observações ainda são de grande valia e repercutem frequentemente em estratégias urbanísticas contemporâneas, muitas das quais lidam com a problemática do crime.

Os espaços públicos são os elementos mais importantes das cidades. Apesar dos diversos problemas que afetam as cidades modernas, esses espaços continuam essenciais. Por isso, é crucial torná-los mais seguros para que a cidade, como um todo, também seja mais segura. Embora suas ideias não sejam um guia, como a própria Jacobs destaca, elas ajudam a enfrentar o problema do crime e a recuperar a função pública das cidades, que tem sido tão fragmentada.

2.2.1.2 Raquel Rolnik

Rolnik (2022), Caldeira (2000) e Maricato (1996), **autoras** e apreciadoras das ideias defendidas por Jane Jacobs (2000), discutem como o desenho urbano influencia a prevenção da violência e a percepção de segurança.

Elas destacam que a desigualdade socioespacial, o controle e a exclusão no uso do espaço público são questões centrais na gestão da segurança urbana.

Enquanto Caldeira (2000) e Maricato (1996) focam mais no papel do medo e da segregação no ambiente urbano, por meio do enclausuramento e da separação, argumentando que o desenho urbano baseado na segurança privada altera a noção de cidadania e fragmenta o espaço público, Rolnik (2013) analisa as consequências da financeirização sobre o espaço urbano, revelando como a exclusão gerada por políticas econômicas globais afeta diretamente a segurança. Trata de como as políticas e as forças de mercado transformam o uso do solo, impactando diretamente a segurança e a equidade dos espaços. Assim como discute a criação de guetos e áreas degradadas, resultantes de políticas que privilegiam o lucro em detrimento das necessidades sociais. Sua análise revela como essas dinâmicas afetam diretamente a vida urbana, exacerbando desigualdades e privando vastas parcelas da população do direito à cidade.

A autora, em seus estudos, discute o impacto das dinâmicas de financeirização do solo urbano na segregação e na exclusão dos espaços públicos, temas conectados à segurança e à violência, explorando como as políticas urbanas e a lógica financeira transformam o espaço urbano, afetando diretamente a segurança e o uso dos espaços coletivos. Para ela, vários aspectos do espaço urbano podem aumentar a violência e a insegurança, como: a segregação espacial; a privatização e a falta de espaços públicos adequados; o planejamento urbano inadequado; e a concentração de riqueza.

A segregação espacial é um dos aspectos centrais, pois resulta na divisão da cidade em áreas privilegiadas e regiões marginalizadas. Essa fragmentação gera um ambiente de exclusão social, em que as comunidades mais vulneráveis enfrentam falta de oportunidades e de recursos. Essa divisão não apenas agrava a desigualdade, mas também aumenta a vulnerabilidade das populações em áreas menos favorecidas, tornando-as mais suscetíveis à criminalidade (Rolnik, 2022).

Rolnik traz diversos estudos e exemplos desse fenômeno, como na metrópole de São Paulo, marcada por essa desigualdade social. De acordo com a arquiteta, a cidade foi sendo planejada ao longo do tempo para criar e reproduzir essa desigualdade. Em *A Cidade e a Lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo* (2013), argumenta que o planejamento urbano paulistano, como em

outras cidades, foi historicamente concebido de maneira a perpetuar e acentuar disparidades socioeconômicas. Na obra, a autora reúne evidências retiradas da história do urbanismo da cidade para sustentar que muitos dos problemas relacionados à desigualdade social vividos hoje foram fruto de políticas públicas, e não da falta delas.

Desse modo, a autora apresenta a tese de que o espaço urbano está sendo colonizado por forças financeiras que tratam a terra e a moradia como ativos, ignorando as necessidades sociais e humanas. Ela argumenta que esse processo gera exclusão e fragmentação urbana, contribuindo para a insegurança e a precarização dos espaços públicos. Em conformidade, explora como as políticas habitacionais foram moldadas pela lógica da financeirização, promovendo a construção de grandes empreendimentos que, muitas vezes, estão desconectados das reais necessidades da população, levando à criação de zonas de exclusão e guetos urbanos. Portanto, o investimento nas necessidades básicas da população, como saneamento, drenagem, boas calçadas e iluminação pública, infelizmente não é priorizado por muitos gestores urbanos, que preferem obras de maior destaque, pois são as que garantem visibilidade à gestão (Rolnik, 2013). Quando há serviços públicos e inclusão social, há menos espaço para o domínio de grupos criminosos paralelos.

As grandes cidades estão cada vez mais divididas entre áreas que concentram riqueza e áreas marginalizadas. A segurança nessas cidades também segue essa lógica de fragmentação, com zonas seguras fortificadas para os mais ricos e áreas abandonadas, sem infraestrutura e violentas para os mais pobres, o que propicia o aumento da insegurança. Na mesma lógica, Rolnik (2013) evidencia que os locais periféricos são mais inseguros, com maiores índices de violência.

Desse modo, a segurança influencia a valorização dos imóveis e o esvaziamento de bairros. Em uma cidade com duas áreas semelhantes, a que sofre com altos índices de violência enfrenta queda nos preços dos imóveis, já que as pessoas buscam se mudar para regiões mais seguras. Esse esvaziamento resulta em mais imóveis abandonados, criando um ciclo vicioso que pode aumentar a criminalidade. Com o tempo, os prédios desocupados tendem a ser ocupados de forma irregular, como ocorre em áreas centrais de São Paulo, onde muitos prédios abandonados são invadidos. Assim, o abandono e a insegurança não apenas refletem

um problema, mas também o perpetuam, dificultando a recuperação e a revitalização dessas regiões (Rolnik, 2022).

Esses fenômenos que desconsideram as necessidades da população e resultam em ambientes hostis e propícios à criminalidade, segundo Rolnik (2022), advêm de um planejamento inadequado. Ambientes mal planejados não apenas dificultam o acesso a serviços essenciais, mas também criam espaços que podem favorecer a ocorrência de crimes, à medida que a infraestrutura não é capaz de promover a segurança e o bem-estar.

A falta de espaços públicos adequados é outro ponto crucial. A ausência de praças, parques e áreas de convivência reduz as oportunidades de interação social, essenciais para o fortalecimento de laços comunitários. Quando as pessoas não têm locais para se encontrar e socializar, a desconfiança e o isolamento aumentam, criando um ambiente em que a violência pode proliferar. Por isso, a privatização do espaço público é uma tendência alarmante. A transformação de áreas anteriormente acessíveis em espaços privados e controlados exclui grandes segmentos da população, resultando em uma urbanização fragmentada. Esse fenômeno não apenas reforça a segregação, mas também contribui para uma sensação generalizada de insegurança, já que a proteção se torna uma mercadoria acessível apenas a alguns (Rolnik, 2022).

Outro ponto importante sobre a segurança nas ruas e calçadas das nossas cidades é o incentivo às fachadas ativas, muito comum no início do século XX, mas que foi gradualmente se perdendo ao longo dos anos. Elas proporcionam os “olhos nas ruas”, termo cunhado por Jane Jacobs (2000), que ressalta a importância da conexão entre os imóveis e a rua, pois as pessoas atuam como verdadeiros vigilantes. Em ruas muradas e confinadas, essa característica se perde. O zoneamento monofuncional, os generosos recuos frontais e outros fatores do planejamento urbano foram responsáveis pela mudança da linguagem das nossas edificações, que passaram a ser voltadas para o interior e não para o exterior, gerando o processo de abandono da vida nas calçadas (Rolnik, 2022).

Em relação ao zoneamento urbano, Rolnik (2022) **critica** como ele pode influenciar a dinâmica da violência nas cidades. Ela argumenta que a segregação espacial e o planejamento que prioriza certos usos podem criar áreas vulneráveis e aumentar a criminalidade. Para ela, uma abordagem que favoreça a

diversidade de usos pode contribuir para a segurança urbana. Outra questão abordada é como os diferentes usos estão distribuídos na cidade.

No planejamento urbano tradicional, muito em função dos códigos de zoneamento, os usos e funções são geralmente organizados horizontalmente ao longo do tecido urbano e espacialmente associados aos espaços públicos, voltados diretamente para as ruas. Essa abordagem ainda é comum porque facilita o planejamento urbano justamente pela facilidade em forjar distintos arranjos espaciais no ordenamento do território. No entanto, com mudanças urbanas, adensamento do tecido, escassez de áreas livres para construção e crescimento do crime, essa lógica distributiva dos usos também sofreu alterações (Rolnik, 2022).

Hoje, muitos usos e funções estão sendo movidos para espaços verticalizados, como shoppings e galerias. Isso se deve mais a interesses comerciais do que a um planejamento que priorize a diversidade de usos. Essa nova organização impacta a dinâmica do espaço urbano e também se relaciona à geografia do crime (Rolnik, 2022).

Desse modo, a verticalização provoca impactos significativos na dinâmica urbana e social. Ela altera o uso do espaço, concentrando funções e serviços em áreas específicas, muitas vezes em detrimento do espaço público. Isso pode levar à segregação social, isolando diferentes grupos socioeconômicos e reduzindo a interação comunitária. Além disso, a mercantilização do espaço se intensifica, já que áreas verticalizadas são frequentemente desenvolvidas com foco em interesses comerciais, priorizando a rentabilidade em vez do bem-estar coletivo. Essa dinâmica também afeta a mobilidade, pois áreas densamente povoadas podem sobrecarregar a infraestrutura existente, dificultando o acesso a serviços. A mudança nas relações de vizinhança e a diminuição do espaço público contribuem para um ambiente mais impessoal e potencialmente menos seguro, impactando a qualidade de vida dos moradores.

A verticalização e a concentração de usos urbanos, ao reunir diferentes usos em locais específicos, fazem surgir “enclaves urbanos”, que dificultam o acesso e esvaziam o espaço público. Essa concentração também prejudica a conexão natural entre as pessoas e os diversos serviços e espaços disponíveis na cidade (Rolnik, 2022).

Além disso, a separação entre os usos formais, como comércio e serviços, e os informais faz com que muitos desses últimos sejam excluídos ou

desapareçam. Isso força pequenos negócios a se mudarem para áreas onde possam coexistir com outros usos. Quando se trata da apropriação dos espaços públicos, como caminhar, sentar ou brincar, essas atividades muitas vezes não se adaptam ao novo cenário, resultando em falta de vitalidade urbana. Por fim, a transferência de usos tradicionais para espaços isolados reduz a interação social e a vigilância natural, aumentando a vulnerabilidade das pessoas. Isso pode levar a um aumento da violência, do vandalismo e da desordem urbana (Rolnik, 2022).

Essas características delineadas por Rolnik revelam como o planejamento e a configuração do ambiente urbano são fundamentais para a promoção da segurança e da convivência pacífica nas cidades. Para enfrentar os desafios da violência urbana, é importante repensar o espaço construído e buscar soluções que promovam a inclusão e o direito à cidade para todos.

2.2.1.3 Teresa Caldeira

O interesse de estudiosos brasileiros pelo tema da criminalidade aumentou a partir dos anos 1980, quando se começou a registrar um crescimento acentuado dos crimes violentos nas grandes cidades do país. Enquanto muitos estudos focaram em entender as causas desse aumento da violência urbana, Teresa Caldeira seguiu um caminho diferente: investigou a relação entre criminalidade, democracia e espaço urbano, identificando os elementos que concorrem para o aumento assustador do crime e da violência. Dessa pesquisa surgiu seu livro *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*.

Teresa Caldeira, em sua obra *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo* (2000), aborda a intersecção entre espaços públicos, segurança e desenho urbano, explorando como a segregação e a exclusão social moldam o espaço urbano e, por consequência, intensificam a violência nas cidades. A autora trata de três temas centrais: segregação urbana, enclaves fortificados (condomínios fechados e espaços privados) e privatização do espaço público. Ela mostra como a violência e o medo são forças que moldam a organização das cidades, alterando o comportamento social e a relação dos cidadãos com o espaço público, resultando na construção de muros e na criação de enclaves fortificados, como condomínios fechados e shopping centers.

O desenho urbano influencia diretamente a prevenção da violência e a percepção de segurança, já que o controle do espaço público e a exclusão de certas parcelas da população são questões centrais nas discussões sobre segurança urbana. A violência urbana não é apenas uma questão de segurança ou crime. As desigualdades espaciais, geradas por decisões históricas e pela forma como o território urbano é usado, criam tensões que resultam em violência. A organização das cidades reflete dinâmicas de poder que favorecem certos grupos sociais, enquanto marginalizam e excluem outros.

Para explicar essas dinâmicas, Caldeira (2000) utiliza o conceito de “território usado”, de Milton Santos (1999). Segundo ela, a maneira como o território é apropriado e controlado reflete e reforça desigualdades sociais e econômicas. O conceito de violência estrutural é central para entender como essas desigualdades espaciais se enraízam no ambiente urbano e se manifestam em diversas formas de violência, que são muito mais profundas do que atos isolados de agressão. A violência estrutural é, portanto, uma condição contínua e sistêmica, enraizada nas estruturas sociais e históricas.

A autora também relaciona esses fenômenos ao conceito de dialética espacial, inspirado em pensadores como Henri Lefebvre e Milton Santos. A dialética espacial sugere que o espaço não é um mero pano de fundo passivo, mas sim um elemento ativo nas relações sociais. O espaço urbano é constantemente transformado por fatores sociais, políticos e econômicos, e as contradições sociais, como a segregação e a exclusão, são expressas e reforçadas na organização do território. Essas contradições também moldam o comportamento social, criando conflitos que se refletem no espaço físico, como a oposição entre áreas centrais e periféricas de uma cidade.

Sobre o método dialético, Caldeira destaca três princípios centrais: o movimento constante de transformação, a totalidade e a contradição. O primeiro princípio aponta que a violência e suas manifestações estão sempre sujeitas a mudanças ao longo do tempo e são influenciadas pelas circunstâncias históricas e espaciais. O segundo, o princípio da totalidade, sugere que a violência não pode ser compreendida isoladamente, mas deve ser relacionada ao todo social e espacial em que está inserida. Por fim, o princípio da contradição aponta que a desigualdade é uma característica intrínseca ao capitalismo e, ao mesmo tempo em que cria e sustenta as divisões sociais, também depende dessas contradições para se manter.

Portanto, a violência urbana é profundamente influenciada pela forma como o espaço urbano é organizado, e a dialética espacial oferece uma lente crítica para entender essas dinâmicas. A violência estrutural, resultante das desigualdades e da segregação espacial, é central para a compreensão dos conflitos e tensões nas cidades contemporâneas.

Na contemporaneidade, houve uma transformação significativa na qualidade do espaço público e no conceito de “público”, resultando em um espaço fragmentado e segregado. Ao mesmo tempo, a autora procura esclarecer como o incremento desmesurado das atividades criminosas, o crescente temor à violência a ele correlato e as transformações acentuadas por que passa a cidade nas últimas duas décadas têm ajudado a produzir um novo padrão de segregação em São Paulo (Caldeira, 2000).

Caldeira (2000) utiliza entrevistas realizadas entre 1989 e 1991 com moradores de diferentes bairros para fundamentar suas análises sobre criminalidade, democracia e direitos civis. Sua principal ideia é a de que o Brasil vive uma “democracia disjuntiva”, conceito introduzido por ela, que descreve como a expansão da cidadania política, impulsionada pela transição democrática, veio acompanhada pela perda de legitimidade da cidadania civil e pela criação de um espaço público fragmentado e segregado; daí o caráter disjuntivo desse processo de democratização. Os depoimentos mostram como a criminalidade, o papel da polícia, os direitos humanos e a privatização do espaço público refletem essa contradição.

Do mesmo modo, foi observado que fatores como a crise econômica e o desemprego agravam a insegurança, alimentando preconceitos contra grupos marginalizados, como os migrantes nordestinos. Esses preconceitos se manifestam em relatos de moradores que estigmatizam certas populações como ameaças, contribuindo para a formação de estereótipos que classificam pessoas como “boas” ou “más”. Essa separação se estende, ainda, entre moradores de diferentes classes sociais e regiões da cidade; por exemplo, a separação entre moradores das periferias e de bairros de elite de São Paulo, mostrando como essas fronteiras sociais são criadas em diferentes contextos (Caldeira, 2000).

O medo da violência e a percepção de insegurança estão diretamente ligados à cidadania, não apenas em termos de participação em políticas formais, mas também nas dinâmicas informais que moldam a vida urbana. Ela identifica dois tipos de violência: a voluntária, que resulta de ações previsíveis e conhecidas, e a

involuntária, que surge de eventos inesperados. Essa análise revela como o arranjo do espaço urbano pode criar condições propícias para a criminalidade, resultando em espaços delitivos, nos quais a exclusão social e a falta de serviços públicos se tornam predominantes (Caldeira, 2000). Em geral, a violência está associada a questões como desordem urbana, desigualdades socioespaciais, baixo padrão de qualidade de vida associado à falta de oportunidades, marginalidade e informalidade, dentre outras realidades notoriamente graves.

Segundo Caldeira (2000), é necessário também aprofundar a análise das experiências dos moradores em relação à polícia e suas percepções sobre a instituição, além de explorar suas concepções sobre direitos individuais, punição e o corpo. O aumento da violência nas cidades pode ser compreendido como resultado de um ciclo complexo que interliga diversos fatores. Entre eles, destaca-se a atuação, muitas vezes violenta, da polícia, que não apenas intensifica a desconfiança da população, mas também alimenta um sentimento de insegurança.

Essa desconfiança se traduz em uma crença generalizada de que o sistema judiciário falha em atuar como um mediador legítimo e eficaz de conflitos, incapaz de oferecer a justiça esperada. Em resposta a essa percepção, muitos cidadãos recorrem a respostas privadas e violentas ao crime, perpetuando um ciclo de retaliação e insegurança. Além disso, a resistência à democratização dos processos sociais e políticos contribui para uma visão distorcida dos direitos individuais, que são frequentemente subestimados ou ignorados (Caldeira, 2000). Esse contexto é ainda mais agravado pelo apoio que segmentos da população dão a formas punitivas e violentas de justiça, o que reflete uma crise profunda nas relações sociais e uma desarticulação do tecido comunitário.

Nesse contexto, os enclaves fortificados surgem como uma resposta direta ao medo e à insegurança provocados por essa dinâmica. Esses espaços privados, cercados e monitorados, refletem a busca dos moradores por proteção e segurança, mas também revelam uma fragmentação social profunda. Ao se isolarem em condomínios fechados e áreas vigiadas, os cidadãos buscam escapar da violência, mas acabam contribuindo para a criação de barreiras físicas e sociais que perpetuam a segregação, priorizando o privado e desvalorizando o público. Os condomínios fechados, por exemplo, isolam-se do entorno com muros e segurança, mudando o caráter do espaço público e da interação social. Para Caldeira, esse

fenômeno simboliza a “implosão da vida pública” na cidade, na qual ruas e espaços públicos perdem seu papel de promover a convivência urbana.

“Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. O resultado são condomínios residenciais fechados; ruas e vilas residenciais fechadas; bolsões residenciais; centros empresariais; shopping centers; clubes desportivos e sociais, públicos ou privados, de acesso limitado e altamente controlado.” (Caldeira, 2000, p. 11).

A escolha por enclaves fortificados intensifica a percepção de que a polícia não é uma entidade confiável, levando as pessoas a se voltarem para soluções privadas de segurança. Assim, a resistência à democratização e a desconfiança nas instituições públicas se manifestam na preferência por espaços controlados, onde a convivência social é limitada (Caldeira, 2000). Essa separação não só agrava a fragmentação do espaço urbano, mas também reforça a ideia de que a violência é um problema dos outros, criando uma visão estigmatizada de certas áreas da cidade.

Portanto, a análise proposta por Caldeira (2000) revela como a crescente insegurança e as experiências negativas com a polícia impulsionam a formação de enclaves fortificados, refletindo um ciclo vicioso que perpetua a exclusão social e a violência urbana. Essa interconexão entre a fragmentação do espaço urbano e as percepções sobre segurança e direitos individuais destaca a complexidade das relações sociais em um contexto de crescente desigualdade e medo.

Além do incentivo a práticas de isolamento por meio da construção de enclaves fortificados, vemos também o surgimento rápido de novas técnicas de vigilância, sendo as câmeras o exemplo mais ilustrativo. Esses dispositivos devem ser analisados de maneira dialética, pois, embora possam oferecer um senso de segurança, também fomentam comportamentos que alimentam preconceitos, segregação e neuroses urbanas. Assim, a presença dessas tecnologias revela uma dinâmica complexa, em que o desejo de proteção convive com o fortalecimento de divisões sociais e a deterioração das interações comunitárias. São verdadeiros panópticos; porém, à medida que essas formas inibem a copresença, acabam restringindo as trocas e os encontros. Essa segregação diminui as possibilidades de articulação entre os habitantes de um bairro, visto que o isolamento significa perda

de poder na medida em que reduz a capacidade de ação conjunta. Abrem-se, então, os caminhos para a violência. Teresa Caldeira (1996) constata que, justamente, “as cidades segregadas, cidades de guetos, são reconhecidamente as cidades mais violentas.”

Em síntese, *Cidade de Muros* oferece uma análise aprofundada de como o medo e a criminalidade moldam o espaço urbano, intensificando a segregação social. A obra questiona as consequências desse modelo para a democracia e a convivência pública em São Paulo, especialmente no que diz respeito à criação de enclaves fortificados e ao isolamento como estratégias de combate à insegurança. Caldeira argumenta que essas abordagens não apenas falham em resolver os problemas de violência, como também agravam a situação, perpetuando a fragmentação social e enfraquecendo as relações comunitárias.

2.2.1.4 Ermínia Maricato

Maricato (1996) e Caldeira (2000) têm ideias semelhantes em seus estudos. Ermínia Maricato aborda a relação entre o ambiente construído e a violência; ela analisa como a configuração urbana, a desigualdade socioespacial e a falta de infraestrutura contribuem para aumentar a violência e a insegurança nas cidades. Ela argumenta que a forma como os espaços são planejados e organizados impacta diretamente as condições de vulnerabilidade social, destacando características primordiais do espaço urbano que contribuem para ampliar a insegurança nas cidades: segregação socioespacial; falta de espaços públicos de convivência; densidade populacional; infraestrutura deficiente e falta de acesso a serviços; e privatização do espaço urbano.

Um dos principais fatores é a segregação socioespacial, que resulta na criação de áreas isoladas e marginalizadas. Para a autora, o desenho urbano brasileiro, caracterizado pela fragmentação e pela falta de integração entre as áreas centrais e periféricas, intensifica a segregação e a violência. Essas regiões periféricas, isoladas e distantes do centro das cidades, frequentemente carentes de infraestrutura e de serviços públicos, tornam-se mais vulneráveis à criminalidade, pois a exclusão social e econômica gera um ambiente propício para o surgimento de conflitos. Ou seja, a segregação não é um simples reflexo ou suporte de uma sociedade que produz e reproduz a violência, mas parte importante de um processo

que tem, no funcionamento do mercado imobiliário segregador, um expediente central de exclusão (Maricato, 1996).

Segundo Ermínia Maricato (1996), as áreas periféricas das cidades brasileiras são fruto de um processo de urbanização desigual, que reflete não apenas a exclusão social, mas também as profundas contradições de um urbanismo capitalista, desigual, classista e racista. Nesse modelo, o desenvolvimento urbano é guiado pelos interesses econômicos e pela especulação imobiliária, o que privilegia as elites e empurra as populações de baixa renda, muitas vezes compostas por negros e outros grupos marginalizados, para as periferias. Esse processo resulta em uma cidade fragmentada, onde o acesso à infraestrutura básica, ao transporte, ao saneamento e aos serviços de saúde e educação é extremamente desigual.

Esse fenômeno de expulsão das classes mais baixas é denominado gentrificação; esse processo consiste na transformação de uma área urbana, geralmente de baixa renda, que passa por revitalização e melhorias, atraindo investimentos e novos moradores de classes mais altas. Isso eleva o custo de vida local, como aluguéis e preços de imóveis, levando ao deslocamento dos residentes originais, que não conseguem arcar com os novos valores (Maricato, 1996). Assim, a área se torna mais exclusiva, beneficiando grupos mais ricos e excluindo os antigos moradores, geralmente de baixa renda e minorias. Isso cria uma barreira econômica e social para o uso desses espaços por grupos marginalizados.

Portanto, essas áreas periféricas surgem da combinação de diversos fatores: o alto custo da terra nas áreas centrais, a falta de políticas públicas inclusivas para moradia popular e o crescimento urbano desordenado. No contexto de um urbanismo capitalista, a cidade é planejada para atender ao mercado, não às necessidades sociais, o que marginaliza ainda mais as populações vulneráveis. Além disso, o racismo estrutural desempenha um papel fundamental nesse cenário, perpetuando a segregação espacial e empurrando, historicamente, as populações negras e pobres para as áreas mais distantes e precarizadas das cidades (Maricato, 1996).

Esse modelo urbano, ao mesmo tempo em que concentra riqueza e serviços nas áreas nobres, aprofunda as desigualdades, resultando em periferias marcadas pela falta de oportunidades, pelo abandono estatal e pela precariedade das condições de vida. Isso também resulta em acesso limitado aos espaços públicos, visto que a localização de parques, praças e outros equipamentos tende a favorecer

regiões centrais e de alta renda, dificultando o acesso para as populações que moram nas periferias. Além disso, a falta de transporte público eficiente pode impedir que moradores de áreas mais distantes frequentem esses locais.

A densidade populacional também desempenha um papel significativo nessa questão. Ambientes densamente povoados, especialmente quando não planejados adequadamente, podem gerar competição por recursos limitados, resultando em tensões sociais que frequentemente se traduzem em violência (Maricato, 1996). Adicionalmente, a infraestrutura deficiente dessas localidades e a falta de acesso a serviços agravam a insegurança. A ausência de serviços básicos, como saneamento, iluminação pública e segurança, não apenas contribui para a deterioração das condições de vida, mas também cria um cenário em que a criminalidade pode florescer, à medida que os moradores se sentem desamparados.

Outro aspecto crítico é a falta de espaços públicos de convivência — ou a degradação destes. A falta de manutenção ou a escassez de praças, parques e áreas comunitárias reduz as oportunidades de interação social, fundamentais para construir laços de confiança e coesão entre os moradores (Maricato, 1996). A ausência de locais onde as pessoas possam se encontrar e socializar contribui para o aumento do isolamento e da desconfiança, elementos que podem elevar os índices de violência.

Por fim, a privatização do espaço urbano é uma tendência preocupante. A criação de enclaves fortificados, como traz Teresa Caldeira (2000), e áreas privadas que buscam oferecer segurança a determinados grupos acaba por reforçar a segregação social, visto que resulta na exclusão de determinadas populações. Essa dinâmica não só exclui os mais vulneráveis, mas também gera uma sensação de insegurança nas áreas públicas, já que a segurança se torna uma mercadoria acessível apenas a poucos. A autora critica os modelos de urbanização que privilegiam a construção de condomínios fechados e enclaves fortificados, geralmente ocupados por classes mais altas, que se isolam do restante da cidade ou até mesmo de outras áreas consideradas, por esses grupos, de menor qualidade do que a que possuem dentro dos muros, o que também faz com que o espaço público fique à mercê do abandono e da violência.

Essas características, segundo Maricato (1996), revelam como o planejamento urbano e as políticas habitacionais são fundamentais para a promoção

da segurança e para a redução da violência, pois, segundo a autora, a violência urbana é uma consequência direta da desigualdade social e racial. Para Maricato (1996), do mesmo modo que Caldeira (2000) argumenta em seus estudos, a solução para a violência não reside em medidas isoladas de segurança, mas em uma reconfiguração do espaço urbano que promova a inclusão social e a interação comunitária, pensamento semelhante ao de Jane Jacobs (2000).

Maricato sustenta que a prevenção do crime por meio do desenho urbano envolve a integração de áreas informais e a criação e revitalização de espaços públicos acessíveis, que promovam a segurança e a convivência social. Além disso, políticas públicas voltadas para a equidade social e racial, como a ampliação de oportunidades e a redistribuição justa de recursos, são essenciais para prevenir a insegurança e reduzir as causas estruturais da violência.

2.2.2 Abordagem Determinista

A abordagem determinista, especialmente no contexto de prevenção ao crime, parte da premissa de que o ambiente físico exerce uma influência direta sobre o comportamento humano. Essa visão tem raízes em teorias como o determinismo ambiental e, mais especificamente, em conceitos como o *place-based*. Esse conceito, mencionado na literatura estrangeira, sugere que intervenções no desenho e na organização do espaço físico podem influenciar diretamente o comportamento das pessoas. A ideia central é que, ao modificar ou controlar o ambiente, é possível moldar a forma como os indivíduos interagem com o espaço e, conseqüentemente, reduzir comportamentos indesejados, como o crime.

Nesse contexto, a teoria determinista busca mitigar ou eliminar as oportunidades que o espaço oferece para a prática de crimes. Isso é feito por meio da introdução de barreiras físicas, como muros, cercas, câmeras e iluminação, que atuam como mecanismos de proteção. Essas intervenções aumentam o controle que os moradores podem exercer sobre áreas públicas e comunitárias, criando uma sensação de segurança e dificultando ações criminosas.

O foco da abordagem é, portanto, a transformação do ambiente como forma de prevenir o crime, sob a crença de que um espaço bem planejado e protegido gera um comportamento mais seguro e ordenado. Esse tipo de intervenção, ao criar

obstáculos físicos e aumentar a vigilância, procura desestimular práticas ilegais, favorecendo o uso mais seguro e positivo dos espaços urbanos.

2.2.2.1 Ray Jeffery - prevenção do crime através do desenho ambiental

Complementar a Jacobs (2000) e às demais autoras, outro autor desenvolve um estudo sobre a prevenção de crimes por meio do ambiente físico, em seu livro *Criminal Behavior and the Physical Environment*. Ray Jeffery (1971) introduz a expressão Prevenção do Crime através da Arquitetura Ambiental (CPTED — *Crime Prevention Through Environmental Design*, em inglês). O CPTED caracteriza-se como um conjunto de estratégias de aplicação prática de prevenção contra o crime nos projetos urbanos.

Sua pesquisa se concentra principalmente na segurança, abordando a redução de crimes por meio da diminuição de oportunidades. Para isso, Jeffery (1971) sugere aumentar a dificuldade física do ambiente e o risco para os criminosos. Seu estudo se baseia em quatro princípios: (1) controle natural de acesso; (2) vigilância natural; (3) reforço territorial; e (4) manutenção do espaço. Para o autor, o CPTED tem como base a Teoria da Decisão Racional, que explica que a ocorrência do ato delitivo está relacionada à análise de custo-benefício feita pelo infrator. Essa análise leva em consideração três variáveis ambientais: a situação favorável, uma vítima vulnerável e a motivação.

Jeffery (1971) constatou que o ambiente físico pode exercer influência direta sobre o crime a partir da demarcação de territórios, aumentando ou reduzindo a acessibilidade por meio da criação ou supressão de limites e redes de circulação, bem como da possibilidade de controle pela população e pela polícia. A abordagem do autor também enfatiza o reforço da territorialidade do espaço, incorporando em suas estratégias a restrição ao fluxo de estranhos. Em áreas residenciais, isso envolve a implementação de barreiras para reduzir os fluxos de circulação.

A incorporação de princípios dessas teorias de Jeffery (1971) por outros autores e teóricos fez surgir a chamada segunda geração do CPTED. A primeira geração tem como marco a obra de Jeffery, composta por quatro conceitos: controle natural dos acessos, vigilância natural, manutenção e reforço territorial. A segunda geração incorpora tanto os aspectos físicos como sociais do ambiente e,

assim, oferece a possibilidade de um novo enfoque: a construção de comunidades que seguem o legado de Jane Jacobs. Dessa forma, à segunda geração são acrescentadas aos primeiros princípios do CPTED mais quatro novas categorias, como mostra o Quadro 3.

A nova geração do CPTED considera tanto os aspectos físicos quanto os sociais, e suas estratégias desenvolvem soluções compatíveis com uma concepção do espaço físico que atenda às necessidades físicas, sociais e psicológicas dos usuários deste espaço, bem como às atividades que ali se irão desenvolver e à previsão dos comportamentos dos usuários legítimos ou dos potenciais criminosos. Por exemplo, estimula-se a participação e a responsabilidade da comunidade, assim como o reforço da identidade com o espaço público e a administração adequada desses espaços.

Quadro 3 – Componentes projetuais que trazem segurança ao espaço urbano

Geração	Princípios	Detalhes
Primeira geração	Promover a vigilância natural	É essencial promover a possibilidade de ver e ser visto para criar ou manter um espaço seguro. A alta visibilidade de um lugar faz com que os usuários o possam controlar melhor e diminui a possibilidade de que ocorram crimes de oportunidade.
	Estimular o controle natural dos acessos	Por meio de estratégias de projeto, visa a incentivar o controle social sobre os acessos a um determinado espaço.
	Estimular a confiança e a colaboração entre os moradores	O reforço e a confiança mútua e o sentimento dos moradores de pertencerem ao seu entorno, estimulam o controle social exercido sobre um determinado setor, contribuindo para gerar seu cuidado e uso adequado.
Segunda geração	Reforçar a identidade com o espaço público	Uma estratégia que reforça a identidade com o espaço público envolve a comunidade em sua recuperação e projeto e esta passa a senti-lo como próprio, se apodera dele e o cuida. O desenho desses lugares com participação cidadã é uma condição essencial para a comunidade, porque ajuda as pessoas a se conhecerem e aprofunda os laços comunitários.
	Planejar em menor escala	O tamanho de um conjunto urbano pode afetar a sensação de segurança de seus usuários. Em conjuntos de grande porte é difícil estabelecer laços comunitários profundos. Em uma escala menor, o cidadão sente que pode controlar seu espaço, que corresponde a seu tamanho pessoal, porém não deve ser esquecida a relação desse espaço com a escala maior.
	Estimular a participação e a responsabilidade da comunidade	Implica que os moradores participem ativamente da vida social de uma comunidade.
	Administrar adequadamente os espaços públicos	Definir formas de cogestão de um espaço novo ou recuperado, que estabeleça programas municipais de manutenção e atividades comunitárias, é vital para que uma estratégia de prevenção seja sustentável e estimule o encontro e o uso coletivo de tal espaço.

Fonte: Autora (2023).

Na segunda corrente do CPTED, em termos de estudos empíricos, essa perspectiva parece ter um apoio mais sólido. As pesquisas realizadas por Perkins et al. (1993), por exemplo, indicam que propriedades não residenciais, especialmente comércios e terrenos vazios, podem atrair criminosos. Nos estudos de Hillier e Sahbaz (2012), os autores descobriram que locais com menor proporção de usos residenciais eram mais vulneráveis a roubos. Seus resultados revelaram que quadras residenciais são mais seguras, seguidas por quadras de usos mistos, enquanto quadras estritamente comerciais apresentam ocorrências significativamente mais frequentes.

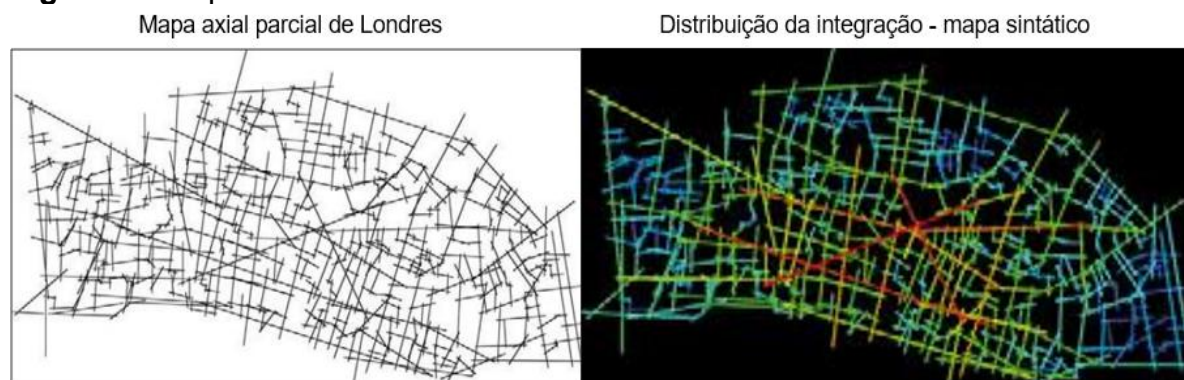
2.2.2.2 Bill Hillier - sintaxe espacial e mapeamento axial

Em seu estudo sobre espaços públicos e segurança, Hillier (1984) traz a definição de Sintaxe Espacial, a qual o autor utiliza para estabelecer a teoria da lógica social do espaço. A Sintaxe Espacial tem o intuito de trazer uma relação entre a estrutura espacial (cidades ou edificações) e a estrutura social (indivíduo ou grupo). Trata-se de um método de análise e descrição do espaço que leva em consideração as características da estrutura espacial. A base da análise é centrada no “espaço convexo”, que é a porção de espaço que possibilita que um conjunto de pessoas compartilhe um espaço comum (espaço onde pessoas e coisas estão no mesmo campo visual) e possibilita a relação direta de visibilidade e acessibilidade.

O método da Sintaxe Espacial é um conjunto de técnicas para representar e analisar as redes de ruas das cidades de maneira a trazer à luz padrões e estruturas subjacentes que influenciam os padrões de atividade no espaço, principalmente o movimento e o uso do solo. Através dessa abordagem, é possível avaliar a relação entre o espaço público, como o sistema viário e as calçadas, e o espaço privado, que engloba as residências, comércios e outros elementos (Hillier & Sahbaz, 2012).

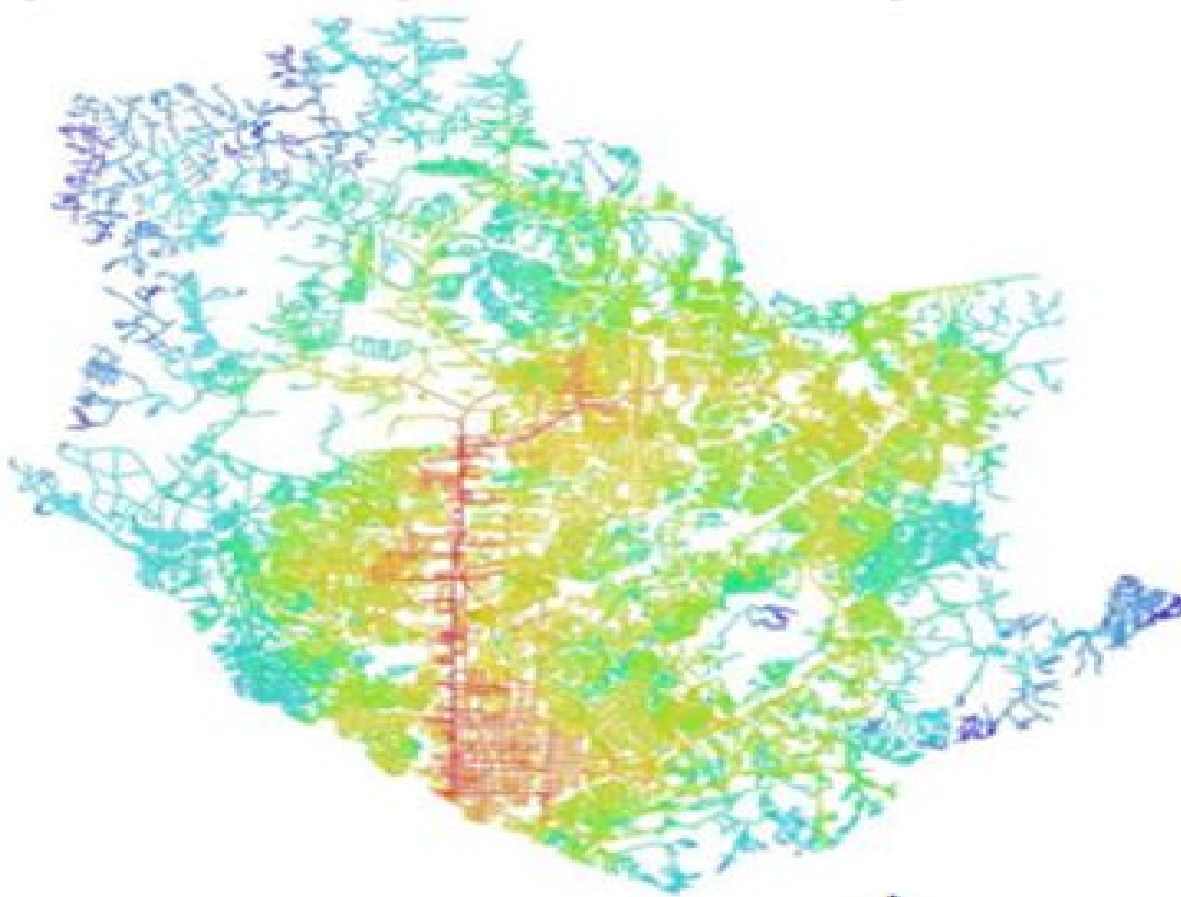
A partir do mapa axial (Figura 5), outro conceito do autor, é possível gerar o mapa sintático, o resultado gráfico do processamento do mapa axial. Através de suas cores, cada linha expressa a sua integração ou segregação em relação ao todo: vermelho para linhas mais rasas ou integradas, e azul para as mais profundas ou segregadas. Desse modo, o mapa axial é um modelo que representa o sistema viário (no caso de cidades) ou as circulações (nos casos de edifícios) através de linhas axiais (Figura 6).

Dentre as medidas possíveis de análise sintática, a principal é a chamada “integração”, que é útil na previsão de fluxos de pedestres e veículos e no entendimento da lógica de localização de usos urbanos e dos encontros sociais. A medida de integração mede o quão “profunda”, ou distante, uma linha axial está de todas as outras linhas do sistema. O estudo da Sintaxe é a interpretação dessas linhas axiais, avaliando os pontos de conexão, ou os chamados “nós”, estabelecendo, assim, o nível de integração.

Figura 5 - Mapa axial de Londres

Fonte: Adaptado de Hillier (2007).

Figura 6 - Malha viária de Manaus representada por meio de mapa axial.
 Malha viária de Manaus representada por meio de mapa axial.



Fonte: Adaptado de Sudério e Medeiros (2009).

A partir da medida de integração, o autor analisa a relação das vias e da segurança, chegando à conclusão de que vias integradas ao tecido urbano em escala global, abrangendo toda a cidade, como rodovias ou até avenidas, tendem a ter taxas mais altas de furtos e roubos em residências. Por outro lado, vias integradas

em escala local, como dentro de bairros ou vizinhanças, tendem a ser mais seguras. A partir da configuração da malha viária, o autor comprovou também que, em geral, áreas menos densas de comércio e pessoas estavam associadas a uma menor taxa de ocorrências criminais. Isso reforça a teoria dos “espaços defensáveis” defendida por Newman (1973). Segundo os autores, a densidade muitas vezes era responsabilizada pelo aumento da criminalidade. Hillier (1984) atesta que as taxas de crimes tendem a cair quando há uma maior proporção de residências em relação a comércio e serviços no segmento da via.

Os autores apontaram que, para analisar essa relação de integração das vias, é importante considerar as diferenças na influência com os diferentes tipos de crime. Hillier e Sahbaz (2012) alertam que crimes menores, como furtos de carteira, tendem a ocorrer em ruas com maior movimento de pessoas, onde a ação dos criminosos pode passar despercebida com facilidade. Já crimes violentos são mais frequentes em espaços menos acessíveis, com menor presença de pessoas. Portanto, de acordo com o estudo, os tipos de crimes variam com os tipos de integração que as vias apresentam e a situação favorável para o infrator cometer o delito, onde o mesmo não se sente vigiado, e sim despercebido no ambiente.

Do mesmo modo, fazem crítica aos espaços fechados, à ideia de fechamento-repetição-hierarquia. O autor assegura que os espaços fechados não são a resposta para o problema urbano, mas o problema em si mesmo. Seu uso indiscriminado pode criar espaços fragmentários, ininteligíveis e subutilizados, que podem aumentar a vulnerabilidade desses espaços a certos tipos de crimes. Isto posto, assim como os demais autores, essa vulnerabilidade ligada à insegurança desses espaços está intrinsecamente relacionada às características projetuais e ao planejamento urbano desses locais.

2.2.2.3 Oscar Newman – O espaço defensável

A abordagem do espaço defensável de Oscar Newman traz uma perspectiva diferente ao destacar a importância da sensação de controle e territorialidade para a segurança urbana. Ao projetar espaços que permitam às pessoas sentirem que têm controle sobre eles, seja pela baixa densidade de usuários ou por outros mecanismos de design, é possível criar ambientes onde os moradores se sintam mais seguros e conectados ao local. Ambas as abordagens ressaltam a

importância do design urbano na promoção da segurança e da qualidade de vida nas cidades, destacando a necessidade de considerar não apenas aspectos físicos, como iluminação e layout das ruas, mas também aspectos sociais, como interação comunitária e controle dos espaços públicos.

Desse modo, o arquiteto Oscar Newman criou a abordagem do espaço defensável, que tem como definição “um modelo para o projeto de áreas urbanas que inibe a ocorrência de crimes através da criação da expressão física de um tecido social que se defende” (Newman, 1973, p. 3). Ou seja, para ele, a sensação de segurança reside na existência do controle dos espaços coletivos pelas pessoas. O autor, diferente de Jacobs, que traz uma abordagem de incentivar um maior fluxo de pessoas, acredita na importância de manter os espaços com uma baixa densidade de usuários, mantendo o controle da territorialidade, o que ocasionaria espaços com sentimento de identidade.

Isto posto, o conceito de territorialidade é central entre os princípios dos espaços defensáveis de Newman. De acordo com o autor, a definição territorial do espaço em desenvolvimento reflete nas áreas de influência dos habitantes. Isso ocorre através da subdivisão do ambiente residencial em zonas, facilitando a adoção de atitudes proprietárias pelos residentes adjacentes. Em resumo, esse conceito envolve cuidar e controlar o espaço que pertence a cada indivíduo, preservando sua integridade e intervindo em situações indesejadas.

Esse controle dos moradores sobre as áreas compartilhadas ou públicas poderia ser conseguido através do desenho urbano, com a hierarquização de domínios territoriais estabelecidos entre o público e o privado e a delimitação rígida entre os territórios. Logo, um componente crucial da territorialidade é a hierarquia dos espaços, em que cada um deve ter uma delimitação clara, embora não necessariamente constituída de uma barreira física. Além disso, o número de moradores responsáveis por cada um desses espaços é um conceito importante. Ao limitar o acesso a um pequeno grupo de moradores, os residentes conseguem identificar facilmente a quem pertence aquele espaço, fortalecendo a sensação de controle e segurança (Baurase, 2017, apud Newman, 1973).

Segundo Newman (1973), essa lógica se estabelece também nas vias de circulação. As ruas abertas, de livre trânsito, são mais propensas à ocorrência de criminalidade do que as ruas fechadas, locais onde os acessos são mais restritos. Segundo ele, isso se deve ao sentimento de vigilância; os estranhos que entram

nessas ruas sentem que suas ações estão sendo vigiadas, e isso inibe o ato criminoso.

Assim como as vias de circulação, outro fator ligado ao controle e à segurança, tratado por Newman (1973), assim como nos estudos de Jacobs (2000), se dá sobre a incidência de estabelecimentos comerciais no espaço. No entanto, há uma divergência de perspectivas. Jacobs (2000) destaca a importância da diversidade e densidade de usuários no ambiente urbano, incluindo atividades comerciais, para promover a vigilância natural e a segurança urbana, defendendo que a presença de atividades comerciais é positiva para garantir segurança nas ruas e uma maior vigilância natural dos espaços. Já Newman (1973), sob outro ponto de vista, argumenta que manter espaços com baixa densidade de usuários, que acabam controlando a territorialidade, é mais eficaz para a prevenção de crimes, mesmo que isso signifique menos vigilantes naturais.

O mesmo argumenta que estabelecimentos comerciais, por atraírem uma maior diversidade e densidade de usuários, podem ser prejudiciais para a segurança, pois reforçam a ação de criminosos. Do mesmo modo, outros autores também acreditam que alguns usos específicos e a grande quantidade de movimento de pessoas gerada pelos diferentes usos do solo podem atrair infratores (Perkins et al., 1993; Yang, 2006).

Ao tratar dos usos do solo, Newman (1973) acredita que a diversidade de usos pode ser positiva quando os estabelecimentos comerciais estão em seus horários de funcionamento, pois estes podem reforçar a vigilância natural. Todavia, afirma que os usos não residenciais se tornam prejudiciais quando não estão em funcionamento, dificultando o reforço da territorialidade.

Para Newman (1973), outro fator que contribui para a segurança seria a qualidade desses espaços. O autor considera que espaços bem cuidados e fiscalizados por seus moradores não dão espaço para a entrada de criminosos ou vandalismo. Ou seja, é importante que os projetos mantenham sua identidade e conservação.

Além da crítica a espaços mal conservados e degradados para a segurança, Newman (1973) traz a questão do tipo arquitetônico como prevenção a crimes. Ele argumenta a necessidade de janelas voltadas para a rua, similar a Jacobs (2000), pois pondera que isso proporciona uma melhor visibilidade dos espaços público e privado. O autor também trata da altura dos edifícios e sua relação com os

atos delituosos, relacionando que o aumento da altura dos edifícios aumenta a criminalidade, e que ocorre principalmente em áreas públicas.

2.2.3 Síntese do Arcabouço Teórico

Analizando os demais autores retratados, como Jan Gehl (2013), Jane Jacobs (2000), Oscar Newman (1973), Bill Hillier (1984), Ray Jeffery (1971) e Raquel Rolnik (2022), mesmo com algumas colocações contrárias, possuem pensamentos que partem da ideia de que os espaços públicos seguros se relacionam à necessidade da qualidade no planejamento urbano das cidades, visto que a configuração e as características espaciais podem influenciar na insegurança desses espaços. Ambos forneceram uma rica discussão sobre a relação da insegurança e de atos de violência com o desenho urbano e destacam como prevenir através de práticas ligadas ao planejamento urbano, consequentemente reduzindo a violência e aumentando a sensação de segurança.

Além das características ambientais do espaço, esses autores relacionam a sensação de insegurança com a forma de uso do espaço público: a presença de vigilância (formal ou informal), atividades, manutenção e fluxo de pessoas no espaço. Porém, poucos acrescentam especificamente o recorte de gênero, embora seus estudos possam auxiliar em pesquisas e em práticas projetuais urbanas para o aumento da segurança feminina.

Um ponto fundamental é a necessidade de estreitamento dos laços entre as teorias de prevenção do crime na constituição de abordagens mais integradas. Não se pretende, com tal associação, instituir o estabelecimento de uma regra pronta a solucionar qualquer tipo de problema sob qualquer circunstância, mas canalizar as vantagens oferecidas pelo aporte conceitual de cada abordagem na elaboração de análises mais precisas, diretrizes consistentes, metas e proposições viáveis, capazes de atacar o problema de forma direta. Com tal permutação, também é possível prognosticar possíveis lacunas e imprevistos e, ao mesmo tempo, reduzir a margem de erro na implantação das intervenções propositivas. Naturalmente, dependendo de cada caso, uma teoria pode ser mais adequada do que outra. Há casos em que nenhuma das abordagens poderá ser aplicada em razão do alto grau de criminalidade e violência ou de outro aspecto relevante.

Outra questão crucial acerca das abordagens teóricas de prevenção do crime é a necessidade de contextualização. Cada localidade é única. As similaridades entre padrões espaciais, sociais ou culturais, assim como padrões criminais, são parâmetros que oscilam em razão da sazonalidade e de fatores circunstanciais. Nenhuma localidade se comporta de forma inalterável ou imutável ao longo da sua existência. Por isso, ao se instituir os métodos preventivos, é providente observar a dinâmica pertinente à localidade. O crime e a violência se manifestam de forma distinta e, em muitos casos, sob condições localistas específicas. Portanto, a contextualização e um detalhado diagnóstico acerca da realidade local, efetuado de forma séria, é o primeiro passo para a instituição de medidas preventivas eficazes.

O quadro 4 fornece um breve comparativo das abordagens de prevenção do crime em relação às dimensões do espaço público. Naturalmente, tais observações são ancoradas no aporte teórico remissivo a cada abordagem e não se intenciona conformá-las como assertivas de caráter prognóstico e definitivo, mas, sim, ressaltar as implicações oriundas de tal fundamentação conceitual na estruturação das diretrizes e estratégias de prevenção e, por conseguinte, na configuração dos espaços públicos urbanos.

Ao relacionar as duas abordagens, a determinista aparenta ser menos favorável aos espaços públicos. Medidas como muros e barreiras funcionam melhor em espaços privados, onde há maior controle territorial. No espaço público, que deve ser acessível a todos, essas barreiras podem prejudicar sua vitalidade e funcionamento. A dinâmica funcional e espacial dos espaços públicos é diferente da dos privados. Espaços públicos são instáveis, mesmo com sua vocação para certas atividades, e o crime nem sempre segue a lógica desses espaços. Criminosos criam suas próprias regras, e medidas de proteção físicas podem falhar diante de sua astúcia. Além disso, essas barreiras podem transmitir uma falsa sensação de segurança, já que, conforme os mecanismos de proteção evoluem, o crime também se adapta para superá-los.

Quadro 4 - Abordagens determinista e humanista e sua relação com as dimensões do espaço público

DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO	ABORDAGEM DETERMINISTA	ABORDAGEM HUMANISTA
DIMENSÃO POLÍTICA	Pouco ou nenhum envolvimento dos indivíduos nos processos e tomadas de decisão acerca da vida comunitária; Políticas locais fragmentadas; Predominantemente individualista comprometendo a democracia.	Considerável envolvimento dos indivíduos nos processos e tomadas de decisão acerca da localidade; Políticas locais integradas; Predominantemente coletivista beneficiando a democracia.
DIMENSÃO ECONÔMICA	Valor econômico suprimido ou negligenciado; Vantajoso economicamente sob a ótica do capital privado; Comprometimento da economia informal de rua da localidade.	Valor econômico altamente incentivado e direcionado à vida urbana; Vantajoso economicamente sob a ótica da democracia; Favorecimento da economia informal de rua da localidade.
DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL	Anonimidade como fator de perigo; Espaço doméstico e/ou privado segregado e dissociado do domínio público; Identidade e coesão social fragmentadas; Territorialidade nítida e ruptura de relações com a localidade; Práticas sócioespaciais exercidas no interior dos arranjos e, geralmente, sem participação da vida comunal.	Anonimidade como fator de segurança; Espaço doméstico e/ou privado estendido e/ou associado ao domínio público; Identidade e coesão social consolidadas; Territorialidade nítida e preservação das relações com a localidade; Práticas sócio-espaciais exercidas no domínio público e com a participação de membros da localidade.
DIMENSÃO FÍSICA	Desenho espacial predominantemente controlado, inibidor e restritivo; Predomínio de aparatos e mecanismos físicos de proteção; Hierarquia espacial definida, altamente controlada e restrita; Pouca ou nenhuma relação com os espaços públicos adjacentes.	Desenho espacial predominantemente aberto, atrativo e acessível; Aparatos de proteção física associados a estratégias sociais de controle; Hierarquia espacial definida, permeável e acessível; Boa relação entre os arranjos e os espaços públicos adjacentes.

Fonte: Autora (2024).

Na abordagem determinista, a Teoria do Espaço Defensável de Newman (1973) e a Prevenção do Crime através do Desenho Ambiental (CPTED) de Jeffery (1971) são exemplos comuns de estratégias de prevenção ao crime, pois são facilmente aplicáveis e muitas vezes seguidas à risca. Essas teorias não se preocupam com a dimensão sociocultural, com a vida urbana fora dos muros, nem com os espaços públicos ao redor. Os enclaves fortificados são a expressão máxima

desses princípios, e a segurança passou a ser um grande atrativo de mercado, valorizando os imóveis.

Na perspectiva de Newman (1973) e Jeffery (1971), sugere-se que a presença de um menor número de pessoas e mais residências nas quadras, aliada a um número reduzido de comércio, tornaria os espaços públicos mais seguros. Os autores também reforçam a ideia de que a falta de manutenção, a baixa qualidade e a administração inadequada dos espaços geram ambientes inseguros. Já de acordo com Hillier (1984), as regiões centrais ou bairros com maior concentração de comércio são mais inseguros, o que ocasiona a diminuição do número de pessoas nesses espaços.

Por outro lado, a Segunda Geração do CPTED, que acrescenta os conceitos de Jane Jacobs aos preceitos da teoria de Jeffery, é considerada a abordagem mais equilibrada dentro do determinismo no que diz respeito ao espaço público. Embora mantenha a ideia de defensibilidade espacial, ela inclui aspectos sociais no planejamento, ampliando suas estratégias. Seus defensores entendem que nem todos se sentem conectados ao local, mas acreditam que fortalecer os laços sociais, o senso de pertencimento e o envolvimento comunitário é a melhor forma de combater o isolamento, o aumento do crime e o abandono dos espaços.

A abordagem humanista, defendida por Jane Jacobs (2000), é a que mais beneficia o espaço público como estratégia de prevenção ao crime e à violência, porque valoriza a dimensão pública urbana, seus usos e as relações espaciais e formais que acontecem nesses ambientes. Foca na inclusão social, na convivência comunitária e no fortalecimento dos laços sociais. Em vez de depender apenas de medidas físicas de segurança, como câmeras ou barreiras, essa abordagem busca criar espaços públicos vibrantes, onde a presença ativa de pessoas naturalmente desestimula o crime. Ela valoriza o desenho urbano que favorece a interação entre diferentes grupos, promovendo diversidade e participação cívica, o que gera senso de pertencimento e responsabilidade coletiva. A ideia central é que uma cidade viva, com espaços públicos acolhedores e inclusivos, reduz a segregação e a marginalização, principais causas da violência urbana. Retomar ideais urbanísticos tradicionais não é um ato nostálgico, mas uma forma inteligente de adaptá-los à realidade atual das cidades e utilizá-los como ferramentas para combater comportamentos antissociais, violência e criminalidade.

Jacobs (2000) trouxe como principal contribuição a compreensão de que a segurança em uma rua está ligada à sua capacidade de acolher desconhecidos, sobretudo por meio da presença de pessoas, da inclusão de elementos atrativos e da promoção da diversidade de usos. A autora destaca a relevância de considerar os usuários desses espaços e a vitalidade urbana, que não se limita à quantidade de pessoas, mas à sensação transmitida pelo ambiente, se acolhe ou afasta seus frequentadores. Além disso, a qualidade ambiental é medida pela forma como o espaço é apropriado pela população.

A presente investigação apresenta maior afinidade com os argumentos de Jane Jacobs, associando que espaços públicos que apresentam vitalidade urbana e diversidade de uso do solo podem ser mais seguros, pois atraem a presença de pessoas. Acredita-se que espaços com maior uso misto do solo, associados ao funcionamento de estabelecimentos em horários diversos, inclusive noturnos, tragam maior sensação de segurança às mulheres ao ocupá-los. Outro ponto correlacionado a esses fatores é a iluminação pública, que pode contribuir significativamente para a atratividade e a segurança, sendo um elemento de extrema relevância.

Em ambas as abordagens, destaca-se um ponto crucial sobre a aplicação das estratégias de prevenção ao crime: quando se intervém em uma área onde o crime é comum, há grande possibilidade de que delitos e oportunidades se desloquem para áreas vulneráveis ao redor. Independentemente da estratégia adotada, é importante que ela não apenas resolva o problema no local específico, seja um conjunto habitacional ou um bairro, mas também considere os impactos nas áreas vizinhas. O ideal é que o plano de ação atue no foco do problema e em suas adjacências, evitando a migração da criminalidade.

Portanto, esta dissertação procurou conhecer primeiramente as teorias que cercam o universo do crime e da violência nos espaços públicos, bem como as contribuições das estratégias preventivas que visam proporcionar ambiências urbanas mais seguras aos cidadãos, a fim de utilizá-las no estudo com foco nas mulheres.

Podemos dizer que a abordagem humanista e os princípios defendidos por Jane Jacobs, assim como pelas autoras que a sucedem, mostram-se mais eficazes e centrados nas pessoas. Para melhorar os espaços públicos nas cidades e garantir a segurança, é importante compreender o contexto local e como

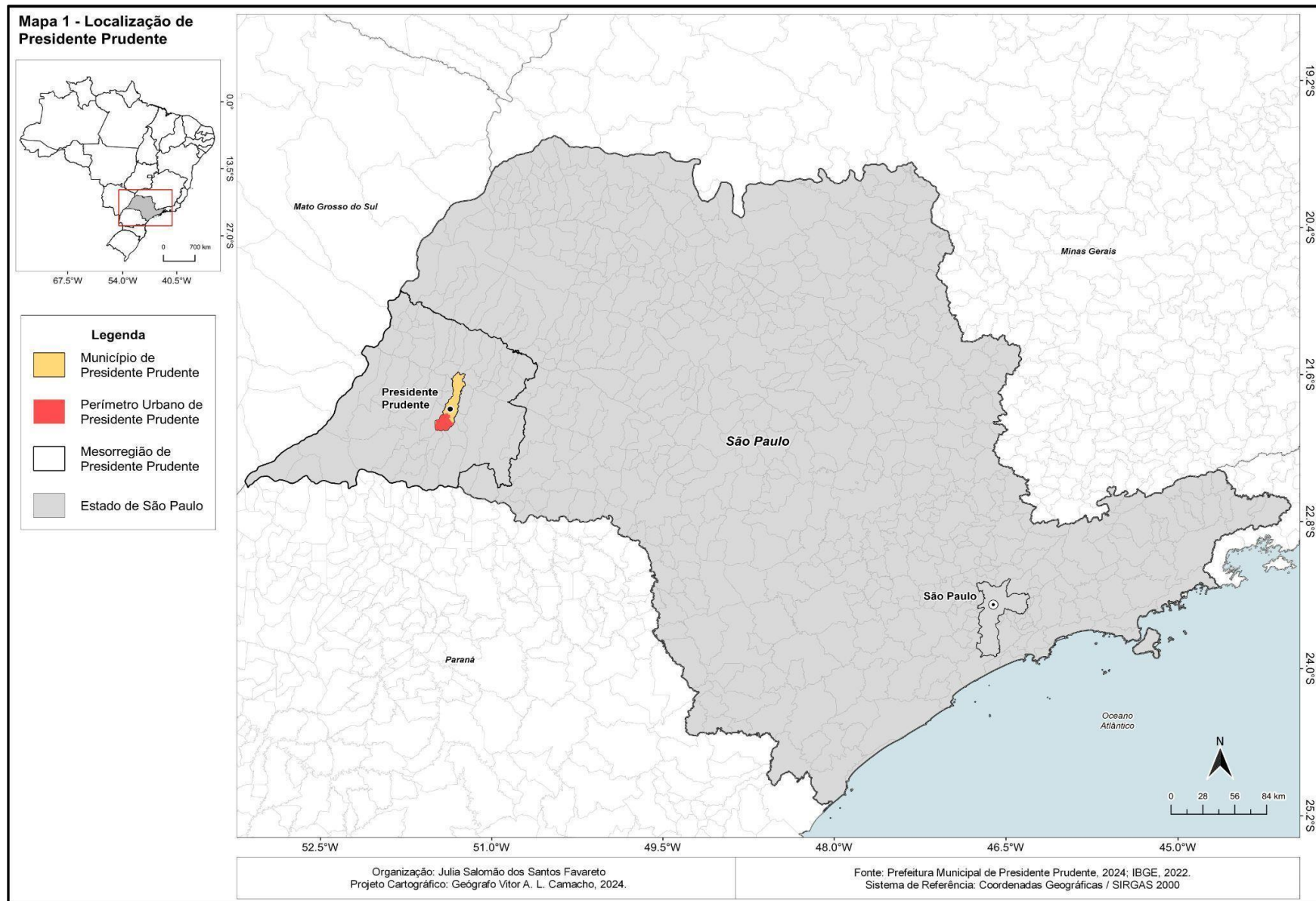
esses espaços são formados pela sociedade. A aplicação de teorias sobre prevenção do crime, em conjunto com o planejamento urbano, pode ajudar a reduzir conflitos, problemas urbanos e oportunidades para a criminalidade. Contudo, isso só funciona com a participação das instituições responsáveis e, principalmente, dos cidadãos, que são os principais beneficiários das mudanças. Tais aspectos e autores serão levados em consideração no estudo realizado na cidade de Presidente Prudente.

3 ESTUDO DE CASO - CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE, CONTEXTO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE

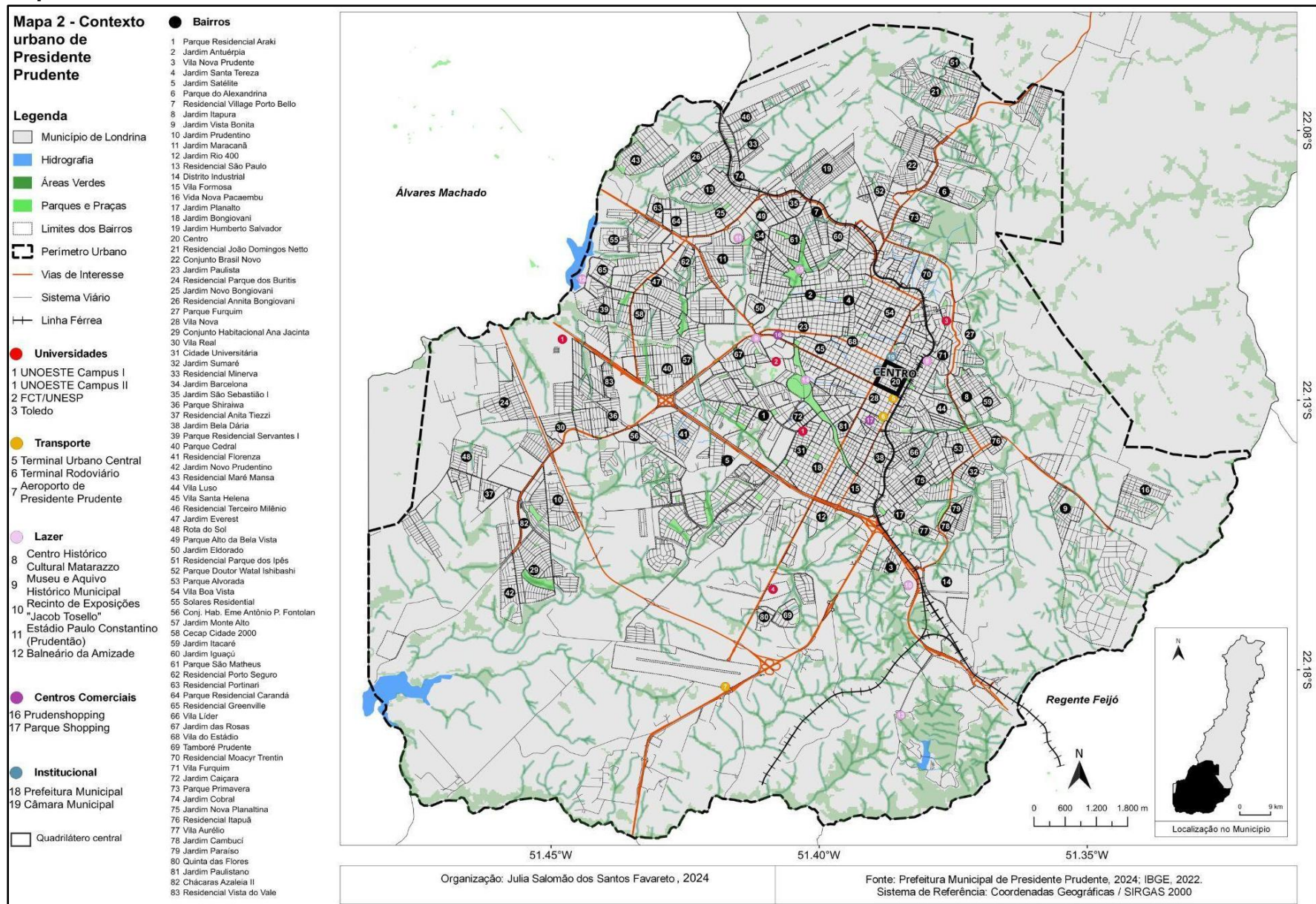
A cidade de Presidente Prudente, município de porte médio, localiza-se no interior do Oeste Paulista (Mapa 1), pertencente à mesorregião e microrregião de mesmo nome, situando-se a oeste da capital do estado. O município ocupa uma área de aproximadamente 560 km² e possui uma população estimada de 225.668 habitantes, sendo o 36º mais populoso de São Paulo e o primeiro de sua microrregião (IBGE, 2022).

Cabe destacar que mais da metade da população do Oeste Paulista é formada por mulheres. A região de Presidente Prudente (SP) é composta por aproximadamente 52,20% de mulheres e 47,80% de homens, totalizando cerca de 117.807 mulheres residentes, sendo a segunda cidade com maior população feminina do Oeste Paulista, segundo o IBGE (2022).

O município constitui-se como um importante polo comercial do interior do estado de São Paulo, exercendo relevância econômica e cultural na região, com uma ampla variedade de serviços ofertados, o que impacta significativamente a vida da população feminina (Mapa 2). Atualmente, Presidente Prudente é um dos principais polos industriais, culturais e de serviços do oeste paulista, e sua fundação esteve relacionada, principalmente, a dois fatores históricos: a criação da Lei de Terras de 1850 e a expansão da cultura cafeeira para o extremo oeste do estado de São Paulo (Bispo, 2011).

Mapa 1 - Localização de Presidente Prudente

Mapa 2 - Contexto urbano de Presidente Prudente



O contexto histórico da cidade é marcado por seu desenvolvimento urbano, originado a partir do seu núcleo central, constituído ao longo da estrada férrea Sorocabana, caracterizado por um planejamento urbano desordenado e por uma distribuição desigual de infraestrutura, condição que se estende até os dias atuais. A partir dessa implantação, sua economia passou a ser ligada à cafeicultura e, posteriormente, incorporou novas atividades, como o cultivo de algodão (IBGE, 2022).

Diferentemente das cidades brasileiras que surgiram em meio ao movimento migratório rural-urbano, geralmente acompanhado por um processo de industrialização, a cidade de Presidente Prudente se destaca por ter sua origem relacionada à especulação das terras do oeste de São Paulo a partir de 1850.

A popularmente conhecida “Lei de Terras” (Lei nº 601, de 1850), sancionada naquele ano, legitimava todas as formas de aquisição de terras até sua regulamentação em 1854. Concessões, ocupações e compras eram meios válidos de adquirir terras, mas, após a regulamentação, somente transações financeiras passaram a ser reconhecidas. Dessa forma, Presidente Prudente surgiu em meio ao contexto dessa lei, quando as terras brasileiras passaram a ser, na prática, mercadorias (Sposito, 1983).

Compreender essa lei e as consequências por ela implicadas é importante para compreender, especificamente, a fundação da cidade de Presidente Prudente. Foi a partir dela que ocorreram as primeiras ocupações das terras do Oeste Paulista. Segundo Abreu (1972, como citado em Sposito, 1983), as primeiras apropriações de terras no Sertão do Paranapanema ocorreram pelos grileiros já em um período próximo à promulgação da Lei de Terras. O intuito dessas ocupações não era explorar ou cultivar as terras, mas apenas especular com elas. Assim, podemos afirmar que o pioneiro na verdadeira apropriação das terras da Alta Sorocabana foi José Teodoro de Souza, em 1856.

Em 1856, José Teodoro de Souza se apropriou de terras no Oeste Paulista, contrariando a Lei de Terras de 1850. Em vez de pagar pela posse, ele simplesmente tomou para si as terras. Essa prática irregular, de acordo com Sallum (1982, citado por Sposito, 1983), era comum nas primeiras ocupações na região. As apropriações ilegais eram posteriormente regularizadas por meio de favores políticos ou subornos a funcionários do governo, como afirmou Abreu (1972, citado por Sposito, 1983). José Teodoro de Souza, por exemplo, declarou que havia se apossado das terras em 1847 para legalizá-las. Essa atitude abriu caminho para que

outros tomassem posse e ocupassem ilegalmente terras na região, seguindo o mesmo padrão. Assim, a posse ilegal tornou-se regra, dando origem às primeiras propriedades onde, posteriormente, seria fundada a cidade de Presidente Prudente.

Com base nas pesquisas sobre as origens da cidade, podemos afirmar que a ocupação das terras da Alta Sorocabana foi impulsionada pela transformação das terras em mercadorias, decorrente da promulgação da Lei de Terras de 1850, e pela valorização fundiária relacionada à expansão da cafeicultura para o oeste do Estado de São Paulo. No entanto, somente a partir de 1917 as ocupações na região culminaram efetivamente na fundação do que, em poucos anos, se tornaria o município de Presidente Prudente.

Em 1917, ocorreu o primeiro loteamento urbano realizado para a cidade. Nesse ano, o Coronel Francisco de Paula Goulart decidiu lotear parte de sua fazenda de café (a Gleba Pirapó–Santo Anastácio) em lotes urbanos. Esse foi o primeiro loteamento realizado no que viria a ser a cidade de Presidente Prudente e constitui, hoje, o que se reconhece como o “quadrilátero central” da cidade. O Coronel Francisco de Paula Goulart representava a continuidade do espírito pioneiro que iniciou o desbravamento das terras do Oeste Paulista. Assim como a maioria dos primeiros ocupantes que sucederam José Teodoro de Souza, ele veio de Minas Gerais e mantinha negociações de terras em vários estados, como Mato Grosso e Goiás, percorrendo regiões ainda não ocupadas em busca de boas oportunidades (Sposito, 1983).

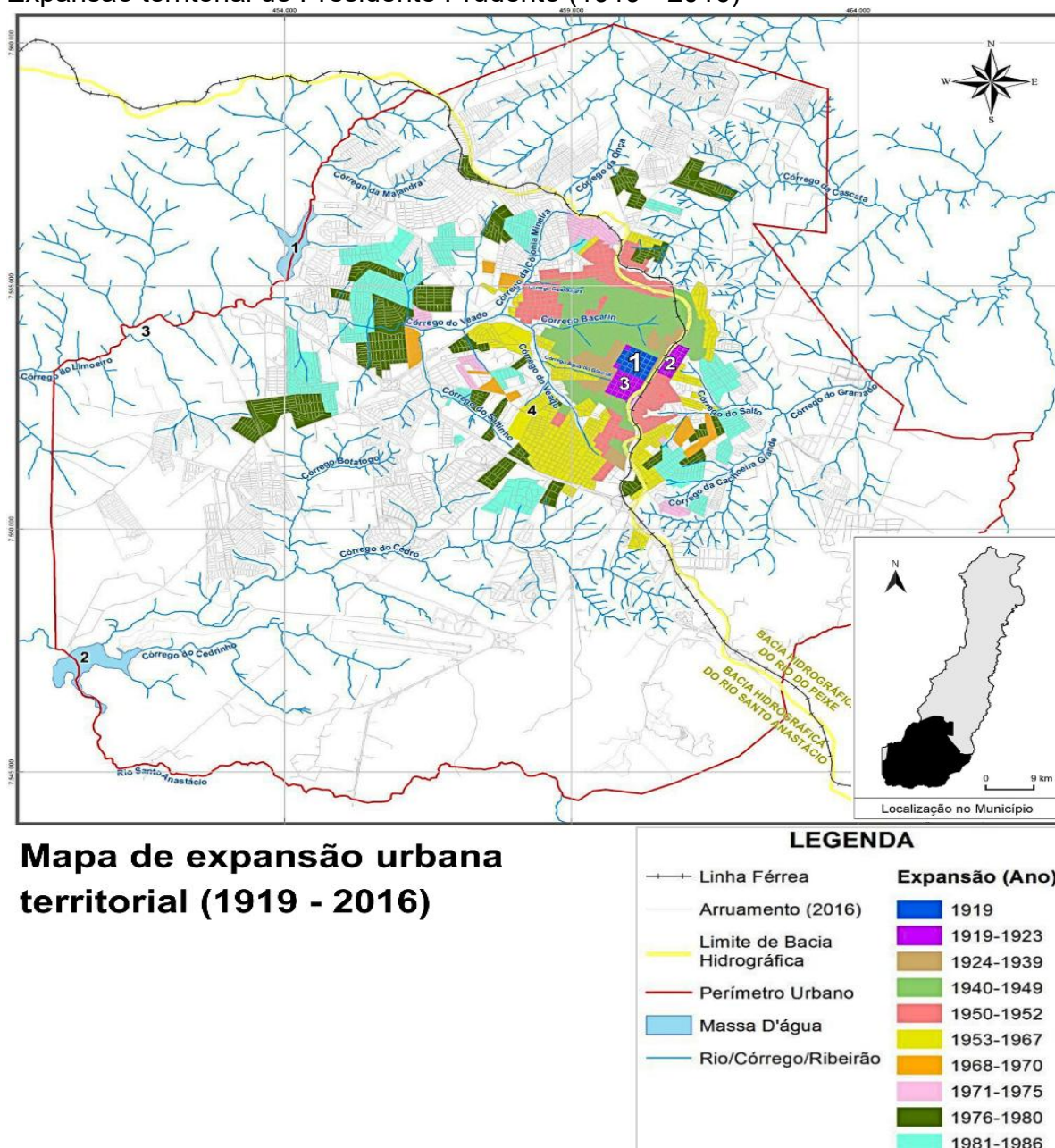
No ano de 1919, a Estrada de Ferro Sorocabana chegou à região. O Coronel Goulart não apenas já ocupava a área como também esteve presente no ato de demarcação das terras para a construção da Estação Presidente Prudente, denominação que acabou dando nome à cidade. Em 14 de setembro de 1917, data em que se comemora o aniversário municipal, o engenheiro Fairbanks realizou a demarcação dos alicerces da estação, inaugurada em 1919. Na ocasião, o Coronel Goulart aproveitou para solicitar a demarcação da avenida que pretendia construir defronte à estação, separando sua fazenda do loteamento que iniciaria ainda naquele ano (Sposito, 1983).

A avenida demarcou a divisão entre sua fazenda e o primeiro loteamento urbano realizado em suas terras. O que um dia foi esse loteamento corresponde, hoje, ao quadrilátero central da cidade, circunscrito por quatro de suas principais avenidas. Desse modo, o Coronel Goulart foi não apenas o primeiro a lotear

a área, mas também o responsável pela ocupação da região antes mesmo da chegada efetiva da Estrada de Ferro Sorocabana em 1919. Desde seu lançamento, a área central foi continuamente ocupada (Figura 7 e Figura 8).

As primeiras ocupações datam do início da década de 1920. Desde então, a ocupação da área se manteve ininterrupta. Os primeiros moradores foram atraídos pelo espírito empreendedor do Coronel Goulart, que, com o objetivo de ocupar rapidamente o loteamento, negociava os terrenos verbalmente ou por contratos particulares. Para Sposito (1983), esse tipo de negociação garantiu a agilidade necessária para que as terras fossem rapidamente ocupadas, pois, para valorizarem-se, sua ocupação precisava estar em constante crescimento.

Figura 8 - Expansão territorial de Presidente Prudente (1919 - 2016).
 Expansão territorial de Presidente Prudente (1919 - 2016)

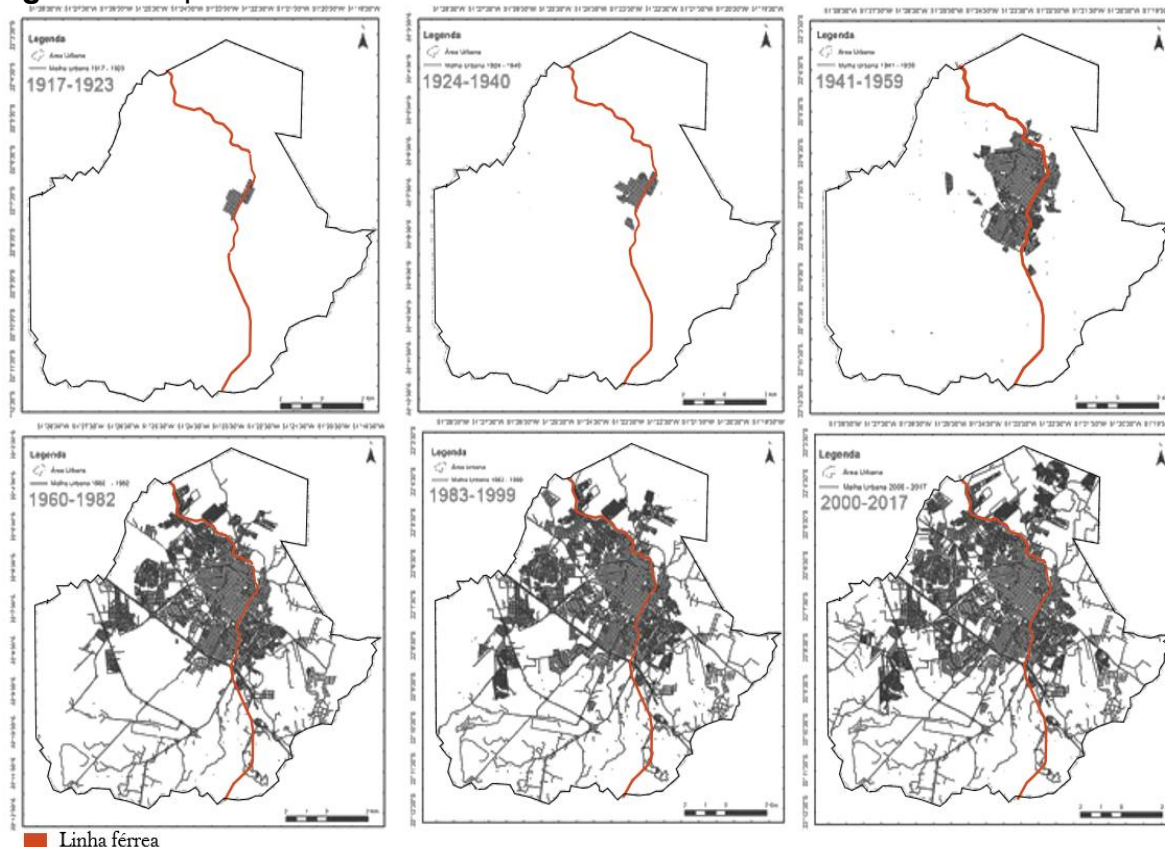


Fonte: Fagundes (2018). Adaptado (2024).

Apesar de o Coronel Goulart ter sido o primeiro a lotear parte das glebas da região, ele não foi o único em seu pioneirismo. Em 1922, a partir da compra da Fazenda Montalvão, o Coronel José Soares Marcondes passou também a lotear suas terras, localizadas na porção leste da cidade. Como destacado por Abreu (1972, como citado em Sposito, 1983), os loteamentos empreendidos pelo Coronel Marcondes diferiam significativamente dos realizados pelo Coronel Goulart. Assim, a expansão do município de Presidente Prudente está intimamente ligada à

implantação da Estrada de Ferro Alta Sorocabana, com a chegada da população rural e do capital econômico nessa região do Estado de São Paulo. A implantação dessa ferrovia foi responsável pela criação dos primeiros núcleos habitacionais da cidade (Figura 9), resultando em um aumento significativo da população devido às atividades associadas à ferrovia, como comércio e instituições financeiras (Bispo, 2011).

Figura 9 - Expansão da malha urbana de Presidente Prudente 1917 – 2017.



Fonte: Adaptado de Pedro e Nunes (2012).

A partir desse contexto, a Estrada de Ferro Sorocabana, traço da expansão do município, inicialmente foi concebida como uma ligação entre a capital paulista e a região de Sorocaba, expandindo-se para o Oeste Paulista no final da década de 1910, principalmente para facilitar o transporte da produção de café. Assim, a economia regional cresceu ligada à ferrovia, com grandes complexos industriais surgindo nas proximidades, incluindo empresas como Matarazzo, Sanbra, Anderson e Clayton e McFaden. Desde o transporte de café, algodão, menta e amendoim até a geração de empregos e renda, os trilhos eram o caminho vital da produção agrícola (Abreu, 1972).

De tal modo, a ocupação do território de Presidente Prudente foi promovida por dois coronéis, Coronel José Soares Marcondes e Coronel Francisco de Paula Goulart, dando início ao desenvolvimento da cidade através da linha férrea que vinha de Sorocaba. Eles o fizeram por meio da implantação de loteamentos como suporte para venda de lotes rurais da gleba. Cada coronel promoveu a ocupação do território de um modo distinto, resultando em características diferentes no processo de formação do núcleo urbano (Abreu, 1972). O primeiro colonizador, o Coronel Francisco Goulart, fundou a Vila Goulart; dois anos depois, com a chegada do Coronel José Soares Marcondes, surgiu a Vila Marcondes.

“A ocupação promovida pelo Coronel José Soares Marcondes (na Vila Leste), a partir de 1919, empreendeu características empresariais para a época”, com a implantação do parcelamento do solo organizado e controlado por seu escritório em São Paulo, proporcionando infraestrutura para o futuro morador realizar o plantio do café (Hirao, 2016, p. 2). Seu procedimento de ocupação foi baseado em leis, de forma profissional e certificada, o que acarretou mais custos, aliado a uma área de topografia menos favorável do perímetro. Consequentemente, “a ocupação do seu parcelamento não acompanhou o desenvolvimento e a dinâmica do outro lado da via férrea” (Hirao, 2016, p. 4).

Por outro lado, o Coronel Manoel Goulart (idealizador da Vila Oeste) esteve mais preocupado em apenas promover a ocupação do território. Ele permaneceu no local, agilizando burocracias, “facilitando a venda e aquisição dos lotes, inclusive realizando trocas com produção agrícola”. O fato de seu loteamento localizar-se em frente à estação, além de apresentar topografia menos acidentada, favoreceu o processo de expansão urbana e ocupação do quadrilátero com traçado em quadrícula e retilíneo (Hirao, 2016, p. 3).

Segundo Hirao (2016), a delimitação da Vila Goulart (parte de maior desenvolvimento econômico e social da cidade) foi feita através das Avenidas Washington Luiz, Coronel Manoel Goulart, Brasil e Coronel José Soares Marcondes, hoje responsáveis pela fronteira física do quadrilátero central, principal referência local até os dias atuais. Neste quadrilátero, estabeleceu-se o comércio que, a princípio, abastecia os agricultores que chegavam à cidade para cultivar novas terras, fortalecendo-se após a década de 1940, principalmente com o cultivo do algodão.

Na década de 1970 ocorreu a reafirmação do centro. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a área central atingiu preços mais altos, aproximando-se de

rendas de monopólio. Aliado a isso, a partir da década de 1970, especialmente em 1976, a cidade conheceu um crescimento territorial urbano sem precedentes (Honda, 2010).

É importante destacar que a expansão territorial do município foi marcada por significativa segregação. A expansão urbana ocorreu em dois núcleos: leste (Vila Marcondes) e oeste (Vila Goulart, atual Centro), os quais formam o quadrilátero central. O desenvolvimento ocorreu com maior ênfase a oeste da ferrovia, área mais favorecida pelo relevo plano, ocupada pelas classes economicamente privilegiadas e que hoje se tornou o centro comercial da cidade, com intenso fluxo e diversos serviços (Abreu, 1972).

Em contrapartida, as áreas da zona leste, Vila Marcondes, núcleo idealizado pelo Coronel José Soares Marcondes, constituíam-se em topografia mais íngreme, destinadas principalmente à população de baixa renda, que até hoje sofre com menor investimento em infraestrutura urbana. A estrada de ferro constitui-se como uma demarcação física entre os núcleos, atualmente desativada e ocupada por população em situação de rua e infratores, formando uma dualidade urbana refletida na política e economia local.

Posteriormente, com a expansão da cidade, as terras do lado oeste rapidamente foram vendidas e formaram o quadrilátero central. Já o lado leste, a atual Vila Marcondes, teve como principal atrativo nos anúncios de comercialização dos lotes a fertilidade do solo íngreme. Assim, as duas vilas se uniram formando a paisagem característica de Presidente Prudente (Hirao, 2016). A partir da década de 1960, o centro tornou-se referência regional, e o crescimento da cidade direcionou-se ao longo da linha férrea.

Na década de 1970, o crescimento passa a ocorrer no eixo leste-oeste (lado da Vila Goulart), promovendo o esvaziamento da área central devido à legalização de impostos, que “expulsou” moradores de baixa renda, tornando a região prioritariamente comercial. Ao final da década, foi criado o calçadão, inicialmente visto com preocupação pelos comerciantes, mas posteriormente transformado em símbolo do centro (Hirao, 2016).

Apesar de as primeiras ocupações da cidade datarem do início da década de 1920, as primeiras obras públicas demoraram a acontecer. Isso ocorreu porque o município, fundado em 1923, não possuía autonomia administrativa para

gerir seu orçamento arrecadado. Apenas na década de 1930, graças à Lei Orgânica dos Municípios, foi possível iniciar melhorias em infraestrutura.

Promulgada em âmbito federal em 1935, a Lei Orgânica devolveu autonomia administrativa aos municípios, extinta pela Constituição Republicana de 1891. Foi somente a partir daquele ano que a cidade pôde usufruir de independência administrativa e tributária para realizar melhorias públicas necessárias. Um exemplo foi a construção da Rua Tenente Nicolau Maffei (Sposito, 1983), popularmente conhecida como calçadão.

A Rua Tenente Nicolau Maffei, hoje uma das principais vias comerciais de Presidente Prudente, foi construída junto ao primeiro loteamento urbano. Embora implementado na década de 1920, o calçamento da via ocorreu apenas em 1933. Avançando historicamente, destaca-se o projeto do Calçadão da Rua Tenente Nicolau Maffei, construído no final dos anos 1970.

No mesmo ano, consolidaram-se importantes equipamentos urbanos próximos ao centro, como o Hospital Santa Casa de Misericórdia, o Fórum e o Terminal Rodoviário Comendador Walter Lemes Soares. Mais recentemente, implantaram-se também o Poupatempo e o Prudente Parque Shopping. O terminal urbano e o terminal rodoviário foram inaugurados em 1970, na Avenida Brasil, uma das principais avenidas comerciais (Bispo, 2011).

A Rua Tenente Nicolau Maffei foi uma das primeiras vias concebidas pelo projeto inicial da Vila Goulart que viria a compor o quadrilátero central. Além disso, foi uma das primeiras a receber calçamento, em 1933, um indicativo de sua relevância. Desde os primeiros anos, a rua foi predominantemente ocupada por comércio e serviços, característica intensificada com o crescimento urbano (Bispo, 2011).

Antes da implantação do calçadão, a Prefeitura decidiu fechar a Maffei à circulação de veículos. O objetivo principal era convencer comerciantes de que a intervenção não reduziria o fluxo de consumidores. Durante dois anos de fechamento, a Prefeitura realizou campanhas de divulgação dos benefícios de uma rua exclusiva para pedestres (Bispo, 2011). A transformação representou um diferencial competitivo para os estabelecimentos locais.

“O projeto desse calçadão foi influenciado pelos projetos de ruas de pedestres de cidades como São José dos Campos, Curitiba e São Paulo, e não foi baseado na realidade prudentina e nos anseios e necessidades da população.” Isso

ocorreu pela falta de reconhecimento do espaço como parte da história e memória da cidade (Bispo, 2011, p. 49).

Quando executado, em 1979, o projeto consistia na implantação de um eixo de circulação de pedestres ao longo de trecho da Rua Tenente Nicolau Maffei, pavimentado com blocos intertravados, iniciando-se na Avenida Brasil e terminando na Avenida Coronel José Soares Marcondes. Ao longo do percurso, foram instalados mobiliários urbanos, como bancos, lixeiras, cabines telefônicas, pergolados, luminárias e nichos de jardinagem (Bispo, 2011).

Outra característica da rua é o excesso de painéis e elementos publicitários que escondem fachadas históricas, descaracterizando a arquitetura original, muitas delas com elementos Art Déco, característicos do centro.

O poder de centralidade já exercido pelo centro desde sua fundação foi reiterado com o calçadão. O quadrilátero central já era ponto de convergência de fluxos, pessoas, mercadorias e serviços, aspecto intensificado com a rua pedestrianizada. Pesquisas indicam que o calçadão foi o principal ponto de encontro da cidade, recebendo pessoas de diferentes classes sociais. Essa diversidade era confirmada pela variedade de serviços ali instalados (Bispo, 2011).

A rua, antes da implantação do calçadão, possuía caráter político e social, sendo palco de manifestações. Isso promoveu sua apropriação pelos cidadãos, principalmente de renda média e baixa. Após se tornar rua de pedestres, continuou destacando-se pela dinâmica e movimento. Inicialmente, caracterizou-se como passarela noturna, especialmente nos fins de semana (Bispo, 2011).

Atualmente, o calçadão mantém o movimento, mas perdeu o caráter noturno, concentrando picos entre 8h e 16h e aos sábados. Isso ocorre por falta de atrativos, deficiências de infraestrutura e funcionamento restrito do comércio, encerrando-se às 18h e fechando aos domingos. Além disso, apresenta mobiliários pouco atrativos, falta de vegetação e sombreamento, fatores que contribuíram para o esvaziamento do centro (Bispo, 2011).

Outra obra relevante na área central é o Terminal Rodoviário Comendador Walter Lemes Soares e o terminal urbano, localizados próximos ao centro, na Avenida Brasil, que delimita o quadrilátero. Esse equipamento público, associado a outras atividades do entorno, apresenta problemas de estacionamento, tráfego intenso, falta de manutenção e deterioração urbana, além de marginalização.

Há ainda prostituição, comércio informal e conflitos no trânsito, agravando a sensação de insegurança.

O terminal foi inaugurado em 1970, na Avenida Brasil, importante via comercial e corredor de tráfego norte-sul. Próxima ao terminal encontra-se a Praça dos Pioneiros, hoje degradada e sem manutenção (Bispo, 2011). O espaço era usado como passagem por pedestres e usuários de ônibus. Devido ao abandono, atualmente abriga pessoas em situação de rua, usuários de drogas e ambulantes.

O uso da malha urbana para prostituição e consumo de drogas não ocorre sempre nos mesmos locais, mas tem relação com características físicas e sociais. A apropriação desses espaços está intimamente relacionada ao uso do solo, pois a prostituição tende a se concentrar em áreas de maior fluxo, enquanto usuários de drogas optam por locais de baixa circulação (Rolnik, 2013).

Esses locais frequentemente situam-se próximos a rodoviárias, terminais e áreas degradadas ou desativadas, como linhas férreas, como ocorre em Presidente Prudente. Essas apropriações tendem a aumentar a violência urbana, manifestando-se em assaltos, estupro e conflitos territoriais entre traficantes, reforçando a falta de incentivos públicos que promovam senso de comunidade, memória urbana ou pertencimento.

Quanto à localização, o terminal é cercado por importantes equipamentos públicos e gera fluxo constante de pessoas e veículos. Em frente à Praça dos Pioneiros destaca-se o Poupatempo, que centraliza serviços públicos do Estado de São Paulo, e nas proximidades está o Prudente Parque Shopping. Contudo, há marcada disparidade física e social entre essas áreas.

A Avenida Brasil, embora crucial para a cidade, não teve sua infraestrutura acompanhada pela demanda crescente, resultando em dificuldades de mobilidade, sinalização deficiente e altos níveis de poluição. Foram identificadas três áreas de conflito entre pedestres e veículos. O terminal também enfrenta problemas semelhantes, pois sua infraestrutura não acompanhou o crescimento do fluxo. Intervenções ao longo dos anos instalaram grades, dificultando a conexão com a Praça dos Pioneiros e a Avenida Brasil.

Em 2012, foi elaborado um projeto para o terminal, porém não executado. Reformas pontuais ampliaram o estacionamento, invadindo área da praça e comprometendo ainda mais a acessibilidade. A justificativa municipal para cercar a praça foi a insegurança, transformando o espaço em ponto de marginalização. Jane

Jacobs (2000) critica modelos segregacionistas e propõe que espaços públicos seguros devem ter clara separação entre o público e o privado, promovendo visibilidade e movimentação constante.

A crescente privatização dos espaços públicos, com edifícios fortificados, reforça a insegurança urbana, conforme Caldeira (2000). A segregação resultante da privatização não oferece soluções efetivas, e o enfrentamento da insegurança requer ação conjunta entre Estado e sociedade. Assim, o fechamento da praça prejudica oportunidades urbanas e afeta Presidente Prudente como um todo.

A área do terminal, junto com outros equipamentos do entorno, tem potencial para atrair pessoas, mas a infraestrutura deveria incluir mobiliários urbanos, iluminação adequada e paisagismo. O fechamento da Praça dos Pioneiros não solucionou os problemas de insegurança. Em conjunto, organizar o trânsito priorizando pedestres, ciclistas e transporte coletivo é fundamental para promover urbanidade e cidadania.

Portanto, o centro de Presidente Prudente mudou radicalmente desde o período citado. Atualmente, grande parte das atividades passou a ser voltada para o comércio; o centro perdeu sua vida noturna e sua função de lazer e convivência social, tornando-se local de práticas pontuais e ligadas ao consumo. Poucas pessoas circulam à noite, exceto em ocasiões específicas, como compras de fim de ano. Essas mudanças resultaram em dois tipos de abandono: espacial e socioespacial.

O abandono espacial começou nos anos 1990, com a perda de prestígio comercial e saída de investimentos, implicando no surgimento de outras centralidades intraurbanas, como o Prudenshopping, principal shopping da cidade, que atraiu a elite econômica e investimentos. Já o abandono socioespacial ocorreu nos anos 2000, quando o consumo substituiu práticas de lazer e sociabilidade não baseadas em relações comerciais.

Entretanto, o abandono do centro nunca foi total. O centro continuou sendo ocupado, mas de forma diferente. O discurso de abandono reflete mais o estigma negativo atribuído às populações de baixa renda que permaneceram no local. O centro, ao longo da história, passou por ciclos de degradação e renovação, continuando a refletir mudanças sociais. Assim, “abandono” não significa necessariamente esvaziamento, mas sim uma reconfiguração dos usos e das dinâmicas sociais que ali acontecem.

3.1 PLANO DIRETOR DE PRESIDENTE PRUDENTE

Ao analisar o contexto do plano diretor da cidade de Presidente Prudente, instrumento que auxilia no desenvolvimento das cidades e que traz diretrizes para o uso e a ocupação do solo. Este que acabou incentivando tal característica na região, que tornou o centro majoritariamente de espaços comerciais. A cidade apresentou, até o momento, três Planos Diretores, apontados a seguir, contudo, a administração pública neste município não possui como tradição um método de ação ou um planejamento sistemático.

- 1973: O primeiro plano diretor da cidade de Presidente Prudente, foi elaborado em 1968, porém sua aprovação se deu somente em 1973 com foco no controle da expansão urbana e na criação de zonas específicas para diferentes usos do solo.
- 1996: Primeira revisão significativa do Plano Diretor, com o intuito de modernizar o desenvolvimento urbano, alinhando-se às novas demandas de infraestrutura, transporte e habitação.
- 2006: Outra revisão importante, que incorporou os princípios do Estatuto da Cidade, estabelecendo diretrizes mais claras para o uso do solo, mobilidade urbana e preservação ambiental.
- 2018: Revisão mais recente do Plano Diretor, com ênfase na sustentabilidade, mobilidade, acessibilidade e na redefinição de áreas de interesse social, comercial e residencial.

O primeiro, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), com metodologia especificada pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), foi elaborado em 1968 e aprovado em 1973. Conforme a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, o primeiro Plano Diretor do município (1973) tinha como foco o controle da expansão urbana e a criação de zonas para diferentes usos do solo. Apresentava apenas as leis de Parcelamento do Solo, Código de Edificações e Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, que serviram de instrumentos para regular o crescimento urbano da cidade. Esse primeiro Plano Diretor foi um marco inicial na regulamentação do desenvolvimento urbano local, estabelecendo um planejamento básico para o controle da expansão territorial e a

organização da ocupação do solo. Sobretudo, as primeiras discussões sobre a elaboração de um Plano Diretor municipal datam da década de 1960, mais de quarenta anos após a criação do município e ainda pouco efetivas (Presidente Prudente, 2018).

Os dois primeiros planos elaborados no município possuem caráter setorial e não se configuram como Planos Diretores; foram elaborados e regulamentados por leis específicas, ambos em meados da década de 1960 (Presidente Prudente, 2018).

Segundo a Norma Técnica Brasileira NBR 12267, da ABNT, o conceito de Plano Diretor diz respeito ao projeto de desenvolvimento de uma cidade, sendo considerado o principal instrumento para o crescimento do município. Sua elaboração é realizada pelo Poder Executivo municipal com uma equipe que inclui a Câmara Municipal e a população, sendo o arquiteto urbanista o responsável técnico. Assim, o Plano Diretor funciona como um conjunto de diretrizes que regula o crescimento e o desenvolvimento da cidade por meio, por exemplo, do zoneamento e do parcelamento do solo, além de regulamentações relativas à infraestrutura urbana. A NBR 12267 estabelece que os Planos Diretores são o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1992).

O primeiro Plano Diretor de Presidente Prudente, de 1973, ficou em vigor até meados da década de 1990. O Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos (CPEU), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), iniciou a elaboração do PDDI segundo a metodologia do SERFHAU (Presidente Prudente, 2018). Segundo Blanc (2012), o planejamento municipal e seus planos diretores das décadas de 1960, 1970 e 1980 caracterizavam-se por sua desvinculação da administração municipal, tendo função meramente técnica e orientadora. O de Presidente Prudente não apresentou as diretrizes observadas; sua “neutralidade técnica” mostrou-se ineficaz.

O impacto do primeiro Plano Diretor na produção do espaço urbano da cidade foi: (a) zonificação (estabelecimento de zonas residencial, comercial e industrial para organizar a cidade e prevenir o crescimento desordenado); (b) expansão controlada (limitação da expansão urbana em áreas periféricas e incentivo ao desenvolvimento do centro e de regiões adjacentes, evitando bolsões de ocupação

desordenada); (c) diretrizes de uso do solo (regulação do que poderia ser construído em cada região, com efeitos na organização espacial de classes sociais, reforçando a concentração de atividades comerciais no centro e residências ao redor); e (d) diretrizes relacionadas à linha férrea (à época, principal eixo de transporte, sem plano de requalificação; a ferrovia delimitava o centro e áreas adjacentes, servindo de ponto de conexão para o desenvolvimento urbano) (Presidente Prudente, 2018).

Quanto à linha férrea, na década de 1970, a Ferrovia Sorocabana, grande marco da origem da cidade, passou para o controle da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), estatal encarregada de gerenciar as ferrovias paulistas. Em 1998, o Estado transferiu a FEPASA para a União, como parte de renegociação de dívidas, e, posteriormente, concedeu seu controle à iniciativa privada. Inicialmente, a concessão foi para a América Latina Logística (ALL) e, depois, para a Rumo (Hirao, 2016). Em meio a esse processo, o transporte de passageiros foi interrompido em 1999. Já o de cargas não apresenta data específica de interrupção, o trecho ainda é considerado ativo. Contudo, há anos vagões deixaram de passar pelos trilhos da cidade, o que acarretou problemas significativos (Hirao, 2016).

Em 1990, com vistas à revisão do Plano Diretor de 1973, iniciaram-se estudos para um novo Plano. O Plano Diretor de 1996 promoveu a primeira revisão significativa, com foco em modernizar o desenvolvimento urbano e alinhar-se a novas demandas de infraestrutura, transporte e habitação. Essa revisão buscou adaptar a cidade ao crescimento populacional e às novas demandas por infraestrutura. Houve ampliação de áreas destinadas à expansão residencial e comercial e novos parâmetros para o desenvolvimento de infraestruturas públicas. Entre 1994 e 1996, realizaram-se estudos socioeconômicos (levantamento, compilação e análise de dados), sendo aprovadas as Leis Complementares nº 28 (Perímetro Urbano), nº 29 (Plano Diretor), nº 30 (Sistema Viário Básico), nº 31 (Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo), nº 32 (Parcelamento do Solo) e nº 33 (Normas para Edificação). Em 1996, a Lei Complementar nº 29 alterou o plano anterior (Presidente Prudente, 2018).

Tais leis impactaram a produção do espaço por meio de: crescimento urbano (garantia de infraestrutura básica, água, esgoto, energia, e transporte público às áreas em expansão); mobilidade (primeiros esforços de reorganização do sistema viário, com criação de avenidas e vias de conexão entre periferia e centro); desenvolvimento imobiliário (valorização do solo central, expulsando gradualmente populações de baixa renda para áreas mais afastadas, como o Conjunto Habitacional

Ana Jacinta, e contribuindo para a fragmentação socioespacial); e desafios com a linha férrea (progressivamente desativada para passageiros e cargas, passou a ser vista como obstáculo ao desenvolvimento, separando regiões e limitando o crescimento do centro para outras áreas).

No mesmo período, o município instituiu dois planos setoriais: o Plano Mínimo de Educação (PLAME), sancionado pela Lei nº 1.153/1966, com objetivo de estabelecer política educacional no âmbito municipal; e o Plano Sanitário e de Promoção Social, aprovado pela Lei nº 1.340/1968, voltado à saúde e à assistência social. Ambos não foram implantados em sua totalidade (Marisco, 1997).

Em 2006, o Plano Diretor passou por nova revisão. A Lei Municipal nº 6.121/2006 incorporou princípios do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), com diretrizes mais claras para uso do solo, mobilidade urbana e preservação ambiental. Entre as principais mudanças, destacam-se: alinhamento ao Estatuto da Cidade (introdução do conceito de função social da cidade, com políticas para moradia, transporte, lazer e qualidade de vida) e a Lei de Zoneamento (Lei nº 6.558/2006), que regulou uso e ocupação do solo, dividindo a cidade em diferentes zonas e fixando parâmetros para usos residencial, comercial, industrial e misto (Presidente Prudente, 2018).

As implicações incluíram: requalificação do espaço urbano (esforços para revitalizar áreas centrais e próximas à ferrovia, destinando-as a usos culturais e de lazer e reintegrando-as ao tecido urbano); preservação e proteção ambiental (priorização de áreas verdes, criação de parques e zonas de proteção); mobilidade (novas rotas de transporte público e melhorias viárias para reduzir congestionamentos centrais e ampliar a conectividade com bairros periféricos); e habitação de interesse social (criação de conjuntos habitacionais periféricos para atender à demanda por moradia, acentuando, contudo, a segregação espacial pelo deslocamento de populações de baixa renda).

Presidente Prudente não apresenta, em seu quadro normativo ou programa de governo, uma Política Municipal de Meio Ambiente formalizada por um Plano Municipal de Meio Ambiente (PMMA) (Presidente Prudente, 2018). A PMMA é instrumento para diretrizes e normas ambientais no âmbito local, ampliando o controle e a participação social e assegurando qualidade de vida, especialmente às camadas mais vulneráveis.

O Poder Público utiliza a legislação municipal referente ao meio ambiente presente na Lei Orgânica, no Plano Diretor e em leis complementares. A Lei Orgânica dispõe sobre organização e funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo; organização e planejamento municipal; processo legislativo e participação popular; bens e serviços locais; interesses voltados à saúde, saneamento, transportes, educação, uso e ocupação do solo urbano; Plano Diretor; orçamento; meio ambiente; consórcios intermunicipais e conselhos municipais (Presidente Prudente, 1996a).

A Lei Orgânica do Município foi promulgada em 5 de abril de 1990 e alterada pela Resolução nº 200, de 27 de março de 1996. Em seu Artigo 184, Seção II, Do Meio Ambiente, afirma ser responsabilidade do Município, com participação efetiva da população, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente. No Artigo 186, inciso I, estabelece que cabe ao Poder Público promover a política urbana municipal, tendo como principal instrumento o Plano Diretor, que deve direcionar a proteção ambiental por meio da regulação do uso e ocupação do solo urbano.

Em 2008, novo plano foi forjado pela Lei Complementar nº 151, modificada em 2009 pela Lei Complementar nº 169, alterando elementos de parcelamento, zoneamento e ocupação do solo. O processo de discussão e revisão ocorreu em 2007, com aprovação no início de 2008 (Lei nº 151/2008) (Presidente Prudente, 2018). Esse plano possui capítulos específicos sobre Política Habitacional e Política Ambiental (Presidente Prudente, 2008, Seção VI, arts. 21–23; Seção XII, arts. 35–36), diferindo do anterior.

O Artigo 22 assegura que a política habitacional deve conter diretrizes e projetos para provisão de habitação de interesse social, como reurbanização de favelas, construção de conjuntos habitacionais para baixa renda e promoção de financiamentos (Presidente Prudente, 2008, art. 22). No Artigo 23, o Plano identifica instrumentos urbanísticos, IPTU progressivo no tempo e outorga onerosa do direito de construir, como passíveis de uso para atender à política habitacional e programas de moradia popular.

Na Seção Da Política Ambiental, o Artigo 35 enumera objetivos como preservação, melhoria e recuperação ambiental; educação ambiental; coleta seletiva e destinação adequada de resíduos; responsabilização de poluidores; elaboração de políticas e planos ambientais; zoneamento ambiental; e implantação da Agenda 21

local. O Artigo 36 estabelece diretrizes para alcance desses objetivos, como preservação e recuperação de áreas, ampliação de áreas verdes e arborização urbana e controles ambientais. Destaca-se, porém, a ausência de definição de processos e prazos para cumprimento das diretrizes.

Do mesmo modo, o plano não apresenta objetivos, diretrizes ou estratégias de desenvolvimento de forma pormenorizada e não identifica áreas passíveis de aplicação dos instrumentos urbanísticos aprovados—parcelamento ou edificação compulsórios; IPTU progressivo; direito de preempção; direito de superfície; outorga onerosa. Embora tenha incorporado alguns instrumentos, a maioria não foi regulamentada, deixando a produção do espaço urbano à mercê do mercado privado de terras (Presidente Prudente, 2018).

Nesse período, a cidade passou por expansão descontínua. Diversos conjuntos habitacionais foram implantados em áreas afastadas da malha principal, gerando vazios urbanos e fomentando a especulação imobiliária. Em Presidente Prudente, como na maioria das cidades brasileiras, reproduz-se a lógica fundiária que orienta a localização de empreendimentos de habitação social na malha urbana, com implantação frequente em áreas periféricas e atuação como vetor de expansão (Abreu, 1972). Apesar de três Planos Diretores entre 1968 e 2008, a expansão urbana não seguiu as intenções dos instrumentos instituídos pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Cidade. Embora contenham políticas habitacionais e ambientais, sua implementação prática foi insuficiente, acarretando segregação socioespacial reforçada pela expansão da malha (Abreu, 1972).

Em 2014, foi elaborado o Plano de Mobilidade Urbana de Presidente Prudente, visando um sistema integrado e sustentável, com prioridade à mobilidade de pessoas e à acessibilidade. O plano respondeu à necessidade de melhorar a circulação, reduzir congestionamentos e garantir inclusão social, alinhado ao Estatuto da Cidade. Contudo, a implementação enfrentou desafios: limitações orçamentárias, falta de coordenação intersetorial, resistências a mudanças e priorização de outros investimentos impediram a execução plena (ex.: ampliação de ciclovias e melhorias no transporte público).

Assim, o Plano Diretor de Presidente Prudente, apesar de extenso, traz princípios e diretrizes gerais sem detalhar questões cruciais—como a localização de equipamentos coletivos, o que o distancia da realidade e o limita ao discurso (Cruz, 2012). Embora seja o principal instrumento da política urbana local, sua redação

genérica, somada a margens de interpretação, permite iniciativas que burlam recomendações voltadas ao interesse coletivo, além de contradições evidentes. Por exemplo, apesar da importância da associação entre planejamento urbano e de transportes, não há plano específico que pormenorize as determinações sobre transporte de passageiros, ainda que o Plano Diretor recomende sua elaboração, acarretando dificuldades de mobilidade.

A revisão mais recente do Plano Diretor ocorreu em 2018, com foco em sustentabilidade, mobilidade, acessibilidade e redefinição de áreas de interesse social, comercial e residencial. Estabeleceu diretrizes para desafios de mobilidade, sustentabilidade ambiental e desigualdade espacial, mas não os sanou (Presidente Prudente, 2018). Entre os princípios: sustentabilidade urbana (preservação ambiental, uso racional de recursos hídricos, incentivo a energias renováveis); mobilidade e acessibilidade (aprofundamento do Plano de Mobilidade de 2014, integração modal, incentivo a ciclovias e caminhabilidade, acessibilidade universal em novos empreendimentos); redefinição de zonas urbanas (comerciais, residenciais e de interesse social); e requalificação da linha férrea (projetos de revitalização como corredor verde ou espaço cultural, não implementados até 2024).

Nesse contexto, a elaboração e a execução do planejamento urbano não modificaram os níveis de acessibilidade e as condições de mobilidade na cidade. O Plano Diretor, com diretrizes gerais, distanciou-se da prática ao não estabelecer determinações claras sobre localização de equipamentos coletivos, acessibilidade e mobilidade (Cruz, 2012). A Lei Complementar nº 151/2008, que dispõe sobre o Plano Diretor, pouco trata de acessibilidade, embora ressalte a prioridade do transporte coletivo. Ademais, as legislações correlatas não trazem diretrizes para a estrada de ferro, em abandono desde seu declínio.

Atualmente, a estrada de ferro constitui demarcação que separa os núcleos centrais, caracterizando ruptura urbana e social. Sem uso, foi ocupada por população em situação de rua e por infratores. O abandono da ferrovia na região é evidente e sem perspectivas imediatas de solução, com impactos que extrapolam saúde e meio ambiente e alcançam a segurança pública. Desde que os trens deixaram de passar pelo Oeste Paulista, a malha foi tomada pela vegetação, com mato alto e obstáculos na paisagem (Figura 10). Além disso, o leito apresenta trechos sem vigilância, calçamento ou cercamento, descarte irregular de lixo e carência de iluminação pública ao longo de sua extensão.

Figura 10 - Linha férrea na área central e apropriações

Fonte: Autora (2024).

Relacionando ao centro da cidade, a extensão da linha férrea situada nesse perímetro, paralela à Avenida Brasil e nas proximidades do quadrilátero central, como se observa na Figura 10 (imagens 2 e 4), funciona como via de passagem para quem utiliza o centro. Ao longo desse trecho urbano, há prédios e vagões abandonados e iluminação pública insuficiente à noite. O ambiente converteu-se em trajeto e área de permanência para pessoas em situação de rua e usuários de drogas, muitos dos quais utilizam o local como moradia.

Ao longo de sua história, o Plano Diretor de Presidente Prudente, instrumento que auxiliou o desenvolvimento e o planejamento urbano, evoluiu para se adequar às mudanças sociais, econômicas e ambientais do município. Desde sua criação e implementação (1974) até a revisão mais recente (2018), cada atualização refletiu novas demandas de habitação, mobilidade, preservação ambiental e inclusão social.

Entretanto, o impacto dessas políticas nem sempre foi equilibrado, o que intensificou, e ainda mantém, a desigualdade social. A expulsão de populações de baixa renda do centro, a distribuição desigual de espaços públicos, a fragmentação socioespacial, a proliferação de vazios urbanos e a linha férrea abandonada, ainda

sem diretrizes claras de requalificação, permanecem como desafios latentes na cidade.

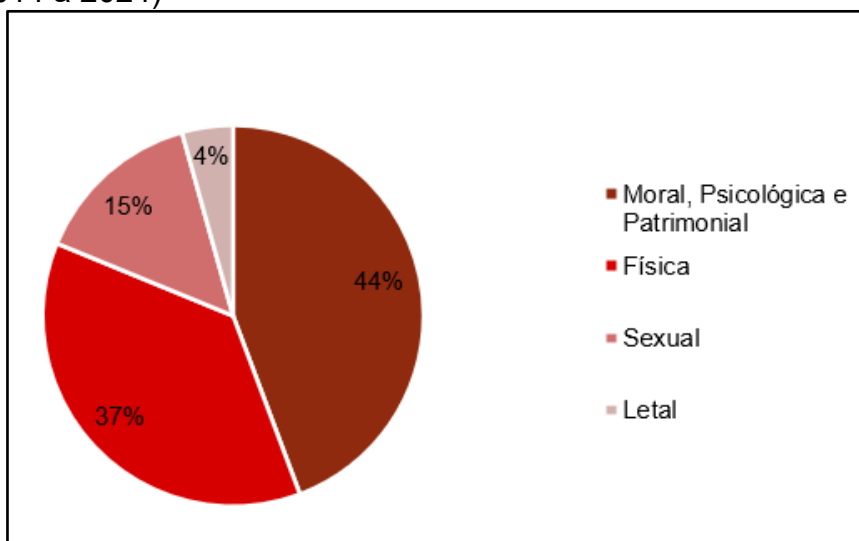
4 A INSEGURANÇA FEMININA NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE

4.1 DIMENSÃO SOCIAL: AS MULHERES, SEU PERFIL SOCIOECONÔMICO E OCUPAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

Conforme Kern (2021), a violência pública e a insegurança precisam levar em consideração as múltiplas condições sociais das mulheres. O fator da interseccionalidade, como explorado pela autora, faz com que a insegurança real e a percebida não sejam iguais para todas. O perfil socioeconômico pode ser entendido, portanto, como um elemento importante na análise da insegurança urbana feminina, visto que aspectos como idade, renda e etnia influenciam inclusive o modo de utilização dos espaços públicos.

Com o objetivo de observar como se manifesta essa dimensão social, estabeleceu-se o perfil das vítimas. Primeiramente, por meio da Figura 11, torna-se evidente quais foram os tipos de violência mais registrados, de acordo com os dados da SSP/SP, enquanto no Mapa 7 esses dados estão espacializados. Dos 11.659 boletins de ocorrência em espaços públicos, aproximadamente 5.933 referem-se à violência moral, psicológica e patrimonial, 4.944 aos registros de violência física e 1.938 à violência sexual.

Figura 11 - Tipos de crimes de violência registrados contra mulheres em ambientes públicos (2014 a 2024)

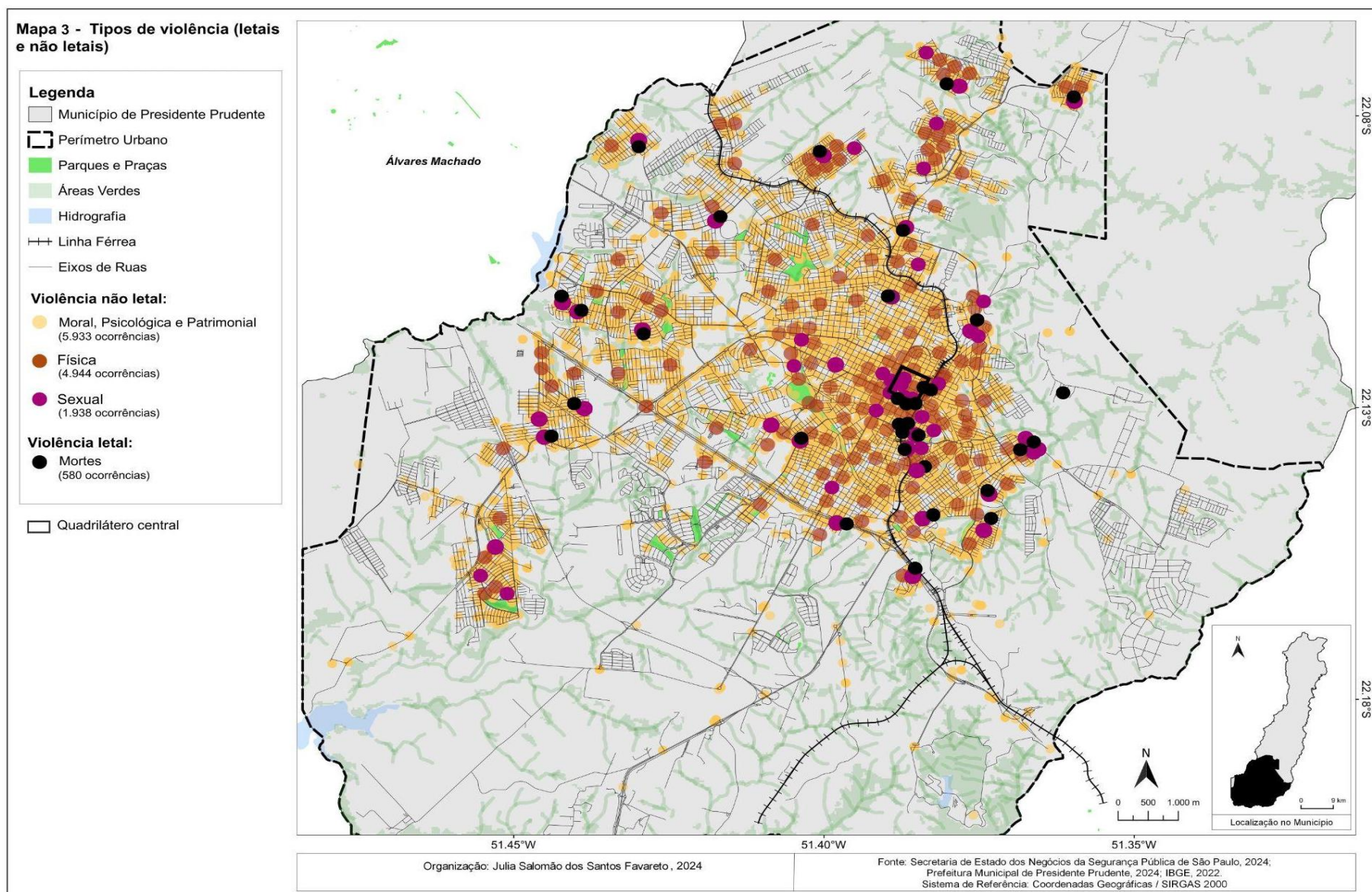


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/SP (2023).

Por meio da literatura, alguns autores (Warr, 1984; Saffioti, 2015; Villagrán, 2016) relatam que os tipos de violência física e sexual são os que mais se relacionam com os espaços públicos e que mais causam sensação de insegurança nas mulheres nesses ambientes da cidade. Nesse sentido, a sensibilidade ao ataque físico contra o corpo feminino opera como um temor central (Warr, 1984), o que dialoga diretamente com os dados apresentados.

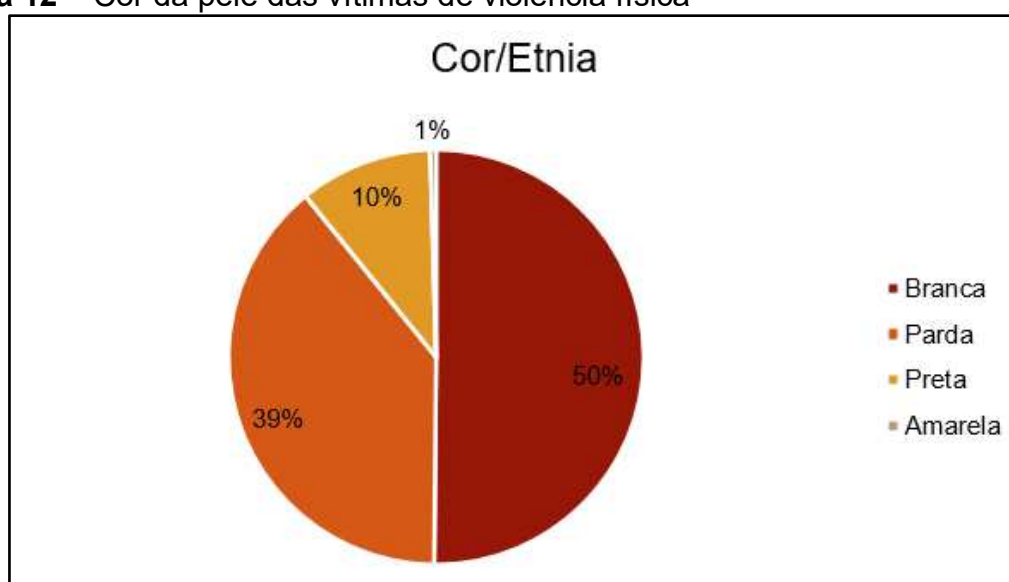
A espacialização desses dados ocorreu por meio da classificação dos tipos de violência (Mapa 3), categorizados como não letais (violência moral, psicológica, patrimonial, física e sexual) e letais (mortes), subdivididos com base nas categorias “Descrição do tipo de violência” e “Descrição violência letal”, disponibilizadas na tabela fornecida pela SSP/SP (2024). Esse mapeamento tornou perceptível a existência de locais preferenciais para a ocorrência tanto de violências letais quanto não letais no espaço urbano.

Mapa 3 - Tipos de violência (Letais e não letais)



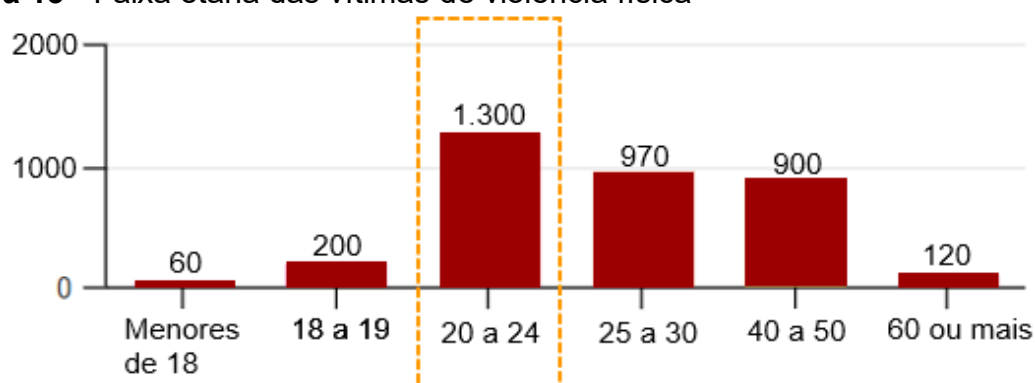
Dos dados registrados, o perfil das vítimas corresponderia a uma mulher branca, de faixa etária entre 20 e 24 anos (FIGURA 12 e 13). O percentual de mulheres pretas também apresentou números altos, próximos ao perfil estabelecido. Portanto, o percentual de mulheres pretas e pardas somadas também apresentam números altos, como grande parte dos movimentos negros sugerem para análise de políticas públicas, como é o caso da de segurança pública, somar-se as pretas e pardas. Assim, não será possível definir o perfil de mulheres como brancas, ou seja, o perfil equivale a todas as mulheres.

Figura 12 – Cor da pele das vítimas de violência física



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/SP (2023).

Figura 13 - Faixa etária das vítimas de violência física

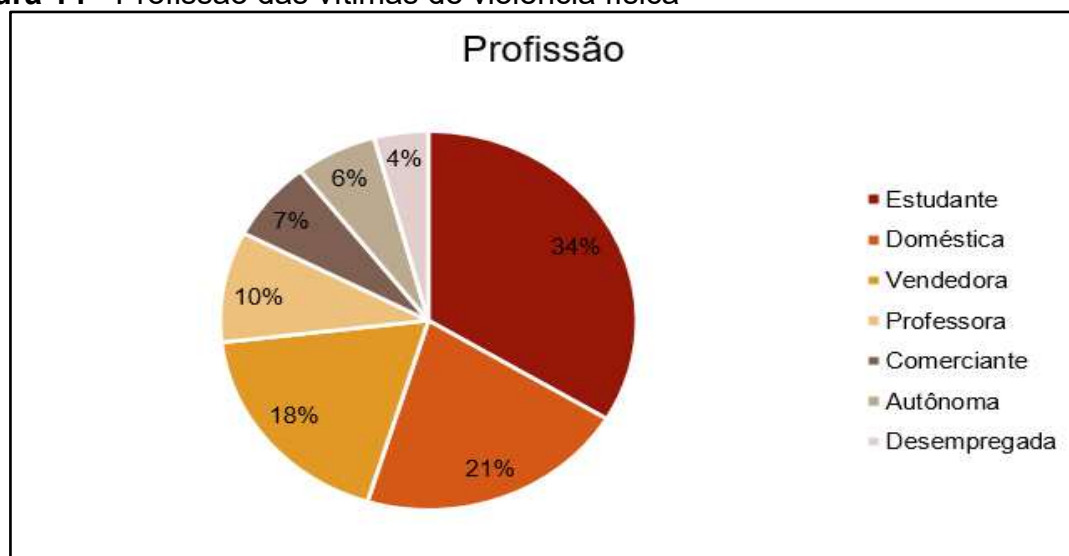


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/SP (2023).

Correlaciona-se que, de acordo com as variáveis apresentadas por alguns das mulheres mais jovens são mais suscetíveis do que as demais idades de sentirem medos e serem alvos de inseguranças nos espaços públicos (Warr, 1984;

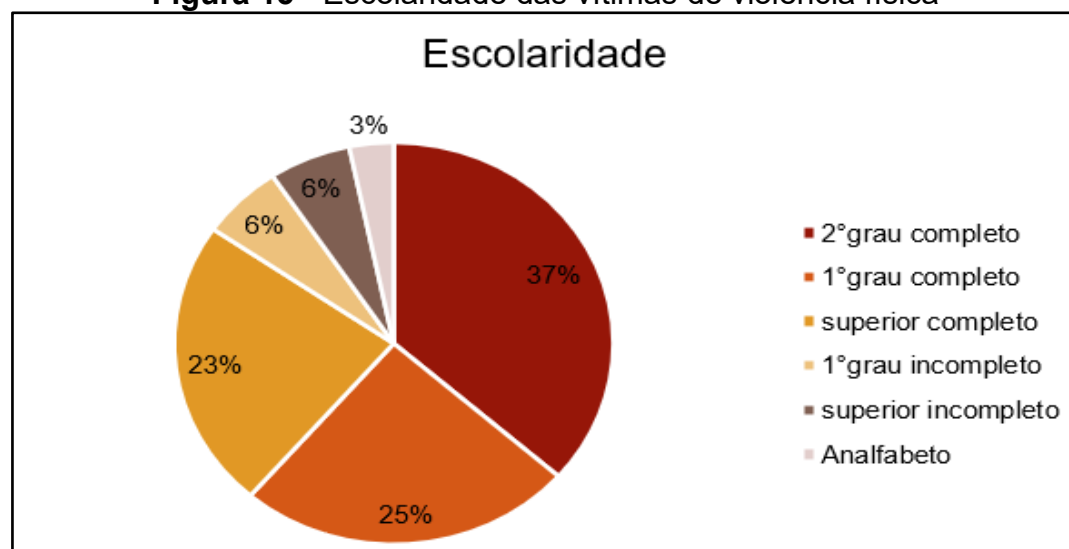
Zárate, 2019; Villagrán, 2016). Ao analisar a profissão e a escolaridade, referem-se em sua maioria a mulheres estudantes e com o segundo grau completo. Como podemos visualizar na figura a seguir.

Figura 14 - Profissão das vítimas de violência física



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/SP (2023).

Figura 15 - Escolaridade das vítimas de violência física



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/SP (2023).

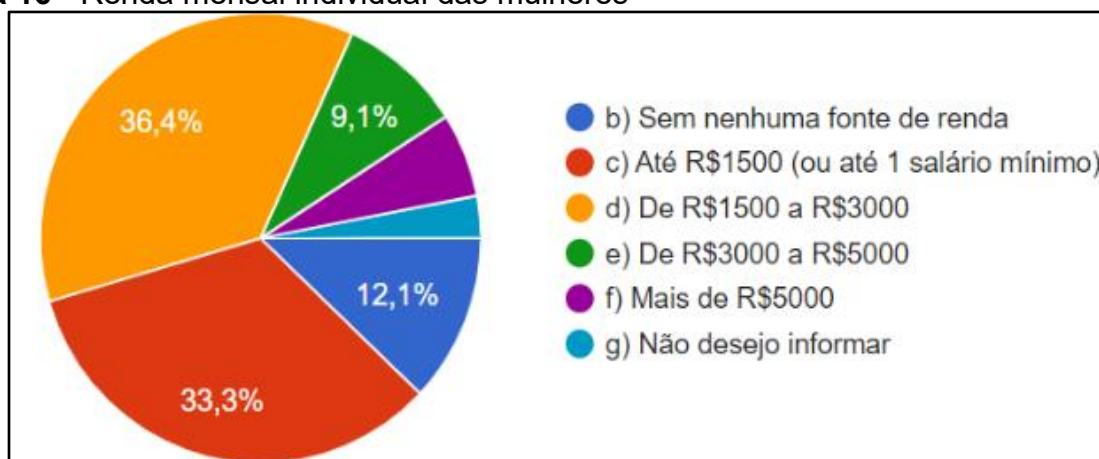
Para continuar a traçar o perfil socioeconômico e também a experiência dessas mulheres no uso dos espaços públicos, foram utilizados os dados fornecidos por Laraizis Patricia Toni, coordenadora do Coletivo Caminhantes - Mulheres Prudentes. O coletivo desenvolveu um projeto de Arte Manifesto que foi realizado de agosto a dezembro de 2021, e lançou mão de um questionário para

levantar vivências coletivas sobre a mobilidade das mulheres na cidade de Presidente Prudente. Com as respostas do questionário, o objetivo era trazer, por meio de intervenções de arte urbana com a técnica do lambe-lambe, questões e problemáticas experienciadas no espaço público, como a violência nesses espaços.

As intervenções tinham o intuito de fazer um manifesto, empregando elementos estéticos para tecer críticas ao patriarcado, ao machismo e às relações assimétricas de gênero, que relegam às mulheres posições de sujeição na cultura e na sociedade. O projeto obteve 1.122 respostas sobre como as mulheres de Presidente Prudente se locomoviam e se relacionavam com a cidade. Esses dados vão auxiliar no mapeamento dos espaços públicos mais ocupados pelas mulheres.

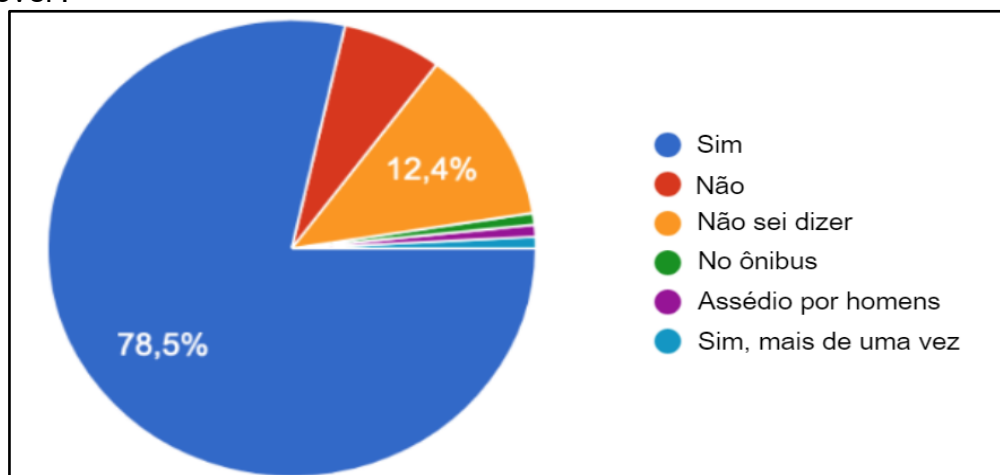
O relatório do Coletivo Caminhantes - Mulheres Prudentes, ao perguntar sobre a renda mensal das respondentes, obteve como resultado que a maioria possui de 1.500 a 3.000 reais de renda individual, com 36,4% e 33,3% de respostas, respectivamente, e 12,1% sem nenhuma fonte de renda (Figura 16). Como resposta à pergunta se essas mulheres já haviam sofrido algum tipo de assédio ou violência no espaço público, 78,5% alegaram que sim (Figura 17).

Figura 16 - Renda mensal individual das mulheres



Fonte: Dados do relatório Caminhantes - Mulheres Prudentes (2021).

Figura 17 - Já sofreu algum tipo de assédio ou violência nos espaços públicos ao se locomover?

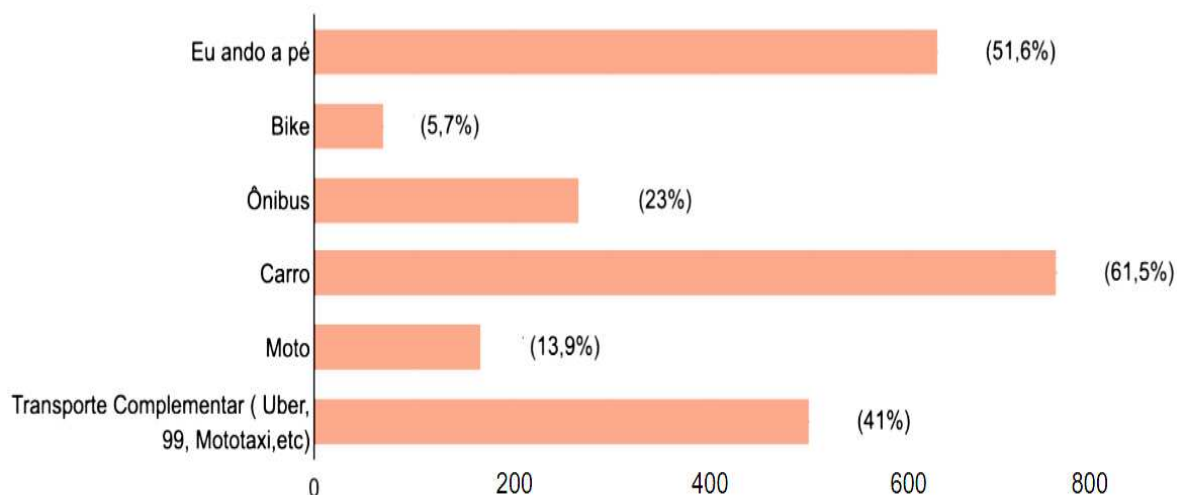


Fonte: Dados do relatório Caminhanter - Mulheres Prudentes (2021).

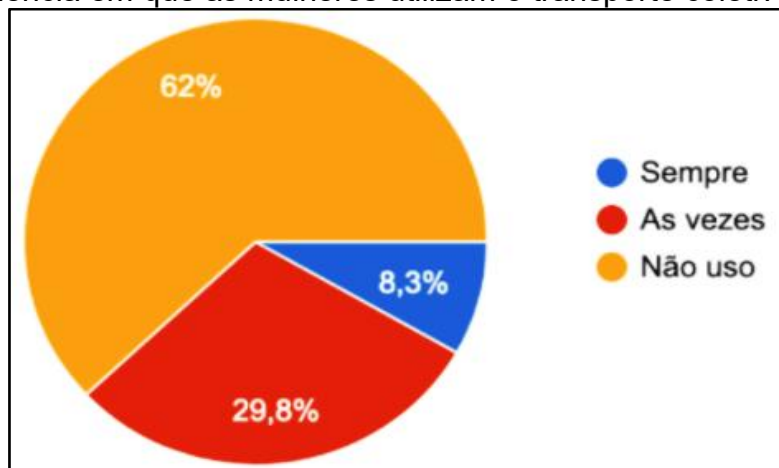
Tais dados reforçam os argumentos de Rodó Zárate (2019), que indica que mulheres de classes sociais mais baixas tendem a experienciar maior medo e violência nos espaços públicos, pois são as que utilizam mais as mobilidades ativas e ocupam áreas carentes ou com infraestrutura inadequada.

Assim, ao questionar, no projeto do Caminhanter - Mulheres Prudentes, sobre o meio de locomoção mais utilizado, as respostas foram o carro e os deslocamentos a pé (Figura 18). Por meio de outra pergunta, questionando se utilizam transporte coletivo, 62% das mulheres disseram que não fazem uso (Figura 19).

Figura 18 - Meio de locomoção mais utilizado pelas mulheres

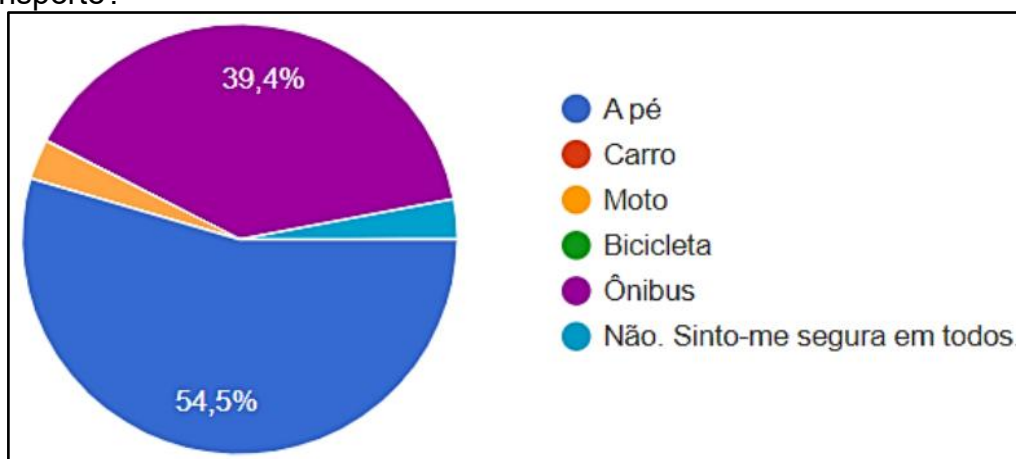


Fonte: Dados do relatório Caminhanter - Mulheres Prudentes (2021).

Figura 19 - Frequência em que as mulheres utilizam o transporte coletivo

Fonte: Dados do relatório Caminhantes - Mulheres Prudentes (2021).

Em relação ao porquê as mulheres não fazem uso ou utilizam pouco o transporte coletivo na cidade, por meio do questionário desta pesquisa, foi perguntado se elas se sentiam seguras em algum tipo de deslocamento ou meios de transporte. A maioria alegou que a mobilidade a pé e de ônibus eram menos seguras (Figura 20), evidenciando o porquê de não costumarem utilizar tanto o ônibus como meio de deslocamento, visto que muitas mulheres responderam que se sentem mais inseguras nesse tipo de transporte.

Figura 20 - Você se sente menos segura em algum destes deslocamentos / meios de transporte?

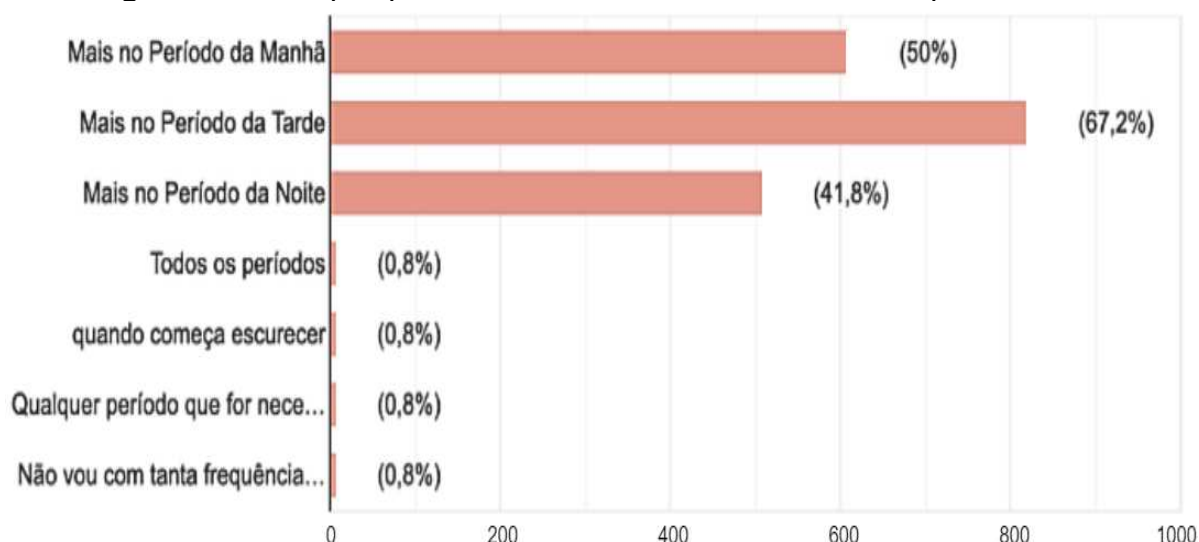
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário (2024).

Assim, a insegurança e o medo da violência nos espaços públicos limitam a mobilidade urbana feminina, e a falta de qualidade dos espaços e de sua infraestrutura os torna mais vulneráveis. Segundo Villagrán (2016), a mobilidade

urbana é uma das experiências que mais incidem na qualidade de vida das pessoas na cidade, em especial quando o acesso a espaços públicos de cuidados, lazer e outros serviços é dificultado, o que influencia nos usos dos espaços pelas mulheres.

Outro limitador da mobilidade dessas mulheres se dá em relação aos horários em que elas ocupam os espaços da cidade. Em resposta à pergunta sobre qual período do dia mais costumam se locomover pela cidade, a maioria indicou tarde e manhã, o que demonstra que, à noite, as mulheres tendem a evitar deslocamentos pela cidade (Figura 21).

Figura 21 - Em qual período do dia costuma se locomover pela cidade?

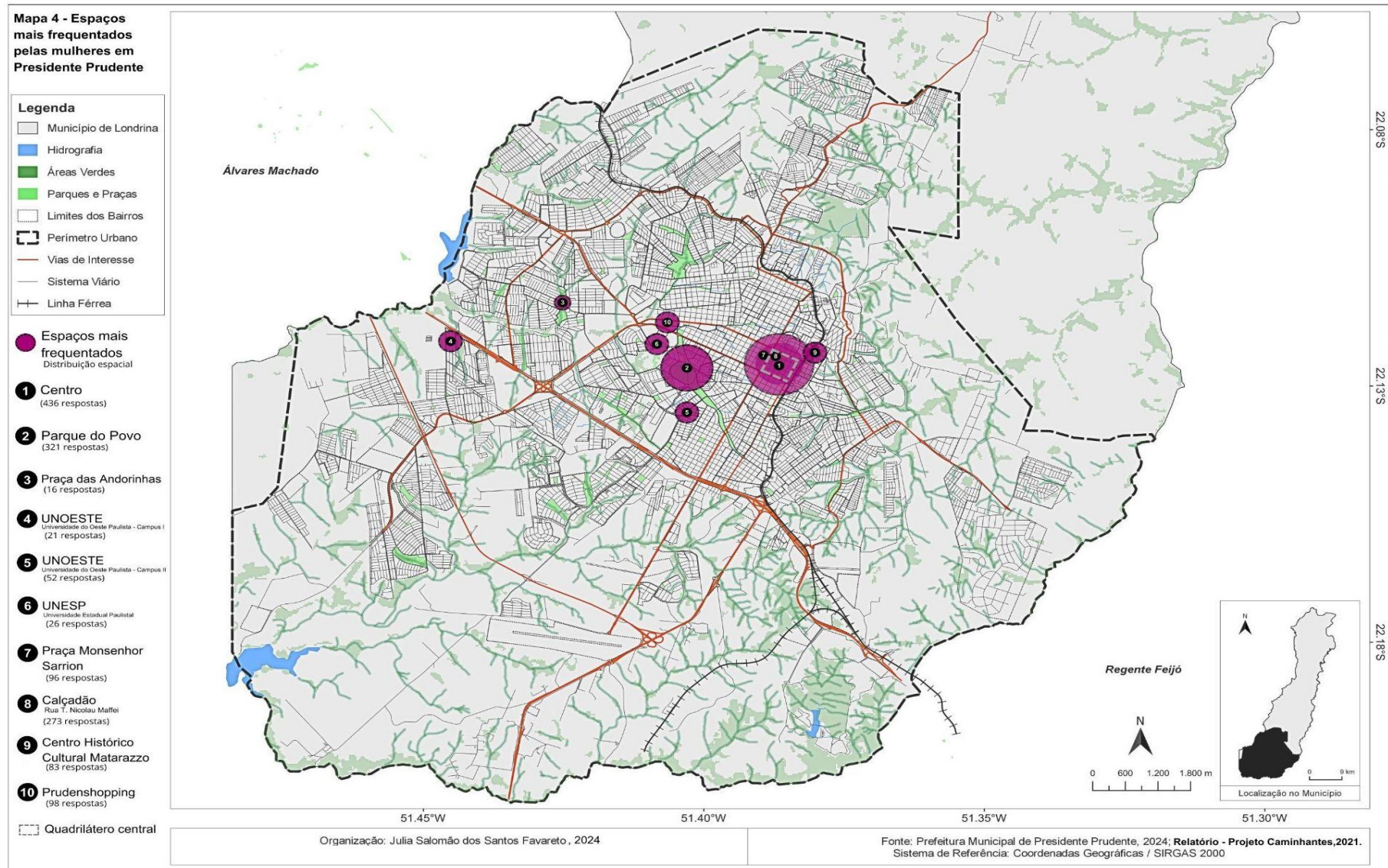


Fonte: Dados do relatório Caminhantes - Mulheres Prudentes (2021).

Já os espaços mais utilizados pelas mulheres na cidade foram definidos com base nas respostas do relatório do projeto Caminhantes ao questionar quais eram os espaços urbanos que as respondentes mais costumam frequentar na cidade de Presidente Prudente. A partir desses dados, foi elaborado o mapa a seguir.

Com 436 respostas, o Centro foi o local mais citado, espaço característico para compras e lazer na cidade, seguido pelo Parque do Povo, com 321 respostas, o maior parque da cidade e com localização próxima à região central, espaço público para lazer e esporte e de fácil acesso à população, além de geralmente possuir boa manutenção.

Mapa 4 - Espaços urbanos mais frequentados pelas mulheres em Presidente Prudente



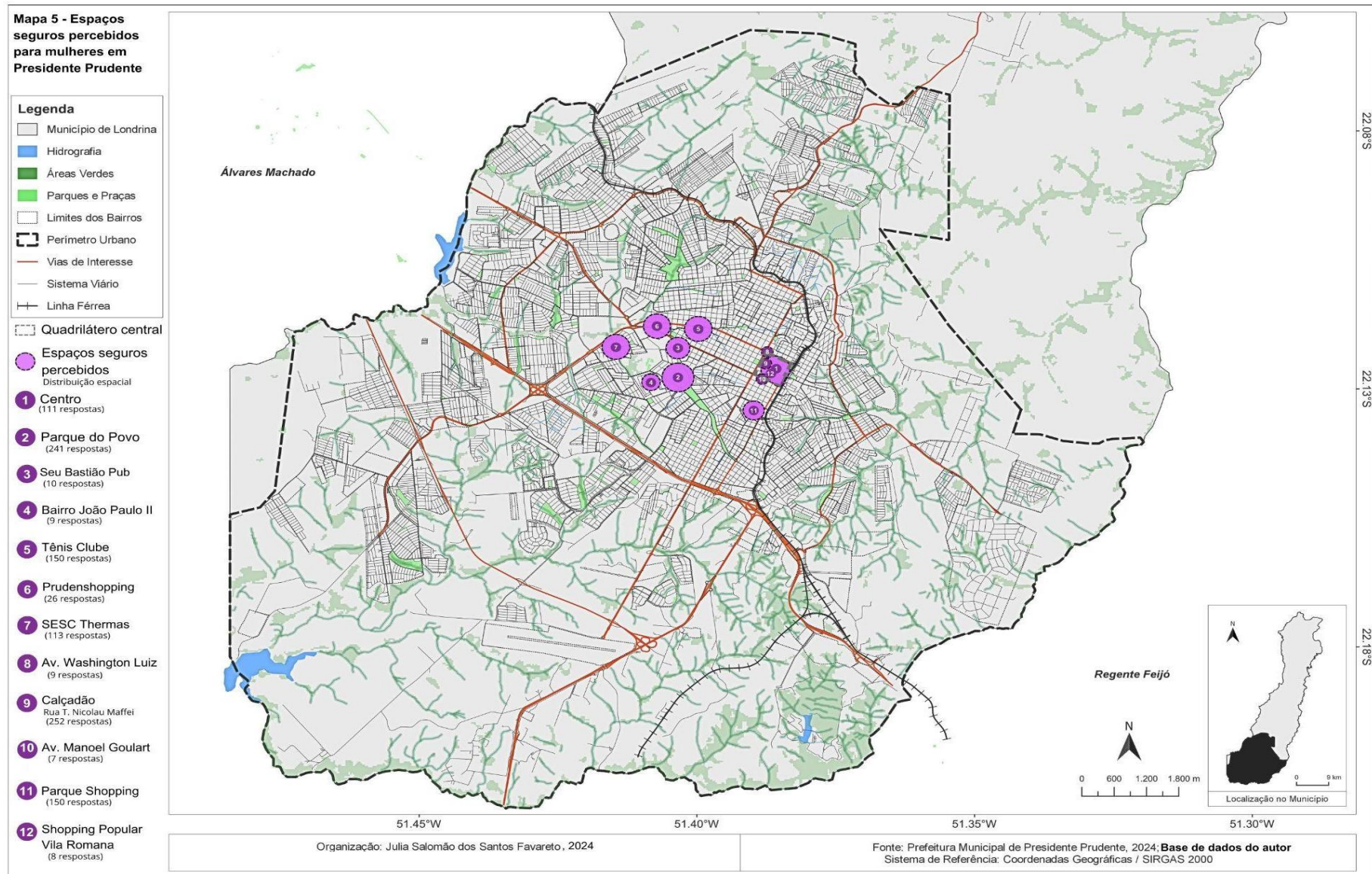
4.1.1 A Percepção Das Mulheres Sobre a Segurança Nos Espaços Públicos.

Na intenção de aprofundar as discussões a respeito da percepção da insegurança feminina, foi proposto, por meio do questionário, que as respondentes identificassem os lugares que considerassem perigosos e inseguros, bem como os seguros para as mulheres na cidade de Presidente Prudente. A partir desse questionário, foi possível produzir mapas com tais localidades, os quais se relacionam com a teoria do mapa da cidade perigosa descrita por Goikoetxea e Mendez (2010).

As mulheres desenvolvem mapas mentais que mostram caminhos e locais que podem ou não acessar; os roteiros naturalmente escolhidos por elas são formas adotadas para se manterem seguras. Porém, a ideia e a percepção de uma área perigosa nem sempre significam que, de fato, ocorram mais crimes naquele local. Assim, é crucial entender por que certos lugares são amigáveis e tidos como seguros, enquanto outros são vazios e hostis, considerados perigosos e inseguros. Isso pode estar relacionado tanto à configuração física do espaço urbano, como já evidenciado, quanto a sentimentos mais complexos.

Nesse sentido, o questionário foi de importante importância para a identificação e caracterização desses espaços seguros e perigosos para as mulheres. Tais espaços foram identificados a partir das 656 respostas obtidas e, com esses dados, foi possível construir os mapas a seguir. Em um primeiro momento, serão retratados os espaços seguros percebidos pelas respondentes (Mapa 5). Logo adiante, evidencia-se a oposição a estes, os espaços perigosos.

Mapa 5 - Espaços seguros percebidos para mulheres em Presidente Prudente

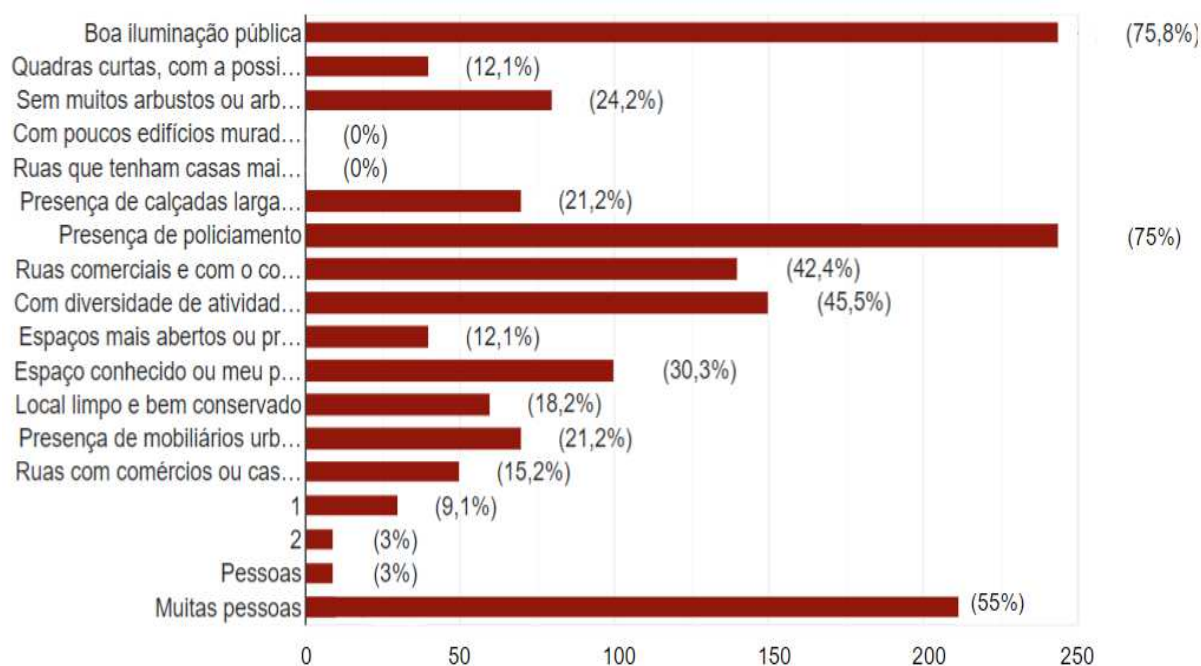


Os espaços seguros para as mulheres em Presidente Prudente, através da percepção das respondentes do questionário, ao serem especializados, apresentaram uma tendência: situam-se mais ao centro e em áreas da região central, visto que não foram elencados locais nas áreas mais periféricas da cidade.

Além disso, eles se distribuem entre espaços privados de lazer e comércio, Seu Bastião Pub, Tênis Clube, SESC Thermas, Prudenshopping e Parque Shopping, espaços públicos de lazer e comerciais e vias movimentadas, Bairro Centro, Parque do Povo, Bairro João Paulo II, Calçadão (Rua para pedestres, Tenente Nicolau Maffei), Av. Manoel Goulart e Shopping Popular Vila Romana.

As características de ambos os espaços ditos seguros são os usos predominantes comerciais e de lazer, que trazem muito movimento de pessoas. Além disso, ao serem perguntadas sobre o porquê esses locais podem ser frequentados com segurança (Figura 22), as mulheres responderam devido à boa iluminação pública, presença de policiamento e fluxo de pessoas. Arrisco dizer que a sensação de segurança que as respondentes sentem é ocasionada pela vigilância natural desses espaços, assim como Jacobs (2000) retrata, pois eles permitem que as mulheres vejam e sejam vistas.

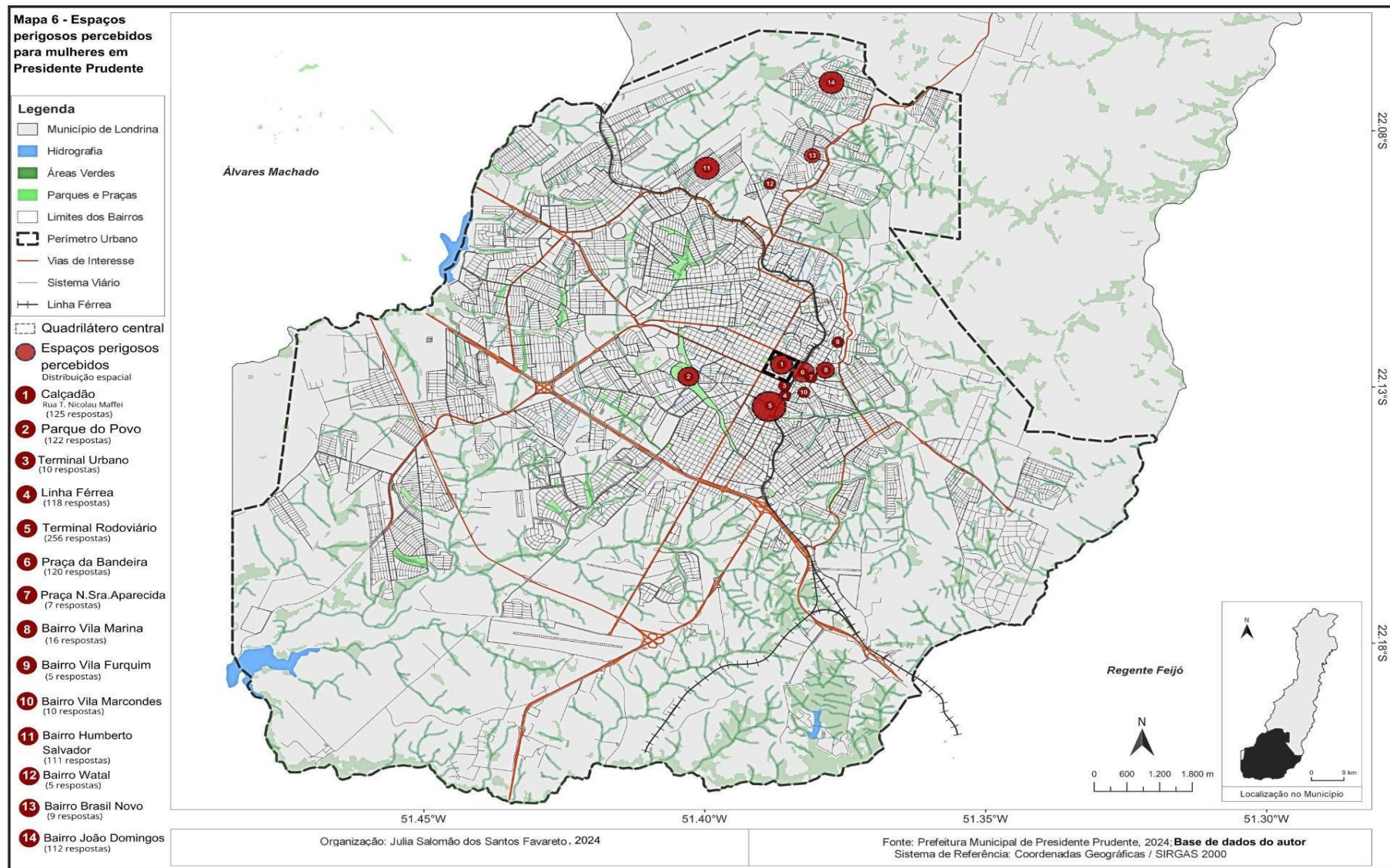
Figura 22 - Por que estes locais podem ser frequentados com segurança?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário (2024).

A fim de confrontar estas características e estabelecer os espaços inseguros de acordo com a percepção das respondentes, foi questionado quais os locais as mulheres devem evitar? Locais considerados perigosos ou onde aconteceram violência (Mapa 6).

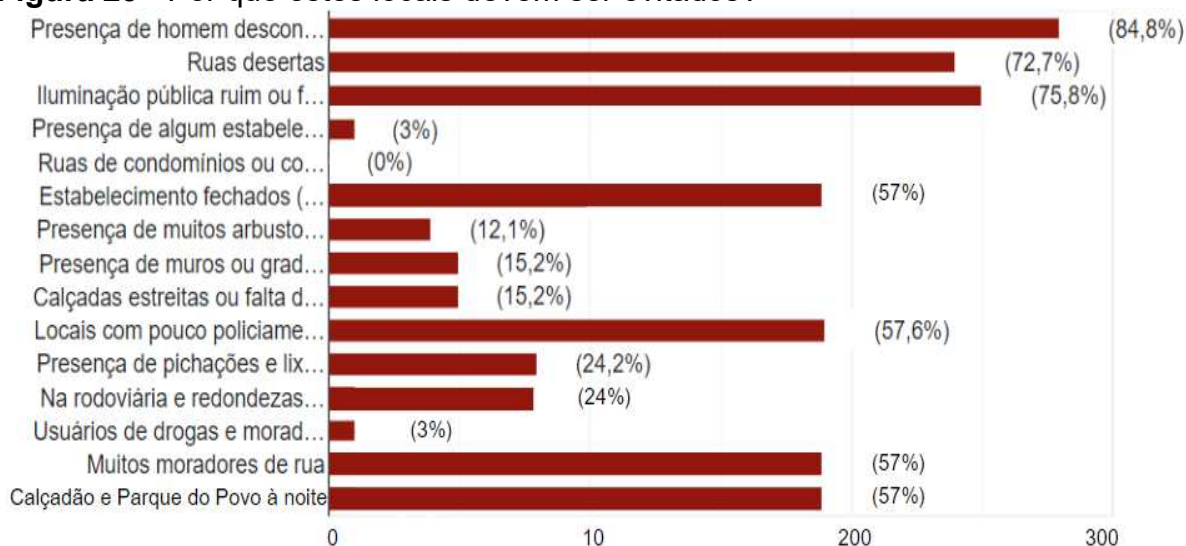
Mapa 6 – Espaços perigosos percebidos para mulheres em Presidente Prudente



Através do mapeamento dos espaços percebidos como perigosos, diferente dos locais seguros, estes se distribuem tanto no centro quanto nas periferias da cidade. No centro, a maior quantidade de respostas estabeleceu a rodoviária como o espaço mais inseguro, seguida do Calçadão – rua exclusiva para pedestres (R. T. Nicolau Maffei), o qual também foi definido no Mapa 4 como o mais seguro, apresentando contradição. Assim como o Parque do Povo, que também se apresenta como mais seguro no mapa anterior e aqui como o terceiro mais inseguro.

Respondendo a esse questionamento, 57% das mulheres alegaram que o Calçadão e o Parque do Povo devem ser evitados à noite (Figura 23), horário em que os estabelecimentos comerciais se encontram fechados. Atrelado a isso, a iluminação pública destes também é ineficiente, conforme 75,8% relataram. Desse modo, os dois estão entre os lugares mais seguros, porém, no período noturno, tornam-se os mais inseguros e perigosos para as mulheres.

Figura 23 - Por que estes locais devem ser evitados?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário (2024).

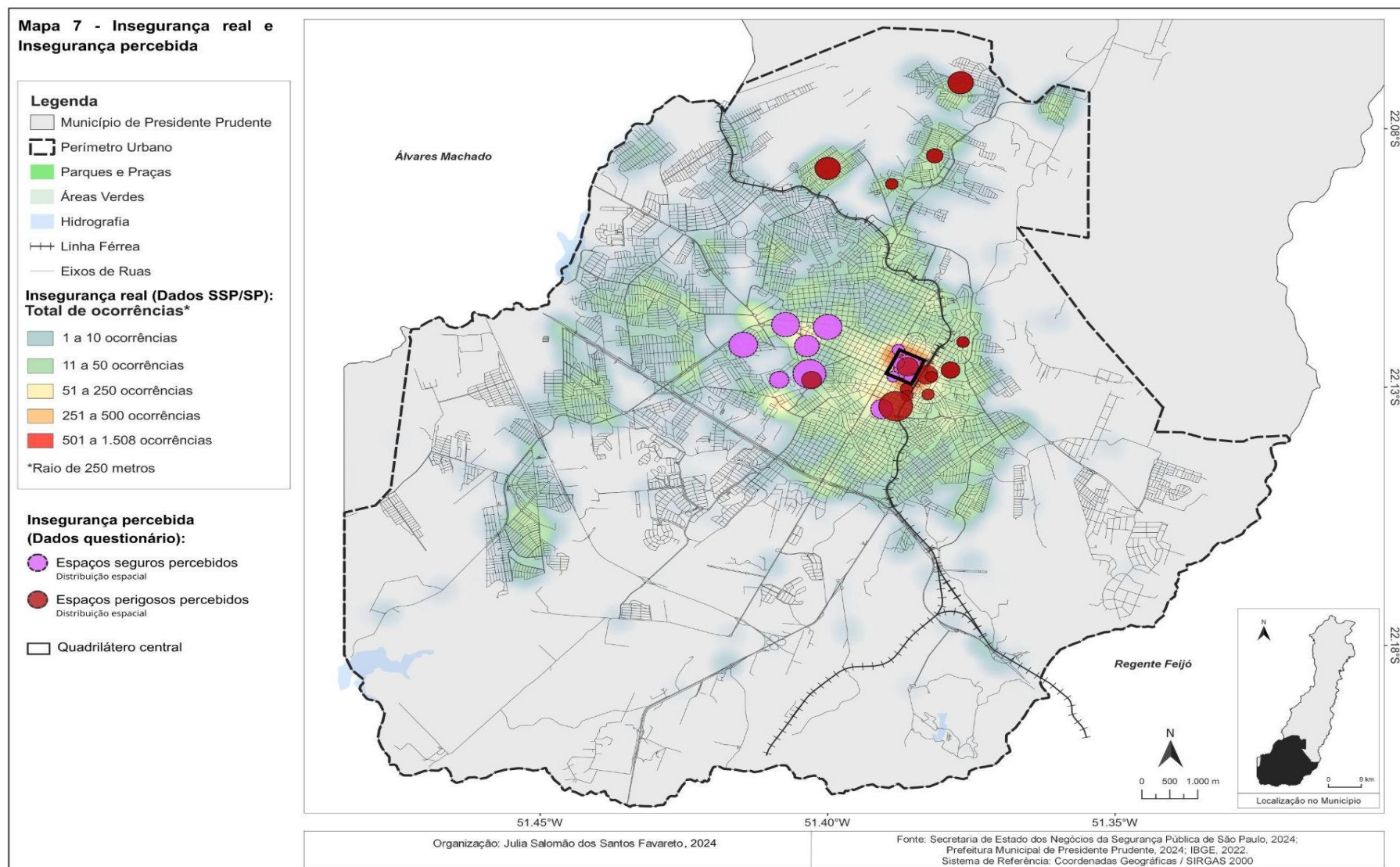
A presença de homem desconhecido, com 84,8% das respostas, foi a característica mais levantada do porquê se deve evitar estes espaços. O que reafirma a teoria do medo pelo desconhecido e do medo pelo diferente que as mulheres sentem (Grangeia, 2020). Esses tipos de medo surgem de situações e ambientes que são desconhecidos para a mulher. Podem incluir ruas desertas e locais ou bairros desconhecidos, onde elas não têm familiaridade com a vizinhança. O medo pelo desconhecido muitas vezes é alimentado pela incerteza sobre o que

pode acontecer em um determinado lugar e pela falta de controle sobre o ambiente. Do mesmo modo, as mulheres aprendem, através da experiência, que é inadequado e potencialmente perigoso estar sozinha em um espaço dominado por homens, especialmente à noite, o que também advém das raízes do modelo de sociedade patriarcal.

Distanciando-se do centro, as demais localidades apontadas foram alguns bairros periféricos, como os conjuntos habitacionais João Domingos Netto e Brasil Novo, e os bairros Humberto Salvador e Watal. Ambos são considerados, em diversos estudos, como bairros que apresentam carência de infraestrutura urbana (Rampazzo, 2019).

Sobrepondo os dados dos Mapas 5 e 6 – de espaços seguros e inseguros percebidos – com a quantidade de ocorrências criminais da Secretaria de Segurança Pública, nota-se, pelo mapa 7, a relação da insegurança real e percebida.

Mapa 7 - Espaços de Insegurança real e insegurança percebida



Pode-se observar que algumas áreas, como a região do centro, onde estão o Calçadão, um trecho da linha férrea e a rodoviária, se identificam através das duas categorias, tanto como de insegurança real quanto de insegurança percebida pelas mulheres. Já os espaços percebidos como seguros, em sua maioria, se distanciam dessa área. Isso pode ocorrer tanto por experiência vivida por elas quanto por informações de terceiros ou pela mídia.

O medo do crime pode ser influenciado pela disseminação de informações da mídia de massa e por experiências de terceiros, familiares e amigos, quando avaliam as condições de um espaço urbano. A difamação dos espaços públicos pela mídia traz informações que contribuem para a estigmatização de determinados espaços na cidade, causando ansiedade e insegurança no indivíduo e construindo a relação entre medo e a imagem da cidade, especialmente em relação à mulher. Valentine (1989) considera que a junção entre a experiência vivida e as informações secundárias leva a produzir “modelos” de lugares perigosos para as mulheres, como quais são os espaços considerados inseguros ou do que se deve sentir medo ou evitar.

E as características destes locais perigosos se assemelham às dos ambientes construídos que podem exercer influência positiva e negativa sobre a insegurança e atos de violência, segundo os teóricos citados por Jane Jacobs (2000). Por exemplo, má manutenção dos edifícios e limpeza das áreas públicas, ineficiência das infraestruturas, como ruas pouco ou nada iluminadas, com usos que não apresentam diversidades, e regiões majoritariamente comerciais. Aspectos estes ligados à administração, diretrizes projetuais e ao planejamento da cidade e de seus espaços públicos. Desse modo, para reforçar tais argumentos e analisar a dimensão espacial, no seguinte capítulo identificar-se-á a qualidade dos espaços públicos da cidade de Presidente Prudente e relacionar-se-á com o fenômeno da violência e com a dimensão social já evidenciada.

4.2 DIMENSÃO ESPACIAL: QUALIDADE DO AMBIENTE CONSTRUÍDO E INFRAESTRUTURA DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE

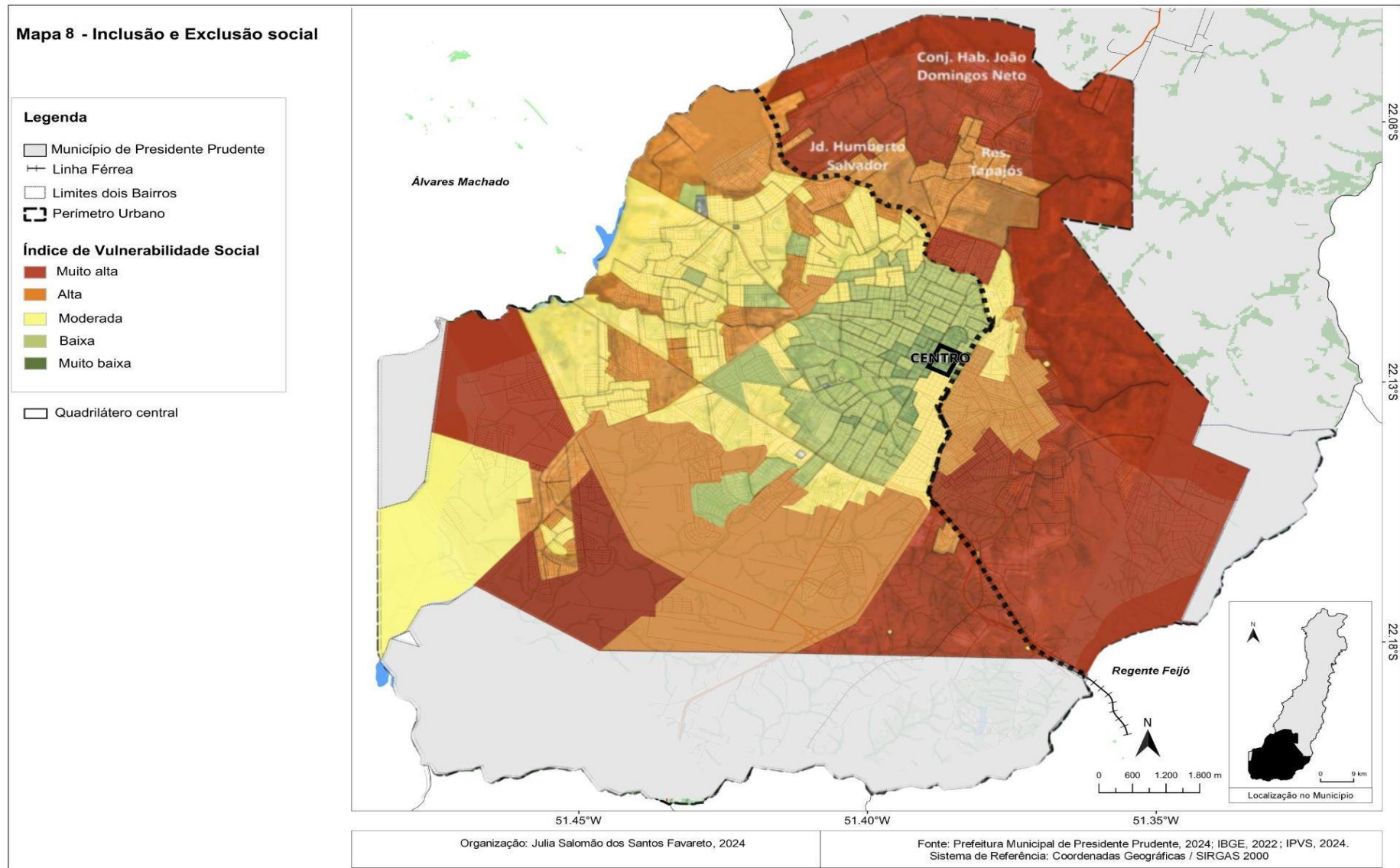
A expansão territorial e a ocupação do solo urbano em Presidente Prudente enfrentam desafios em sua formação política, passando do coronelismo ao populismo. Essa transição contribuiu para a história econômica, política e social da região, resultando em uma dinâmica sem planejamento urbano adequado, pouca preocupação ambiental e exclusão social.

Utilizando um conjunto de dados, banco de dados socioeconômicos e demográficos do IBGE (2022), Rampazzo (2019) e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do Estado de São Paulo (IPVS/Seade, 2023), foi possível realizar um mapeamento síntese da inclusão e exclusão social e da qualidade do ambiente construído por meio da qualificação da infraestrutura urbana em Presidente Prudente.

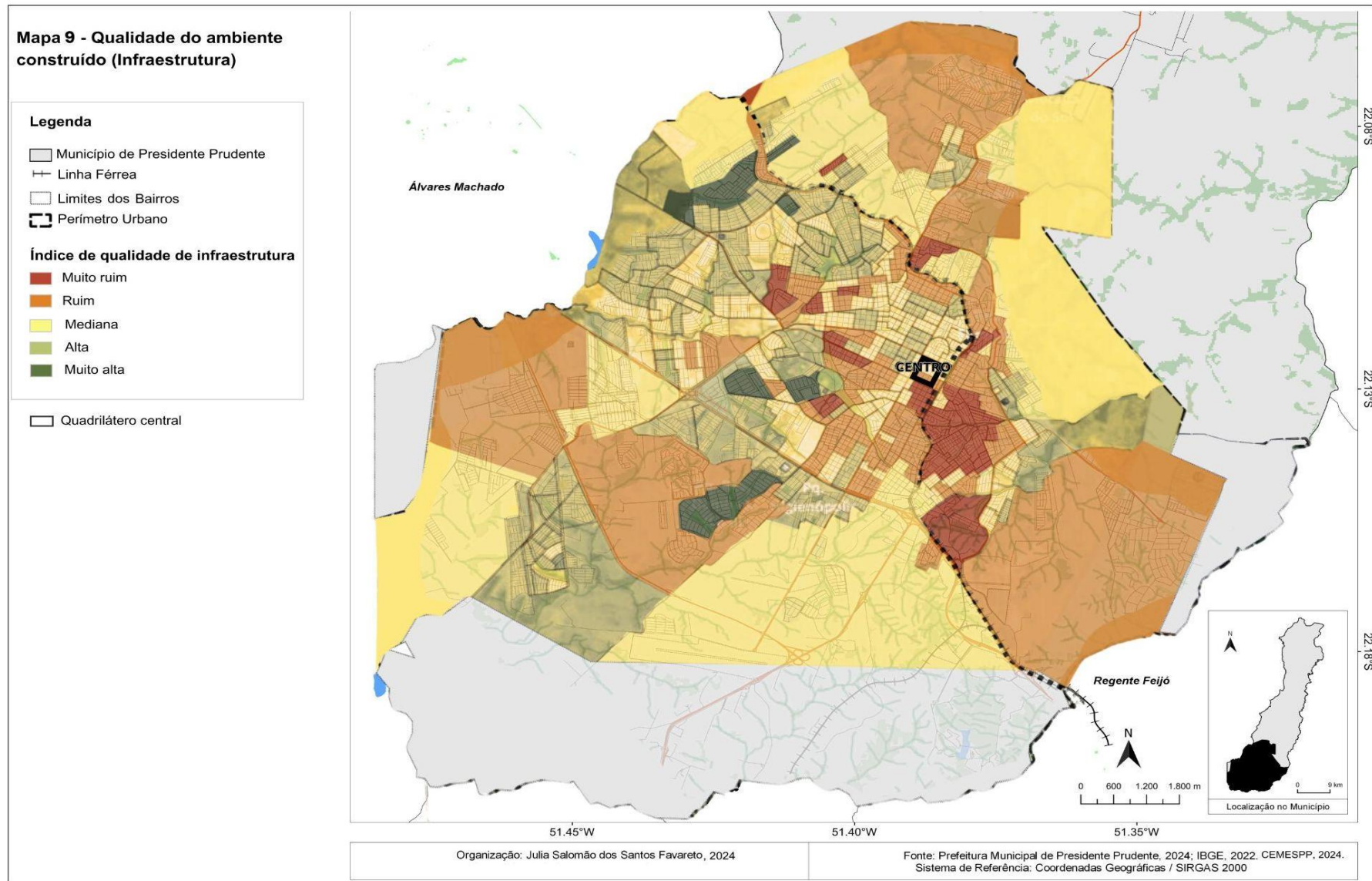
Para o mapa de inclusão e exclusão social, os dados espacializados correspondem à população, às características dos seus domicílios e de seu entorno, considerando desigualdade social, idade, gênero, renda, condições socioeconômicas (de moradia) e alfabetização. Já o mapa de qualidade do ambiente construído foi elaborado por meio do índice de qualificação da infraestrutura urbana. Os dados utilizados correspondem à presença de meio-fio/guia, bueiro/boca de lobo, esgoto a céu aberto, pavimentação, iluminação pública, arborização e calçadas, relacionados ao investimento em infraestrutura recebido em cada área da cidade.

De acordo com Rampazzo (2019), considera-se que as populações mais vulneráveis em Presidente Prudente são aquelas que residem em domicílios próprios e alugados sujeitos à baixa qualidade da infraestrutura urbana, risco ambiental e vulnerabilidade socioespacial. Desse modo, com a distribuição espacial das informações nos mapas a seguir, estabeleceu-se que a região central possui locais com pontos críticos em relação à qualidade da infraestrutura; já no de inclusão e exclusão social, o centro apresenta bons índices. Assim, as áreas periféricas e aquelas situadas do outro lado da linha férrea, na região Oeste, são as de maior exclusão social e com infraestrutura precária (Mapas 8 e 9).

Mapa 8 - inclusão e exclusão social



Mapa 9 - Qualidade do ambiente construído (Infraestrutura)



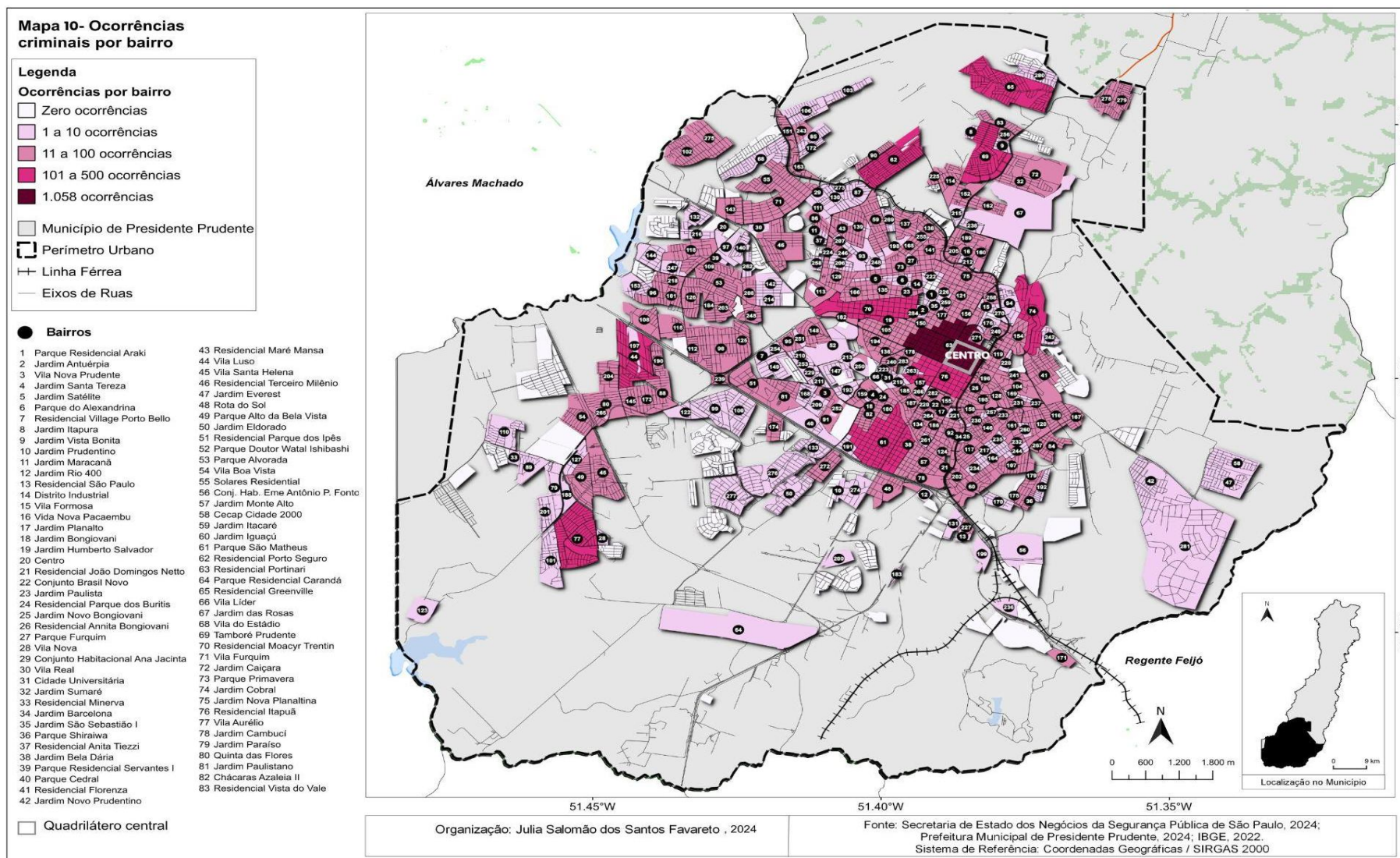
Os mapas apresentados mostram que o processo de urbanização da cidade foi fortemente segregacionista e que a cidade cresceu de forma descontínua, com desigualdades sociais, de infraestrutura e de investimentos em determinadas áreas, acarretando problemáticas que direcionaram a expansão urbana e a produção apoiada na especulação imobiliária. Esse modelo foi sustentado pela prática do Poder Público local, que não atua de forma efetiva no controle e regulação do território. O marco que consolida essa característica é a Estrada de Ferro Sorocabana, à qual se atribui valor simbólico desde sua inserção até sua atual situação de abandono.

4.2.1 Características De Infraestrutura Urbana E De Uso E Ocupação Do Solo Do Centro Da Cidade De Presidente Prudente

Com o objetivo de obter a categorização dos espaços públicos de insegurança feminina na cidade de Presidente Prudente, foram levantados dados da dimensão objetiva dessa insegurança, por meio das informações disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, SSP/SP (2024). Esses dados referentes às ocorrências foram espacializados na macroescala da cidade, considerando como recorte espacial os crimes cometidos dentro do perímetro urbano.

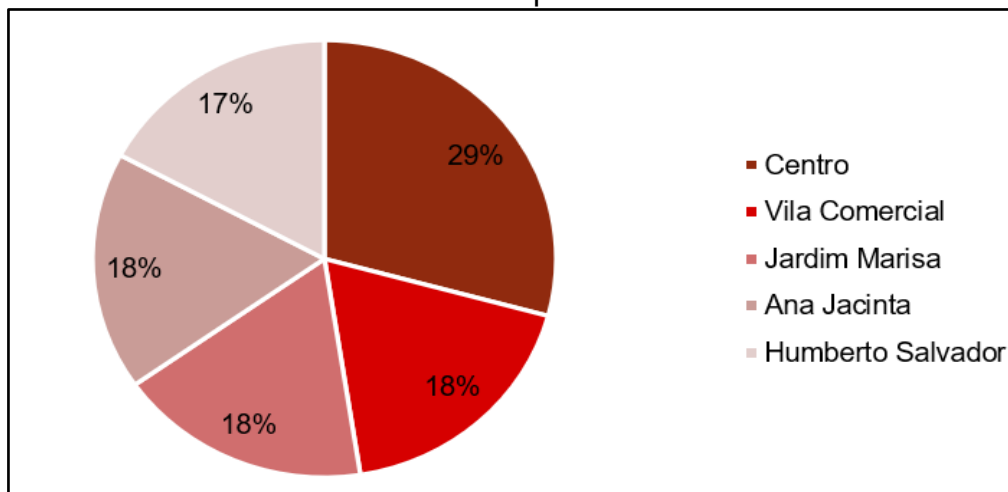
Como resultado, identificaram-se os bairros da cidade que apresentam as maiores incidências de violência contra mulheres, especificamente os crimes cometidos em espaços públicos. Assim, o mapa a seguir reflete essa concentração de ocorrências criminais na escala do bairro.

Mapa 10 - Ocorrências criminais por bairro em Presidente Prudente



Dentre os 11.659 mil boletins que ocorreram em espaços públicos, as maiores ocorrências foram registradas no bairro Centro, com o total de 1.686 boletins registrados na região (Figura 24), local considerado como representativo na cidade.

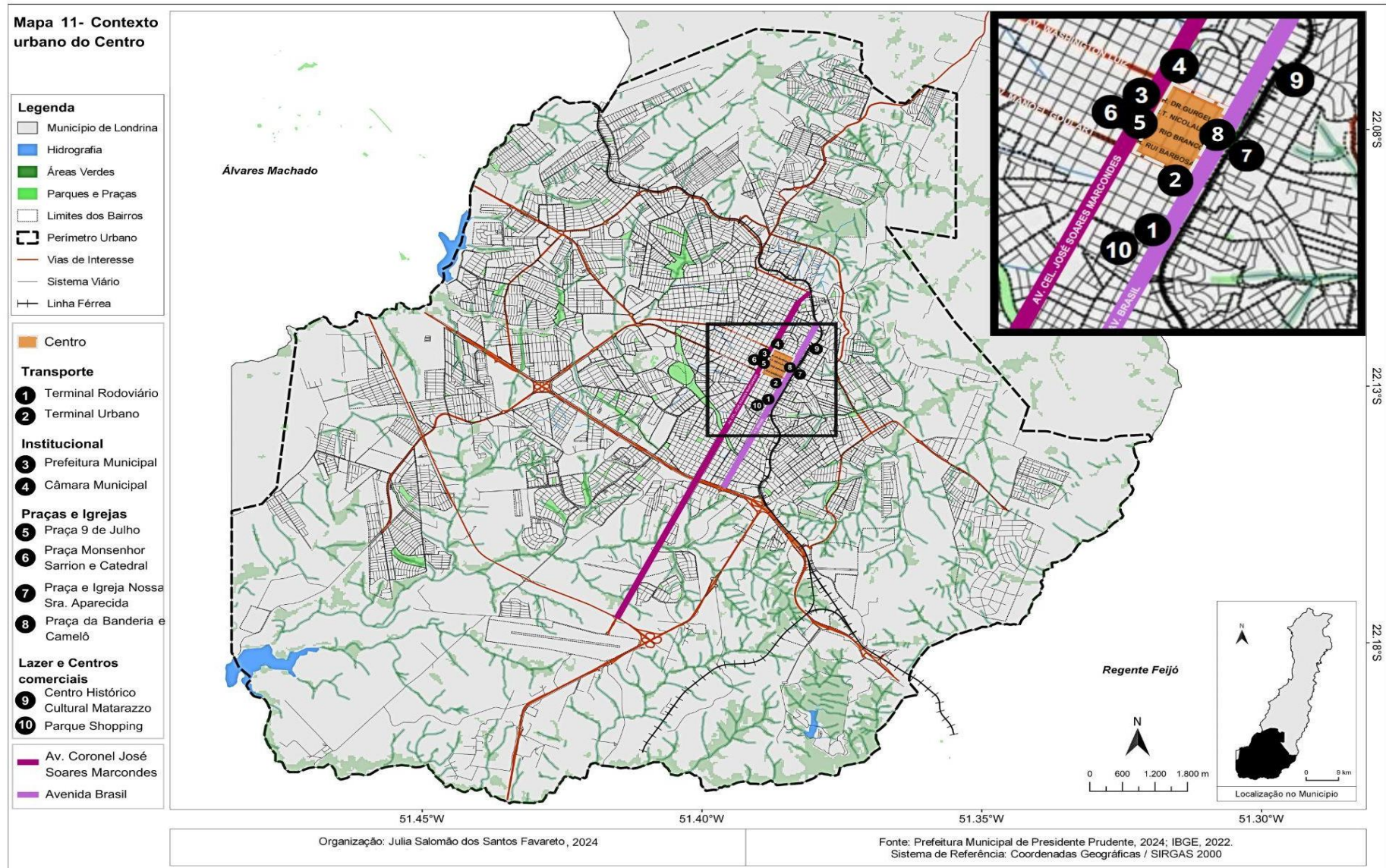
Figura 24 - Bairros com maiores índices de crimes cometidos contra mulheres em ambientes públicos



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/SP (2023).

A região central se apresenta como uma configuração inicial e de maior investimento do município de Presidente Prudente, que se constituiu a partir de seu quadrilátero central (Mapa 11), seu desenvolvimento se caracterizou por seu modo desigual, que teve início entre os lados da linha férrea e se expandiu para suas regiões periféricas.

Mapa 11 - Contexto urbano do Centro



Este desenho urbano expressa determinada relação com os índices de violência contra as mulheres na cidade, evidenciando que os maiores números de violência em espaços públicos ocorreram em bairros da área central e de seu entorno, como o Centro e a Vila Comercial. Em seguida, destaca-se o bairro Jardim Marisa, com 18% das ocorrências na região Oeste, área situada além da linha férrea, e, posteriormente, os bairros Ana Jacinta (com 1.018 casos) e Humberto Salvador (com 989 casos), localizados nas regiões Sudoeste e Norte, respectivamente, ambos caracterizados como conjuntos habitacionais de interesse social.

Mesmo o Centro sendo o bairro que historicamente se estabeleceu de maneira mais favorecida desde a expansão urbana do município, observa-se atualmente uma mudança nesse cenário: iniciativas e investimentos públicos têm diminuído, visto que a administração municipal passou a direcionar esforços e recursos para outras regiões da cidade ao longo dos anos. Esse processo favoreceu o surgimento de vários subcentros, contribuindo para que o Centro histórico e comercial assumisse uma condição de degradação e aspecto de obsolescência, com edificações antigas, muitas delas em madeira ou com características da arquitetura Art Déco.

Além disso, o Centro apresenta áreas que necessitam de melhorias em sua infraestrutura, e a parcela da linha férrea que atravessa essa região encontra-se em situação de abandono, com ausência de iluminação pública, acúmulo de entulhos e descarte irregular de resíduos. Dessa forma, inicialmente são analisados os aspectos de infraestrutura urbana dessa localidade, como suas vias, iluminação, equipamentos urbanos e arborização e, posteriormente, seu uso e ocupação do solo com base na legislação de zoneamento do Plano Diretor do município.

No que diz respeito aos endereços com maior número de registros de violência contra as mulheres em Presidente Prudente, destaca-se novamente o Centro histórico e comercial, que concentra grande parte dessas ocorrências. Conforme apresentado no Quadro 5, entre os doze endereços mais registrados, nove estão na região central, devidamente identificados em negrito.

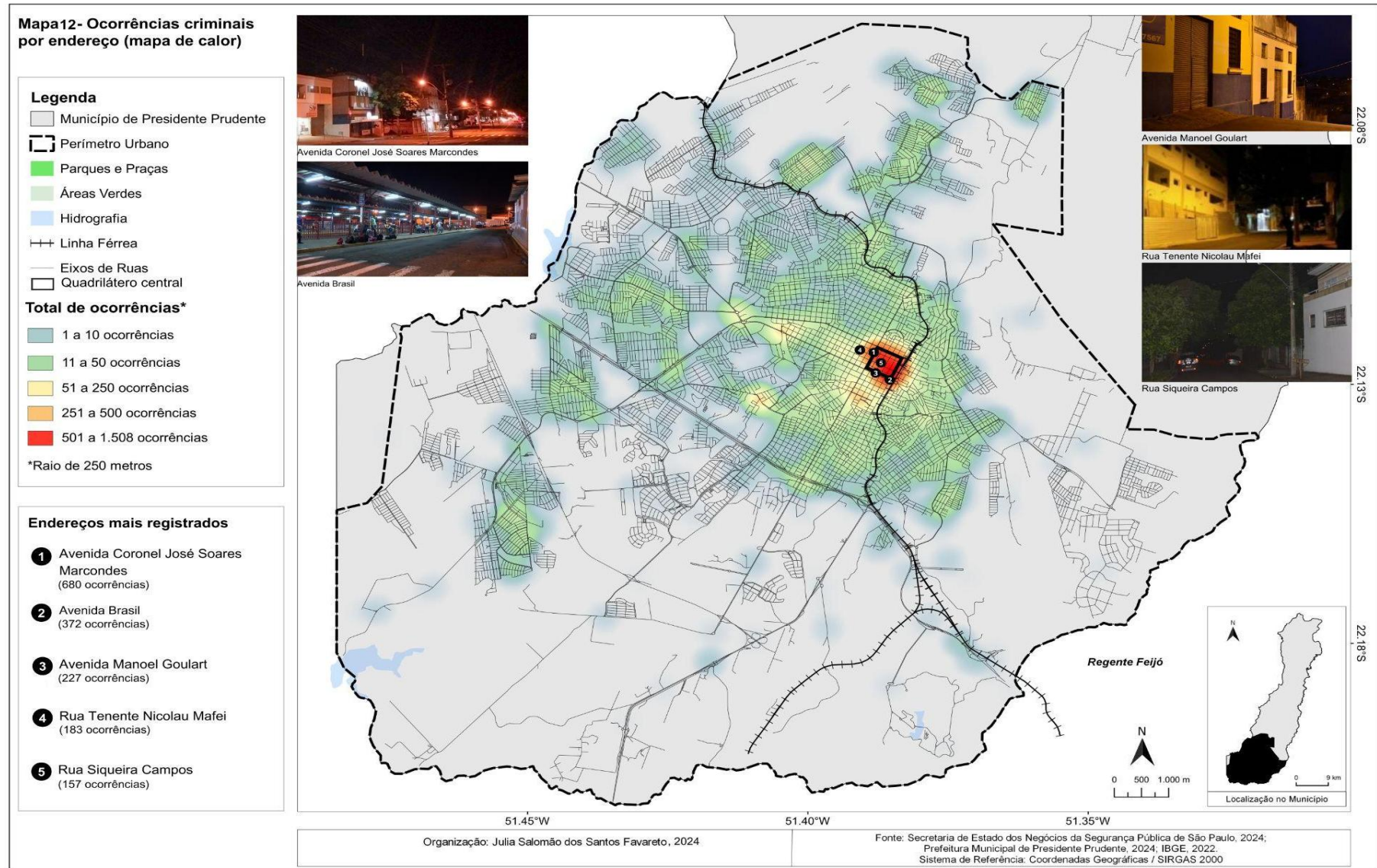
Quadro 5 - Endereços mais registrados nos boletins de violência contra mulheres

Endereço	Quantidade de ocorrências
1. Avenida Coronel José Soares Marcondes	680
2. Avenida Brasil	372
3. Avenida Manoel Goulart	227
4. Rua Tenente Nicolau Mafei	183
5. Rua Siqueira Campos	157
6. Rua José Bongiovani	136
7. Avenida Joaquim Constantino	124
8. Avenida Ana Jacinta	114
9. Rua Doutor José Foz	101
10. Rua Barão do Rio Branco	90
11. Rua Doutor Gurgel	90
12. Avenida Washington Luiz	78

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/SP (2024).

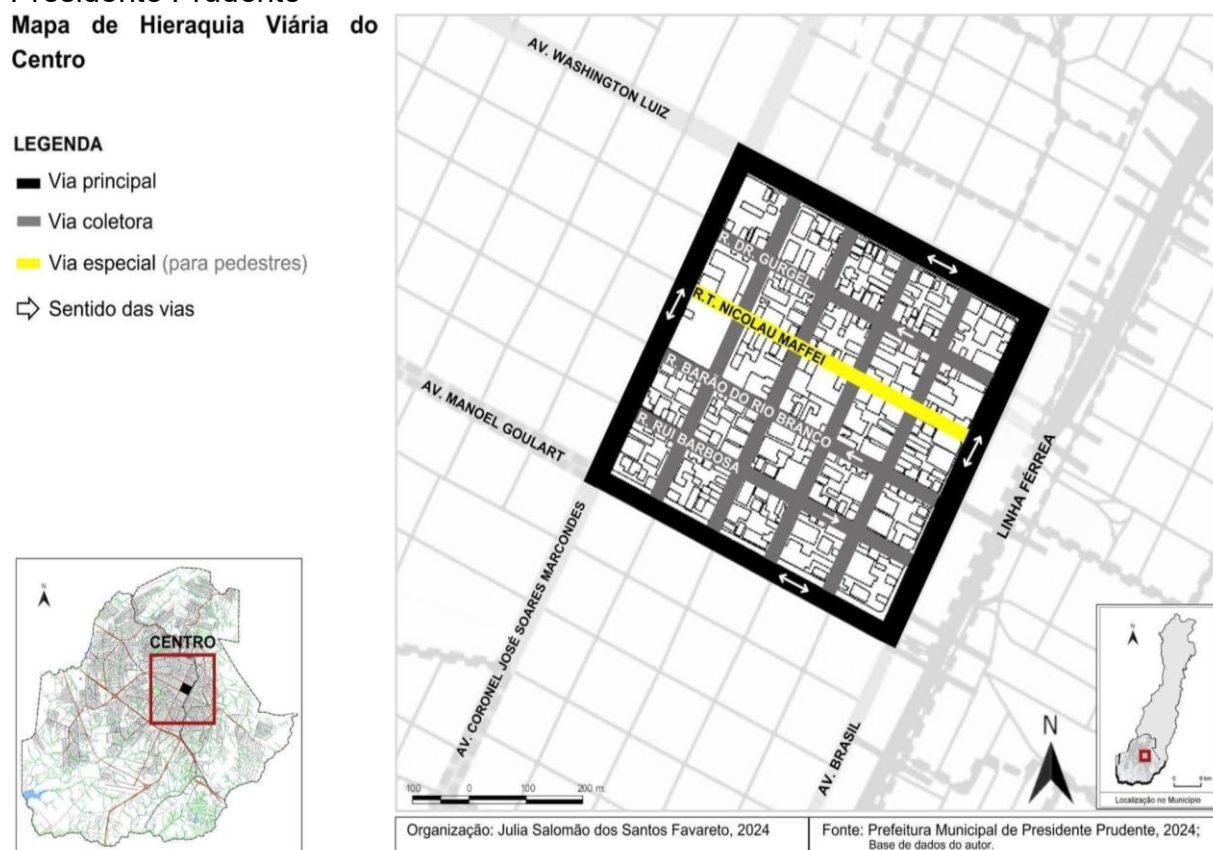
Tal concentração fica espacialmente mais nítida com a cartografia das ocorrências criminais por endereços, feita a partir das coordenadas geográficas. A seguir, apresenta-se um mapa que traz o compilado dos endereços mais registrados obtidos a partir dos boletins de ocorrência, junto com fotografias da iluminação pública noturna nas ruas e avenidas destacadas, a fim de ressaltar também a relação que esta infraestrutura acarreta no número de ocorrências (Mapa 12).

Mapa 12 - Ocorrências criminais por endereço (mapa de calor)



Analisando o mapa de calor (Mapa 12) e o quadro 5, os endereços mais registrados se concentram, em sua maioria, no bairro Centro e Vila Comercial, também na região central. A maior concentração de violência ocorreu na Av. Coronel José Soares Marcondes, seguida pela Av. Brasil. Os registros foram próximos a Rua Nicolau Maffei - popularmente conhecido como Calçadão, rua especial exclusiva para pedestres, só de comércio -, e as demais ruas coletoras, lineares a esta - Rua Doutor Gurgel, Rua Barão do Rio Branco e Rua Rui Barbosa. As quais fazem parte do quadrilátero central (Figura 25). Já as ocorrências da Av. Brasil, em sua maioria, as coordenadas apontaram principalmente para a localidade da rodoviária. Além dela, também se destacaram as áreas que circundam a linha férrea.

Figura 25 - Ruas e avenidas do Centro e sua hierarquia viária na cidade de Presidente Prudente
Mapa de Hieraquia Viária do Centro



Fonte: Autora (2024).

A rodoviária, que se situa na avenida Brasil, e as edificações destas vias possuem aspectos físicos e sociais que podem conferir ao local a possibilidade de falta de atratividade para investimentos e insegurança feminina, como o estado

físico das edificações (Figura 26) e a carência de iluminação pública (Figura 27). Estas duas vias - Avenida Brasil e a Avenida Manoel Goulart - são vias estruturais da cidade, e junto às demais citadas, são as que compõem o quadrilátero central, estas apresentam características que podem ter interligação com as altas taxas de violência evidenciadas na região. Tais características são nítidas na figura 26 que demonstram esta identidade da área através dos mapas de edifícios abandonados e subutilizados do Centro e dos pontos críticos de manutenção e ocupações marginais dos espaços públicos.

Figura 26 - Edifícios abandonados e subutilizados no Centro da cidade de Presidente Prudente

Mapa de edifícios abandonados e subutilizados

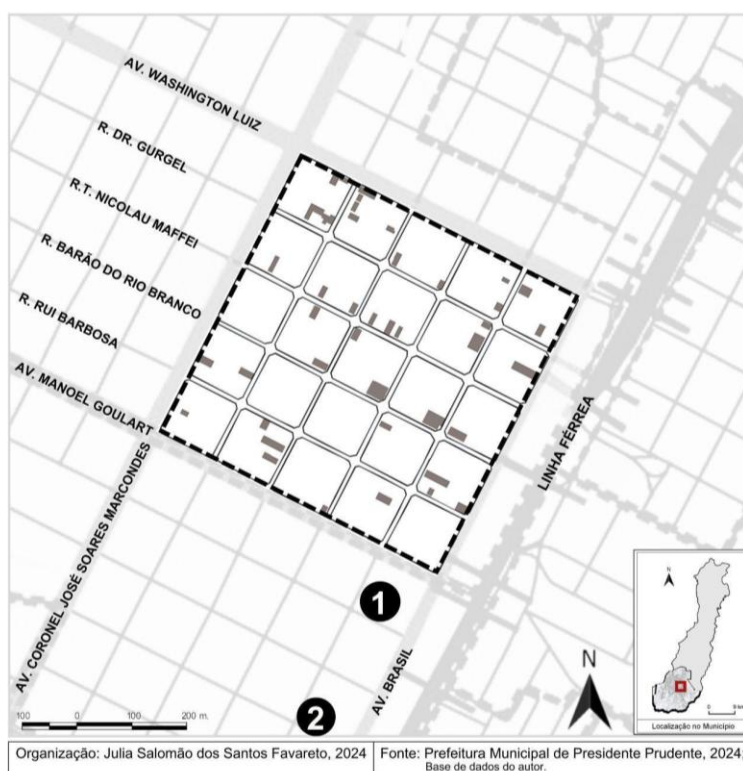
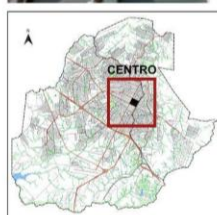
LEGENDA

■ Edificações abandonadas ou subutilizadas

□ Quadrilátero Central

① Terminal Urbano Central

② Terminal Rodoviário



Organização: Julia Salomão dos Santos Favareto, 2024

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2024;
Base de dados do autor.

Fonte: Autora (2024).

Reféns aos interesses econômicos e imobiliários, muitos terrenos e edifícios permanecem sem uso ou subutilizados durante anos, a fim de que a especulação imobiliária lhes renda maior capital. No entanto, quando isso ocorre, o resultado para o centro e para seus usuários é a formação de vazios urbanos e edificações abandonadas, que deixam de cumprir sua função social perante a cidade. Ao refletir sobre o afastamento entre a população e o centro urbano na contemporaneidade, torna-se importante desenvolver formas de requalificar os

espaços urbanos, pois seu abandono prejudica o desenvolvimento da cidade e da sociedade como um todo.

Nos vinte e cinco quarteirões do quadrilátero central, há mais de vinte estacionamentos privados, distantes da função social do lote urbano prevista pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). No parágrafo que trata das funções sociais dos edifícios, determina-se que o uso da propriedade urbana deve atender “ao bem coletivo, à segurança e ao bem-estar dos cidadãos e ao equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001).

Esse uso privativo, destinado apenas a uma pequena parcela da população, em uma área que já apresenta redução significativa do fluxo de pessoas, contribui para o aumento da hostilidade das ruas, uma vez que tais estacionamentos não possuem fachadas ativas que promovam diálogo com os transeuntes, nem estabelecem relações com as calçadas, conceitos defendidos por Jane Jacobs (2000) e Jan Gehl (2013). São espaços voltados prioritariamente para automóveis.

Além disso, a área de estudo apresenta poucos edifícios em estado de conservação ótimo ou bom. Predominam edificações degradadas, com condições físicas precárias. Segundo Newman (1973), o estado físico é vital para o sentimento de segurança; a manutenção é um fator fundamental para a aparência positiva dos espaços. Assim, um edifício com bom estado de conservação é capaz de conferir ao espaço características mais atrativas, favorecendo a permanência e a convivência das pessoas, que passam a se sentir mais seguras.

Diante dessas características físicas, o espaço urbano se deteriora progressivamente. Como afirma Newman (1973, p. 277), o processo popularmente denominado “decadência” ou “deterioração” do centro consiste em seu abandono pelas camadas de alta renda e sua ocupação por classes populares. Tal fenômeno afetou diretamente a área de estudo não apenas pela falta de investimento, mas também por ela ser exclusivamente um local voltado ao comércio, o que atraiu moradores em situação de rua e usuários de drogas (Figura 27).

Figura 27 - Pontos críticos de iluminação e ocupações no Centro da cidade de Presidente Prudente

Mapa de pontos críticos de iluminação e ocupações

LEGENDA

— Carência de iluminação pública
— Boa iluminação pública

● População em situação de rua

● Pontos de prostituição

1 Terminal Urbano Central

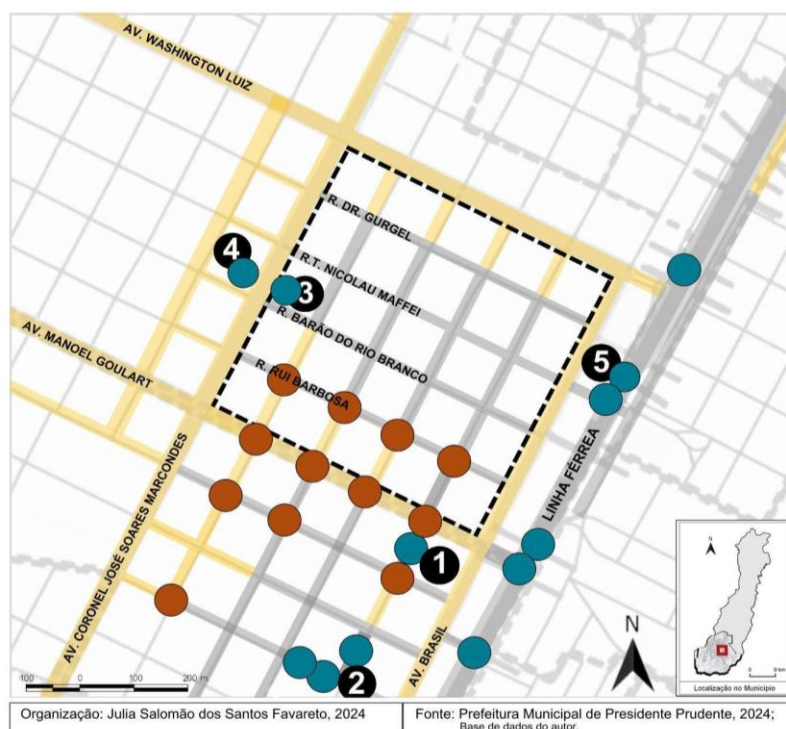
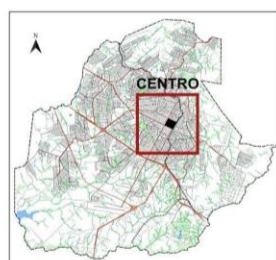
2 Terminal Rodoviário

3 Praça 9 de Julho

4 Praça Monsenhor Sarrión

5 Praça da Bandeira e Shopping popular

□ Quadrilátero Central



Organização: Julia Salomão dos Santos Favareto, 2024

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2024;
Base de dados do autor.

Fonte: Autora (2024).

Esses usos, nem sempre bem-vistos, promoveram, pouco a pouco, um esvaziamento das pessoas que ali residiam, em razão da insegurança e do preconceito, e suas antigas residências tornaram-se casas de prostituição. Outras situações acabaram surgindo, como a presença de usuários de drogas e moradores em situação de rua (Rissi; Vicente; Honda, 2012). A nova ocupação e a clara deterioração do espaço geraram repulsa e medo de transitar pelo local, fortalecendo laços de insegurança e abandono das edificações. As ruas citadas do quadrilátero central e a rodoviária são bons exemplos dessas características, ambos com forte presença de moradores em situação de rua e prostituição, principalmente nos períodos noturnos, tornando-se questões de preocupação política e policial na cidade, noticiadas constantemente.

Paralelo a isso, as demais ruas do quadrilátero apresentam pouquíssima infraestrutura. Os pedestres enfrentam dificuldades em calçadas extremamente estreitas, sem qualquer mobiliário e com pouca arborização e sombreamento destinados a eles, além de estarem repletas de obstruções, como mostram as Figuras 28 e 29. Os poucos mobiliários implantados não são suficientes para atender à demanda necessária. É possível observar a concentração desses

equipamentos em uma pequena área do bairro, evidenciando a carência de mobiliário em determinadas regiões.

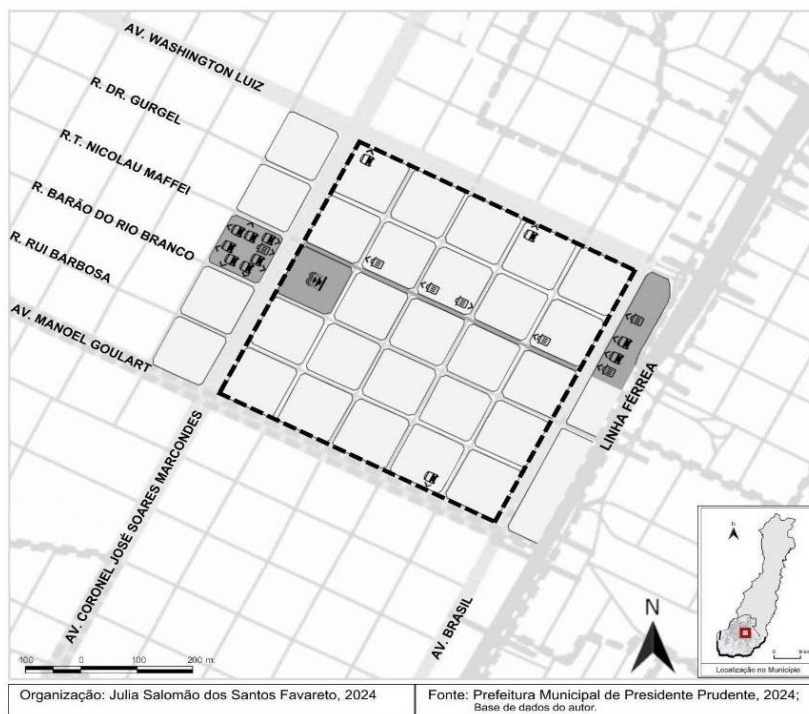
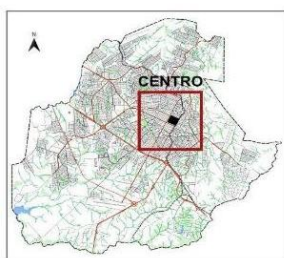
Figura 28 - Mobiliário urbano do Centro

Mapa de Mobiliário urbano do Centro

LEGENDA

-  Ponto de ônibus
-  Lixeira
-  Fonte
-  Eixo equipado com:
Lixeiras, bancos, pergolados
e canteiros

 Quadrilátero Central



Fonte: Autora (2024).

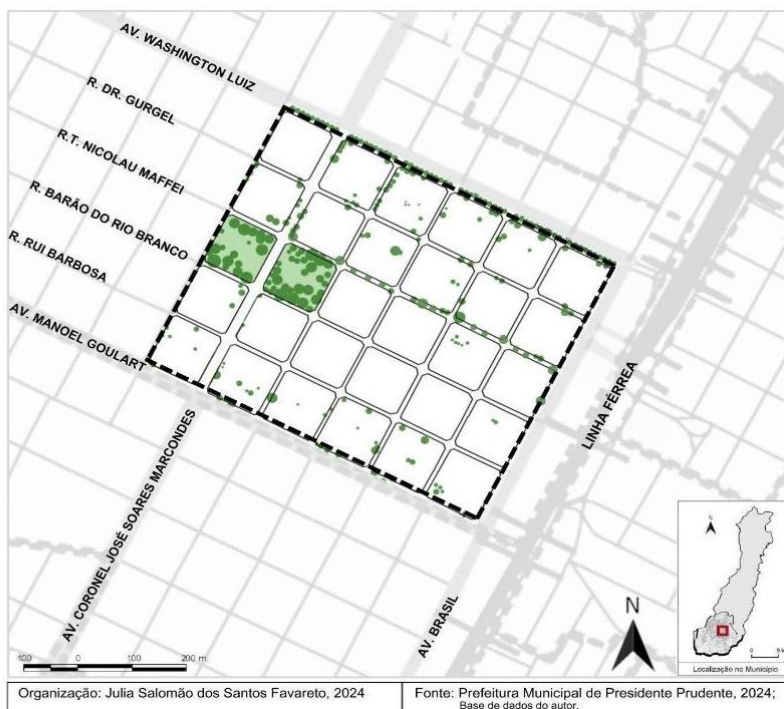
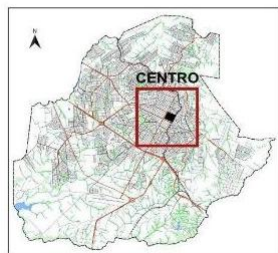
Figura 29 - Arborização e áreas verdes do Centro

Mapa de Arborização e Áreas Verdes do Centro

LEGENDA

-  Árvores
-  Espaços Verdes

 Quadrilátero Central



Fonte: Autora (2024).

O mobiliário urbano e a arborização são essenciais para o desenho da cidade e sua organização, sendo responsáveis pela qualidade e comodidade do espaço (Gehl, 2013). Os mobiliários da região central estão concentrados em áreas muito equipadas, como a Praça Nove de Julho, a Praça da Bandeira e a Rua Ten. Nicolau Maffei (calçadão), enquanto o restante do bairro sofre com a falta de mobiliário adequado.

A Rua Ten. Nicolau Maffei encontra-se repleta de infraestrutura por ser destinada exclusivamente aos pedestres. Houve preocupação em equipá-la e proporcionar maior conforto aos transeuntes, assim como ocorre na Praça Nove de Julho e na Monsenhor Sarrion. Entretanto, há problemas relacionados à acessibilidade dos passeios públicos, pois estão irregulares, com buracos, e nem sempre há acesso adequado para cadeirantes.

A segurança em uma rua, como retrata Jacobs (2000), está ligada à sua capacidade de infraestrutura para acolher desconhecidos, e a qualidade e quantidade de mobiliário urbano, arborização e iluminação está atrelada a isso. A qualidade do ambiente construído pode ser medida pela forma como as pessoas se apropriam desses espaços. A sensação transmitida, se o espaço é convidativo ou não, influencia diretamente a vitalidade urbana e aumenta a presença de usuários nos espaços públicos da cidade.

Para analisar essa relação entre qualidade da infraestrutura e segurança das ruas do Centro de Presidente Prudente, elaborou-se um mapa síntese (Figura 30), com base nos levantamentos realizados da infraestrutura urbana do quadrilátero central, sobrepondo os dados das ocorrências criminais contra mulheres da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Por meio do mapa, constata-se que as localidades que apresentam melhor qualidade e quantidade de infraestrutura também possuem menor índice de violência, como as avenidas que circundam o quadrilátero central, Av. Brasil, Washington Luiz, Manoel Goulart e José Soares Marcondes, e a rua exclusiva para pedestres, Rua Tenente Nicolau Maffei.

Figura 30 - Qualidade da infraestrutura com índice de violência do Centro

Mapa de qualidade da infraestrutura com índice de violência do Centro

Qualidade da infraestrutura das ruas:

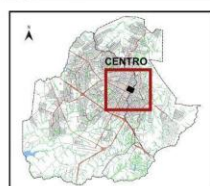
- Ruas carentes de iluminação, mobiliários, arborização e equipamentos urbanos. Com população em situação de rua, prostituição e com mais vazios urbanos
- Ruas com equipamentos, arborização e mobiliários urbanos, e boa iluminação

Total de ocorrências criminais (SSP/SP):

- 1 a 10 ocorrências
- 11 a 50 ocorrências
- 51 a 250 ocorrências
- 251 a 500 ocorrências
- 500 a 1.508 ocorrências

*Raio de 250 metros

- ① Terminal Urbano Central
- ② Terminal Rodoviário
- ③ Praça 9 de Julho



Organização: Julia Salomão dos Santos Favareto, 2024

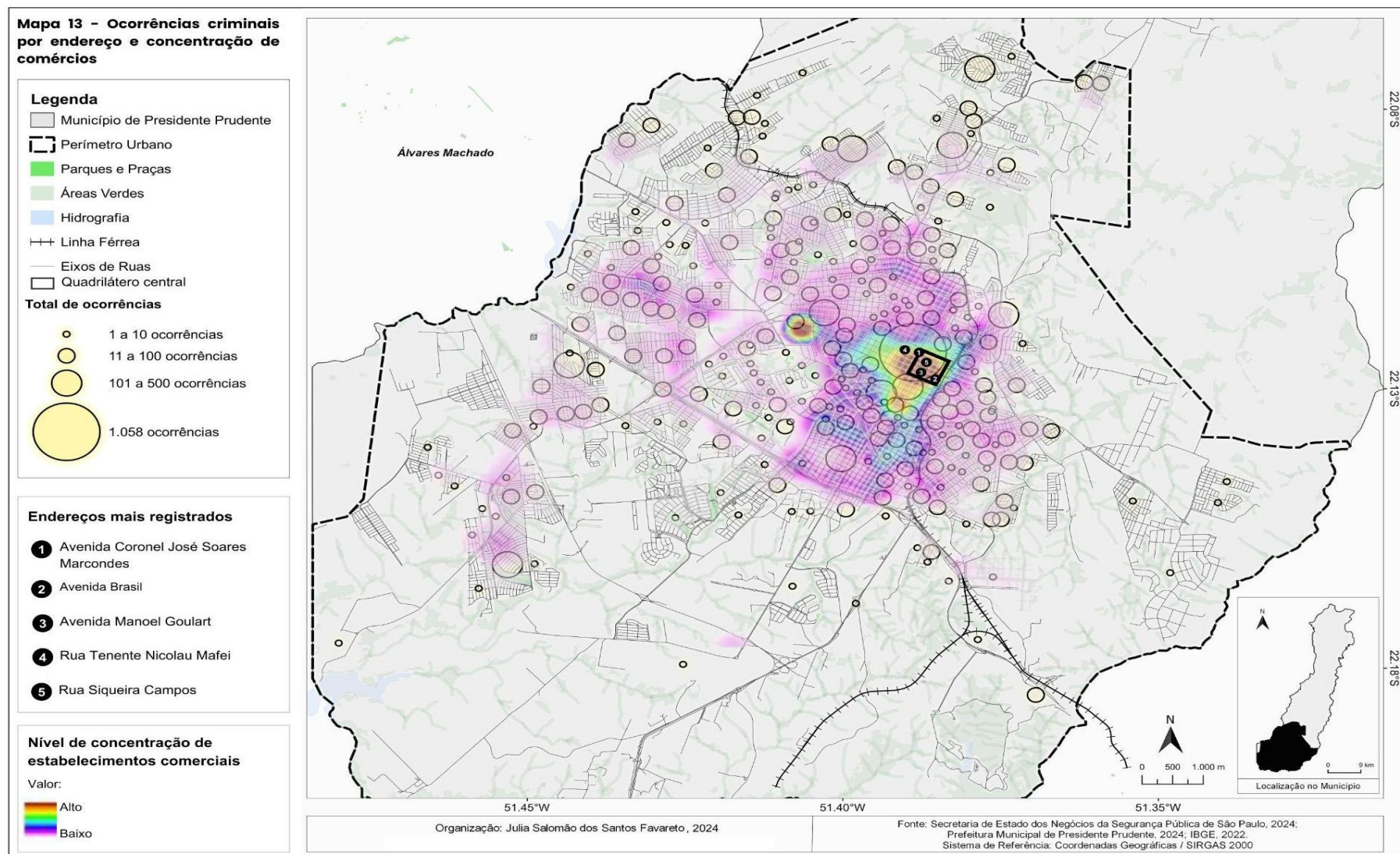
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2024;
Base de dados do autor.

Fonte: Autora (2024).

Também foi possível evidenciar a relação de algumas características relacionadas ao zoneamento e ao uso e ocupação do solo, além da infraestrutura urbana, com os índices de violência contra as mulheres da Secretaria de Segurança Pública. Primeiramente, para que se pudesse incluir os registros da SSP/SP, produziu-se um mapa da cidade (Mapa 13). Nele, integraram-se dois tipos de dados: a concentração das ocorrências criminais por endereço e a concentração de estabelecimentos comerciais na cidade. Ambos foram sobrepostos para compreender se há relação entre os locais com maior presença de comércio e os índices de violência.

Para traçar a concentração desses estabelecimentos, foram utilizados os dados divulgados por Porto Sales (2014), em seu artigo intitulado “Pesquisa em geografia urbana: desafios e possibilidades de análise espacial com o uso do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)”. O CNEFE é um cadastro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que possui diversos tipos de endereços do Brasil.

Mapa 13 - Ocorrências criminais por endereço e concentração de comércios



Com a sobreposição dos dados, vale destacar que o Centro foi o bairro com mais registros de violência e também com maior número de estabelecimentos comerciais. Em seguida, foi a Vila Comercial novamente. Isso reforça a teoria defendida por Newman (1973) e Hillier (1984). Segundo os autores, a densidade muitas vezes é responsável pelo aumento da criminalidade. Hillier (1984) atesta que as taxas de crimes tendem a cair quando há uma maior proporção de residências em relação a comércios e serviços no segmento da via.

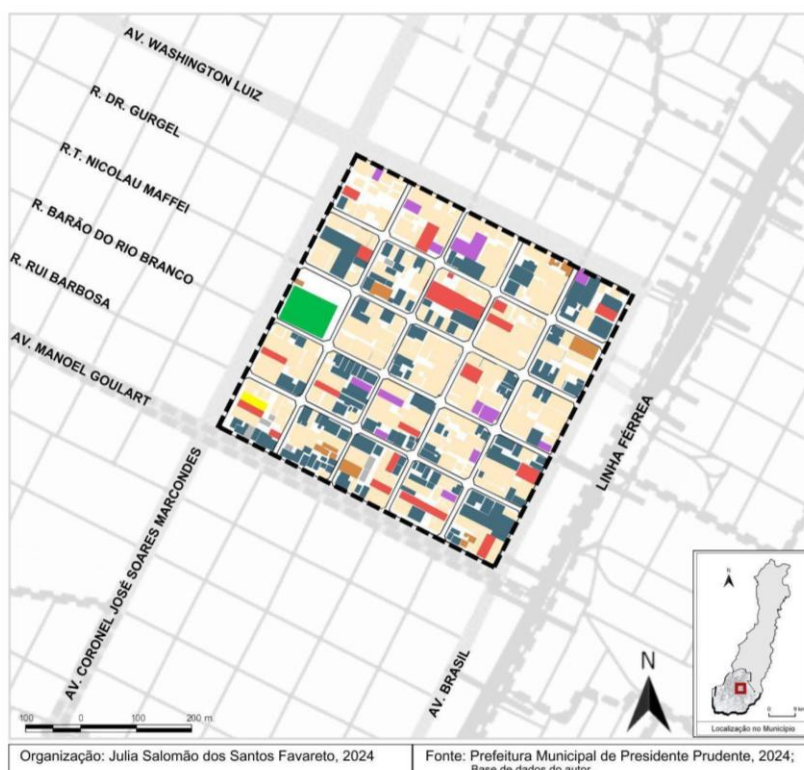
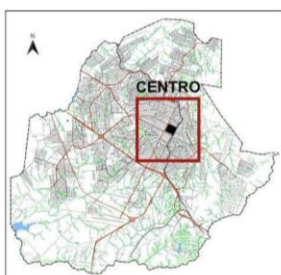
Por meio do levantamento realizado *in loco* no Centro (Figura 31), também foi notável a quantidade de comércios e serviços presentes no quadrilátero central, zona que foi oficialmente definida no zoneamento urbano da cidade (Lei nº 231/2018). Isso porque, como na maioria das cidades brasileiras, é onde os estabelecimentos comerciais e de serviços ocupam parte significativa da área construída em relação às moradias (Presidente Prudente, 2018).

Figura 31 - Uso e Ocupação do solo do Centro

Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Centro

LEGENDA

- Residencial
- Comercial e serviço
- Misto
- Institucional
- Religioso
- Estacionamentos privados
- Praças e parques
- Quadrilátero Central



Organização: Julia Salomão dos Santos Favareto, 2024

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2024;
Base de dados do autor.

Fonte: Autora (2024).

É interessante também notar como se comporta o uso do solo ao longo das avenidas principais (raras as residências que ainda se mantêm). Assim, a intensa circulação de pessoas e veículos em todo esse recorte está diretamente

ligada ao uso do solo, devido à grande concentração de empregos e atividades econômicas de diversas naturezas, e distribuídas com diferentes intensidades ao longo da centralidade.

Ao longo dos levantamentos de campo desenvolvidos nesta área, foi possível observar uma clara predominância das atividades comerciais varejistas, com, inclusive, a presença de lojas de rede, como as Lojas Pernambucanas, Casas Bahia, Tanger e Terra Terra. Apesar de minoritários, se comparados às atividades comerciais, há uma quantidade significativa de usos relacionados à prestação de serviços, tanto de menor porte quanto os de maior porte, como as agências bancárias do Banco do Brasil, Santander, Bradesco, HSBC e Caixa Econômica Federal. Além dos usos comerciais e de serviços, foi observada a presença de raros edifícios residenciais.

Analisar a demarcação das zonas de uso e ocupação do solo da área central de Presidente Prudente possibilita também verificar se as atividades desenvolvidas nestas localidades estão adequadas ao plano de zoneamento da cidade, além de indicar possíveis áreas de expansão desses usos. De acordo com a Lei Complementar do Município nº 231/2018 (Presidente Prudente, 2018), zoneamento é a divisão da área urbana em zonas, para as quais são definidos os usos, como atividades residenciais, comerciais, serviços, industriais e institucionais, e as normas para se edificar no lote urbano. Segundo o artigo 7º, para cada zona fica estabelecida a ocorrência de diferentes atividades, regulamentadas em três tipos de usos: 1) Usos permitidos, adequados e previstos de antemão no plano de zoneamento; 2) Usos tolerados, passíveis de serem admitidos nesta zona apenas mediante consulta de no mínimo 12 vizinhos e com anuência mínima de 50% mais um dos consultados; e 3) Usos proibidos, não adequados à zona e sendo proibida a sua instalação.

Como é possível observar no mapa da figura 32, a área do quadrilátero central conta com a presença de dois tipos de zonas: 1) Zona de Comércio e Serviço Central de ocupação vertical (ZCSI); e 2) Zona de Usos Especiais (ZE) (Presidente Prudente, 2018).

Figura 32 - Zoneamento e Uso e Ocupação do solo do Centro**Mapa de Zoneamento do Centro**

De acordo com a Lei Complementar do Município 153/2008

LEGENDA

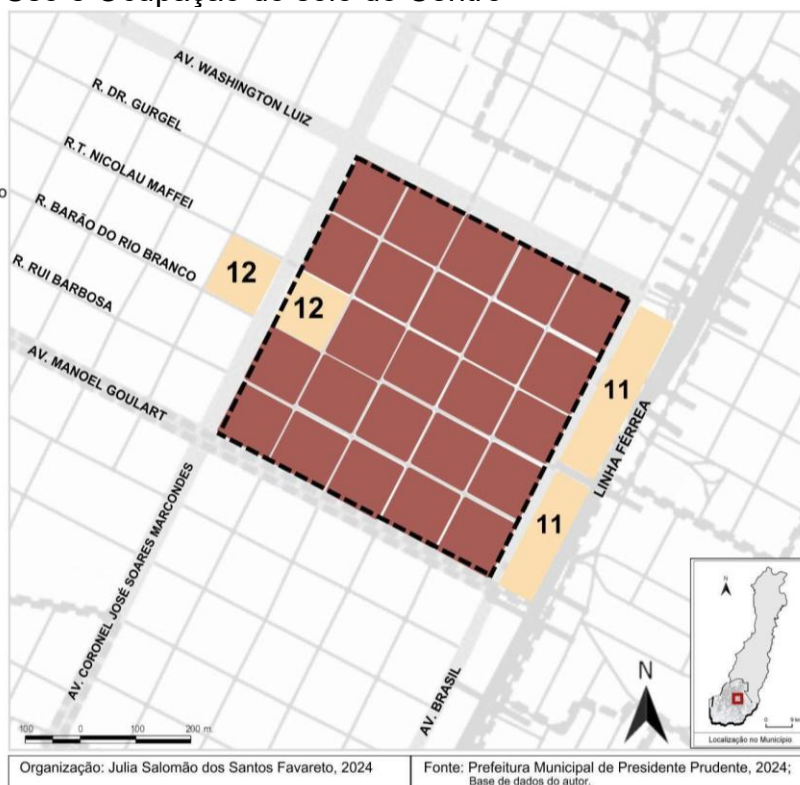
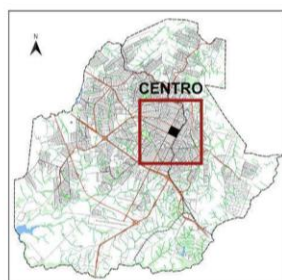
- ZCS 1** (Zona de Comércio e Serviço Central - Ocupação vertical)
- ZE** (Zona Especial): 11 Transporte Ferroviário
12 Recreação e Lazer

[] Quadrilátero Central

CARACTERÍSTICAS DE USOS

Fonte: Lei nº 231/2008 - Plano de Zoneamento de Presidente Prudente

ZONAS	PERMITIDOS	TOLERADOS	PROIBIDOS
ZCS 1	- Residência Unifamiliar - Residência Multifamiliar horizontal e vertical - Comércio e Serviço - Mostrar - Comércio e Serviço de Bairro - Comércio e Serviço Geral	- Comércio e Serviço Específico - Indústria não poluente	Os demais
ZE	Não Especificado	Não Especificado	Não Especificado



Organização: Julia Salomão dos Santos Favareto, 2024

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2024;
Base de dados do autor.

Fonte: Autora (2024).

De acordo com o artigo 20º do Plano de Zoneamento de Presidente Prudente (Presidente Prudente, 2018), as Zonas Comerciais e de Serviços destinam-se ao exercício das atividades de comércio e serviço, devendo predominar o uso, especializado ou não, da atividade comercial e de serviços, sem excluir o uso residencial. Mais especificamente, na Zona de Comércio e Serviço Central de ocupação vertical (ZCSI), a lei regulamenta as atividades características do centro urbano principal da cidade, visando a maior variedade possível de ofertas de comércio varejista, serviços, pontos de encontro e convívio social, bem como o uso residencial multifamiliar vertical e horizontal, considerada uma zona de alta densidade, tanto fixa quanto flutuante.

Está inclusa nos usos permitidos na ZCSI a prestação de serviços específicos; no caso dessa área, a notória presença da Câmara e da Prefeitura Municipal são exemplos desse uso. Ou seja, de forma geral, com relação aos tipos de usos observados nesta área ao longo do trabalho de campo, as atividades encontradas nesta zona são totalmente compatíveis com os usos previamente estabelecidos no Plano de Zoneamento de Presidente Prudente, obedecendo assim ao planejamento urbano imposto na cidade.

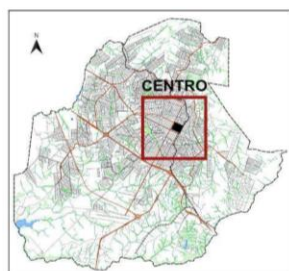
Em seguida, observa-se o mapa de levantamento de gabarito de altura, ou seja, como se encontram as volumetrias das edificações do recorte em estudo (Figura 33). Nota-se que grande parte dos edifícios se encontra entre um e três pavimentos. Justamente por ser a região central da cidade, onde há uma maior densidade de área construída, ainda se observam poucos edifícios verticais, o que configura uma cidade mais horizontalizada.

Figura 33 - Gabarito de altura do Centro de Presidente Prudente

Mapa de Gabarito de altura do Centro

LEGENDA

- Não edificado
- 1 pavimento
- 2 a 3 pavimentos
- 4 a 6 pavimentos
- 7 a 11 pavimentos
- acima de 11 pavimentos
- Quadrilátero Central



Organização: Julia Salomão dos Santos Favareto, 2024

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2024;
Base de dados do autor.

Fonte: Autora (2024).

Essa densidade apresentada na Figura 34 é caracterizada pela presença demasiadamente exclusiva de comércios no centro e vazios urbanos que resultam da especulação imobiliária e de políticas de desenvolvimento desiguais. Essa expansão urbana, como é o caso da cidade de Presidente Prudente, marcada por uma fragmentação, acentua a segregação socioespacial, uma vez que as classes mais altas passaram a frequentar locais exclusivos de consumo, como shoppings, enquanto a população de baixa renda permanece em regiões periféricas, mas ainda fazendo uso do centro antigo, intensificando a desigualdade na produção do espaço urbano.

Figura 34 - Mapa de adensamento e espaços livres do Centro de Presidente Prudente

Mapa de Figura Fundo do Centro (Adensamento e espaços livres)



Fonte: Autora (2024).

Os vazios urbanos, segundo Sposito (2013), referem-se a terrenos ou áreas subutilizadas dentro do tecido urbano, que permanecem desocupadas apesar da disponibilidade de infraestrutura. Esses espaços são frequentemente resultado da especulação imobiliária, sendo deixados em espera pela valorização futura.

A especulação imobiliária ocorre quando proprietários de terrenos urbanos mantêm essas áreas desocupadas ou subutilizadas, aguardando que sua valorização aumente devido a melhorias na infraestrutura ou à demanda crescente. Essa especulação faz o planejamento urbano das cidades girar em torno do mercado e do capital, ao priorizar a valorização econômica dos terrenos em vez de atender às necessidades sociais. Isso ocorre quando o mercado direciona onde e como a cidade se expande, privilegiando áreas com maior potencial de lucro, como centros comerciais ou regiões de crescimento. O capital se beneficia ao manter terrenos vazios até que o valor aumente, permitindo que investidores obtenham maiores retornos (Sposito, 2013).

Ou seja, essa valorização futura acontece quando fatores como a expansão urbana, a construção de novas vias ou a proximidade com áreas de alto valor comercial elevam o preço desses terrenos. Esse processo beneficia o proprietário, mas pode contribuir para a desigualdade ao manter áreas ociosas, fragmentando o tecido urbano e limitando o uso social e coletivo desses espaços. Assim, o espaço urbano se torna uma mercadoria, moldada pelos interesses privados.

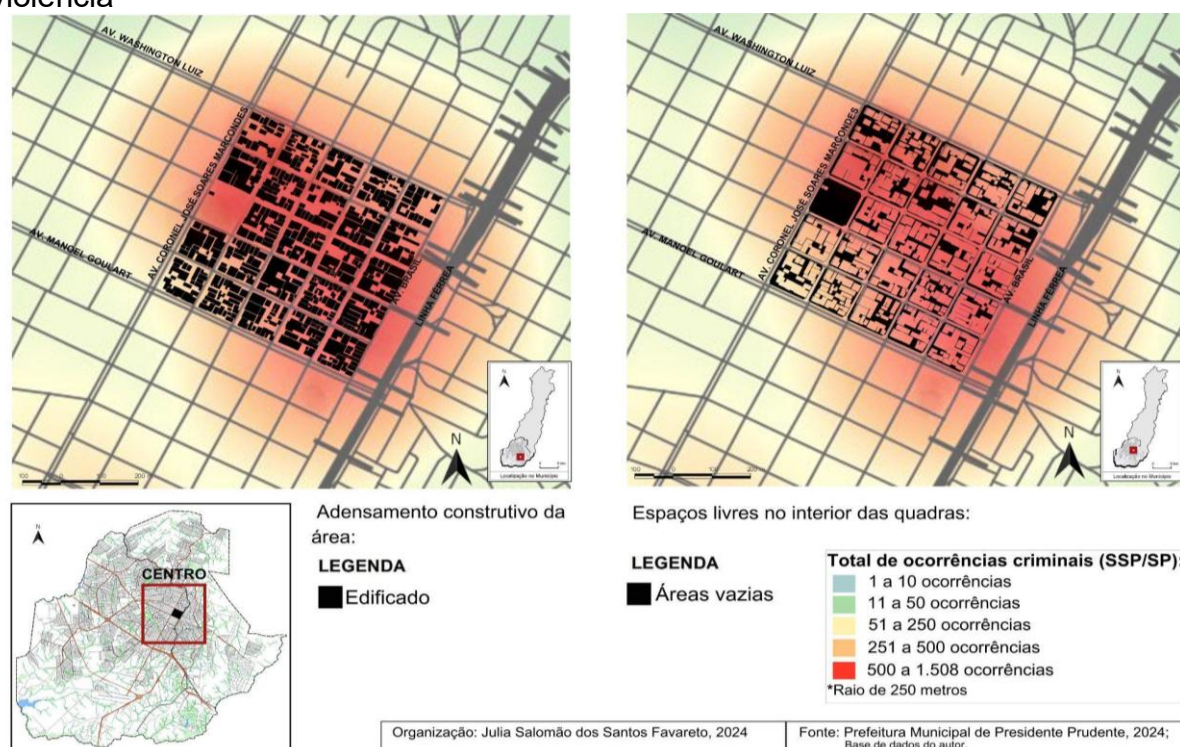
Do mesmo modo, como pontua Sposito (2013), esses vazios concentram investimentos em áreas específicas, desvalorizando outras e provocando dispersão populacional, além de reduzir a diversidade social no centro, que antes era um ponto de convivência entre classes diferentes. Essa segregação fragmenta a cidade, limitando o convívio entre grupos sociais por meio de barreiras físicas (condomínios fechados) e simbólicas (padrões de consumo distintos), o que agrava a exclusão. Além disso, essa fragmentação impede o uso democrático da cidade, uma vez que os vazios urbanos não são utilizados para integrar moradias acessíveis e espaços públicos de qualidade; ou seja, essas áreas poderiam servir para implantação de serviços e equipamentos públicos voltados às necessidades da população.

Ao não priorizar políticas de ocupação desses espaços, o poder público reforça a exclusão de grupos vulneráveis, segregando as classes mais baixas para as periferias. Para resolver essa questão, seria importante replanejar esses vazios, destinando-os, por exemplo, à habitação social e à infraestrutura pública que promovam inclusão e equilíbrio urbano.

Como podemos visualizar nas figuras 34 e 35, atrelado a esse contexto, o centro apresenta um adensamento construtivo considerável, principalmente nas proximidades da Avenida Manoel Goulart e da Avenida Brasil. Já nos quarteirões que se encontram às margens da Avenida Washington Luiz, nota-se muitos espaços livres, fenômeno que se relaciona com os mapas da figura 35. Os maiores índices de violência se sobrepõem às áreas onde há mais terrenos subutilizados ou vazios, como estacionamentos privados, edificações abandonadas ou degradadas e o espaço da linha férrea. Além disso, concentram-se também na Rua Tenente Nicolau Maffei (calçadão), área que sofre esvaziamento no período noturno por conta do horário comercial da região e dos tipos de comércio presentes. Ou seja, essa sobreposição reforça o argumento de que tais áreas auxiliam na

intensificação da insegurança, havendo a necessidade de o poder público lidar com essas localidades.

Figura 35 - Mapa de adensamento e espaços livres do centro com índice de violência



Fonte: Autora (2024).

A fim de analisar a localização e quantidade dos equipamentos urbanos, como equipamentos de serviços públicos ou comunitários existentes, estes foram demarcados para verificar a capacidade de atendimento da população da região. Conforme a escala reduzida, esses pontos foram divididos em três categorias: 1) Escolas; 2) Hospitais e Unidades Básicas de Saúde; e 3) Órgãos públicos. Como é possível notar (Figura 36), há uma grande concentração dessas três categorias de equipamentos nas avenidas Washington Luiz e Coronel José Soares Marcondes, consideradas vias principais da cidade de Presidente Prudente, assim como a Avenida Brasil e a Avenida Manoel Goulart.

Destaca-se que a ausência de planejamento urbano adequado possibilita o surgimento de vários problemas nas cidades. A degradação das áreas urbanas tem reflexos diretos e indiretos na sociedade, com perda de desenvolvimento econômico e social; necessidade de investimentos públicos e privados; além de propiciar espaços inseguros. A manutenção de regiões intraurbanas degradadas ou

vazias gera grandes custos de segurança pública. De acordo com Newman (1973) e Hillier (1984), as regiões centrais ou bairros com mais comércios ocasionam maior insegurança urbana, devido à degradação dos centros e à carência de manutenção e qualidade dos espaços.

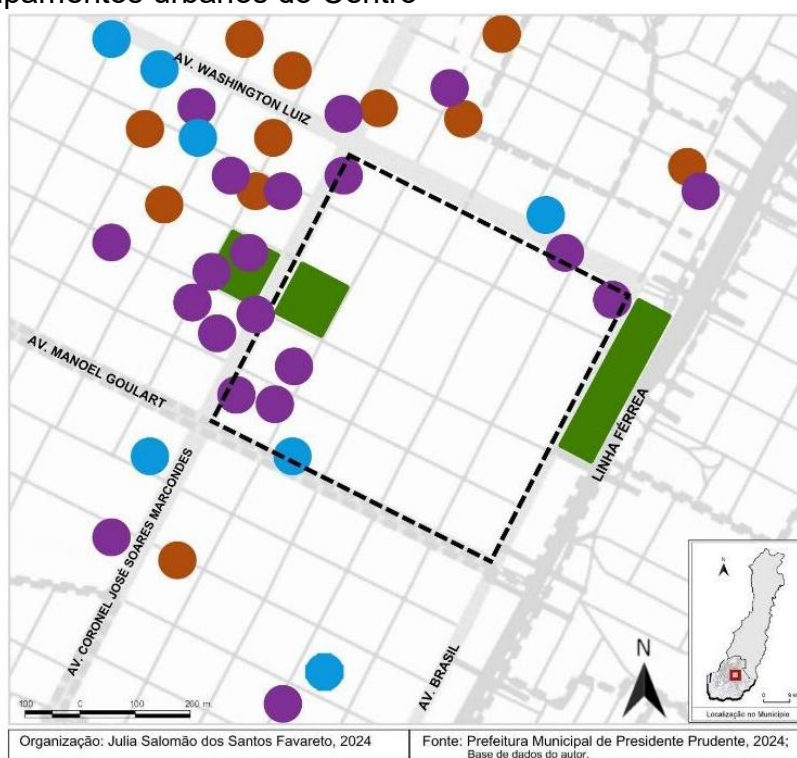
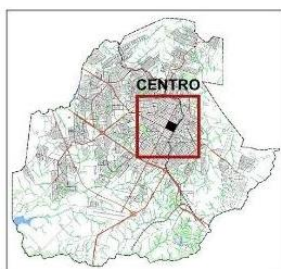
Apesar dessas características físicas que fazem com que esses espaços públicos figurem entre os principais locais de insegurança real feminina, esses locais comerciais, assim como suas vias, normalmente representam ambientes de alta visibilidade e movimentação de pessoas; porém, quando não estão em período de funcionamento, podem aumentar o risco de violência.

Figura 36 - Mapas de equipamentos urbanos do Centro

Mapa de Sistemas dos Equipamentos urbanos

LEGENDA

- Unidades Básicas de Saúde e/ou Hospitais Regionais
- Escolas de Ensino Infantil, Fundamental e/ou Médio - Públicas ou Particulares
- Órgão Públicos municipais, Regionais, Estaduais e/ou Federais
- Equipamentos de lazer ou praças e parques
- Quadrilátero Central



Organização: Julia Salomão dos Santos Favareto, 2024

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2024;
Base de dados do autor.

Fonte: Autora (2024).

Na cidade de Presidente Prudente, os horários dos comércios do centro têm seu funcionamento das 9 horas às 18h, de segunda a sábado, permanecendo fechados integralmente nos domingos e feriados, e, nos períodos noturnos, há poucos estabelecimentos que funcionam na região. Além disso, alguns locais carecem de boa iluminação, como já observado. Assim, arrisca-se dizer que a violência pode estar atrelada ao fator da iluminação pública e ao horário de funcionamento dos espaços comerciais.

Pode-se observar a grande concentração populacional, cujas pessoas se dirigem a essa área central de diversas formas, de diversas regiões da cidade de Presidente Prudente, compondo grande diversidade socioeconômica. São elas que criam movimentação, vida, cor e sonoridade para o local. Durante o dia, o número de pessoas que circula no centro urbano é considerável, e é surpreendente como essas pessoas “desaparecem” da área ao anoitecer. Devido à grande falta de comércios que funcionam no período noturno, o centro da cidade acaba gerando uma ausência de vitalidade fora do horário comercial, tornando o lugar perigoso para os moradores locais e evitando que os poucos comércios noturnos tenham uma quantidade de público adequada (Honda, 2010, p. 149).

Segundo Jacobs (2000), é necessário unir os elementos do espaço urbano e analisá-los de forma conjunta, ligando todos os usos. De acordo com a autora, a primeira grande falha é permitir a monotonia dos espaços urbanos e a segunda grande falha é o mau uso proporcional do solo. A própria diversidade urbana permite e estimula mais diversidade. Deve-se atender a mais de uma função principal, atraindo pessoas de diferentes horários para diferentes objetivos, evitando a monotonia, criando uma densidade suficientemente alta de pessoas. A existência de comércios que funcionam no período noturno no quadrilátero central é muito baixa, criando a ausência de pessoas nas áreas públicas, tornando o local menos seguro.

O que resulta no abandono ou esvaziamento desta rua especial de comércio, assim como no centro como um todo. Apesar de ser uma área valorizada, não são encontrados equipamentos culturais nem comércios de uso noturno, como bares e restaurantes. Os centros urbanos precisam de pessoas que estejam com propósitos diferentes em horários diferentes. Esse problema poderia ser resolvido com estímulo à introdução de comércios e serviços que funcionassem a partir das 18h, como cafés, restaurantes, padarias, academias, entre outros, além da presença de festas populares, que levariam pessoas para frequentar as ruas atualmente monótonas.

De acordo com Marilena Chauí (1986), as festas populares são ferramentas poderosas para a preservação e vitalização dos espaços urbanos, especialmente nas áreas centrais das cidades, visto que promovem a ocupação dos espaços públicos, evitando o esvaziamento dos centros urbanos. As festas populares são momentos em que o espaço público é reapropriado pela população. Ao se realizar em praças, ruas e outros lugares abertos, as festas ocupam o espaço urbano de

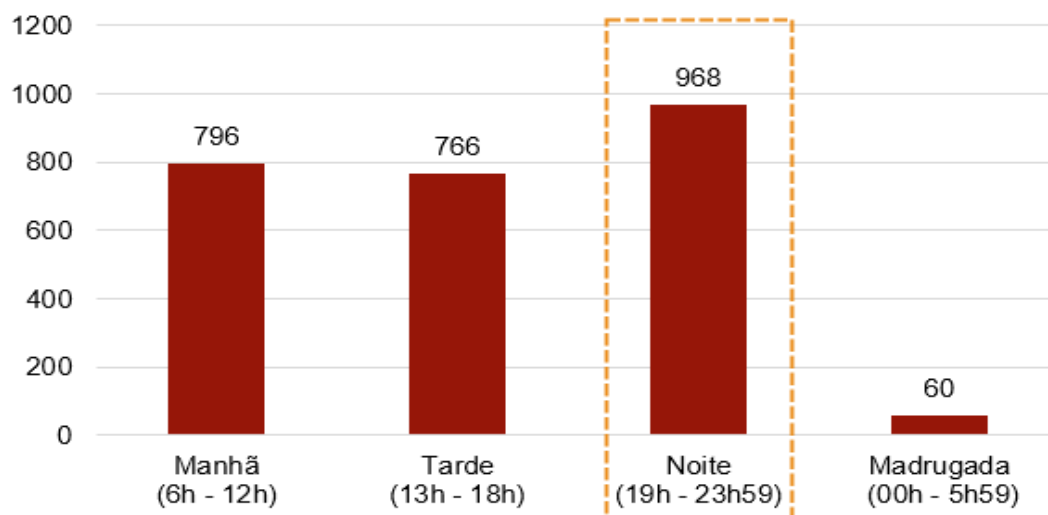
maneira democrática, ressignificando sua função como lugar de encontro, convivência e celebração coletiva. Elas evitam que esses espaços se tornem desertos, reforçando seu caráter público e comunitário.

Além disso, as festas populares, no contexto de urbanização e gentrificação, podem ser vistas como formas de resistência contra o esvaziamento do centro. Ao reunir diferentes classes sociais em celebrações coletivas, as festas resgatam o espaço urbano como um bem público, reforçando sua função democrática e evitando que ele seja destinado exclusivamente ao consumo ou à especulação imobiliária.

Corroborando esses argumentos, a figura 37, elaborada para compreender sobre a influência dos períodos ao longo do dia (madrugada, manhã, tarde e noite) na distribuição das ocorrências dos crimes, obteve resultados semelhantes à discussão da falta de atratividades noturnas gerar mais insegurança.

Por meio do modo de classificação dos períodos do dia, manhã (6h às 12h), tarde (13h às 18h), noite (19h às 23h59) e madrugada (0h às 5h59), que foram distribuídos com base na categoria “Descrição da hora da ocorrência” da tabela fornecida pela SSP/SP, pode-se observar no gráfico abaixo (Figura 37) que as ocorrências criminais tiveram um predomínio nos períodos noturnos, entre 19h e 23h59, o que reforça os argumentos de Jane Jacobs (2000) sobre os olhos da rua, da vigilância natural dos espaços públicos. Nota-se que durante a madrugada, 0h às 5h59, foram registrados poucos casos de violência

Figura 37 - Ocorrências criminais por período do dia

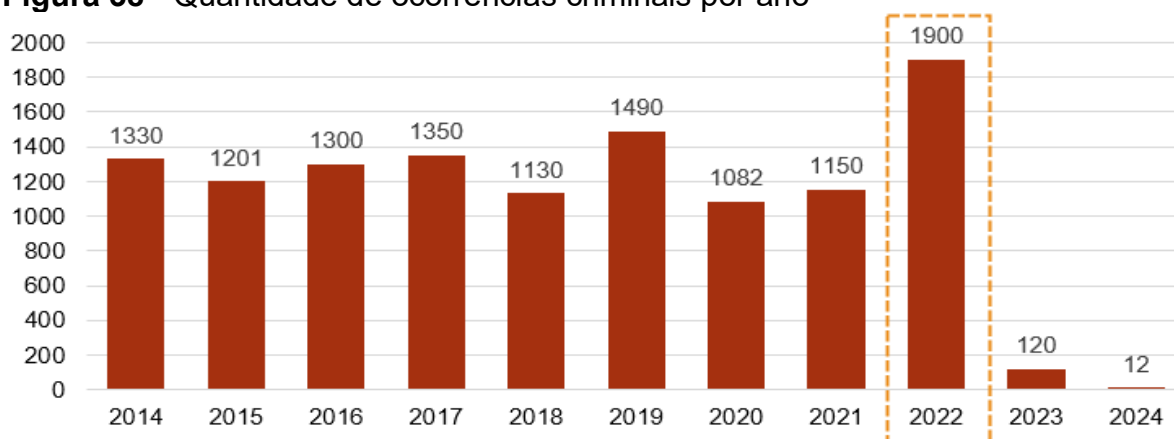


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/SP (2023).

Esta constatação demonstra que o medo das mulheres ao caminhar à noite nos espaços públicos é uma insegurança real, que vai além da percepção. Esse medo cria uma representação da cidade construída por elas, que seria o mapa da cidade perigosa, como descrito por Goikoetxea e Mendez (2010). O mapa da cidade perigosa é um mapa mental pessoal de segurança e medo das mulheres, que vem de suas experiências pessoais de perigo e assédio. Assim, arrisca-se dizer que o bairro Centro e os seus espaços públicos integram o mapa da cidade perigosa das mulheres de Presidente Prudente. O que acarreta limitação dos horários nas ruas, desvios de caminhos e desistências de deslocamento por medo e insegurança, como locais que não se deve andar, como ruas e calçadas escuras, trazendo o esvaziamento desses espaços públicos.

Quanto ao ano, no período estudado, de 2014 a 2024, o que apresentou maior número de boletins de ocorrência foi 2022, que se destaca pela quantidade de crimes (1.900 boletins registrados). O ano de 2019 foi o segundo que apresentou um número significativo (1.490). Já 2020 e 2021 foram os que obtiveram os menores índices (Figura 38).

Figura 38 - Quantidade de ocorrências criminais por ano



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/SP (2023).

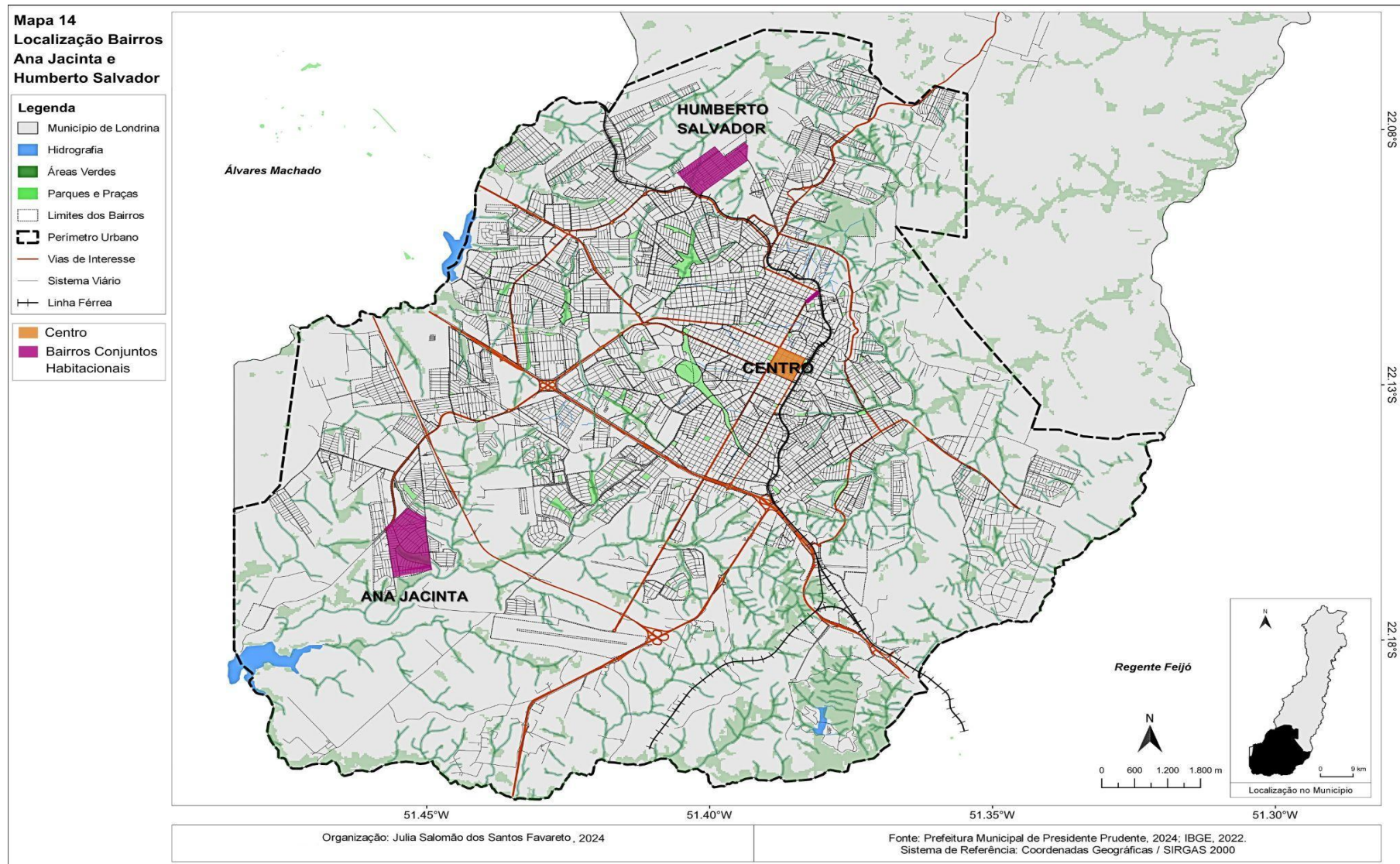
Os anos de 2020 e 2021 foram anos de destaque no Brasil, períodos da pandemia da COVID-19, que teve início em dezembro de 2019, e foi gradativamente chegando ao fim ao final de 2022. Todavia, pode-se ponderar que os crimes contra as mulheres tiveram uma baixa durante o período da pandemia, momento em que houve um esvaziamento das ruas pela população, aumentando os

crimes no ano de 2022, após o retorno dos usuários aos espaços públicos das cidades.

4.2.2 Características De Infraestrutura Urbana E De Uso E Ocupação Do Solo Dos Bairros Ana Jacinta E Humberto Salvador.

De acordo com os dados da SSP/SP, dos bairros com maiores índices de violência contra mulheres, o bairro Ana Jacinta possui 1.018 e o Humberto Salvador 989 casos na cidade. Os bairros da região sudoeste e norte, respectivamente, ambos são conjuntos habitacionais de interesse social. A localização dos dois bairros se encontra longe do centro, em áreas periféricas, conforme mostra o mapa 14.

Mapa 14 - Localização dos Bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador



O Conjunto Habitacional Ana Jacinta e o Humberto Salvador, que serão apresentados, são bairros advindos de políticas públicas segregatórias. O contexto destes apresenta-se localizado no extremo da malha urbana de Presidente Prudente, distante do quadrilátero central e deslocado das demais áreas consolidadas da cidade, contam com má qualidade de infraestrutura básica necessária e têm usos bastante restritos, e, embora tenham se passados mais de 20 anos da implantação dos bairros, eles continuam sendo um bolsão de pobreza, exclusão e precariedade.

A implantação desses conjuntos habitacionais ocorreu por conta de, até a década de 1960, haver grande dificuldade de locomoção dentro das cidades. Com a popularização dos automóveis e a ampliação da malha viária, foi possível cada vez mais se distanciar da área central (Villaça, 1998).

Essa expansão territorial foi, em muitas cidades, ordenada segundo as leis do mercado imobiliário. Presidente Prudente não foi exceção, o que criou uma série de vazios dentro da malha urbana, que se valorizam pela infraestrutura existente. O crescimento da cidade e o alto valor da moradia fizeram com que ocupações irregulares fossem cada vez mais frequentes.

Programas públicos que visavam regularizar a condição desses moradores foram criados, realocando-os para novos bairros periféricos, alguns além do perímetro urbano, em áreas de exclusão social e sem infraestrutura mínima. Deixando as ocupações centrais, a população se viu obrigada a migrar para uma periferia subequipada e longínqua (Camargo, 2007). Os conjuntos habitacionais retratados, o Ana Jacinta e o Humberto Salvador, são bairros advindos dessas políticas.

Segundo Sposito (2013), o aumento do perímetro urbano e o aumento dos impostos territoriais contribuíram para isso. O primeiro por possibilitar loteamentos periféricos em áreas sem infraestrutura e serviços, que eram destinados à população de baixa renda, e o segundo por “retirar” os pobres das áreas mais valorizadas, visto que, sem condições de pagar os impostos, se viram obrigados a vender suas terras e migrar para outras áreas.

A especulação imobiliária levou a cidade para onde foi mais cômodo e lucrativo, expandindo o perímetro urbano e transformando as áreas rurais em urbanas, sem se importar muito com o planejamento dos bairros que, futuramente, vieram a surgir. Esse processo de produção do espaço urbano é o principal

responsável pelo surgimento de diversos bairros e pelo crescimento descontínuo da malha urbana de Presidente Prudente (Camargo, 2007, p. 61).

O processo de expansão territorial em Presidente Prudente, de acordo com Sposito (2013), foi resultado de estratégias dos agentes espaciais imobiliários. As novas áreas urbanas foram anexadas em blocos, sem que muitas outras – já consolidadas – fossem totalmente ocupadas.

Não houve preocupação em expandir continuamente a malha citadina e nem que essa expansão fosse proporcional nas diferentes direções, criando vazios urbanos mais tarde comercializados por preços elevados. Apesar de Presidente Prudente ter crescido em população e, conseqüentemente, a demanda habitacional ter aumentado, o crescimento demográfico foi inferior à expansão da cidade. O alto valor da terra nas áreas urbanizadas e o crescimento da população ocasionaram o aumento do déficit habitacional.

Como resultado desse planejamento ineficaz, que impulsionou a ocupação indiscriminada das áreas periféricas e de baixo custo, obteve-se uma grande “densidade de edificações (lotes pequenos, quase que totalmente edificados, ou lotes grandes, com várias residências), ausência de cobertura vegetal arbórea ou de lazer e a ocupação de áreas de risco (próximas a fundos de vale)” (Camargo, 2007, p. 62).

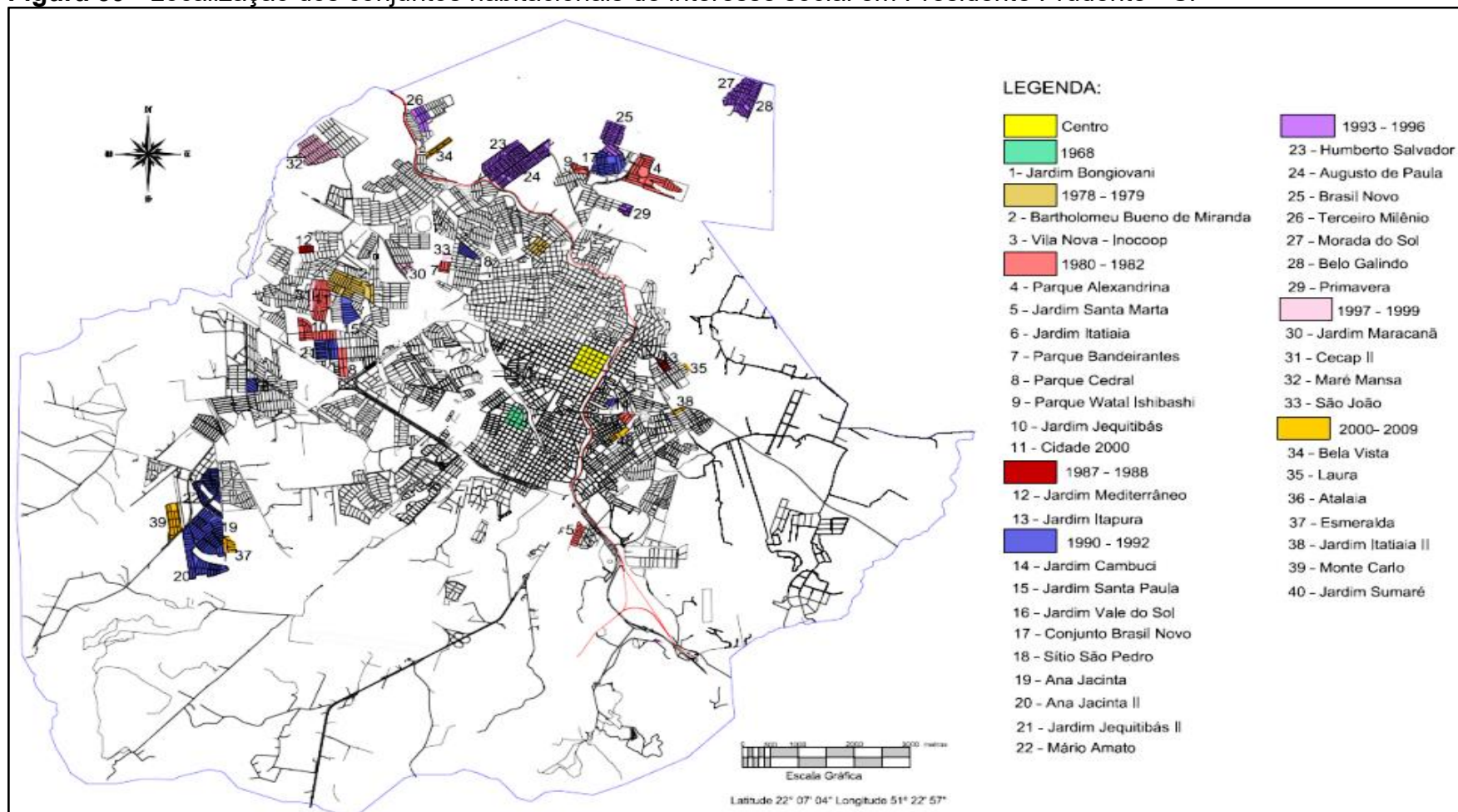
Assim, no ano de 1980, vários conjuntos habitacionais foram promovidos na cidade (Figura 39). Destaca-se a implantação do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador, fato que Camargo (2007) chamou de extensão da zona Leste na porção Norte da cidade, devido ao padrão de ocupação dessas áreas. O conjunto contava com a urbanização de mais de 1.000 lotes, assim como o conjunto Brasil Novo; todos os demais possuem menos de 500 lotes urbanizados.

Em 1992, foram aprovados os conjuntos habitacionais Ana Jacinta I, Ana Jacinta II, Mário Amato e Jequitibás II. Após cinco anos, em 1997, foram implementados outros dois, contando com recursos estaduais, através da CDHU. No período de 1993-96, não houve a implantação de programas habitacionais com recursos federais e estaduais, tendo-se tornado prioridade, em função desse aspecto, a implementação do Projeto de Desfavelamento e Lotes Urbanizados (Camargo, 2007).

Apesar dos programas habitacionais, Presidente Prudente apresentava áreas com ocupações juridicamente irregulares, consideradas favelas. Os levantamentos realizados pelo Setor de Habitações da Prefeitura apontaram 3.353 moradores irregulares em 66 áreas públicas municipais em 1989. De acordo com Camargo (2007), tais áreas se encontravam desprovidas de infraestrutura básica e reuniam pessoas de baixa renda que não possuíam a propriedade do imóvel no qual residiam.

Logo, em resposta a isso, em 1989, a fim de promover o assentamento das famílias em suas próprias residências, por meio do financiamento dos lotes, deu-se início à execução do Programa de Desfavelamento. Parte dos moradores das favelas foi realocada para outros Loteamentos Urbanizados. E, em 1990, o Programa Loteamentos Urbanizados passou a atender as famílias não beneficiadas no primeiro (Camargo, 2007).

Figura 39 - Localização dos conjuntos habitacionais de interesse social em Presidente Prudente - SP



Fonte: Honda (2012).

O Programa Loteamentos Urbanizados visava legalizar e melhorar a situação dos moradores irregulares através da venda por financiamento de lotes urbanizados, que deveriam ser atendidos por infraestrutura pública. Apesar disso, os bairros foram implantados, além de estarem no perímetro urbano da cidade, em uma área extremamente periférica, e se constituíam sem a mínima infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos (Camargo, 2007).

Portanto, a cidade de Presidente Prudente teve seu crescimento territorial ordenado segundo as leis do mercado imobiliário. Essa organização espacial foi responsável por criar padrões de diferenciação social e separação dentro de um mesmo território, o da cidade. É a isso que chamamos de segregação, uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras. Apesar de ter naturezas variadas, a mais comumente vista e dominante na estruturação das cidades é a de classes. Trata-se da concentração de camadas sociais em determinadas regiões dentro da malha urbana (Villaça, 1998).

No caso de Presidente Prudente, podem ser notados dois tipos de segregação urbana apresentados por Villaça (1998). O primeiro, o padrão centro-periferia, consiste em um centro dotado de serviços urbanos públicos e privados, e que é ocupado pelas classes mais altas, e uma periferia subequipada, longínqua e habitada pelas classes baixas.

Sendo o “longe” das periferias resultado da dificuldade de acesso (física e econômica) a um sistema de transportes satisfatório. Desse modo, as classes altas tendem a se concentrar em áreas específicas, enquanto as de baixa renda são espalhadas pela cidade. Em Prudente, há enclaves fortificados para as classes altas e médias em regiões periféricas.

A segregação pode ser voluntária, quando grupos escolhem se separar por livre iniciativa, sendo forçados a sair de áreas centrais para regiões distantes e sem infraestrutura. Em contrapartida, existe a involuntária – quando um indivíduo, por forças variadas, é obrigado a ocupar e desocupar alguma área. Esse processo ocorre tanto nas grandes cidades quanto nas médias, onde a busca por exclusividade e segurança, alimentada pela mídia, facilita a autosegregação, o que isola as classes em condomínios fechados. E, devido ao preço da terra ser mais acessível, esse processo é facilitado nas cidades médias (Sposito, 2013).

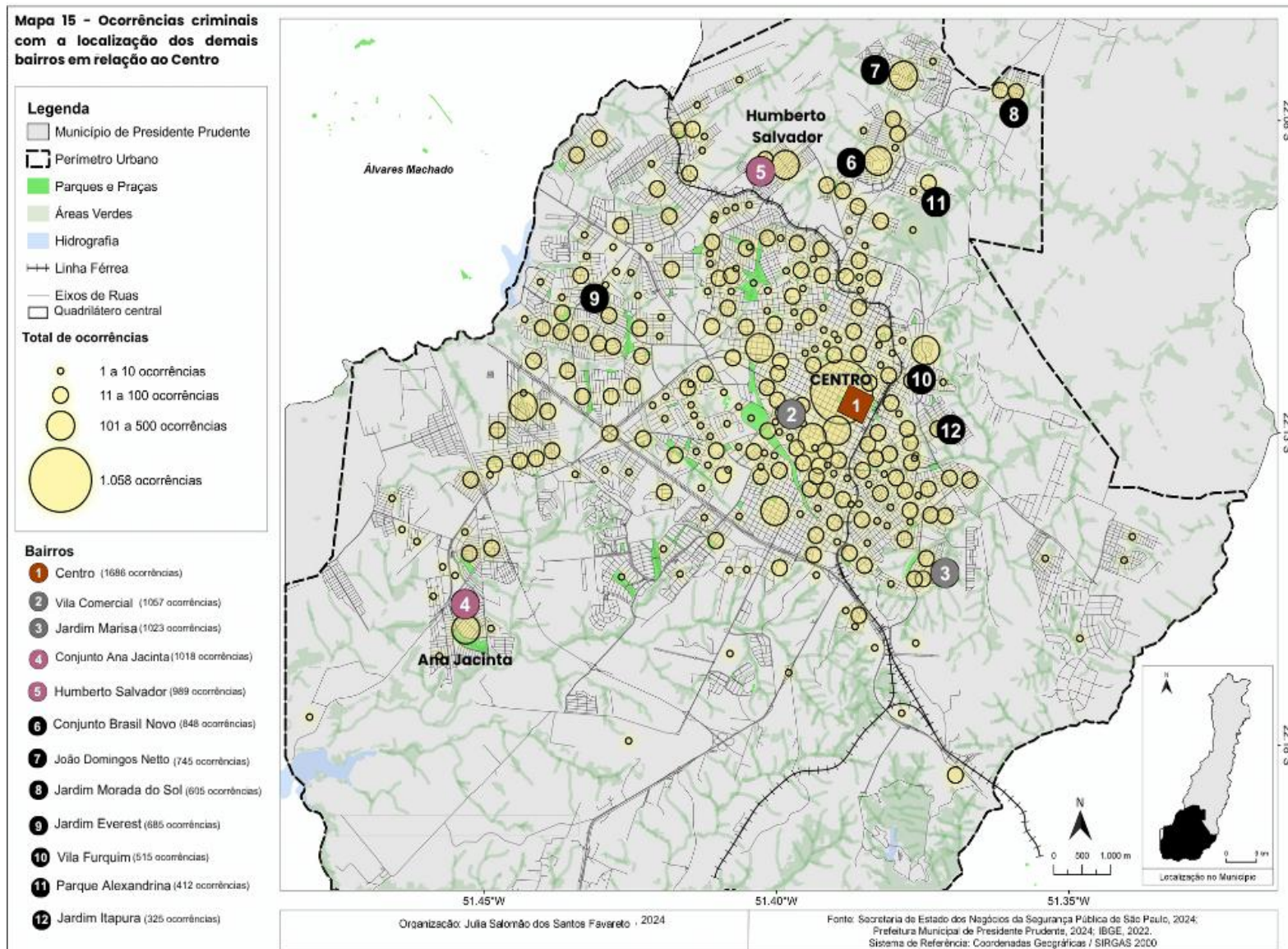
Para Villaça (1998), esses dois processos são, na verdade, um, já que a segregação é um processo dialético em que a (auto)segregação de uns provoca

automaticamente a de outros. Foi isso o que aconteceu nos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador, principalmente a segregação involuntária, onde a população de baixa renda se viu obrigada a desocupar terrenos irregulares em áreas próximas ao centro e dotadas de infraestrutura, para migrar para uma área periférica, distante do centro e sem infraestrutura adequada, conforme as decisões do Estado e as influências do capital imobiliário. Esses conjuntos habitacionais foram criados para abrigar pessoas removidas de áreas centrais ou irregulares, reproduzindo o processo de segregação descrito anteriormente, onde a migração forçada para a periferia é uma característica da segregação espacial involuntária.

Este desenho urbano e modelo de produção do espaço expressam determinada relação com os índices de violência contra as mulheres na cidade de Presidente Prudente, que, apesar de evidenciarem que os maiores números de violência nos espaços públicos foram no centro, a área central é onde as pessoas circulam mais a pé e onde mais se deslocam de outras partes da cidade para realizar atividades cotidianas ou ligadas ao comércio; desse modo, mesmo não morando lá, podem migrar para o centro cotidianamente, ou seja, há mais concentração e fluxo de carros e pessoas. Levando esse contexto em conta, ao deixar de lado a região do centro por um momento, os bairros que obtiveram níveis altos de violência de acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo foram os periféricos, como os conjuntos habitacionais.

Com destaque para os bairros Ana Jacinta – com 1.018 casos registrados – e Jardim Humberto Salvador – 989 casos –, que somados totalizam 2.007 boletins de ocorrência, em comparação ao centro, que obteve 1.686 registros. Os demais sete bairros especializados no mapa a seguir.

Mapa 15 - Ocorrências criminais com a Localização dos Demais Bairros em relação ao Centro



No mapa acima, aparecem os bairros posteriores aos já retratados, como o Centro, o Ana Jacinta e o Humberto Salvador. Estes apresentam altos índices criminais contra as mulheres na cidade e também são, em sua maioria, conjuntos habitacionais de interesse social. Dos sete bairros, seis são conjuntos habitacionais.

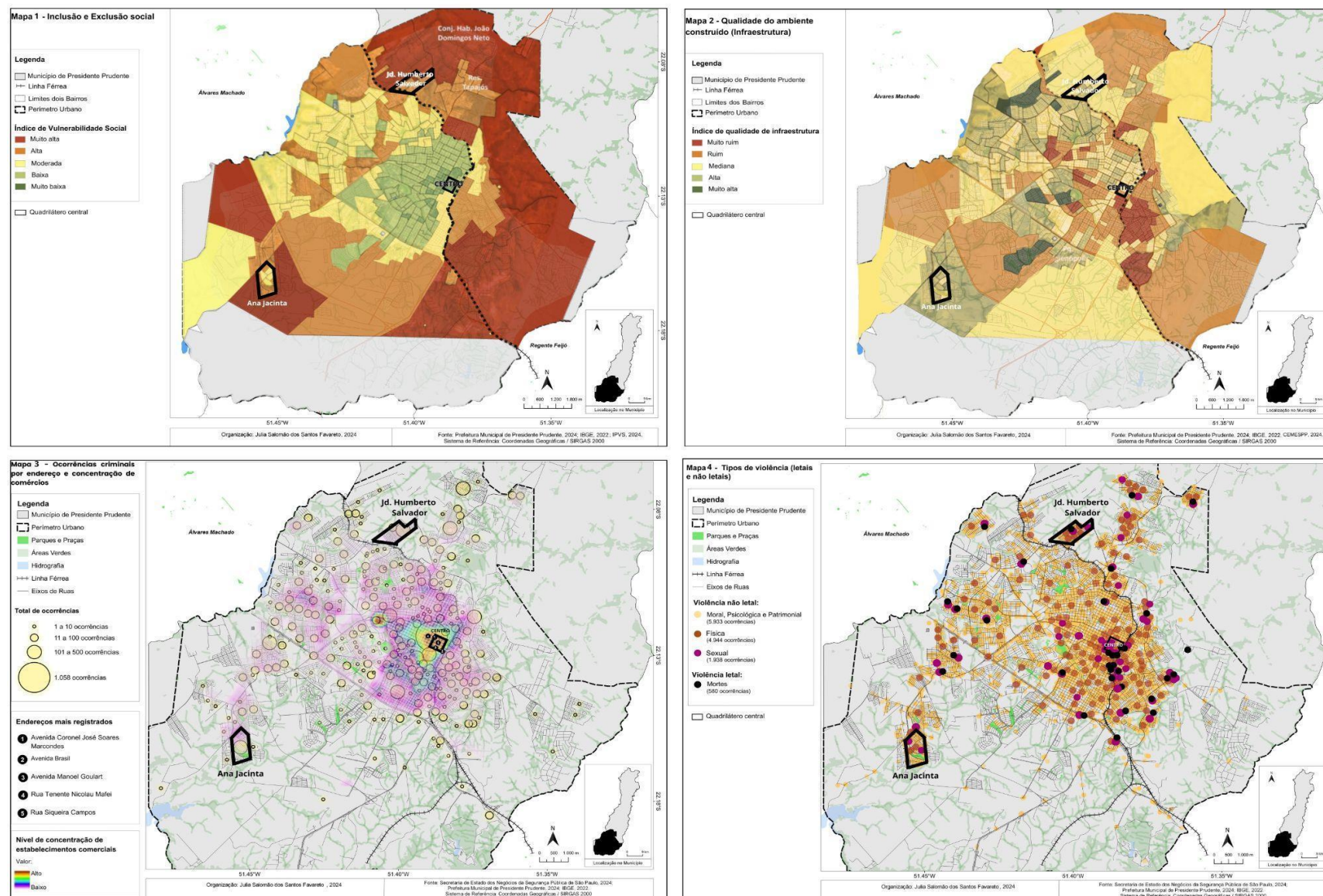
O que comprova a teoria defendida pela maioria dos autores da abordagem humanista, como Rolnik (2010), Caldeira (2000) e Maricato (1996), os quais afirmam que as áreas periféricas são as mais propensas à violência que ocorre nos espaços públicos. As autoras ainda relatam que isso se deve ao fato de as áreas periféricas das cidades brasileiras serem fruto de um processo de urbanização desigual, que reflete não apenas a exclusão social, mas também as profundas contradições de um urbanismo capitalista, desigual, classista e racista.

Esse fenômeno resulta em periferias marcadas pela falta ou má qualidade das infraestruturas urbanas, pelo abandono estatal e pela precariedade das condições de vida. Essas características, segundo Maricato (1996), revelam como o planejamento urbano e as políticas habitacionais são fundamentais para a promoção da segurança e da redução da violência.

Visto que a violência urbana é uma consequência direta da desigualdade social e racial. Para Maricato (1996), do mesmo modo que Caldeira (2000) argumenta em seus estudos, a solução para a violência reside na reconfiguração do espaço urbano de modo a promover a inclusão social e a interação comunitária, pensamento semelhante ao defendido por Jane Jacobs (2000). Dessa forma, ao analisar a insegurança nos espaços públicos, há a necessidade de considerar o contexto da localidade, seus fatores sociais e raciais, além de características físicas e projetuais do espaço.

Como já se pode visualizar no Mapa 16, são apresentadas as características de inclusão e exclusão social, de qualidade do ambiente construído e de concentração de comércios, junto aos índices e tipos de violência nos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador. De modo geral, os dois bairros apresentam aspectos semelhantes, com alto índice de vulnerabilidade relacionado à exclusão social, sendo que o Humberto Salvador também se enquadra no índice “muito alto”.

Mapa 16 - Qualidade urbana dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador e índices criminais



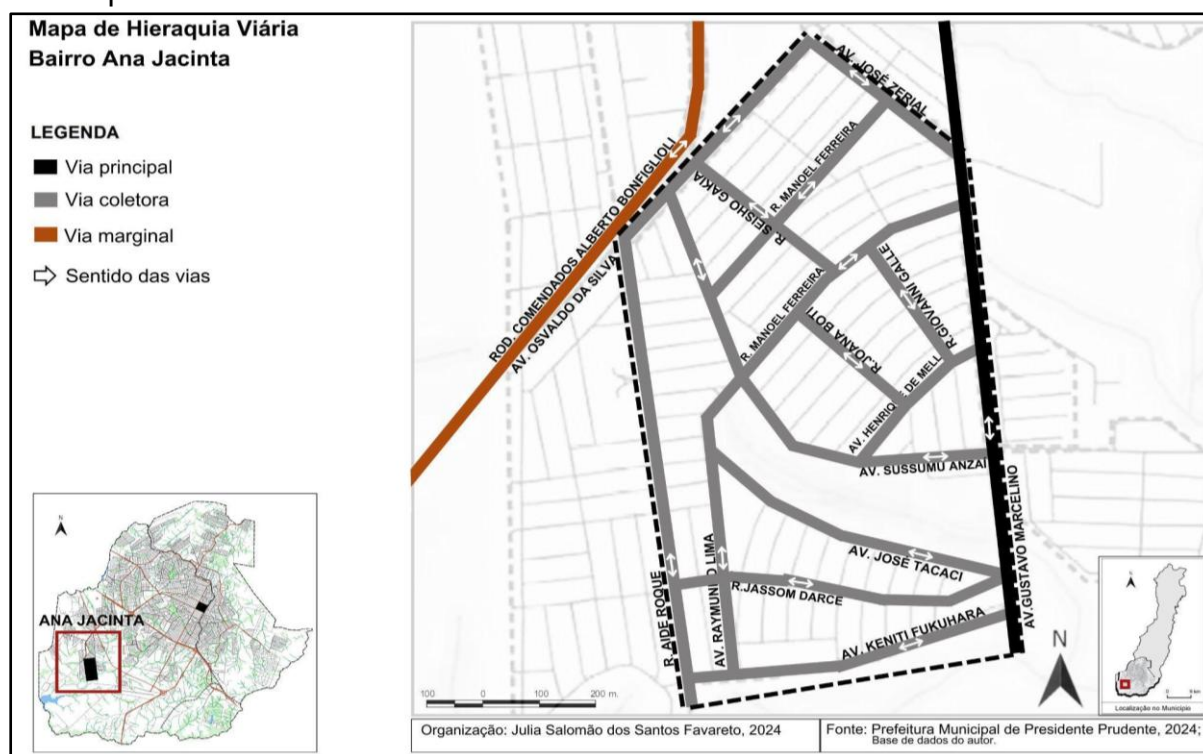
A qualidade do ambiente construído, segundo Rampazzo (2019), encontra-se em estado mediano. Ao comparar os índices criminais da SSP-SP com a concentração de comércios, as localidades apresentaram um índice alto de ocorrências criminais e pouca quantidade de estabelecimentos comerciais. Já em relação aos tipos de violência contra as mulheres na região, várias categorias de violência, tanto não letais quanto letais, estas ocasionando mortes, foram registradas nos bairros, sendo mais diversas no Humberto Salvador.

Para situar os bairros após esse contexto, o Conjunto Ana Jacinta está a 10 km do centro urbano e localiza-se entre a Rodovia Comendador Alberto Bonfiglioli e o Córrego do Cedro. O referido conjunto foi construído de modo contíguo a outros conjuntos habitacionais, Mário Amato e Ana Jacinta II, estes dois construídos pela CDHU, Companhia de Habitação do Estado de São Paulo, responsável pela gestão do Fundo de Financiamento da Habitação (Fundhab) (Vieira, 2016).

Só no Conjunto Habitacional Ana Jacinta foram entregues 2.500 casas. Atualmente, o conjunto está consolidado como bairro prudentino, com vinte e seis anos de ocupação. De acordo com Vieira (2016), a maioria dos moradores do bairro (58%) são mulheres. Trata-se de uma população que, predominantemente, possui mais de quarenta anos. A escolaridade desses moradores, em sua maioria, corresponde ao ensino fundamental incompleto, e a renda familiar enquadra-se nas características dos beneficiários-alvo do programa de financiamento do conjunto habitacional, ou seja, entre um e três salários mínimos.

Já o Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador encontra-se a 7 km do quadrilátero central e possui quatro vias de acesso ao bairro, sendo elas: Av. Pres. Juscelino Kubitschek, Av. Masaharu Akaki, Av. Manoel Romeu Caires e uma via sem asfalto. O acesso mais utilizado é pela Av. Pres. Juscelino Kubitschek, importante avenida que contorna a zona norte da cidade e interliga outros conjuntos habitacionais (Figura 40).

Figura 40 - Ruas e avenidas dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador e Hierarquia viária



Fonte: Autora (2024).

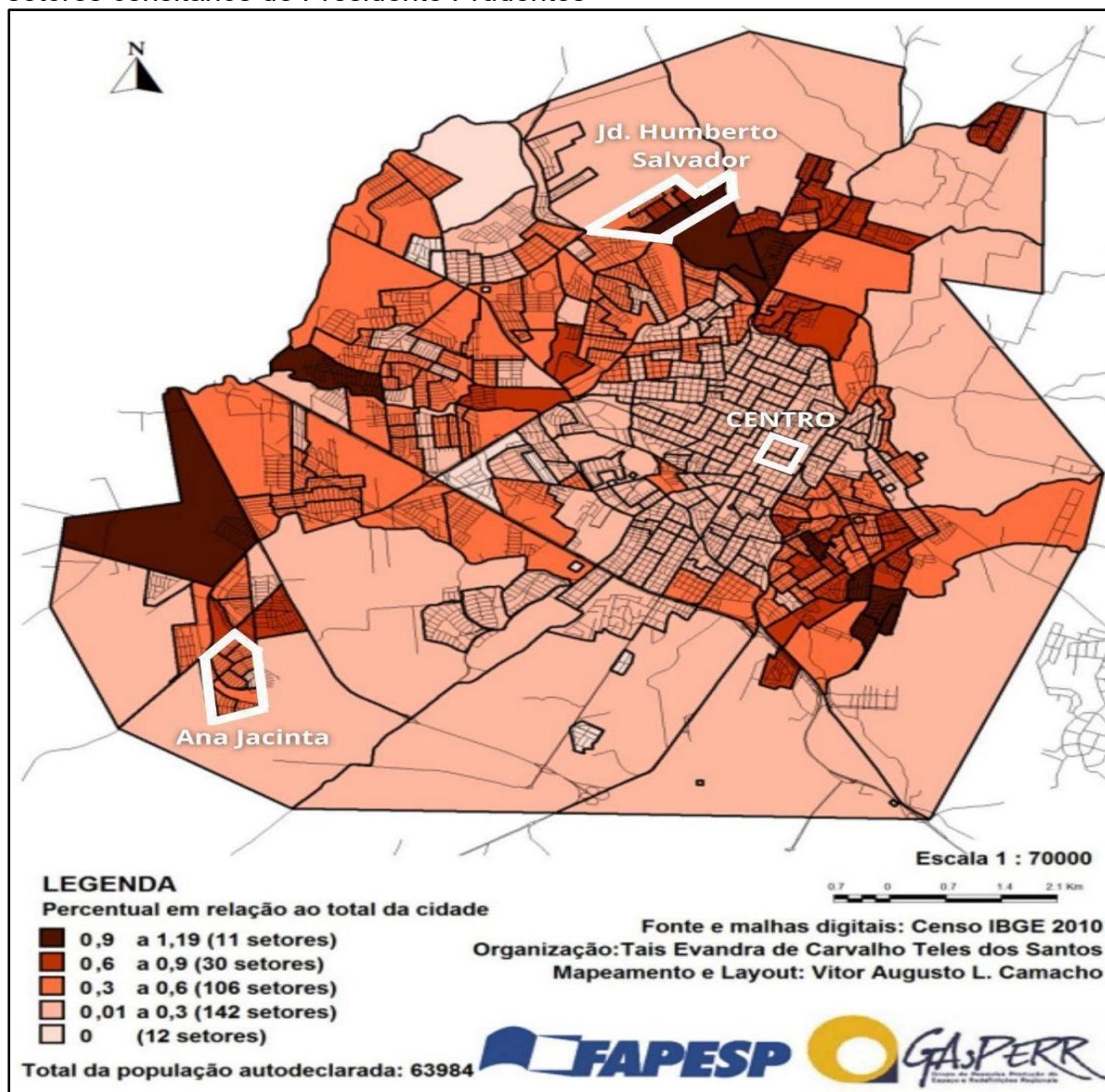
O conjunto contava, em sua entrega, com a urbanização de mais de 1.000 lotes. Semelhante ao outro conjunto, o perfil dos moradores do Humberto Salvador, em sua maioria, é composto por mulheres (64%), que possuem entre 31 e 50 anos de idade, com escolaridade e renda semelhantes às do bairro Ana Jacinta (Vieira, 2016).

Ainda referente ao perfil dos moradores, através do estudo realizado por Santos (2014), que analisava a segregação socioespacial urbana negra em Presidente Prudente, observou-se que a presença negra na cidade é marcada expressivamente nos extremos leste, norte e oeste do município, como nos bairros Humberto Salvador e Ana Jacinta (Figura 41). Nos mesmos setores, a autora também notou índices maiores de analfabetismo, ausência de tratamento de esgoto e famílias com os menores rendimentos. O que confirma que a segregação se dá a partir da interpretação da dimensão da separação residencial entre grupos sociais, como apontado por Caldeira (2000).

Ao analisar a qualidade da infraestrutura urbana dos bairros, ambos apresentam diversas vias com iluminação de má qualidade, o que atrapalha os deslocamentos dos moradores, principalmente a pé, e provoca mais insegurança,

assim como pondera Jacobs (2000). A qualidade da iluminação é melhor nas vias principais dos bairros, como nas avenidas; as demais ruas locais, em sua maioria, apresentam pontos críticos, sendo esse fenômeno ainda mais agravante no bairro Humberto Salvador.

Figura 41 - Distribuição espacial da população autodeclarada preta e parda por setores censitários de Presidente Prudentes



Fonte: Santos (2014).

A iluminação pública dos conjuntos habitacionais é de responsabilidade da empresa Energisa, porém o conjunto não conta com um Plano Diretor de Iluminação, conforme proposto pelo selo WELL Building Certification, que visa adequar a iluminação às atividades específicas de diferentes ambientes. A

iluminação pública é feita por lâmpadas de vapor de mercúrio em alta pressão, um modelo antigo e de baixo custo, porém com limitações, como baixo índice de reprodução de cor e tempo de partida longo (Vieira, 2016). Esse índice é crucial para a visibilidade de motoristas e para a percepção ambiental adequada, o que não é atendido pelas lâmpadas utilizadas nos bairros. Além disso, as luminárias presentes são de modelo aberto, expostas às intempéries e não direcionam o fluxo luminoso de forma eficiente, o que contraria as diretrizes do selo WELL, que busca otimizar a iluminação e reduzir a poluição luminosa.

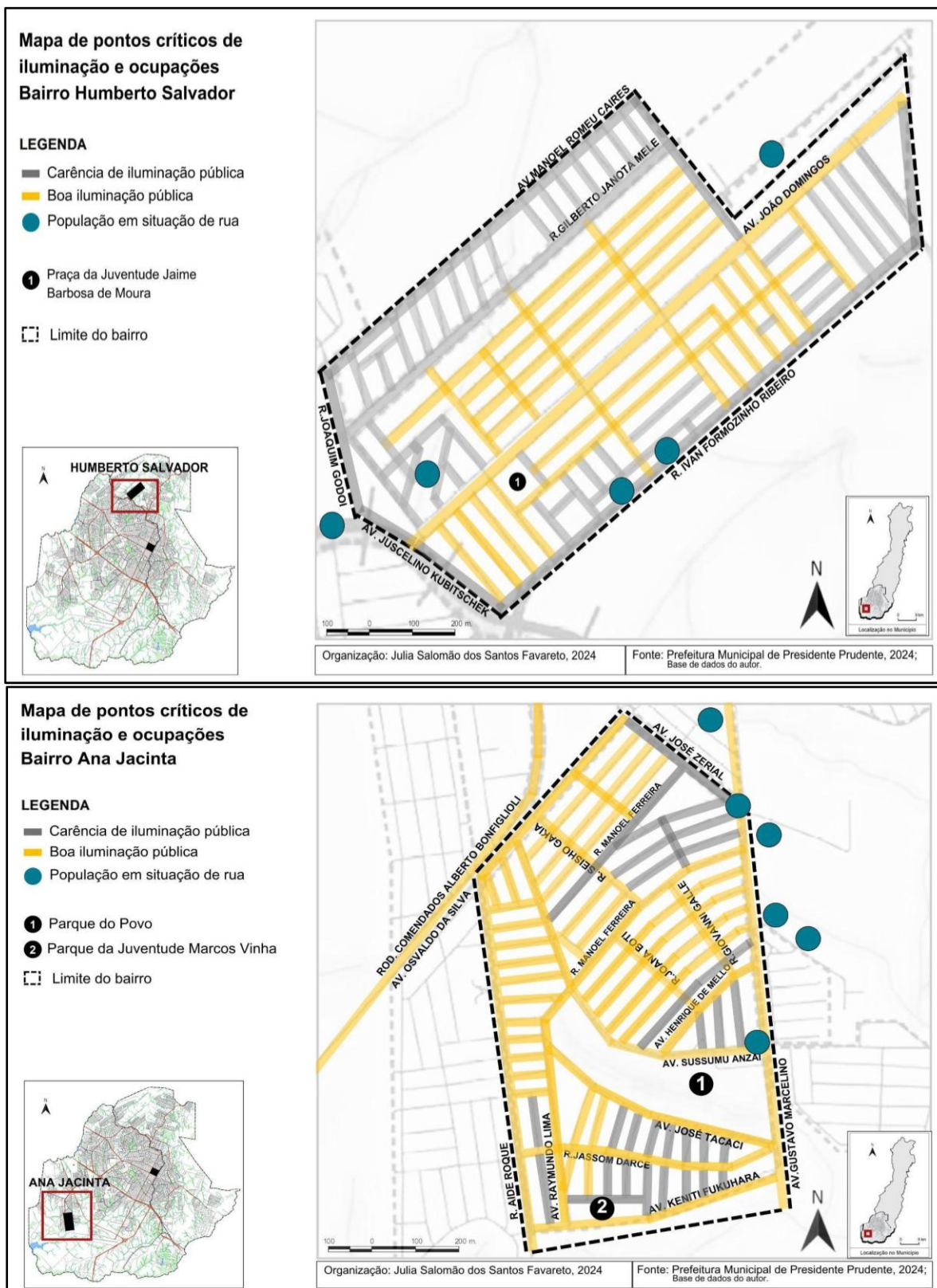
Nas avenidas principais, algumas luminárias são de modelo fechado, o que aumenta a durabilidade das lâmpadas. No entanto, a iluminação nas vias locais, por onde circulam os ônibus, é ineficiente, utilizando lâmpadas e luminárias inadequadas, o que compromete a segurança e o conforto no uso do transporte coletivo, não atendendo, assim, aos critérios estabelecidos pelo selo WELL para promover um ambiente urbano mais seguro e acessível após o entardecer.

Na Figura 42, observa-se também a presença de moradores em situação de rua nas ruas mal iluminadas dos conjuntos habitacionais, principalmente em vias próximas a quadras com espaços vazios, como terrenos baldios, áreas verdes ou de preservação permanente.

Em relação aos mobiliários urbanos e ao processo de arborização presente nos bairros, estes se concentram, assim como ocorre com a qualidade da iluminação, nas avenidas principais, acarretando uma tendência de implantação de infraestrutura e diretrizes projetuais em locais de maior visibilidade e movimentação nos bairros, como as avenidas e os parques urbanos.

No bairro Humberto Salvador, as áreas destinadas ao lazer incluem os canteiros centrais das principais vias, que apresentam baixa arborização em alguns trechos e possuem apenas uma ATI (Academia da Terceira Idade). A arborização do bairro, de modo geral, é consideravelmente baixa, o que dificulta o deslocamento a pé pelas localidades. Há também uma área de preservação permanente (APP), onde uma nascente foi soterrada, atualmente abandonada. Já a praça do bairro, denominada Praça da Juventude, é o espaço público com maior presença de arborização e mobiliários. O mesmo ocorre com a Praça da Juventude e o Parque do Povo do bairro Ana Jacinta.

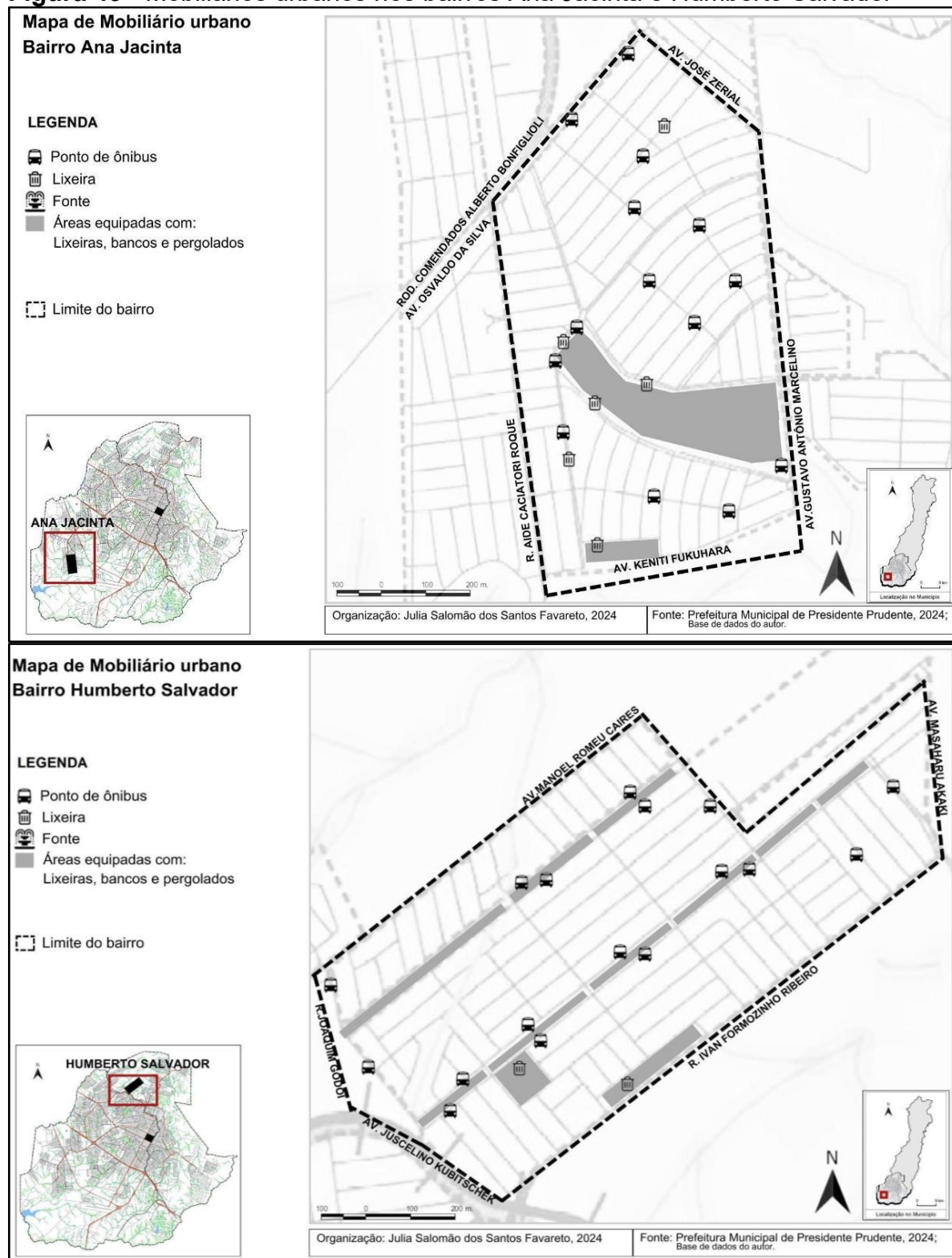
Figura 42 - Pontos críticos de iluminação e ocupações no bairro Ana Jacinta e Humberto Salvador



Fonte: Autora (2024).

O Parque do Povo, no bairro Ana Jacinta, margeia a APP e a Praça da Juventude, localizada nos limites da área edificada do conjunto habitacional a noroeste. Ambos foram construídos posteriormente à ocupação do conjunto habitacional. O Parque do Povo conta com alguns equipamentos, tais como: playground infantil, pista de skate, quadra poliesportiva coberta, quadra poliesportiva descoberta, academia para terceira idade, mesas e bancos configurando um ponto de encontro, um local coberto com acesso à internet via Wi-Fi, além de um campo de futebol distribuído ao longo do seu perímetro, sem que haja uma ligação de qualidade ou um projeto que proporcione identidade ao local.

O Parque da Juventude “Francisco Vinha” é composto por playground infantil, pista de skate, equipamentos de academia para terceira idade, quadra poliesportiva coberta, campo de futebol, quadra de vôlei de areia, salas onde são ofertadas aulas de capoeira, ginástica e alguns cursos profissionalizantes oferecidos esporadicamente, além de um pequeno teatro de arena, sanitários e bebedouro. Ambos os bairros apresentam pouca quantidade de lixeiras coletivas e possuem terrenos abandonados. Em tais locais, é possível notar a presença de lixos e entulhos depositados. Além disso, muitos moradores descartam resíduos em vias públicas, em sulcos formados pela erosão e em matas ciliares, o que diminui a qualidade de vida dos próprios residentes. Tais aspectos referentes à arborização e aos mobiliários urbanos presentes nos conjuntos habitacionais Ana Jacinta e Humberto Salvador podem ser visualizados nas Figuras 43 e 44.

Figura 43 - Mobiliários urbanos nos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador

Fonte: Autora (2024).

Figura 44 - Arborização e áreas verdes nos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador



Fonte: Autora (2024).

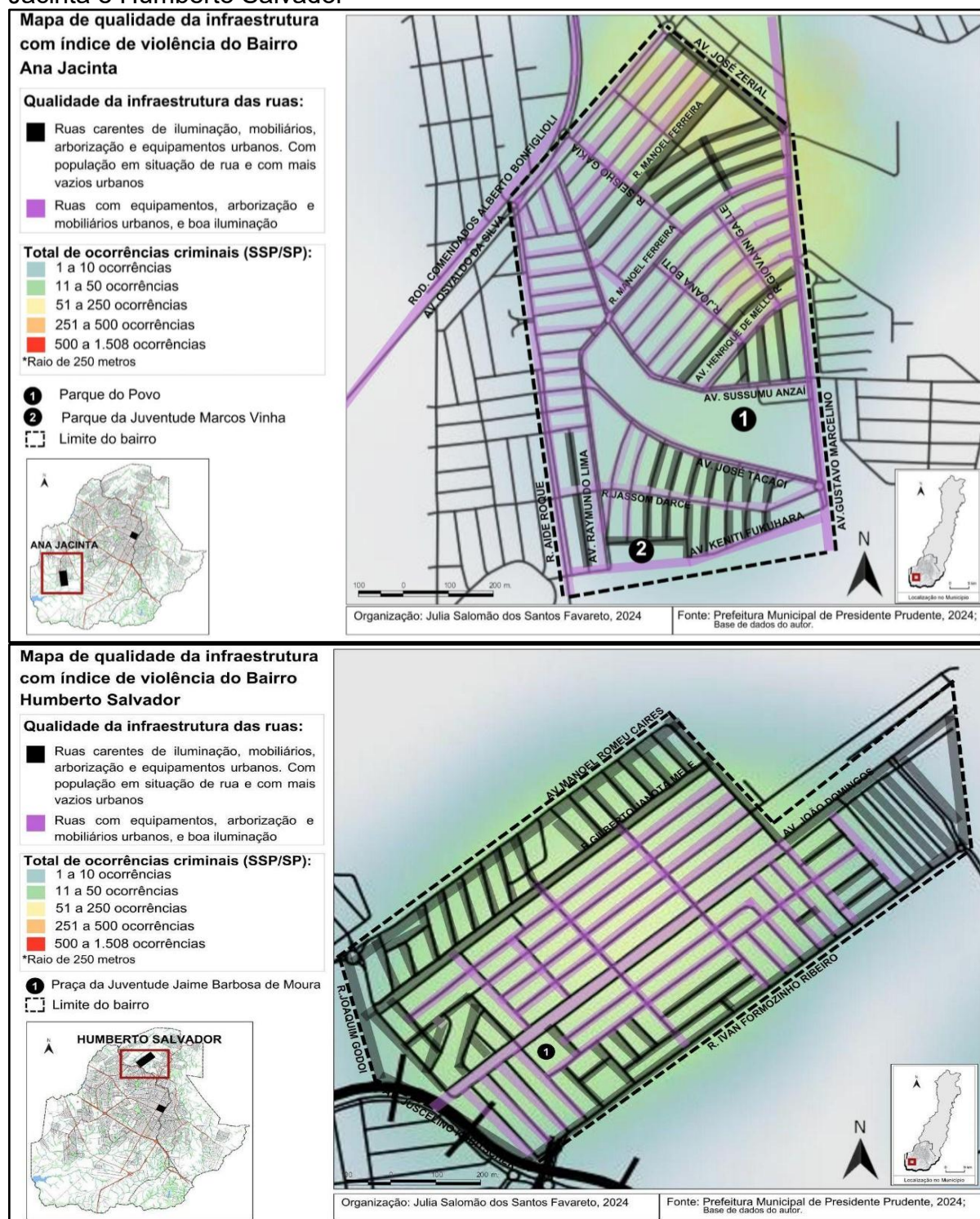
Identifica-se uma série de problemas relativos à acessibilidade, como manutenção inadequada da pavimentação das vias e calçadas, vegetação obstruindo ou dificultando a passagem de pedestres e o escalonamento presente, principalmente, nas vias com maior declividade.

As vias principais de acesso aos conjuntos habitacionais, como a Rodovia Alberto Bonfiglioli, no bairro Ana Jacinta, e a Avenida João Domingos, no Humberto Salvador, não possuem acostamento e apresentam má iluminação, além de diversos pontos de desgaste da pavimentação e inúmeros buracos. Ainda analisando a infraestrutura, segundo Vieira (2016), o Conjunto Habitacional Ana Jacinta (CHAJ) foi entregue com apenas um telefone público, que, à época, era um importante meio de comunicação, especialmente para a população de baixa renda, já que uma linha telefônica privada tinha custo elevado.

A população também não contava com serviço de coleta de correspondências, uma vez que o conjunto habitacional não possuía pontos de coleta ou agência dos Correios. Atualmente, em termos de acesso à comunicação, o conjunto ainda enfrenta dificuldades com a qualidade do sinal de telefonia móvel, com falhas constantes em diversas áreas do bairro. No entanto, há acesso à internet via Wi-Fi gratuito em espaços públicos, como o Parque do Povo e o Parque da Juventude. No conjunto Humberto Salvador, ocorrem problemas semelhantes, visto que a qualidade do sinal de telefonia e internet apresenta falhas, porém a Praça da Juventude Jaime Barbosa também oferece internet via Wi-Fi gratuito.

Ao sobrepor os dados das ocorrências criminais da SSP-SP com a qualidade da infraestrutura urbana dos bairros, fica evidente que os espaços onde ocorreram maiores índices de violência são carentes em infraestrutura e possuem iluminação precária, além de vazios urbanos, como áreas verdes de preservação permanente, terrenos baldios ou vias próximas a estas (Figura 45).

Figura 45 - Qualidade da infraestrutura com índices de violência nos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador



Fonte: Autora (2024).

Segundo Maricato (1996), o fenômeno da segregação agrava a marginalização das populações vulneráveis. Visto que, no urbanismo capitalista, a cidade é planejada prioritariamente para atender ao mercado, em detrimento das necessidades sociais. Esse modelo urbano produz políticas segregacionistas e

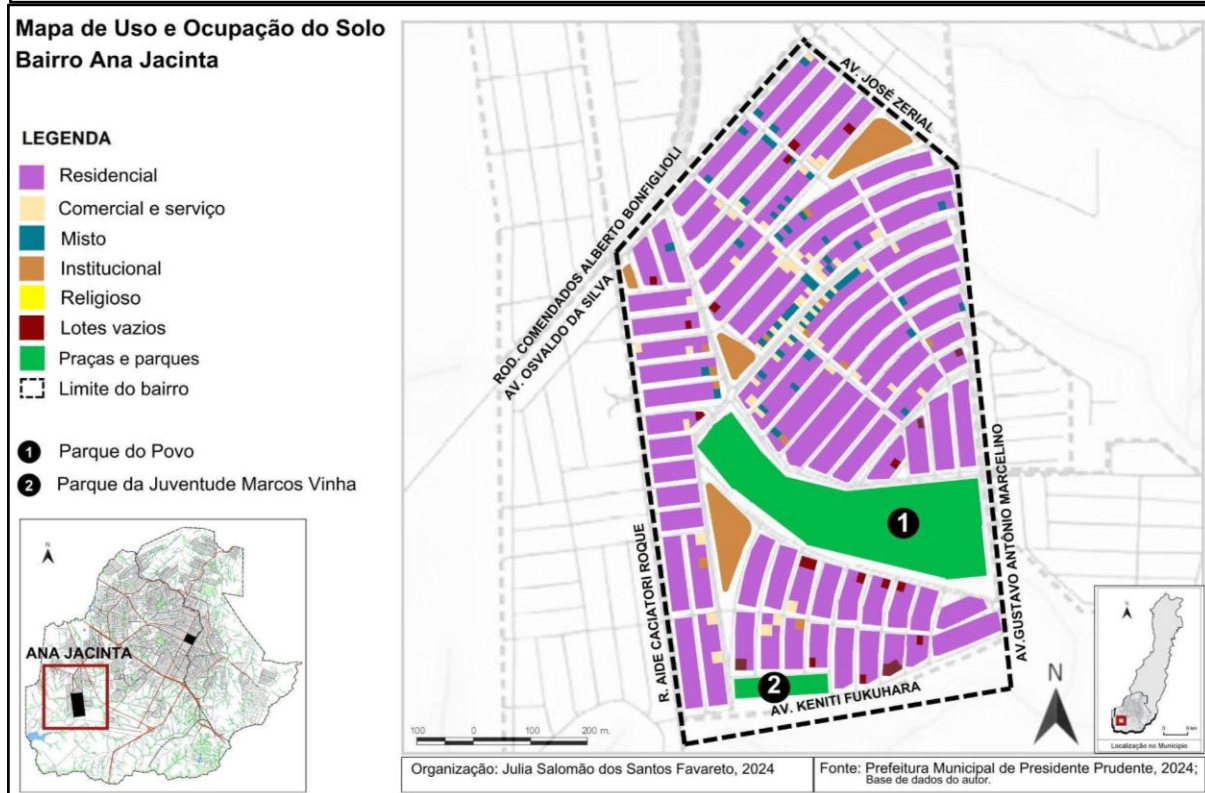
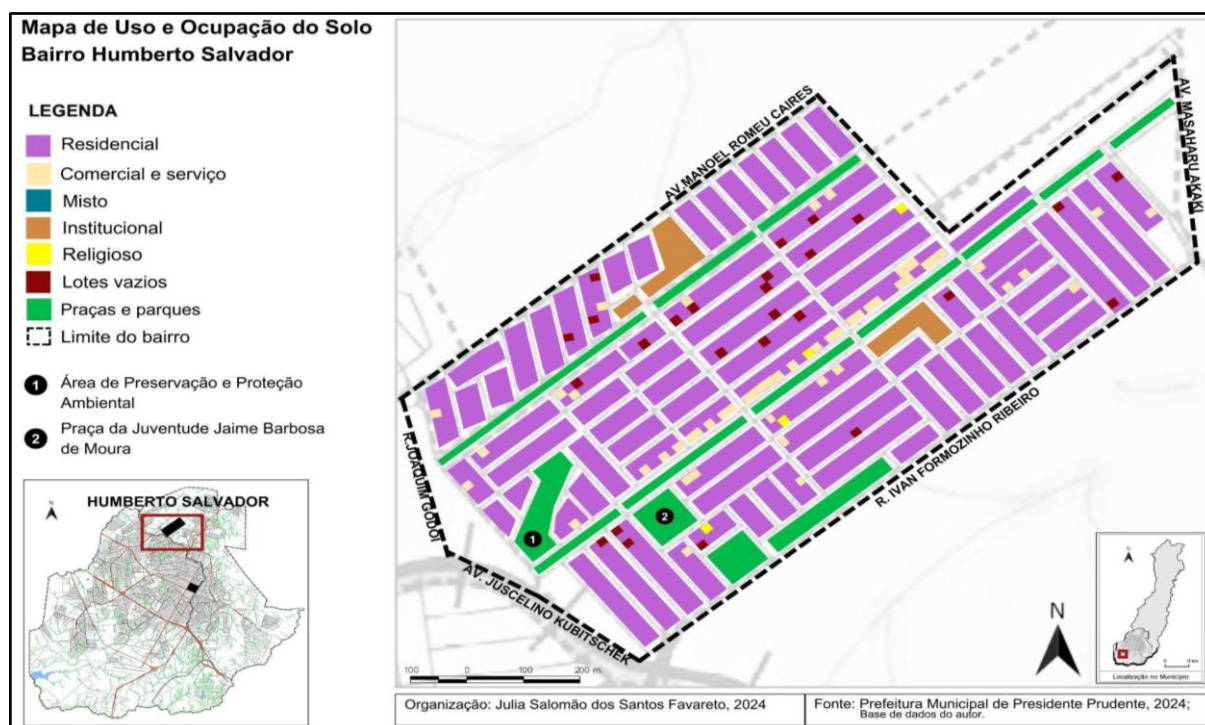
classistas, aprofundando as desigualdades e deixando as periferias marcadas pela falta de infraestrutura e precariedade das condições de vida.

A localização privilegiada de equipamentos urbanos públicos, parques e espaços públicos nas regiões centrais, aliada à ineficiência do transporte público, limita o acesso das populações periféricas a esses locais. Além disso, a alta densidade populacional em áreas não planejadas adequadamente gera competição por recursos escassos, muitas vezes resultando em tensões sociais e violência. Assim, a deficiência na infraestrutura, como saneamento, iluminação e segurança, agrava a insegurança e favorece a criminalidade. A falta ou degradação dos espaços públicos de convivência, essenciais para a coesão social, contribui para o isolamento e a desconfiança entre os moradores, fatores que também podem elevar os índices de criminalidade (Maricato, 1996).

Em relação ao uso e ocupação do solo, ambos são majoritariamente residenciais, com grande quantidade de lotes vazios, e os comércios se concentram nas avenidas. No início da ocupação dos conjuntos habitacionais, o uso do solo era predominantemente residencial, com pouca variedade de comércio e serviços, limitando-se a lojas de materiais de construção. Os loteamentos foram implantados de forma descontínua em relação ao tecido urbano consolidado, distante do centro da cidade, e apresentavam uma carência significativa de meios de consumo coletivo. Com o tempo, em função das necessidades dos moradores e da distância do conjunto ao centro urbano, surgiram comércios e serviços locais (Vieira, 2016).

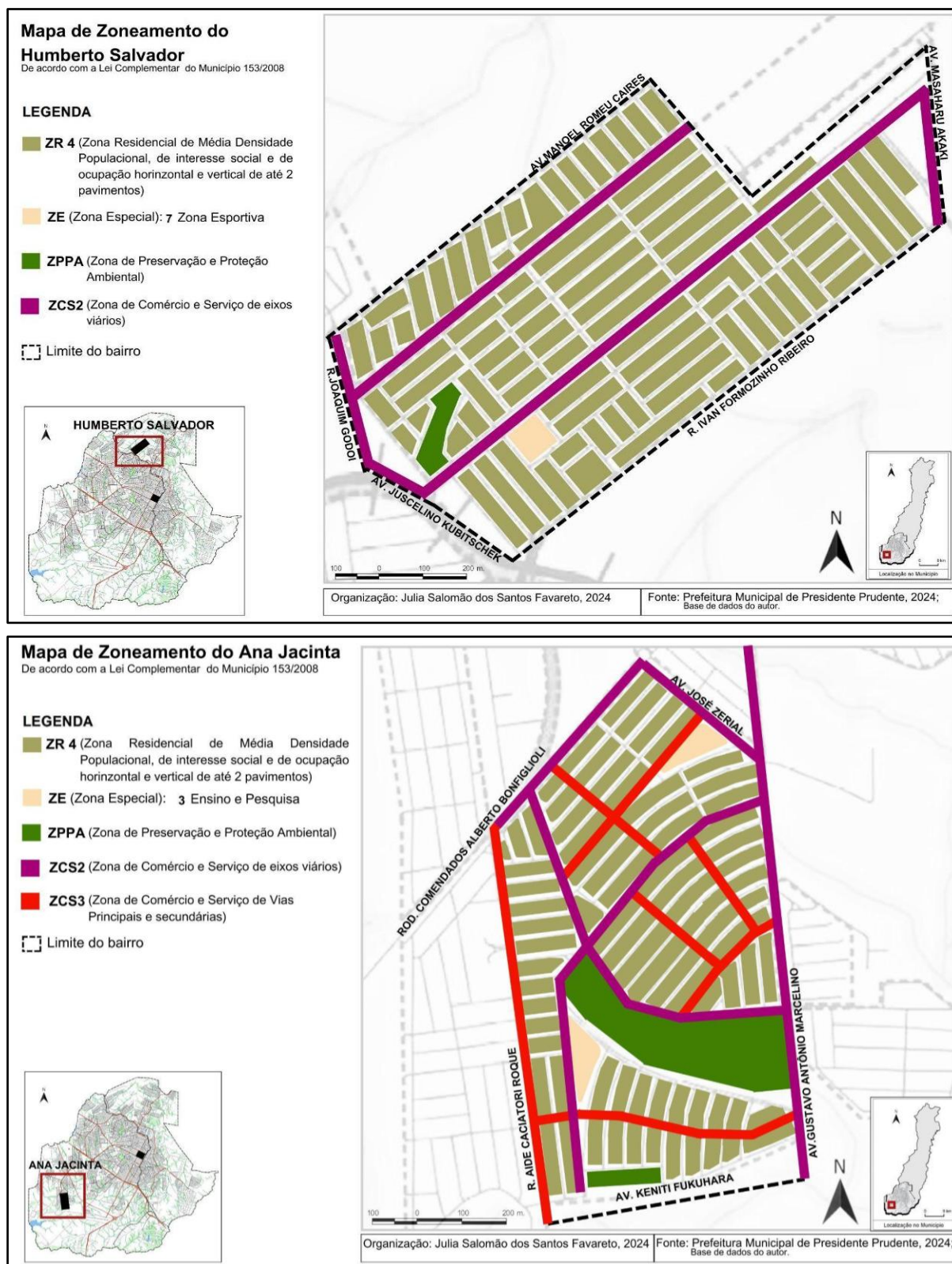
Atualmente, os bairros apresentam uma mistura de usos do solo. A Figura 46 destaca as tipologias de usos encontradas atualmente nos lotes e a Figura 47 o zoneamento.

Figura 46 - Uso e ocupação do solo do bairro Humberto Salvador



Fonte: Autora (2024).

Figura 47 - Zoneamento e uso e ocupação do solo dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador



Fonte: Autora (2024).

De acordo com Vieira (2016), muitos moradores realizam atividades comerciais ou prestam serviços em suas residências sem sinalização externa, indicando que a oferta de produtos e serviços é maior do que a apresentada nos mapas.

Foi realizado um levantamento de todos os lotes do bairro, classificando-os como residenciais, comerciais e de serviços, de uso misto, institucionais, religiosos, lotes vazios e praças e parques. Constatou-se que o bairro é bem adensado, com a maioria dos comércios e serviços concentrados principalmente nas avenidas. Esses estabelecimentos atendem à demanda local, destacando-se serviços como moto táxi, lan house, lanchonetes, cabeleireiros, entre outros. No setor comercial, sobressaem-se lojas de vestuário, papelarias, lojas de materiais de construção e bares.

De acordo com a Lei Complementar do Município nº 231/2018 (Presidente Prudente, 2018), de zoneamento e uso do solo, verifica-se que as atividades desenvolvidas nessas localidades estão adequadas ao plano de zoneamento da cidade. Como é possível observar na Figura 47, a área dos conjuntos se classifica como ZR4, uma Zona Residencial de Média Densidade Populacional de Interesse Social, com ocupação tanto horizontal quanto vertical, limitada a até dois pavimentos.

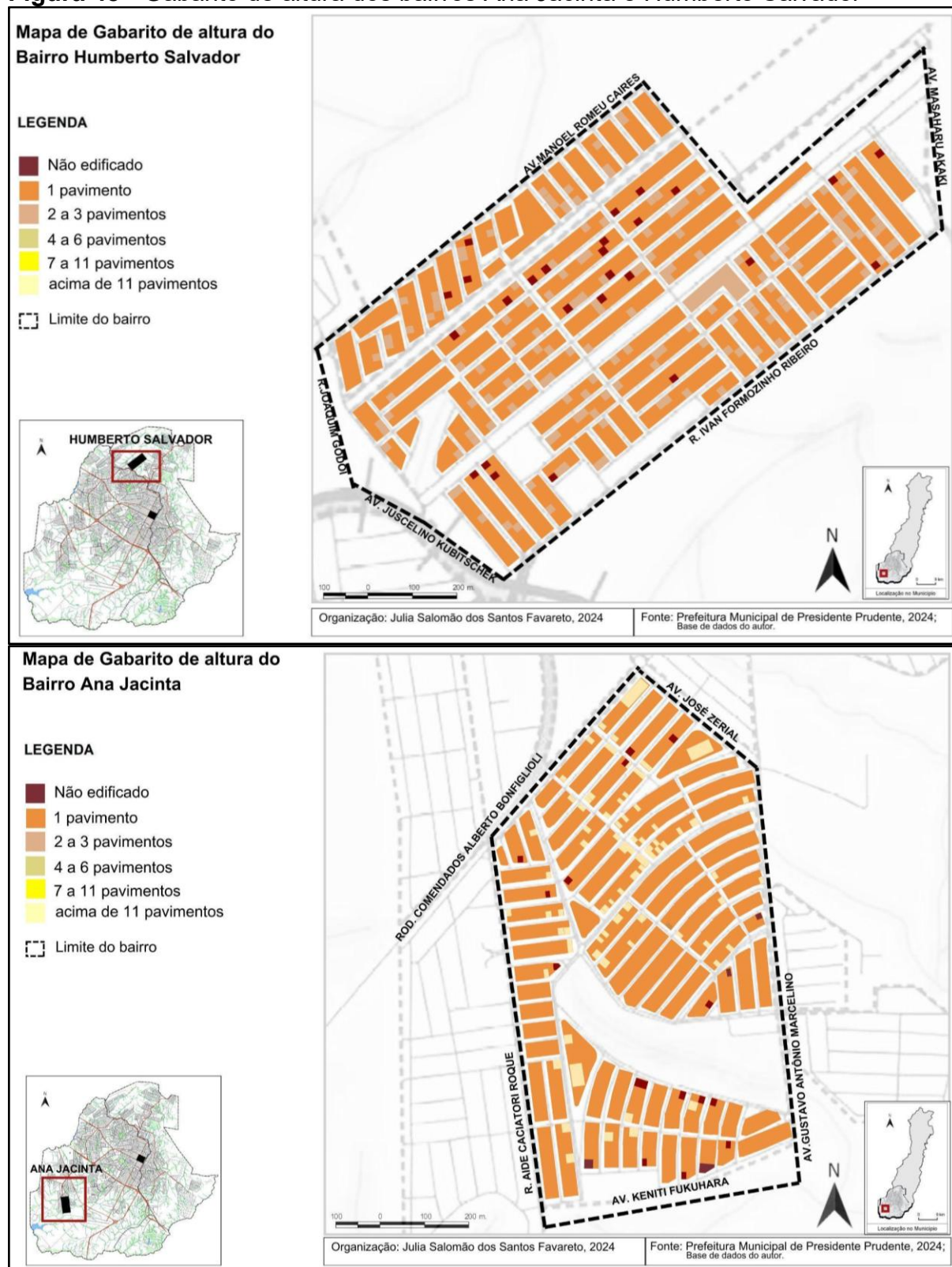
As avenidas principais dos bairros e com maior presença de comércios pertencem à ZCS2, uma Zona de Comércio e Serviço de Eixos Viários, caracterizada por ocupação vertical. Ambos os bairros também possuem uma área designada como ZPPA, Zona de Preservação e Proteção Ambiental. Além disso, há uma Zona Especial: no Ana Jacinta, destinada ao ensino e pesquisa (ZE3), e no Humberto Salvador, destinada à atividade esportiva (ZE7).

Quanto ao gabarito de altura das edificações, pode-se considerar que os bairros são bastante horizontais (Figura 48). A maior parte das construções possui apenas um pavimento, sendo que, no levantamento do gabarito, foram encontrados diversos casos de dois pavimentos em algumas casas. Ambos os conjuntos habitacionais, por terem sido implantados com lotes pequenos e, em função de a grande maioria dos moradores já terem executado alterações nas habitações, apresentam área permeável inexistente ou diminuta, colaborando para o aumento do escoamento superficial da água da chuva, o que compromete a qualidade de vida dos moradores.

O mapa de adensamento e espaços livres (Figura 49) apresenta a densidade urbana, mostrada através do formato das edificações do bairro. Por meio dele, é possível verificar que muitas residências ocupam uma porcentagem significativa da área do lote, diminuindo, assim, as áreas com potencial para serem permeáveis. É importante ressaltar que, mesmo o lote não sendo totalmente edificado, não significa que haja áreas permeáveis, posto que muitas residências encontram-se com pavimentação em toda a área externa.

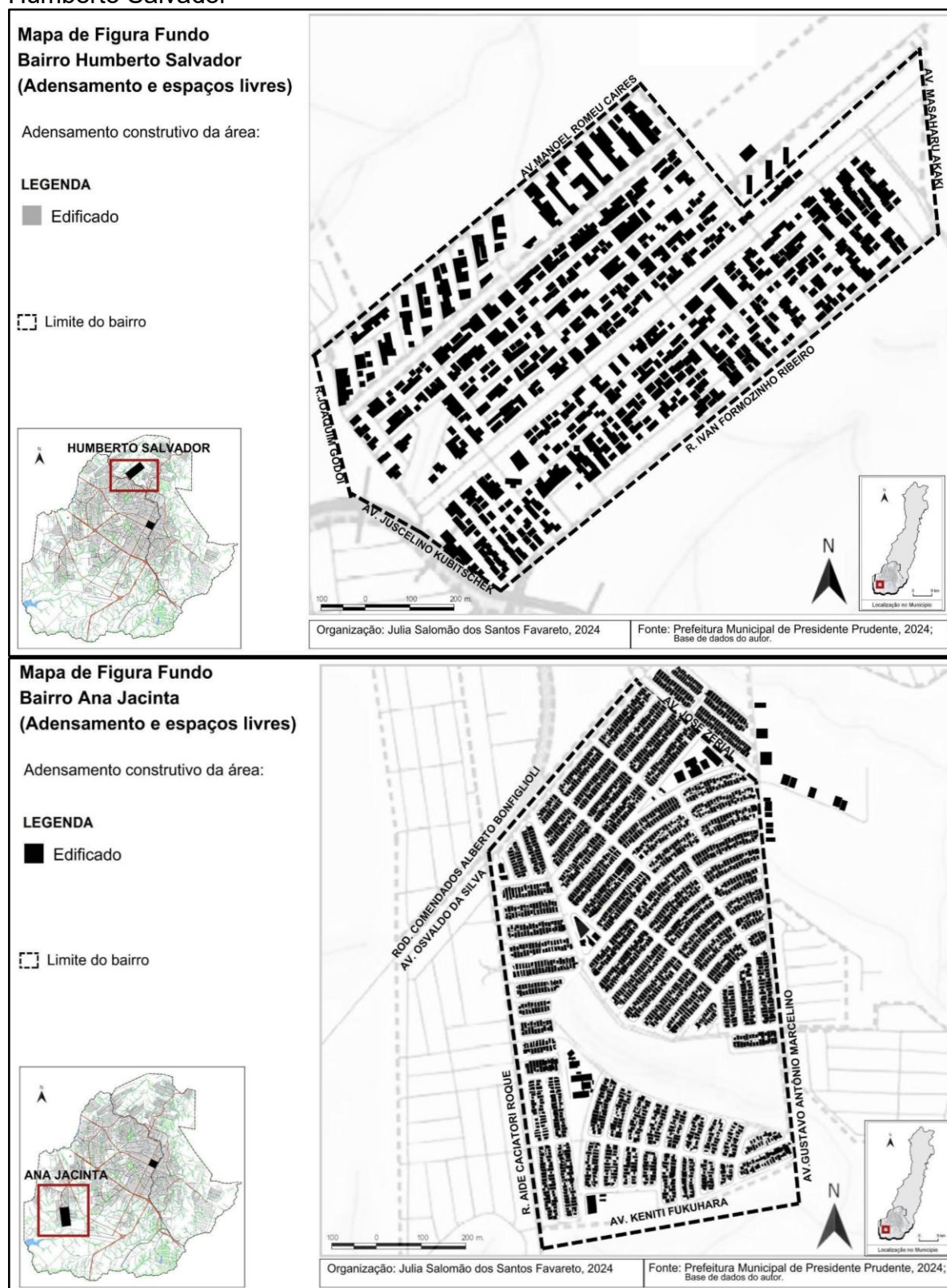
Os bairros apresentam um número considerável de vazios. Foi considerado “vazio urbano” tudo aquilo que estava em início de construção (ou seja, tinha somente as fundações ou demarcações), os vazios murados e os vazios sem quaisquer sinais de propriedade. Visto isso, e analisando os níveis de acabamento das residências, pode-se observar que a maioria das edificações não possui acabamento externo, e algumas ainda são construídas precariamente. Um número pequeno de edificações destoa do restante dos bairros por apresentar padrão construtivo mais elevado.

Figura 48 - Gabarito de altura dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador



Fonte: Autora (2024).

Figura 49 - Mapa de adensamento e espaços livres dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador



Fonte: Autora (2024).

A fim de analisar se os adensamentos e os espaços livres possuem relação com os índices de criminalidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, foram sobrepostos os dados com o objetivo de verificar se o mesmo fenômeno de influência ocorre nos conjuntos habitacionais Ana Jacinta e Humberto Salvador, de modo semelhante ao que acontece na região central. Como se evidencia na Figura 50, os espaços onde há maior concentração de vazios são os que registraram mais casos criminais, o que fica mais evidente no bairro Ana Jacinta, visto que as manchas de violência se encontram nas áreas de preservação permanente e em terrenos sem uso.

Vazios urbanos podem contribuir para o aumento da insegurança nos bairros. Esses espaços, muitas vezes caracterizados por terrenos não edificadas ou áreas abandonadas e subutilizadas, tendem a se tornar pontos vulneráveis a diversas problemáticas. A falta de vigilância natural é um dos principais fatores, já que vazios urbanos são áreas com pouca ou nenhuma circulação de pessoas, reduzindo a presença de “olhos nas ruas”, conceito de Jane Jacobs (2000). Isso facilita a ocorrência de crimes, pois criminosos preferem locais onde há menor risco de serem observados.

Além disso, esses espaços podem sofrer degradação e abandono, acumulando lixo e atraindo atividades ilegais, como tráfico de drogas e vandalismo, intensificando a percepção de insegurança entre os moradores. A iluminação deficiente é outro aspecto comum em áreas abandonadas, tornando esses locais ainda mais propícios a atos criminosos, especialmente à noite. Vazios urbanos também podem atuar como barreiras na mobilidade, fragmentando o tecido urbano e dificultando a circulação de pedestres, que acabam sendo forçados a utilizar rotas menos seguras. Isso pode limitar, inclusive, a presença de serviços públicos, como policiamento e transporte coletivo, agravando a situação.

Figura 50 - Mapa de adensamento e espaços livres dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador com índice de violência

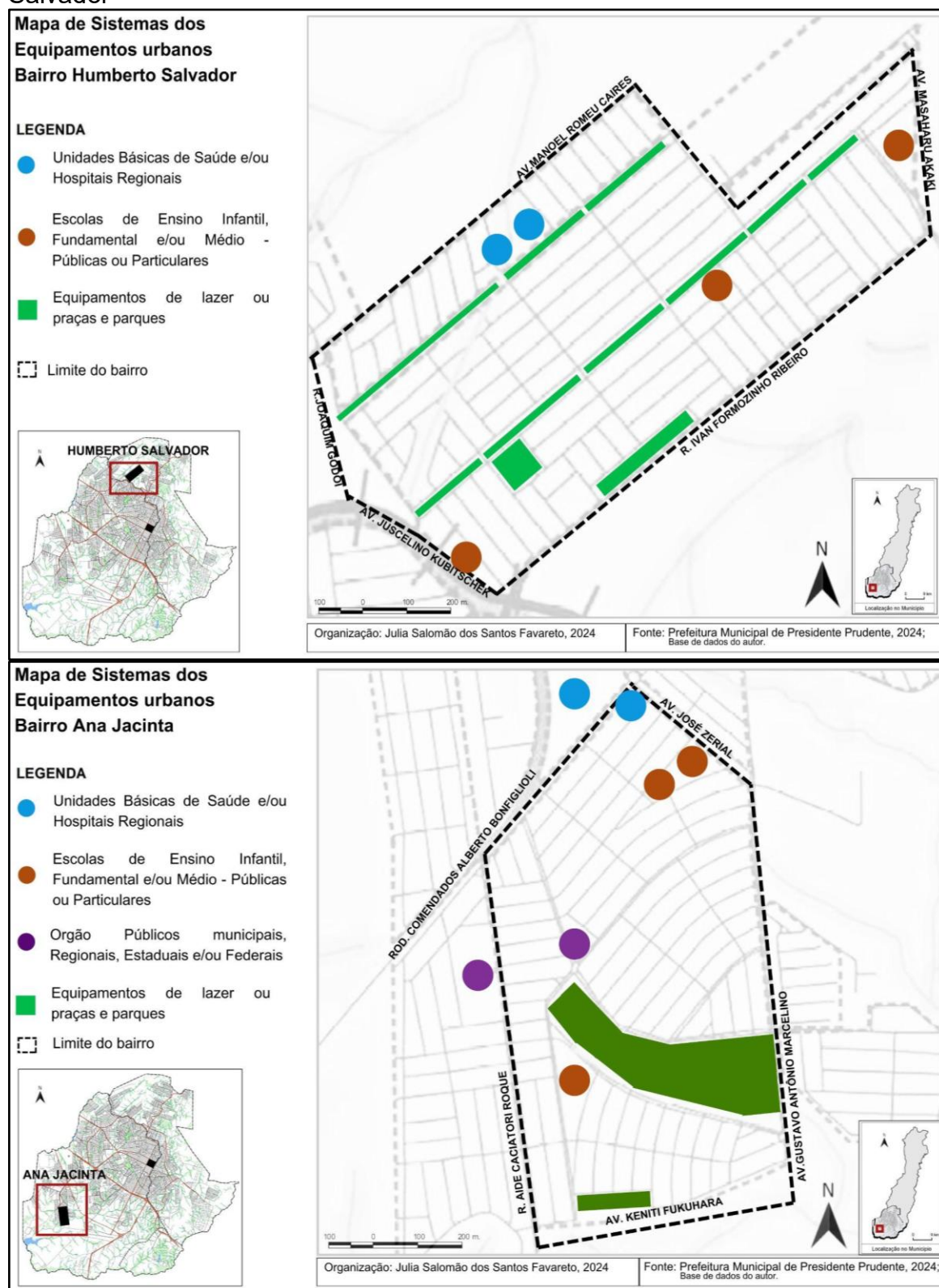


Fonte: Autora (2024).

No bairro Humberto Salvador, analisando os equipamentos urbanos que suprem o conjunto habitacional, este conta com duas escolas municipais, um CRAS – Centro de Referência de Assistência Social –, um PSF – Programa de Saúde da Família – e algumas áreas de lazer e convivência (Figura 51). A Escola Municipal Dr. Carlo Ceriani, inaugurada em 2006, está localizada na entrada do bairro pela Avenida Presidente Juscelino Kubitschek. Atualmente, atende cerca de 306 crianças de 0 a 5 anos, matriculadas no berçário, maternal e pré-escola. A outra escola do bairro, a Escola Municipal Juraci Meneses Peralta, foi oficialmente inaugurada em 2000 e atende aproximadamente 450 alunos. Esta escola está situada na principal avenida do bairro, a Avenida João Domingos. O CRAS e o PSF estão localizados na Rua Gilberto Jonata Mele. O CRAS Augusto de Paula também possui algumas áreas de lazer, incluindo duas quadras e uma Academia da Terceira Idade (ATI).

Quanto às áreas de lazer do bairro, destacam-se os canteiros centrais das principais vias, que são pouco arborizados e contam com uma ATI na Avenida João Domingos. Há ainda uma Área de Preservação Permanente (APP) com uma nascente soterrada e em estado de abandono, além de um campo de futebol cercado em uma área institucional e outra área com equipamentos como pista de skate e quadra, ambos pouco utilizados. Observa-se a falta de um espaço público de lazer e convivência devidamente projetado e adequado para os moradores. Assim, as relações sociais são estabelecidas principalmente nas ruas do bairro, seja através de campos de futebol improvisados ou de reuniões nas calçadas em frente às casas.

Figura 51 - Mapa de equipamentos urbanos dos bairros Ana Jacinta e Humberto Salvador



Fonte: Autora (2024).

No Conjunto Habitacional Ana Jacinta, assim como no bairro Humberto Salvador, no início da ocupação, o conjunto não contava com equipamentos urbanos de educação. Atualmente, o bairro possui três escolas municipais e duas escolas estaduais: Escola Municipal Antônio Moreira Lima (ensino fundamental – 1º ao 5º ano), Escola Municipal Maria Isabel Barbosa Negrão (educação infantil e ensino fundamental – 1º ao 5º ano), Escola Municipal Karina Athia Krasuck (educação infantil), Escola Estadual Francisco Pessoa (ensino fundamental e ensino médio) e Escola Estadual Professor Oracy Matricardi (ensino médio).

Quanto às unidades de saúde, o conjunto habitacional também não dispunha desses equipamentos em sua entrega. Atualmente, há uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizadas junto ao limite físico do bairro. Dessa forma, o bairro atende ao acesso básico de cuidados de saúde dos moradores.

Quanto aos equipamentos públicos de lazer, o bairro possui dois principais: o Parque do Povo e a Praça da Juventude, ambos construídos após a ocupação do conjunto habitacional. O Parque do Povo, localizado ao longo da Área de Preservação Permanente (APP), e a Praça da Juventude, situada na área noroeste do conjunto, são os principais espaços de lazer para os moradores.

Todos esses contextos dos conjuntos habitacionais analisados evidenciam a veracidade das teorias de Jane Jacobs (2000), que argumenta como é relevante para a segurança dos espaços pensar na diversidade do uso do solo, na capacidade da infraestrutura e no movimento de pessoas que utilizam esses espaços. Essas teorias foram comprovadas ao analisar tanto a área central quanto os bairros mais periféricos.

Ou seja, ao analisar as características desses lugares mais periféricos, chega-se a um entendimento bastante diferente do de Newman e Hillier e dos teóricos das abordagens deterministas, aproximando-se mais de Jacobs (2000) e Rolnik (2010). Nas áreas periféricas, os equipamentos e mobiliários urbanos são reduzidos, somados às mazelas causadas pela pobreza. Assim, ao comparar os bairros periféricos com o Centro, comprovou-se a teoria apresentada pela maioria das autoras da abordagem humanista, como Rolnik (2010), Caldeira (2000) e Maricato (1996), que afirmam que as áreas periféricas são as mais propensas à violência que ocorre nos espaços públicos. As autoras ainda relatam que as áreas periféricas das cidades brasileiras são fruto de um processo de urbanização desigual, que reflete não

apenas a exclusão social, mas também profundas contradições de um urbanismo capitalista, desigual, classista e racista.

Essas características, segundo Maricato (1996), revelam como o planejamento urbano e as políticas habitacionais são fundamentais para a promoção da segurança e redução da violência. Isso porque a violência urbana é uma consequência direta da desigualdade social e racial. Para Maricato (1996), do mesmo modo que Caldeira (2000) argumenta em seus estudos, a solução para a violência não reside em medidas isoladas de segurança, mas sim em uma reconfiguração do espaço urbano que promova inclusão social e interação comunitária, pensamento semelhante ao de Jane Jacobs (2000).

Desse modo, a insegurança feminina nos espaços públicos tem relação com a falta de diversidade no uso do solo, o que acarreta em áreas exclusivamente comerciais, como é o caso dos centros urbanos, e de bairros periféricos que são mal abastecidos de equipamentos urbanos ou são, em sua maioria, residenciais. Isso, atrelado aos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, incentiva o esvaziamento dessas áreas nos períodos noturnos, aumentando os números de violência contra as mulheres nesses espaços. Tal fato reafirma a teoria de Jacobs (2000), que relaciona o movimento de pessoas e a diversidade dos usos do solo ao fator de segurança dos espaços públicos.

Portanto, através desses aspectos socioespaciais, de uso e ocupação do solo e de infraestrutura urbana levantados e ligados à insegurança feminina, vê-se a necessidade de melhorias ou da criação de políticas públicas urbanas voltadas à mitigação da desigualdade social e racial, como destacam autoras como Maricato e Rolnik, que defendem um urbanismo inclusivo e antissegregador. Visto que a desigualdade racial e social alimentam a violência e a insegurança urbana, torna-se importante que o planejamento urbano não só melhore infraestruturas no espaço urbano, mas também enfrente essas desigualdades, evitando a urbanização segregacionista e as tendências desse modo de planejamento racista e classista, as quais influenciam o uso e ocupação do solo e as diretrizes projetuais das cidades, como é o caso da cidade de Presidente Prudente, que, consequentemente, auxilia no aumento da vulnerabilidade feminina nos espaços públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço público e seu posicionamento diante da questão da segurança urbana, por meio da análise de conceitos e pressupostos de teorias de prevenção do crime e da violência na produção de ambiências urbanas mais seguras, apresenta diversos autores com abordagens tanto deterministas quanto humanistas. Tais teorias são categorizadas e avaliadas minuciosamente no âmbito de seu foco de ação, sempre considerando o espaço público como vetor estruturador da vida urbana.

A partir da investigação dos preceitos teóricos, verificou-se a contribuição e a efetividade de cada teoria em estabelecer alternativas e soluções que conformem o domínio do espaço público legitimamente seguro na prevenção do crime e na mitigação de oportunidades criminais e práticas delitivas, a fim de evidenciar se tais teorias podem ser utilizadas na avaliação do estudo de caso desta dissertação, com foco na violência contra as mulheres.

As abordagens deterministas, embora amplamente adotadas em projetos urbanos e habitacionais, enfrentam críticas. A principal é que o determinismo físico pode ser simplista ao assumir que o comportamento humano pode ser controlado apenas pelo desenho espacial. O ambiente influencia, mas fatores sociais, culturais e econômicos também desempenham papéis essenciais. Outro ponto é que essa abordagem pode gerar espaços excluídos e segregadores, como os “condomínios fechados”, criticados por Teresa Caldeira (2000), que, ao aumentar a segurança interna, fragmentam socialmente a cidade e ampliam desigualdades.

Em síntese, a abordagem determinista e suas ramificações, como a Teoria do Espaço Defensável de Oscar Newman (1973), o CPTED de Jeffrey (1971) e as contribuições de Bill Hillier (1984), oferecem soluções práticas e aplicáveis para prevenção de crimes no espaço urbano, como a relação entre má manutenção, desordem e insegurança. Porém, sua eficácia depende da consideração do contexto local, de fatores socioculturais e da maneira como tais intervenções são implementadas, evitando a criação de espaços isolados que reforcem desigualdades.

Com base nas análises desta dissertação, ficou claro que a abordagem humanista, difundida por Jane Jacobs (2000) e aprofundada por autoras como Rolnik (2010), Caldeira (2000) e Maricato (1996), é a que mais beneficia o espaço público como estratégia de prevenção ao crime e à violência, pois valoriza a dimensão pública urbana, seus usos e as relações espaciais e formais estabelecidas

nesses locais. A segurança não decorre apenas de medidas físicas de proteção; ela emerge também da confiança, convivência e engajamento comunitário.

Através dos resultados da pesquisa, é possível afirmar que a sensação de segurança para as mulheres é ocasionada pela vigilância natural desses espaços, conforme descreve Jacobs (2000), pois eles permitem que as mulheres vejam e sejam vistas. O conceito de “olhos da rua” garante que usuários naturais tenham visão e controle simbólico do ambiente. Para tanto, exige-se a presença constante de pessoas, o que requer diversidade de usos ao longo do dia e da noite, promovendo fluxo contínuo e vitalidade urbana.

Nesse contexto, quando os espaços públicos perdem continuidade e identidade, a fragmentação e a desigualdade social e racial aumentam, assim como as oportunidades para crimes e violência. Retomar princípios urbanísticos defendidos pela abordagem humanista é uma forma estratégica de adaptá-los às realidades contemporâneas e utilizá-los como ferramentas contra comportamentos antissociais.

Portanto, o modo como as cidades são planejadas e estruturadas histórica e socialmente, marcado por um urbanismo classista e racista, influencia diretamente as relações e experiências dos usuários no espaço urbano. O planejamento urbano, assim, desempenha papel fundamental na configuração dos espaços públicos e na qualidade de vida das pessoas, que não são igualmente seguras para todos. De acordo com a literatura, as mulheres são mais suscetíveis à violência nesses espaços devido a fatores socioespaciais (Villagrán, 2016).

Conforme Pain (2000) e Rodó-Zárate (2019), crimes e medos das mulheres estão relacionados a condições sociais, variando por idade, renda e etnia. Determinados crimes afetam mais grupos específicos, como mulheres negras e de baixa renda, que se deslocam mais a pé e frequentam áreas carentes em infraestrutura.

Embora o maior número de agressões contra mulheres ocorra em espaços privados — especialmente no âmbito doméstico, há escassez de estudos sobre violência em espaços públicos, o que reforça a relevância desta investigação.

Por isso, a dissertação buscou compreender a relação entre uso e ocupação do solo, diretrizes projetuais e a vulnerabilidade feminina nos espaços públicos, tomando como estudo de caso a cidade de Presidente Prudente. Inicialmente, a pesquisa focaria a área central, devido aos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que apontavam maior concentração de

ocorrências no Centro. Entretanto, a literatura evidencia que centralidades urbanas tendem a registrar altos índices devido ao fluxo intenso de pedestres, dinamismo comercial, lazer e transporte coletivo.

Para aprofundar a análise e alcançar conclusões consistentes, foram selecionados dois bairros periféricos com altos índices de violência, cujos números, somados, igualam ou superam os do Centro: Ana Jacinta e Humberto Salvador — ambos conjuntos habitacionais de interesse social, localizados em áreas segregadas e implantados por políticas habitacionais excludentes.

A partir da literatura, definiram-se categorias importantes de análise para delinear as etapas metodológicas: a dimensão espacial, para identificar a qualidade do ambiente urbano, e a dimensão social, para traçar o perfil socioeconômico das mulheres, os modos de uso do espaço e percepções de segurança.

Presidente Prudente, cidade de porte médio localizada no Oeste Paulista, teve sua urbanização ao longo da linha férrea, com núcleo central formado por planejamento desigual, resultando em distribuição assimétrica de infraestrutura e investimentos. Tal configuração resultou em diversos casos de violência contra a mulher, que chegam a quase 10 mil ocorrências nos últimos cinco anos (Gervazio, 2023). Segundo dados da SSP/SP (2014–2024), de 36.200 boletins de ocorrência, 11.659 ocorreram em espaços públicos, concentrados majoritariamente na região central.

A área central se apresenta como núcleo inicial e historicamente privilegiado, mas, ao longo do tempo, passou a receber menos investimentos, devido a prioridades urbanas deslocadas. Isso gerou a formação de subcentros, esvaziamento populacional, degradação, usos pouco diversificados e carência de infraestrutura, especialmente iluminação pública, tornando-se um espaço vulnerável para mulheres.

Outro fenômeno que contribuiu para o esvaziamento do centro da cidade foram as políticas públicas locais, que expulsaram as classes de menor renda que residiam em áreas centrais e as realocaram para conjuntos habitacionais periféricos, distantes do núcleo urbano consolidado. Somado a isso, as camadas de maior poder aquisitivo passaram a se isolar em condomínios fechados, situados em áreas longilíneas, motivadas pela busca por segurança, e passaram a privilegiar os shoppings centers como espaços de consumo e lazer. Como consequência, o centro

histórico passou a ser usado de forma passageira e predominantemente por classes mais baixas.

Esse desenho urbano expressa uma relação direta com os índices de violência contra as mulheres na cidade, os quais evidenciaram maior incidência de crimes em bairros centrais e em seu entorno, como o Centro e a Vila Comercial, e, quanto aos endereços específicos, as avenidas e ruas que compõem o quadrilátero central concentraram os maiores números de boletins de ocorrência. Segundo Rolnik (2013), o uso passageiro da região central impulsiona a presença de populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua, usuários de drogas e pontos de prostituição, pois tais grupos tendem a ocupar localidades onde são pouco observados ou onde sua permanência é breve. Atrelado a isso, o centro urbano funciona majoritariamente apenas em horário comercial, o que intensifica a insegurança no período noturno.

Esse cenário reforça o argumento de Chauí (1986), que defende a importância de festas populares como ferramentas de preservação e vitalização dos espaços urbanos centrais, por promoverem ocupação e convívio. O mesmo ocorre com usos noturnos, como restaurantes, bares e serviços variados, que atraem circulação em diversos horários do dia.

Todos esses contextos evidenciam a veracidade das teorias de Jane Jacobs (2000), que argumenta a importância da diversidade de usos do solo, da qualidade da infraestrutura e do movimento de pessoas para garantir segurança urbana. Tais aspectos foram comprovados no caso analisado, em que a degradação e o esvaziamento do centro acarretaram maior sensação de insegurança.

Ao comparar bairros periféricos com o Centro, também se confirmou a teoria defendida pela abordagem humanista, como Rolnik (2010), Caldeira (2000) e Maricato (1996), que indica que áreas periféricas são mais propensas à violência nos espaços públicos. Essas autoras afirmam que periferias brasileiras são resultado de um processo de urbanização desigual, que reflete não apenas exclusão social, mas também contradições estruturais de um urbanismo capitalista, classista e racializado, produzindo territórios marcados pela falta de infraestrutura, oportunidades, abandono estatal e precariedade de vida.

Essas características, segundo Maricato (1996), evidenciam como planejamento urbano e políticas habitacionais são determinantes para a promoção da segurança e para mitigação da violência. A violência urbana, nesse sentido, é

consequência direta da desigualdade social e racial. Para Maricato (1996) e Caldeira (2000), soluções não residem em medidas isoladas de segurança, mas na reconfiguração do espaço urbano de modo a promover inclusão social e interação comunitária, alinhando-se novamente aos princípios de Jacobs (2000).

A presente pesquisa, portanto, identificou a necessidade de trabalhar as categorias de análise espacial e social para alcançar os objetivos do estudo. Em relação às características espaciais, constatou-se que mitigar violências contra mulheres e insegurança nos espaços públicos requer gestão urbana que não seja negligente, pois a ausência de administração resulta em carência de manutenção, precariedade de infraestrutura, especialmente iluminação pública, e proliferação de espaços degradados ou vazios urbanos, como estacionamentos ociosos e trechos subutilizados da linha férrea.

Além disso, a insegurança feminina tem relação direta com a falta de diversidade de usos do solo, que resulta em áreas exclusivamente comerciais, como centros urbanos, ou estritamente residenciais, como bairros periféricos carentes de equipamentos urbanos. Associado aos horários de funcionamento do comércio, esse cenário gera esvaziamento em períodos noturnos, aumentando a ocorrência de violência contra mulheres. Tal aspecto reafirma a tese de Jacobs (2000), que relaciona fluxo contínuo de pessoas e diversidade de usos às condições de segurança.

Quanto aos aspectos sociais, o perfil socioeconômico das mulheres vítimas de violência em Presidente Prudente corresponde, majoritariamente, a mulheres negras ou pardas, jovens, entre 20 e 24 anos, estudantes, com ensino médio completo e renda mensal entre R\$ 1.500 e R\$ 3.000, que utilizam espaços públicos principalmente a pé ou de carro nos períodos da manhã e tarde, evitando transporte coletivo e horários noturnos por sentirem-se inseguras.

Esses dados reforçam os argumentos de Warr (1984) e Rodó-Zárate (2019), que demonstram que mulheres jovens tendem a apresentar maior vulnerabilidade e sensação de medo. Rodó-Zárate destaca que mulheres de classes sociais mais baixas experienciam mais violência por utilizarem mobilidade ativa e ocuparem áreas degradadas e com baixa qualidade infraestrutural, o que limita seu acesso à cidade. Tais achados dialogam diretamente com os resultados obtidos.

Ao analisar a percepção das mulheres por meio do mapeamento de espaços seguros e inseguros, observou-se que os locais percebidos como seguros

situam-se majoritariamente na região central e incluem espaços privados de lazer, áreas esportivas, ruas movimentadas, como o Calçadão (Rua Tenente Nicolau Maffei), o Parque do Povo, clubes e shoppings. Os atributos associados à segurança são iluminação pública adequada, presença de policiamento e fluxo de pessoas, confirmando a vigilância natural (Jacobs, 2000). Já os espaços percebidos como perigosos distribuem-se tanto no Centro quanto na periferia.

A rodoviária foi apontada como o local mais inseguro pelas respondentes, apresentando degradação, baixa iluminação e proximidade de pontos de vulnerabilidade social. Locais como o Calçadão e o Parque do Povo também são evitados à noite devido à iluminação insuficiente. Nesses contextos, o fator mais citado é a presença de homens desconhecidos, seguido da iluminação inadequada. Tal observação reafirma Grangeia (2020), que descreve o medo do desconhecido como estruturante da experiência feminina no espaço urbano. Além disso, mulheres aprendem desde cedo, pela socialização patriarcal, que é inadequado permanecer sozinha em espaços dominados por homens, especialmente à noite, reforçado por experiências diretas, narrativas de terceiros e pela mídia.

Diante desses aspectos socioespaciais, vê-se a necessidade de políticas públicas urbanas voltadas para mitigação das desigualdades sociais e raciais, conforme destacam Maricato e Rolnik, que defendem um urbanismo inclusivo e antissegregador. Como desigualdades raciais e econômicas alimentam violência e insegurança urbana, torna-se importante que o planejamento não apenas qualifique infraestruturas, mas enfrente os mecanismos de reprodução da segregação.

Portanto, para promover equidade de gênero e segurança feminina, além de intervenções projetuais que qualifiquem infraestrutura e espaços públicos nas áreas centrais, evitando seu abandono e esvaziamento, e periféricas, como os conjuntos habitacionais, é necessária a formulação de diretrizes específicas para áreas livres e vazios urbanos, com projetos orientados à população. Assim, será possível fortalecer o uso social destes lugares, qualificar a vida urbana e promover espaços públicos mais inclusivos e seguros para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 12267: Normas para elaboração de plano diretor**. [S. l.]: ABNT, 1992. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/NBR_12267_Normas_para_elaboracao_de_plano_diretor.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Formas de violência*. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/formas-de-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 8 nov. 2025.

COMENTTO. **Calculadora amostral**. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostral>. Acesso em: 8 nov. 2025.

CRUZ, D. A. M. O. **O transporte público coletivo em Presidente Prudente: planejamento, mobilidade e acessibilidade no consumo do espaço urbano**. 2012. Dissertação. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96741>. Acesso em: 8 nov. 2025.

DATAFOLHA. **Pesquisa viver em São Paulo 2019**. São Paulo: Datafolha, 2019. Disponível em: <https://www.datafolha.com.br/pesquisas/viver-em-sao-paulo-2019>. Acesso em: 8 nov. 2025.

DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa de origem e destino em São Paulo**. São Paulo: Datafolha, 2017. Disponível em: <https://www.datafolha.com.br/pesquisas/origem-destino-sp>. Acesso em: 8 nov. 2025.

GERVAZONI, C. Em 5 anos, casos de violência em Prudente chegam a quase 10 mil ocorrências. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 2023. Disponível em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/em-5-anos-casos-de-violencia-em-prudente-chegam-a-quase-10-mil-ocorrencias,57236>. Acesso em: 8 nov. 2025.

GOIKOETXEA, A. A.; MENDEZ, A. A.; HIRIA KOLEKTIBOA. Manual de análisis urbano, género y vida cotidiana. **Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco**, 2010.

GONZAGA, T. O. **A cidade, e arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, B.; SAHBAZ, O. Safety in numbers: high-resolution analysis of crime in street networks. In: CECCATO, V. (ed.). *The urban fabric of crime and fear*. Dordrecht: **Springer Netherlands**, 2012. p. 373–400.

HIRAO, H. **Paisagem histórica de Presidente Prudente (Vila Goulart e Vila Marcondes): cenário e atmosfera na cidade atual**. In: Anais do 4º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte, 2016. p. 1–15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Brasileiro de 2022: Presidente Prudente**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/presidente-prudente.html>. Acesso em: 8 nov. 2025.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO – ITDP. **O acesso de mulheres e crianças à cidade**. 2018. Disponível em: http://itdpbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/01/ITDP-Brasil_-_O-Acesso-de-Mulheres-e-Crianças-a-Cidade-_pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JEFFERY, C. R. Crime prevention through environmental design. **Beverly Hills: Sage Publications**, 1971.

KERN, L. Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: **Oficina Raquel**, 2021.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LOURENÇO, N.; LISBOA, M. Violência, criminalidade e sentimento de insegurança. **Revista Textos**, n. 2, p. 45–64, 1996.

MARICATO, E. Cidade e violência: o caso brasileiro. São Paulo: Editora 34, 1996.

MONTEIRO, C. Spatial analysis of street crime. In: SHOHAM, S. G.; KNEPPER, P.; KETT, M. (eds.). International handbook of criminology. **Boca Raton: CRC Press**, 2010. p. 619–648.

MORAES, V. N. O.; JELVEZ, J. A. Q. **O espaço urbano como dimensão ativa na incidência do crime**. 2007. Disponível em: <http://urbanismo.arq.br/metropolis/wp-content/uploads/2009/05/espaco-urbano-e-a-distribuicao-do-crime-netto-e-jelvez-2007.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

NEWMAN, O. **Defensible space: crime prevention through urban design**. New York: Macmillan, 1973.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015>. Acesso em: 8 nov. 2025.

PAIN, R. Place, social relations, and the fear of crime. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 3, p. 365–387, 2000.

PATTON, M. Q. **Qualitative research & evaluation methods**. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2002.

PELLEGRINI, S. A. **Mulheres: autoconhecimento, lutas e empoderamento: almanaque feminista**. São Paulo: Pele Editorial, 2020.

PERKINS, D. D.; WANDERSMAN, A.; RICH, R. C.; TAYLOR, R. B. The physical environment of street crime: defensible space, territoriality and incivilities. **Journal of Environmental Psychology**, v. 13, n. 1, p. 29–49, 1993.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PORTO-SALES, A. L. Pesquisa em Geografia Urbana: desafios e possibilidades de análise espacial com o uso do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 36, n. 2, p. 99–118, 2014.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei Complementar do Município n.º 231/2018: dispõe sobre a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo da Área Urbana do Município de Presidente Prudente**. 2018. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=612>. Acesso em: 8 nov. 2025.

RAMPAZZO, C. R. **Clima urbano, risco climático e vulnerabilidade socioespacial mediados pela produção do espaço urbano em cidades paulistas (São Carlos, Marília e Presidente Prudente)**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2019.

RODÓ-ZÁRATE, M. Intersectionality for and from queer urban activism viewed through lesbian activism in Barcelona. **Geography Research Forum**, v. 39, p. 152–166, 2019.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 4. ed. São Paulo: Fapesp, 2013.

ROLNIK, R. **São Paulo: o planejamento da desigualdade**. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTORO, P. F. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. Anais, p. 1–16, 2019.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SSP/SP. **Dados solicitados por meio do Sistema Integrado de Informações ao Cidadão (SIC)**. Protocolo n.º 44966239676. 2024. Disponível em: <https://sic.sp.gov.br>. Acesso em: 8 nov. 2025.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS): Catálogo de Metadados Geográficos**. 2023. Disponível em: <https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/api/records/0680c702-4a22-48e3-bd1a-aa39b417691d>. Acesso em: 8 nov. 2025.

SPOSITO, M. E. B. **A urbanização de Presidente Prudente: o processo de formação de uma cidade paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

VALENTINE, G. The geography of women's fear. **Area**, v. 21, n. 4, p. 385–390, 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20000063>. Acesso em: 8 nov. 2025.

VILLAGRAN, P. S. **Repensar el hábitat urbano desde una perspectiva de género: debates, agendas y desafíos**. **Andamios**, v. 13, n. 32, p. 37–56, 2016.

WARR, M. Fear of victimization: why are women and the elderly more afraid? **Social Science Quarterly**, v. 65, n. 3, p. 681, 1984.

YANG, X. **Exploring the influence of environmental features on residential burglary using spatial-temporal pattern analysis**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – University of Florida, 2006.

ANEXOS

ANEXO A - TCLE (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO) – QUESTIONÁRIO EM AMBIENTE REMOTO

Eu, Julia Salomão dos Santos Favareto, sou responsável pela pesquisa “DIAGNÓSTICO DA INSEGURANÇA DIAGNÓSTICO DA INSEGURANÇA FEMININA EM ESPAÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO DA ÁREA CENTRAL DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP” e convido você a participar como voluntária da minha pesquisa de mestrado. Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e somente depois confirmar o aceite. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações. Para ter uma cópia deste TCLE, você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em PDF para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar ao pesquisador do estudo uma versão deste documento a qualquer momento pelo e-mail ou WhatsApp registrados no final deste termo.

Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar a relação entre os aspectos de uso e ocupação do solo, as diretrizes projetuais e o aumento da vulnerabilidade feminina nos espaços públicos da área central de Presidente Prudente. Busca-se compreender como as características do planejamento urbano, como o uso e ocupação do solo e infraestrutura urbana influenciam na ocorrência de atos de violência e, conseqüentemente, na experiência da mulher no uso dos espaços públicos, como ruas, calçadas, praças entre outros. Acredita-se que os aspectos do planejamento urbano tendem a aumentar a vulnerabilidade feminina quanto a violência, influenciando na qualidade do espaço urbano e no seu potencial de uso, sobretudo na área central da cidade. Desse modo, este estudo é importante porque a violência contra as mulheres é um fenômeno que acontece mundialmente até os dias atuais. Tendo em vista seu crescente aumento e levando em conta a dificuldade na obtenção de estatísticas e a escassez de estudos e literatura sobre o assunto, torna-se urgente investigar e compreender as variáveis relacionadas à ocorrência dessas violências, bem como as conseqüências socioespaciais destas, como as características de uso e ocupação do solo e a infraestrutura urbanas dos espaços públicos, como os investigados na pesquisa. A partir da pesquisa mais aprofundada

destes fatores, pode-se imaginar possíveis diretrizes na concepção de um espaço público mais igualitário e seguro para as mulheres. Portanto, se você se identifica como mulher (cisgênero ou transgênero), mora em Presidente Prudente e tem 18 anos completos ou mais, convido você a participar.

A pesquisa será realizada por meio de um questionário em ambiente remoto que será compartilhado através das redes sociais, visando alcançar mulheres da região de Presidente Prudente para elas fazerem os compartilhamentos. O link compartilhado dará acesso ao TCLE, para confirmar o aceite em participar da pesquisa, e ao Google Forms onde estarão hospedadas as perguntas. Este não será enviado por meio de e-mail, uma vez que não há interesse na identificação das participantes e do nome destas, garantindo o anonimato das participantes. Uma vez que existe a possibilidade, mesmo que diminuída, da exposição dos dados armazenados, será feito todo esforço para que sejam implementadas medidas de segurança necessárias aos dados.

Uma vez concluída a pesquisa, todos os dados que envolvam privacidade pessoal em qualquer nível serão apagados, seja em dispositivos físicos de armazenamento ou em nuvem. O questionário contém questões sobre sua experiência como mulher que vive em Presidente Prudente e versa sobre suas percepções em relação à segurança ao usar os espaços públicos ou andar pelas ruas. Possui também questões gerais sobre o seu perfil: idade, etnia, escolaridade, renda, bairro onde mora (não é preciso o endereço). Não é necessário que você me informe seu nome ou quaisquer outros dados pessoais. São ao todo 18 questões e se estima que você precisará de, aproximadamente, sete (7) a 15 minutos para respondê-las. Você não será remunerada, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Você poderá interromper o questionário, assim como não tem obrigatoriedade de responder a todas as questões, bem como poderá retirar seu consentimento, sem qualquer ônus ou prejuízo para as questões. O questionário não contém nenhuma pergunta que possa revelar a sua identidade e não será solicitado o seu endereço, apenas a indicação do bairro onde você mora.

Eu me comprometo, como pesquisadora, com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo e os dados serão apagados após o término da pesquisa. A pesquisa apresenta riscos de grau mínimo, no entanto pode haver incômodo ou desconforto ao responder sobre questões de percepção de segurança. Em todo caso, você terá total liberdade de não

responder às questões do qual não se sentir confortável e interromper o questionário a qualquer momento.

Em relação aos benefícios às participantes, a pesquisa apresenta informações importantes para a construção de conhecimento sobre a segurança das mulheres no espaço urbano, principalmente nos espaços públicos, além das contribuições dos resultados do estudo que poderão subsidiar políticas urbanas voltadas para a promoção da equidade de gênero e a segurança das mulheres nos espaços públicos da cidade de Presidente Prudente, além de servir de base para estudos de demais cidades. Todas as informações serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos e os resultados serão divulgados em publicações científicas. Além disso, a pesquisa será divulgada nas redes sociais da autora após a devida conclusão a fim de levar para as participantes desta e a comunidade externa a merecida devolutiva das contribuições alcançadas com o estudo.

Você não será remunerada, porém os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pela pesquisadora. Fica, também, garantida a indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. A pesquisadora garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18). Insiro meus dados para você poder me contatar a qualquer momento: Julia Salomão dos Santos Favareto, pesquisadora responsável por esse projeto, telefone _____ e e-mail: julia.salomao.f@uel.br. Este instrumento somente poderá ser utilizado após a aprovação pelo CEP - Comitê de Ética. Insiro também os dados do CEP - Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos que é um colegiado multidisciplinar formado por pesquisadores que avaliam projetos que envolvam seres humanos. Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/UEL, LABESC - Laboratório Escola de Pós-Graduação - sala 14. Campus Universitário - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445), Londrina- Pr - CEP: 86057-970, Telefone: 43-3371-5455, e-mail: cep268@uel.br). Este TCLE será dividido em duas vias, sendo uma entregue à participante e a outra que ficará com a pesquisadora.

- ACEITO PARTICIPAR
- NÃO ACEITO PARTICIPAR

ANEXO B DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DOS SERVIÇOS ENVOLVIDOS E/OU DE INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE.

**Declaração de Concordância dos Serviços Envolvidos e/ou de Instituição
Co-Participante**

Presidente Prudente - SP, 01 de Abril de 2024

Senhora Coordenadora

Declaro que eu, **Laraizis Patricia Toni**, coordenadora do Coletivo *Caminhantes - Mulheres Prudentes*, envolvida na pesquisa, estou de acordo com a condução da pesquisa *“Diagnóstico da insegurança feminina em espaços públicos: um estudo de caso da área central de Presidente Prudente-SP”* sob a responsabilidade de **Julia Salomão dos Santos Favareto**, em minha dependência, tão logo a pesquisa seja aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, até o seu final em 30/08/2024.

Estou ciente que a unidade de análise da pesquisa será o banco de dados do projeto Arte Manifesto - dados de relatos textuais, imagens e fotografias que foram realizados por este projeto para o combate da violência contra a mulher em espaços públicos na cidade de Presidente Prudente e para a criação de espaços públicos seguros na cidade, e os demais planos e objetivos futuros a serem alcançados - bem como de que o presente trabalho deve seguir a Resolução 466/2012 do CNS e complementares.

Atenciosamente,

Laraizis Patricia Toni
Artista Visual e Produtora Cultural